



ISSN: 2675-2697

Volume 2 - Número 1 - 2020

Mares

Revista de Geografia e Etnociências

Mares: Revista de Geografia e Etnociências

<http://revistamares.com.br/>

Volume 2, Número 1, 2020

ISSN: 2675-2697

Rede de Geografias da Pesca

Universidade Federal do Pará - Campus Altamira

Av. Cel. Porfírio, 2515

CEP: 68372-040 - Altamira PA

Editores

Cristiano Quaresma de Paula

Christian Nunes da Silva

Conselho Editorial

Catia Antonia da Silva (NUTEMC – UERJ FFP)

Catherine Prost (COSTEIROS - UFBA)

Cristiano Quaresma de Paula (NEGA – UFRGS)

Christian Nunes da Silva (GAPTA - UFPA)

Eduardo Schiavone Cardoso (GTA UFSM)

Guiomar Germani (GeograFAR – UFBA)

Gustavo Goulart Moreira Moura (GERPCAM - UFPA)

Kássia Norberto Rios (LIECTT – UFRB)

Sueli Angelo Furlan (NUPAUB – USP)

Conselho Intercientífico

Adrian Ribaric (USP)

Adolfo da Costa Oliveira Neto (UFPA)

Alan Nunes Araújo (UFPA)

Alpina Begossi (UNICAMP)

Amintas Nazareth Rossete (UEMT)

Ana Paulina Aguiar Soares (UEA Manaus)

Andréa Regina de Britto Costa Lopes (UNIFESSPA)

Antonio Carlos Diegues (USP)

António Domingos Braço (Universidade Pedagógica – Moçambique)

Antonio Vinhas (PUC Rio)

Camilah Antunes Zappes (UFF e UFES)

Carla Joelma de Oliveira Lopes (UFPA)

Carlos Rerisson Rocha da Costa (UESPI)

Carlos Walter Porto Gonçalves (UFRJ)

Catherine Prost (UFBA)

Catia Antonia da Silva (UERJ)

César Augusto Ávila Martins (FURG)

Christian Nunes da Silva (UFPA)

Cristiano Quaresma de Paula (UFPA)

Cristiano Ramalho (UFPE)

Danilo Sodré (UFPA)

David MacGrath (EUA)

Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS)

Ederson Silva (FURG)

Eduardo Schiavone Cardoso (UFSM)

Eline Almeida Santos (UFS)

Elionice Conceição Sacramento (MPP)

Francisco José Bezerra Souto (UEFS)

Gabriela Coelho de Souza (UFRGS) Gracilene de Castro Ferreira (UFPA)

Gracilene de Castro Ferreira (UFPA)

Guiomar Germani (UFBA)

Gustavo Moura (UFPA)

Isac Oliveira (APAPG)

José Ángel Quintero Weir (Universidad de Zulia - Venezuela)

José Ignacio Vega Fernández (UFPE)

José Geraldo Marques (UEFS)

Jussara Cristina Vasconcelos Rêgo (Marsol)

Karyn Rodrigues Enriques (Universidad de La Laguna – Espanha)

Kássia Norberto Rios (UFRB)

Laís Rodrigues Campos (UFG)

Leopoldo Cavaleri (UNICAMP)

Liandra Caldasso (FURG)

Luceni Hellebrandt (UENF)

Manoel Masulo da Cruz (UFAM)

Maria Lúcia Brito (UECE)

Mariana Neves Cruz Mello (UEPA)

Marie Christine Cormier-Salem (IRD – França)

Michel Thiollent (UNIGRANRIO)

Miguel Accioly (UFBA)

Nemer Narchi (Colégio de Michoacán - México)

Oriana Trindade de Almeida (UFPA)

Raimundo Alberto Mulhaise (Universidade Pedagógica – Moçambique)

Raquel de Carvalho Dumith (UFF)

Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP)

Rogério Haesbaert (UFF)

Sammer Gilio-Dias (UFRGS)

Shauane Itainhara Freire Nunes (IF Bahiano)

Suana Medeiros Silva (UFPE) Sueli Angelo Furlan (USP)

Tatiana Walter (FURG)

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho (UFPA)

Valter Carmo Cruz (UFF)

Zacarias Augusto Rungo (Universidade Pedagógica – Moçambique)

SUMÁRIO

EDITORIAL

Cristiano Quaresma de Paula5-6

Artigos Científicos

O SER PESCADOR(A) ARTESANAL E O TERRITÓRIO ARTICULADO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA ILHA DE MARÉ – BAHIA

Kássia Aguiar Norberto Rios 7-18

PESCA ARTESANAL NA BAÍA DE INHAMBANE: UMA PERSPECTIVA COMPARATIVA ENTRE OS CENTROS DE PESCA DE CHICUQUE/MUNICÍPIO DE MAXIXE E MUELÉ/MUNICÍPIO DE INHAMBANE EM MOÇAMBIQUE

Zacarias Augusto Rungo 19-30

O MEU TEMPO É O MESMO QUE O SEU? AS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES DA JORNADA DE TRABALHO

Ramona Raissa do Nascimento Guerra Melo Ribeiro31-40

AS FEIRAS DO PEIXE NA SEMANA SANTA: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DE SANTA MARIA - RIO GRANDE DO SUL

Eduardo Schiavone Cardoso, Matheus Bolzan Sangoi, Denner Adonis Machado Menezes41-50

ENSAIO SOBRE MODOS DE VIDA E SABERES LOCAIS DAS COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS: ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE MACHANGA (MOÇAMBIQUE)

António Waya 51-60

MODERNIZAÇÃO NA BAÍA DE SEPETIBA (RJ): A MULTITERRITORIALIDADE E O CONFLITO DA PESCA ARTESANAL COM A TKCSA

Antonio Lopes Ferreira Vinhas 61-72

O PROCESSO DE TRANSMISSÃO GERACIONAL: PERSPECTIVAS DE JOVENS PESCADORES ARTESANAIS

Poliana Oliveira Cardoso, Sheila Maria Doula, Diego Camelo Moreira, Diana Leonardo Dias....73-84

CONCEPÇÕES DE NATUREZA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA PESCA ARTESANAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Lorena Lira Vieira, Jéssica Stella Rodrigues Varanda, Lara Mattos Martins 85-96

IMPLICAÇÕES DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA CACHOEIRA CALDEIRÃO SOBRE A ATIVIDADE PESQUEIRA, EM PORTO GRANDE, NO AMAPÁ

Adria Rosa, Christian Nunes da Silva, Vicka de Nazaré Magalhães Marinho, Laís Melo Lima . 97-108

DE MESTRES JANGADEIROS À COMISSÁRIOS DE PEIXE. PODER E COERÇÃO SOCIAL NAS SOCIEDADES DE PESCADORES (1840-1930)

Luiz Geraldo Silva109-121

Resenha

ASPECTOS LEGAIS DO SEGURO DEFESO SOBRE A ATIVIDADE DA PESCA

Rafael Santos Lobato, Jackellynne Fernanda Farias123-126

Cartografia Social

CONFLITOS AMBIENTAIS ENVOLVENDO PESCADORES(AS) ARTESANAIS NO LITORAL FLUMINENSE: UMA ANÁLISE CONSIDERANDO ATIVIDADES ECONÔMICAS E POLÍTICAS AMBIENTAIS

Andrine da Silva Longaray, Juliana Conti Hübner, Gabriel Henrique das Dores, Gracieli Trentin, Tatiana Walter 127-131

Artigo Intercientífico

SE EU FOSSE COPACABANA, O ESTADO BRASILEIRO SE IMPORTARIA? E A SOCIEDADE SE SENSIBILIZARIA?

Edielson Barbosa dos Santos, Elionice Conceição Sacramento, Elizamar Gomes, Vania Conceição Sacramento, Quênia Barreto Silva 133-145

Cartas

CARTA COMPROMISSO OCEANOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL 147

NOTA DE REPÚDIO A POLÍTICA DE MORTE DE BOLSONARO E RICARDO SALLES CONTRA AS PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS DO BRASIL 151

NOTA DE REPÚDIO À SUSPENSÃO DAS RESOLUÇÕES 302, 303, 264 E 284 DO CONAMA ... 153

CARTA ABERTA AOS PESCADORES E PESCADORAS CANDIDATAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE NOVEMBRO DE 2020 155

Mares

Revista de Geografia e Etnociências

Volume 1, Número 2, 2019

Editorial

Prezadas leitoras, prezados leitores

Apesar dos mares temerosos do primeiro semestre de 2020, trazemos a público a terceira edição da nossa revista intercientífica – **Mares: revista de Geografia e Etnociências**.

Cabe ressaltar a importância da terceira edição de uma revista, pois é a confirmação da sua relevância acadêmica e social. Tivemos nessas primeiras edições autores e autoras das diversas regiões brasileiras, e de outros países/continentes que acreditaram nesse meio de fazer e comunicar ciência em diálogo.

As revistas científicas tem grande dificuldades de atraírem bons trabalhos nas primeiras edições, por não estarem ranqueadas em sistemas como o *Qualis CAPES*. Felizmente a revista **Mares** não padeceu de falta de artigos, ou por falta de qualidade. Pelo contrário, a procura tem sido crescente, assim como a emergência de novos temas e discussões sobre a pesca artesanal no Brasil e no mundo. Esses vários olhares ajudam a construir um periódico plural, que é capaz de integrar diversas visões de mundo e de ciência.

Também temos avançado na publicação de textos dialógicos, que nos provocam a repensar as construções científicas. Os artigos intercientíficos, tem nos propiciado reflexões importantes, social e intelectualmente situadas, comprometidas com lutas. Assim como as cartografias sociais, que para nós é outra forma de promover uma ciência dialógica. Temos também recebido cartas de movimentos sociais como do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP, e do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, como forma de ampliar a divulgação de suas manifestações. Além de cartas produzidas em eventos científicos que buscam discutir a pesca artesanal, respeitando os homens e as mulheres do mar, dos rios, dos igarapés, ...

Nada disso seria possível sem de um lado autores e autoras que escrevem os textos, e de outro avaliadores e avaliadoras que dispõem do seu tempo para fazer a leitura atenta e emitir pareceres. A revista **Mares** conta com o voluntariado na avaliação dos materiais, logo os avaliadores e as avaliadoras são fundamentais para a construção desse periódico e sua continuidade, por isso agradecemos muito.

Também consideramos importante destacar que a revista foi registrada no *International Standard Serial Number (ISSN)*, e indexada em plataformas como *Latindex*, *Diadorim*, *Sumários.org* e *Google Acadêmico*. Esses mecanismos permitem a maior circulação dos materiais publicados na nossa revista, expondo nacional e internacionalmente a cultura e as lutas dos pescadores e das pescadoras artesanais.

Agradecemos a todos e todas que de alguma forma contribuíram com essa edição, motivamos também que outras pessoas possam contribuir com suas construções científicas e intercientíficas para as edições futuras.

Boa leitura,

Cristiano Quaresma de Paula
Rede de Geografias da Pesca

O SER PESCADOR(A) ARTESANAL E O TERRITÓRIO ARTICULADO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA ILHA DE MARÉ – BAHIA

*THE ARTISANAL FISHERMAN(A) AND THE ARTICULATED TERRITORY OF THE TRADITIONAL
FISHING COMMUNITIES OF THE ILHA DE MARÉ – BAHIA*

*EL SER PESCADOR(A) ARTESANAL Y EL TERRITORIO ARTICULADO DE LAS COMUNIDADES
TRADICIONALES PESQUERAS DE LA ILHA DE MARÉ – BAHIA*

RIOS, kássia Aguiar Norberto

RESUMO

Historicamente conhecida como “uma grande aldeia de pescadores”, a economia e o modo de subsistência dos moradores da Ilha de Maré têm como base, principalmente, as atividades da pesca artesanal e mariscagem. Para as comunidades pesqueiras da Ilha, a floresta (matas), os mares, os manguezais, as coroas, os rios etc. são espaços conhecidos, denominados e respeitados, que compõem os seus territórios de vida e reprodução social – território pesqueiro. Nesse contexto, elencamos como objetivo do presente artigo compreender como a categoria de pescador(a) artesanal se apresenta na Ilha de Maré e como, historicamente, esse grupo social foi imprimindo sobre o espaço as suas múltiplas territorialidades, conformando assim o território local. Para tal, metodologicamente recorreremos, além da pesquisa bibliográfica, aos dados estatísticos do extinto MPA, da Coordenadoria de Pesca do MAPA/BA, Colônia Z-04, SPU/BA, INCRA/BA, e aos microdados do IBGE. Na pesquisa de campo, destacam-se a realização de entrevistas abertas, participação em seminários, oficinas de geografia e cartografia, caminhadas pelo território, construção de mapa social temático e georreferenciamento territorial. Tais etapas nos levaram a compreender o ser pescador artesanal na Ilha de Maré e conhecer as especificidades que envolvem o território articulado local.

Palavras-chave: Pesca. Pescador Artesanal. Território. Articulado.

ABSTRACT

Historically known as "a large fishing village", the economy and livelihood of the residents of Ilha de Maré is mainly based on the activities of artisanal fishing and shellfish. For the island's fishing communities, the forest (forests), the seas, the mangroves, the crowns, the rivers, etc., are known, known and respected spaces that make up their territories of life and social reproduction - fishing territory. In this context that we have listed as the objective of this article to understand how the category of artisanal fisherman(a) presents itself on the Ilha de Maré and how, historically, this social group was imprinting on space its multiple territorialities, thus forming the local articulated territory. For this, we use methodologically, in addition to the bibliographical research, we have used statistical data from the former MPA, the MAPA/BA Fisheries Coordination, Z-04 Colony, SPU/BA, INCRA/BA, and IBGE microdata. In the field research, we highlight the conduct of open interviews, participation in seminars, geography and cartography workshops, walks through the territory, construction of thematic social maps and territorial georeferencing. These stages led us to understand the artisanal fisherman on the Ilha de Maré and to know the specificities that surround the local articulated territory.

Keywords: Fishing. Fisherman Artisanal. Territory. Articulated.

RESUMEN

Históricamente conocida como "una gran aldea de pescadores", la economía y el modo de subsistencia de los habitantes de la Ilha de Maré tiene como base, principalmente, las actividades de pesca artesanal y marisco. Para las comunidades pesqueras de la isla, el bosque (matas), los mares, los manglares, las coronas, los ríos, etc., son espacios conocidos, denominados y respetados, que componen sus territorios de vida y reproducción social – territorio pesquero. En ese contexto que hemos enumerado como objetivo del presente artículo comprender cómo la categoría de pescador(a) artesanal se presenta en la Ilha de Maré y cómo, históricamente, ese grupo social ha ido imprimiendo sobre el espacio sus

múltiplas territorialidades, conformando así el territorio articulado local. Para ello, utilizamos metodológicamente, además de la investigación bibliográfica, los datos estadísticos del extinto MPA, de la Coordinadora de Pesca del MAPA/BA, Colonia Z-04, SPU/ BA, INCRA/ BA, y los microdatos del IBGE. En la investigación de campo, se destacan la realización de entrevistas abiertas, participación en seminarios, talleres de geografía y cartografía, caminatas por el territorio, construcción de mapas sociales temáticos y georreferenciamiento territorial. Tales pasos nos llevaron a comprender el ser pescador artesanal en la Ilha de Maré y conocer las especificidades que envuelven el territorio articulado local.

Palabras clave: Pesca. Pescador Artesanal. Território. Articulado.

INTRODUÇÃO

A Ilha de Maré encontra-se localizada a leste da Baía de Todos os Santos (BTS) e pertence ao município de Salvador. Instituída desde 1982, enquanto Reserva Ecológica¹ e inserida na Área de Proteção Ambiental Baía de Todos os Santos, a Ilha ocupa uma área de aproximadamente 10,65 km² e possui 6.434 mil habitantes, distribuídos em 11 comunidades: Neves, Itamoabo, Santana, Botelho, Porto dos Cavalos, Praia Grande, Maracanã, Bananeiras, Caquende, Ponta Grossa e Martelo (IBGE, 2010).

Historicamente conhecida como “uma grande aldeia de pescadores”, a economia e o modo de subsistência dos seus moradores, na maioria das vezes “se baseia na utilização dos recursos naturais [...] a pesca, a mariscagem, a produção de peças artesanais [...] de alimentos, a exemplo do doce de banana de palha, etc.” (PAIVA et al., 2011, p. 75).

Segundo relatos dos moradores mais antigos, a formação socioterritorial da Ilha remete ao século XVII, quando a mesma se tornou um “local de refúgio”, de inúmeros negros escravos, advindos dos engenhos da região. Após a abolição da escravatura e a queda da produção açucareira nos engenhos do Recôncavo baiano, outras famílias também passaram a ocupar a Ilha. As condições sociais e econômicas do período (sem terra, trabalho e fonte de renda) e os aspectos ambientais existentes na Ilha de Maré (diversidade de mariscos e pescados e árvores frutíferas) confluíram para que a agricultura e principalmente a pesca e a mariscagem (atividade originária dos indígenas da região) se tornassem os principais meios de sobrevivência de muitas famílias. Foi através do consumo direto e da venda/troca, inicialmente para os senhores do engenho e depois para outros habitantes da região, que muitas comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré foram constituídas (INCRA, 2016). De acordo com os dados obtidos junto à Colônia de Pesca Z-04 (localizada na Ilha), a Ilha de Maré possui cerca de 4.000 mil pescadores(as) artesanais, sendo que apenas 2.700 encontram-se cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP) do Estado².

A pesca artesanal desenvolvida em Maré é considerada de pequena escala e possui, entre suas características, uma base familiar de produção (MPA, 2016). Os pescadores, possuidores de um amplo conhecimento sobre “as águas, os manguezais e os pescados da BTS”, mantêm há séculos a tradição, a cultura e o respeito à natureza, que configuram o modo de vida das comunidades tradicionais. “Os habitantes da Ilha dependem da floresta para a sua sobrevivência e a floresta depende dos habitantes para que continue existindo” (ALMEIDA; PAIVA, 2011, p. 23). Para as comunidades pesqueiras da Ilha, a floresta (matas), os mares, os manguezais, as coroas, os rios etc. são espaços conhecidos, denominados e respeitados, que compõem os seus territórios de vida e reprodução social – território pesqueiro ou como temos denominado nesta pesquisa: território articulado das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré.

Frente ao cenário exposto, objetiva-se neste artigo compreender como a categoria de pescador(a) artesanal se apresenta na Ilha de Maré e como, historicamente, esse grupo social foi imprimindo sobre o espaço as suas múltiplas territorialidades, conformando assim o território articulado local. Para tal, metodologicamente recorreremos, além da pesquisa bibliográfica, aos dados estatísticos do extinto Ministério

1. Consultar Lei Municipal nº 3.207 de 1982.

2. Muitos pescadores (as) ainda se encontram na espera da efetivação do seu cadastro efetivado no RGP.

da Pesca e Aquicultura (MPA), da Coordenadoria de Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento(MAPA)/BA, Colônia Z-04, Superintendência Pública da União (SPU)/ BA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/BA, e aos microdados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na pesquisa de campo, destaca-se a realização de reuniões, entrevistas abertas, participação em seminários, oficinas de geografia e cartografia, caminhadas pelo território, elaboração de mapas sociais temáticos e georreferenciamento territorial.

É importante ressaltar que foi durante as oficinas de geografia e cartografia, assim como as caminhadas pelo território, que ocorreu a identificação prévia da área que constitui o território tradicional pesqueiro da Ilha de Maré. Tais informações conduziram à elaboração de mapas sociais e ao georreferenciamento dos múltiplos espaços utilizados pelos pescadores para o desenvolvimento de suas atividades (mar, rios, manguezais, matas/floresta).

O SER PESCADOR(A) ARTESANAL EM ILHA DE MARÉ: SABERES, PRÁTICAS E COTIDIANO

O ser pescador artesanal em Ilha de Maré é compreendido enquanto construção histórica construída através da oralidade, adquirida com os mais velhos e na prática cotidiana no mar e nos manguezais. A relação com a natureza, a forma com que pratica suas atividades produtivas, o conhecimento sobre os espaços apropriados, a liberdade e a propriedade dos meios de produção, entre outras características, lhe conferem um modo de vida específico – tradicional.

Para as comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha, a arte de ser pescador artesanal se traduz também nos laços de pertencimento e na valorização do trabalho de centenas de famílias que amanhecem no mar/manguezais, cuidam das roças e anoitecem no beneficiamento dos pescados. Trata-se de aproximadamente de 4.000 mil pescadores e marisqueiras que se dedicam diariamente à captura, beneficiamento e comercialização de peixes e mariscos. Além disso, muitas famílias também desenvolvem a agricultura e o extrativismo vegetal como forma de complementar a renda.

No que tange à prática da pesca artesanal na Ilha de Maré, observa-se que em toda a poligonal da Ilha há famílias que desenvolvem a pesca e a mariscagem, com destaque para as comunidades do Martelo, Porto dos Cavalos, Ponta Grossa, Maracanã, Bananeiras, Praia Grande e Caquende, que têm nessas atividades a sua principal fonte de renda. É importante pontuar que o ser pescador em Ilha de Maré emerge a partir de um conjunto de relações e atividades que são desenvolvidas em distintos tempos-espaços. Daí falarmos nas múltiplas territorialidades e em territórios materiais e imateriais.

É sabido que a prática artesanal envolve diferentes espaços: mangues, coroas, pesqueiros etc. No caso da Ilha de Maré, os pescadores utilizam desde áreas limítrofes à poligonal da Ilha, até áreas mais distantes, próximas aos municípios de Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Simões Filho e Ilha de Itaparica. Na mariscagem, cerca de 90% da área de manguezal da Ilha é utilizada, assim como as coroas e pedras localizadas em áreas próximas. Já a agricultura e o extrativismo vegetal ocorrem em cerca de 70% da porção central da Ilha, onde se encontram as pequenas roças e as áreas cercadas pelos fazendeiros (Pesquisa de campo, 2017)³.

A pesca artesanal realizada em Ilha de Maré é caracterizada, principalmente, por sua base de produção familiar. É nesta e através da oralidade e da prática diária que são construídos os conhecimentos e as experiências que constituem o ser pescador artesanal. A liberdade, a propriedade dos meios e instrumentos de trabalho, as artes de pesca, a comercialização e a própria captura do pescado também são fatores que diferenciam e particularizam o ser pescador artesanal na Ilha.

Uma característica comum às comunidades tradicionais pesqueiras é a multiplicidade dos espaços apropriados para o desenvolvimento de suas atividades. Na Ilha de Maré, os pescadores utilizam “desde a

3. Tais informações foram adquiridas através do processo de mapeamento social e georreferenciamentos das áreas utilizadas pelos (as) pescadores(as) artesanais para o desenvolvimento de suas atividades.

porção central até toda a região norte e nordeste da Baía de Todos os Santos, havendo relatos de atividade nas proximidades do terminal de *Ferry Boat* em Salvador, assim como na Ilha de Itaparica, em Madre de Deus, em Passé e toda a extensão da baía de Aratu (MONTEIRO, 2014, p. 41). Cabe destacar que é a partir da apropriação desses espaços (conhecidos, nomeados, defendidos e respeitados) que se dá a construção do território pesqueiro local.

Atualmente, de acordo com dados obtidos junto à Colônia de Pesca Z-04, estima-se na Ilha um total de 2.500 embarcações, consideradas de pequeno porte. A frota pesqueira é composta principalmente por barcos de fibra motorizados, canoas de madeira a remo e barcos a vela. Ambos geralmente medem entre 5 a 10 metros, sendo os barcos mais largos do que as canoas. De acordo com os pescadores mais antigos, durante séculos, o principal tipo de embarcação utilizada pelos pescadores da Ilha foi a canoa a remo. Somente há algumas décadas é que os barcos de fibra motorizados ou a remo passaram a compor a frota local.

Sobre o quantitativo de embarcações, observa-se que muitos pescadores não possuem seus próprios barcos/canoas. Estes, quando não se dedicam à pesca desembarcada (locais de pesca próximos e/ou mergulho), geralmente trabalham (embarcados) em grupos de 3 a 5 pessoas, definidos a partir de relações familiares, de compadrio e/ou por afinidade. Cabe destacar que, na Ilha, muitas embarcações são heranças de família, podendo ser utilizadas por qualquer membro – base produtiva familiar.

Há também aqueles que recorrem: à “carona/pongueira” (nesta, a forma de “pagamento” pode ser feita com a entrega de parte da produção ao comandante da embarcação); ao aluguel (o pagamento é realizado em dinheiro ou com parte da produção, sendo incluídos os gastos com óleo do motor), ou ao empréstimo de embarcações de conhecidos (se for motorizada, custeia-se apenas os gastos com óleo do motor e, a depender do caso, se entrega parte da produção).

Na Ilha, existem atracadouros para as embarcações (também chamadas de “pontes” pelos moradores locais) apenas nas comunidades de Porto dos Cavalos, Santana, Praia Grande, Botelho. Nas demais comunidades o embarque é feito nas praias. É nas proximidades das “pontes” e/ou perto do acesso principal das comunidades onde ficam ancoradas as embarcações. Em espaços historicamente conhecidos e nomeados, os(as) pescadores(as) desenvolvem a pesca através da utilização das seguintes “artes ou apetrechos”: linha (de mão, de curso, de fundo, anzol etc.), galão, tarrafa, rede de cerco, rede de espera (tainheira, bagreira, sardinheira, camarãozeira, arraieira, pintadeira), grozeira, caçoieira (lagosta), espinhel (grozeira), jereré (jereré siri, puçá), manzuá/gaiola (siri, lagosta, peixe), mergulho (lagosta, peixe, peguari, salpiro), entre outros.

Ainda de acordo com os dados obtidos junto à Colônia de Pesca Z-04, cerca de 60% dos pescadores possuem suas próprias artes de pesca, em especial, as redes. Os que não têm geralmente realizam a pescaria no sistema de acordo, que pode variar a depender do tipo de arte, da quantidade de pescadores, do dono da embarcação e da rede, do marinheiro (mestre) etc.

Em Ilha de Maré também é comum os pescadores fabricarem suas próprias artes de pesca, a partir de materiais obtidos na “floresta/mata” com o extrativismo ou através da aquisição de materiais nos municípios de Candeias e Salvador. É possível observar nas ruas, casas, árvores, praças ou perto das “pontes” a confecção/manutenção das redes, gaiolas, manzuás.

No que tange às principais espécies capturadas, há certa variação, de acordo com as estações do ano. No verão os peixes mais capturados são a cavala e o bijupirá, já no inverno, quando a pesca é realizada nas áreas próximas à costa, nas coroas e nos mangues, devido ao tempo e às condições de segurança, destacam-se a tainha e a pescada. Na Ilha, a comercialização é realizada nas próprias comunidades (moradores e restaurantes), nas feiras livres e principalmente com os atravessadores que revendem os pescados nas feiras, restaurantes e mercados dos municípios de Candeias e Salvador, a destacar, neste último, nos bairros de Periperi, Liberdade e Paripe.

De acordo com os pescadores locais, a comercialização com os atravessadores decorre principalmente da ausência de infraestrutura de conservação e estoque e da dificuldade de transporte e estabelecimento de pontos de venda estratégicos. Mesmo com as insatisfações, a presença do atravessador acaba significando

uma “possibilidade e alternativa” frente às diversas dificuldades existentes na comercialização. Esse é um cenário presente na maioria das comunidades pesqueiras do estado da Bahia.

Outra especificidade das comunidades tradicionais pesqueiras do Estado refere-se às múltiplas atividades desenvolvidas pelos(as) pescadores(as). A mariscagem, apesar de contar com diversos homens que se dedicam diariamente à captura de caranguejos, siris, ostras etc., é uma atividade desenvolvida principalmente pelas mulheres da Ilha. “O termo “marisqueiro” aplica-se tanto a mulheres quanto a homens, mas na Ilha de Maré, aos homens [...] aplica-se a designação de “pescador” em referência à atividade de pesca, que julgam ser mais pesada e exigir mais habilidade que a mariscagem” (MOURA, 2008, p. 96).

As marisqueiras da Ilha de Maré “são mulheres trabalhadeiras, que buscam suprir as necessidades diárias de alimento de suas famílias e, ao mesmo tempo, alimentar os seus mais singelos sonhos, como dar uma boa educação e vida digna a seus filhos” (PAIVA, 2011, p.104). Atualmente, de acordo com os dados da Colônia Z-04, estima-se que cerca de 2.000 mil pessoas vivem diretamente da atividade. A captura de mariscos nos manguezais “constitui uma das principais fontes de renda e subsistência das famílias, que mantêm uma relação de grande dependência com os recursos disponíveis no ecossistema” (PAIVA, 2011, p. 104). Além de servir para o consumo, a comercialização dos mariscos permite cumprir com os compromissos financeiros, como consumo de energia elétrica, produtos alimentícios, remédios, artigos de higiene pessoal e doméstica, roupas, calçados, material escolar dos filhos etc.

As mulheres, desde cedo, desenvolvem a arte da captura e do catado dos mariscos e através “do exercício diário da mariscagem, elas constroem um rico conhecimento local sobre a dinâmica do ecossistema estuarino e seus componentes, como a qualidade ambiental dos rios, mangues e matas, bem como dos impactos sofridos pela área” (PAIVA, 2011, p. 121).

Considerada uma tradição familiar, a faixa etária predominante das marisqueiras da Ilha de Maré é de 18 a 70 anos. Cabe destacar que a prática da mariscagem envolve diversas etapas e uma rotina de trabalho intensa: o deslocamento até o local da captura, a captura em si, a lavagem para retirada da lama, a fervura para facilitar a extração da casca, o escalde, a extração do marisco da casca, a embalagem do produto e a comercialização (MOURA, 2008). O trabalho das marisqueiras da Ilha é diário e depende da lua e da maré. Geralmente inicia às 4 horas da manhã, quando elas se deslocam a pé ou em canoas para as áreas de mangue coroas e pedras da BTS (coroas e áreas mais distantes exigem o deslocamento em canoas, das próprias marisqueiras ou em carona com os pescadores).

Os principais tipos de marisco capturados são: siri duro, siri mole, aratu, carangueijo, sururu, sururu de mangue, sarnambi, rala coco, ostra, peguari, perna de moça, salpiro, tapu, lambreta, entre outros. Os instrumentos utilizados para a captura são simples e variam de acordo com a espécie. Facões, colheres, ganchos, sacos, baldes, bacias, balaios de palha são exemplos de apetrechos utilizados pelas marisqueiras da Ilha de Maré. O beneficiamento dos mariscos ocorre nas próprias residências. O cozimento geralmente é realizado no forno a lenha e a catagem, nas calçadas das casas com o auxílio de outras mulheres (MOURA, 2008). Já a comercialização ocorre nas próprias comunidades, feiras, restaurantes e, principalmente, com os atravessadores, que revendem nos bairros de Paripe, Periperi, Ribeira e nas feiras da cidade de Salvador, a destacar, São Joaquim e Sete Portas.

É nesse contexto que observamos a importância e a participação das mulheres na atividade da pesca artesanal. Na Ilha de Maré, estas “exercem uma função fundamental na formação de novos trabalhadores da pesca artesanal: o da socialização de seus filhos na atividade da pescaria” (RAMALHO, 2006, p.136). A prática da pesca e da mariscagem “[...] é tradicional. O aprendizado das espécies vendáveis e das técnicas de coleta passa de mãe para filha” (MALDONADO, 1986, p.21). As marisqueiras, além de realizarem a captura e beneficiamento dos mariscos, também são responsáveis pelas atividades domésticas, pelo cuidado dos filhos, pelo tratamento e comercialização dos peixes capturados pelos filhos, esposos e/ou pais, entre outras atividades. Muitas dessas mulheres são responsáveis diretamente pela renda econômica de toda a família. É importante pontuar que observamos, no desenvolvimento dessas atividades, as comunidades imprimindo sobre o espaço as suas territorialidades: caracterizando o saber-fazer-ser pescador em Ilha de Maré.

As questões apresentadas, além de reforçarem a importância da pesca e da mariscagem para comunidades locais, alertam para a necessidade de preservar o ecossistema manguezal presente na BTS, “principalmente em um período histórico em que o modo de produção capitalista vem se apropriando cada vez mais das áreas litorâneas para diversos fins industriais” (RIOS, 2012, p. 182).

Além das águas e do mangue, as matas/florestas também são de suma importância para a sobrevivência das comunidades, pois é através destas que muitas famílias complementam sua renda com a pequena agricultura e o extrativismo vegetal. A agricultura na Ilha de Maré foi, por bastante tempo, uma das principais fontes de renda aliada à pesca e à mariscagem. De acordo com os moradores mais antigos, muitas famílias do Recôncavo Baiano e do Sertão (Feira de Santana) vieram para a Ilha trabalhar nas roças de cana, banana, mandioca, milho etc., que abasteciam a cidade de Salvador.

Atualmente, essa produção é voltada principalmente para o abastecimento das comunidades e alguns compradores das feiras de Salvador e Candeias. De acordo com os moradores locais, as áreas de plantio foram reduzidas significativamente com a apropriação da Ilha por fazendeiros e os conflitos por terra. “Nossas florestas foram quase todas destruídas para dar espaço aos pastos de criação de gado [...] Os pequenos agricultores foram obrigados a se desfazer de suas pequenas propriedades, ficando limitados apenas ao entorno de suas casas” (SANTANA, 2011, p.13).

Sobre os fazendeiros, os moradores locais ainda destacam que quase não existem mais “caminhos no interior da Ilha, pois estes foram cercados [...] Dentro dessas cercas ficou nossa história, pois hoje somos proibidos de transitar por onde nossos antepassados passavam para apanhar água, lenha, frutos etc.” (SANTANA, 2011, p.12). A maioria das fazendas encontra-se localizada na parte interna da Ilha, enquanto as pequenas roças encontram-se, em sua maioria, restritas ao entorno das casas.

Os principais produtos cultivados na Ilha são: aipim, mandioca, coco, laranja, tomate, acerola, cana, milho, banana, feijão, quiabo, melancia, cajá, jenipapo, abóbora, jaca, limão, abacate, hortaliças e algumas ervas medicinais (carqueja, boldo, camomila). Antigamente, como existiam diversas casas de farinha na Ilha, a produção da mandioca se destacava entre as demais. Atualmente, como não há mais esses equipamentos, a produção da mandioca é voltada ao beneficiamento, na feitura do beiju de carimã e bolos. De acordo com os moradores locais, algumas famílias ainda fazem a produção da farinha, porém de maneira pontual, em algumas épocas festivas e para o consumo próprio.

Além da agricultura, muitas famílias desenvolvem também o extrativismo vegetal, em especial a coleta e o processamento do dendê, os cestos dos ramos do dendezeiro, cestos, muzuá e balaios da fibra da canabrava, o paiol (esteira) do talo da banana, a fabricação do doce de banana, a renda de bilro, os chapéus de palhas e as vassouras com a folha do nicuri. O dendê, extraído de algumas áreas da Ilha, é utilizado por diversas mulheres para a fabricação do azeite. Além do azeite, as comunidades também utilizam os “ramos” do dendezeiro para a confecção de cestos que são utilizados para diversas utilidades: guardar roupa, transportar peixes, mariscos e armazenar produtos em casa.

A tala da banana é outro produto extraído pelas comunidades e utilizado para a confecção do paiol (esteira) que é comercializado nas próprias comunidades. Já o fruto é utilizado para confecção do doce de banana enrolado, famoso em diversos lugares e considerado característico da Ilha de Maré. “A produção do doce de banana aqui na Ilha é histórica, tem umas senhoras de 70 anos por aí, que fabricam doces que são famosos em outros Estados até, nosso doce é muito bom” (Pescadora da Ilha – Entrevista – Pesquisa de Campo, 2016).

Já a fibra da Canabrava é utilizada por diversos artesãos das comunidades de Praia Grande e Santana para a confecção de cestos de roupa, pão, muzuá, balaios, entre outros. Peças bastante utilizadas pelos pescadores e marisqueiras da Ilha para o transporte dos pescados. “Na Praia Grande, parece que as crianças já nascem sabendo trabalhar com a palha, pois é comum ver os pequeninhos sentados junto às mães na construção dos cestos, balaios etc.” (Depoimento pescadora da Ilha de Maré, pesquisa de campo, 2017). A comercialização dos produtos geralmente é realizada na própria comunidade e/ou para compradores de Salvador e Candeias.

Além do doce, cestos, balaios e esteiras, outra tradição mantida principalmente pelas comunidades de Santana e Praia Grande é a fabricação da renda de bilro. Considerada uma atividade histórica na Ilha, a sua produção “é feita quase sempre por mulheres de condição humilde que aplicam sua habilidade, destreza e criatividade numa arte a que são levadas por verdadeira devoção” (CAMPOS, 2013, p. 46).

O nome bilro, segundo alguns moradores locais, é oriundo da utilização da “espécie vegetal conhecida localmente como birreiro para a confecção de pequenas peças de madeira: os bilros” (PAIVA, 2009, p. 100), que são utilizados para “trançar” os fios de linha. A produção ocorre nas próprias casas e assim como na mariscagem, trata-se de uma arte que é passada de geração a geração. Os produtos confeccionados variam desde toalhas, colchas, mantas ablusa, bata, saia, vestido etc. e são comercializados em lojas, feiras, mercados de Salvador, Candeias e outros municípios baianos.

Os dados apresentados permitem observar a centralidade das atividades da pesca e da mariscagem na sobrevivência de inúmeras famílias da Ilha de Maré. A agricultura representou, por bastante tempo, uma das principais fontes de renda dos moradores, todavia, com o seu declínio, a pesca e a mariscagem reforçaram a sua centralidade. Atualmente, a agricultura e o extrativismo vegetal consistem em atividades desenvolvidas por inúmeras famílias, como forma de complementar a sua renda ou prover artefatos para uso doméstico ou profissional.

A articulação dessas atividades, além de reafirmar as múltiplas territorialidades desenvolvidas pelos pescadores artesanais da Ilha, reforça a importância dos territórios pesqueiros (terra e água), que têm sido cotidianamente ameaçados e destruídos pelos diversos projetos do capital. Podemos compreender, então, que o ser pescador artesanal em Ilha de Maré é constituído a partir de um conjunto de relações e atividades que são desenvolvidas em distintos tempos-espacos – múltiplas territorialidades. Portanto, é visando conhecer um pouco mais sobre essas “múltiplas territorialidades”, que apresentamos a seguir o esforço de identificar e demarcar o que denominamos de território articulado das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré.

O TERRITÓRIO ARTICULADO (TERRA E ÁGUA) DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA ILHA DE MARÉ

A “pesca artesanal é uma atividade humana que representa uma modalidade específica de uso do espaço” (CARDOSO, 2003, p. 119). Essa especificidade reside tanto na articulação dos meios aquático e terrestre quanto na união de territórios materiais e imateriais, ambos considerados imprescindíveis na sobrevivência e reprodução social das comunidades. Para Little (2004), “um aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais” (LITTLE, 2004, p. 254). No caso das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha, essas particularidades se destacam pelas múltiplas relações historicamente desenvolvidas pelos pescadores com seus territórios, caracterizadas pela articulação de distintas atividades e tempos-espacos (pesca, mariscagem, agricultura, extrativismo, moradia, religiosidade, danças, crenças, mitos etc.).

Para as comunidades tradicionais da Ilha de Maré, esses “territórios” são compreendidos como condição e meio de reprodução social, no qual a articulação de ambientes, atividades e relações desenvolvidas, além de reafirmar as particularidades que os caracterizam, conforma o que temos denominado de território articulado (terra e água) das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré. É importante destacar que a palavra “articulação” não se restringe à dinâmica integrada entre os ambientes marítimos e terrestres, incorpora também as múltiplas relações existentes entre as comunidades e seus territórios, sejam esses materiais ou imateriais. Pois, é no território articulado onde centenas de pescadores e pescadoras desenvolvem as suas atividades de reprodução e vida.

As discussões realizadas até o momento, além de enfatizar essas particularidades, demonstraram o quanto a invisibilidade histórica dos(as) pescadores(as) artesanais e a “incompreensão” desses aspectos têm influenciado diretamente no uso, gestão e controle dos territórios pesqueiros. Na Ilha de Maré, devido aos territórios pesqueiros constituírem áreas estratégicas e de grande interesse ao desenvolvimento do capital, essa “incompreensão”, de certa forma, exime e camufla os inúmeros impactos socioeconômicos, ambientais e culturais ocasionados pelas atividades industriais inseridas na Baía de Todos os Santos. Historicamente, o Estado tem visto os pescadores artesanais somente como uma categoria de trabalhadores, descartando toda a riqueza social, cultural e ambiental que envolve a tradicionalidade e o modo de vida dessas comunidades.

Na Figura 1, onde apresentamos o “território articulado (terra e água) das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré”, observamos além de toda a poligonal da Ilha, os diversos espaços utilizados para a produção, em especial, a pesca e a mariscagem. No centro da Ilha encontram-se as áreas de mata, onde ocorre o extrativismo vegetal. Já a maioria das roças se localiza nas proximidades das casas, conferindo um verdadeiro mosaico de paisagens e ambientes (território da agricultura e extrativismo vegetal). Na interface entre a terra e o mar, há uma vasta área de manguezal, de onde provêm inúmeras espécies de mariscos que garantem há séculos a renda econômica de centenas de famílias (território da mariscagem). No mar e nos rios, encontram-se as coroas e os pesqueiros, espaços considerados sagrados pelas comunidades (território da pesca).

O território da pesca em Ilha de Maré é constituído por importantes áreas de manguezal, apicum, coroas, restingas, ilhas, rios, enseadas etc. Localizado na BTS e com uma extensão de aproximadamente 810 quilômetros quadrados, o território da pesca é considerado por diversos pesquisadores como rico e diverso em estoques pesqueiros (HATJE et al., 2009).

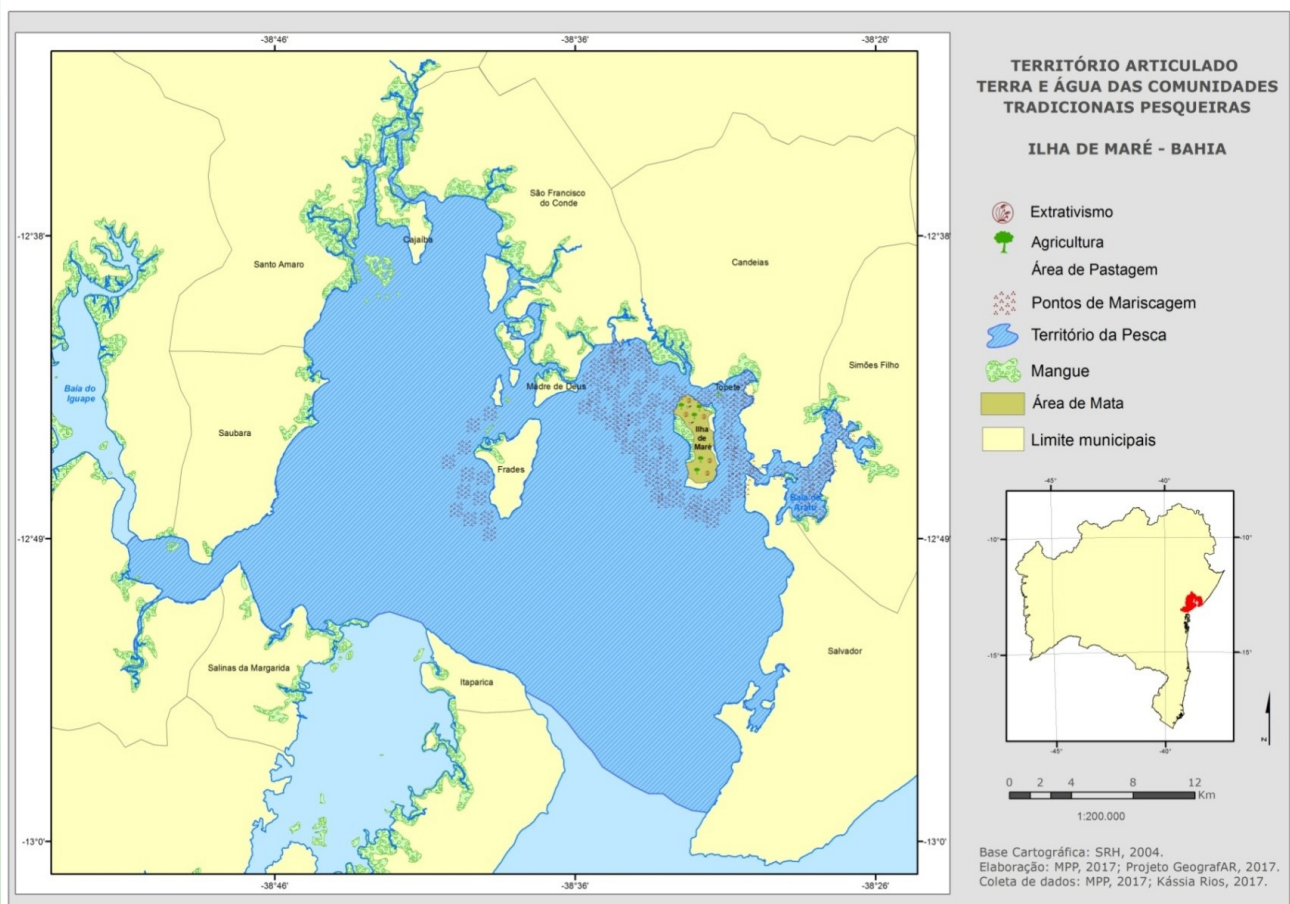


Figura 1. Mapa do Território articulado (terra e água) das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré, Bahia.

Fonte: RIOS, 2017.

O denominado (pelas comunidades locais) “território água” é bastante amplo e não se restringe às proximidades da Ilha. Para o desenvolvimento da pesca, os pescadores, além de utilizarem toda a parte central da BTS, se estendem: i) Ao norte: até os municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde, chegando à Ilha de Cajaíba; ii) A nordeste: desde as proximidades dos municípios de Madre de Deus e Candeias, incluindo os rios Rio São Paulo e São Paulino, a toda a área da Baía de Aratu, chegando às proximidades do município de Simões Filho; iii) A oeste: das proximidades do município de Saubara até a localidade de Barra do Paraguaçu, no início da Baía do Iguape, limitando-se ao município de Salinas da Margarida e à ponta da Ilha de Itaparica; e iv) A leste: utilizam grande parte da região leste (Paripe, Periperi, Plataforma), limitando-se às proximidades do terminal *Ferry Boat* em Salvador.

Uma característica importante observada no ser pescador artesanal na Ilha refere-se ao tipo de relação construída entre as comunidades e os espaços historicamente apropriados. Conforme apontado por Maldonado (1986); Diegues (1993) e Cardoso (2003), tratam-se de lugares conhecidos, denominados e defendidos. Cada comunidade possui uma história, uma vinculação e um nível de pertencimento específico com esses lugares. Daí pensarmos as particularidades que envolvem os territórios pesqueiros.

Já o território da mariscagem em Ilha de Maré é constituído por densas áreas de manguezais, coroas, rios, ilhas e ilhotes. Considerado “o cordão umbilical entre a terra e o mar” pelos pescadores e marisqueiras da Ilha de Maré, o ecossistema manguezal é composto pelas espécies mangue vermelho (*Rizophoramangle*), mangue siriúba (*Avicenniaschaueriana*) e mangue branco (*Laguncularia racemosa*). As coroas, distribuídas em diversos espaços da BTS, representam para as comunidades tradicionais pesqueiras um espaço de grande relevância socioeconômica, cultural e ambiental. “As coroas são minha vida, ai quem mexa nas minhas coroas que eu viro bicho. São dessas coroas aqui que eu tiro o necessário para comer, vestir, sair, me divertir etc. Foi nelas que eu aprendi a mariscar” (Depoimento, Marisqueira Ilha de Maré, Pesquisa de Campo, 2016).

O território da mariscagem, assim como o da pesca, é bastante amplo e abrange tanto as áreas de manguezal existentes na Ilha de Maré, como outras consideradas mais distantes. Para as áreas mais distantes, as marisqueiras utilizam canoas das próprias famílias ou o sistema de “carona” com os pescadores. Diariamente e em grupos, as marisqueiras se deslocam muitas vezes ainda na madrugada até as áreas de manguezal e coroas, que estão localizadas: i) Em todo o entorno da Ilha, incluindo as áreas próximas à Ilha do Topete; ii) Na área que compreende a Baía de Aratu; iii) Nos manguezais e coroas que ficam nas proximidades dos Municípios de Candeias, São Francisco do Conde e Madre de Deus, incluindo os rios São Paulo e São Paulino; e iv) Em algumas coroas e manguezais próximos à Ilha dos Frades.

De acordo com as marisqueiras da Ilha, cada coroa possui um nome e uma relação histórica na vida das comunidades. “Aqui na Ilha, inúmeras gerações cresceram e se reproduziram tendo as coroas como referência cultural de nosso povo. Há histórias, crenças, mitos e significados que os antigos guardam e que recontam a nossa história” (Depoimento, Marisqueira Ilha de Maré, Pesquisa de Campo, 2016). As atividades da agricultura e do extrativismo vegetal sempre estiveram presentes na vida das comunidades da Ilha de Maré. Até a década de 1940, a Ilha contava com grandes plantações agrícolas, todavia, após o declínio da atividade, essa produção passou a ocorrer basicamente através de pequenas roças, com exceção de algumas fazendas ainda existentes que se encontram ocupadas por pastos. As pequenas roças encontram-se espalhadas dentro de algumas fazendas e por toda a Ilha, a destacar: Fazenda Cruz, Major, Fazenda Martelo, Fazenda Maracanã, Fazenda Bananeiras, Amêndoa e diversas localidades próximas às comunidades.

Além da agricultura, muitas famílias desenvolvem também o extrativismo vegetal, que é considerado pelas comunidades como uma importante “herança cultural”. Para o desenvolvimento do extrativismo, as comunidades utilizam todas as áreas de mata da Ilha. Como podemos observar, o território articulado das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré é constituído por diversos usos e espaços, estes que são considerados essenciais à sobrevivência de milhares de famílias. Outro ponto que merece destaque e preocupação é que esse território encontra-se inserido num espaço de alta incidência de disputas e conflitos territoriais envolvendo pescadores – a BTS. Isso por ser um lugar estratégico de desenvolvimento do Estado e que concentra altos investimentos (nacionais/internacionais) nos diversos setores – petroquímico, metalúrgico, portuário, turístico, aquícola, imobiliário.

Os pescadores de Maré têm vivenciado historicamente um intenso processo de privatização e degradação ambiental em seus territórios, decorrente de desmatamentos, contaminação por produtos químicos, entre outros. A inserção de indústrias, de empreendimentos turísticos e de outros projetos do setor privado na BTS tem ocasionado a modificação de áreas tradicionalmente utilizadas pelas comunidades para o desenvolvimento de suas atividades. Mesmo se tratando de uma Reserva Ecológica e Área de Preservação Permanente (APP), inúmeras foram as denúncias realizadas nos últimos anos pelas comunidades da Ilha sobre a contaminação das áreas de pesca por resíduos industriais, esgotos residenciais, derramamentos de produtos químicos por embarcações, entre outros. Estudos sobre a qualidade das águas, ar e pescados da BTS revelam o quanto essas atividades têm comprometido as condições naturais da Baía e interferido no desenvolvimento das comunidades da Ilha, que reivindicam o acesso e o direito aos seus territórios (MACHADO, 1996; QUEIROZ; CELINO, 2007, 2008; HATJE, 2009; SANTOS et al., 2009, 2010, 2016). Para o Estado e as empresas privadas que atuam na BTS, essas comunidades são invisíveis e, quando há mecanismos legais de proteção, estes não são fiscalizados e/ou não contemplam as especificidades que envolvem os territórios pesqueiros (terra e água). Daí a importância de compreender o ser pescador artesanal na Ilha e as especificidades de seu território.

CONCLUSÕES

O ser pescador em Ilha de Maré é constituído a partir de um conjunto de relações e atividades que são desenvolvidas em distintos tempos-espacos. Na Ilha, a pesca é compreendida como uma atividade praticada pelos pescadores artesanais, com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida, que possui características culturais, econômicas, ambientais e sociais específicas. Já os pescadores artesanais são compreendidos como integrantes de um grupo social, que se reproduz de maneira diferenciada dentro do modo de produção capitalista e assegura a reprodução do seu modo de vida através da prática da pesca artesanal – no qual, o “ser tradicional” é tido enquanto especificidade, afirmação de um modo de vida que mantém relações distintas com a natureza. Para os pescadores artesanais da Ilha de Maré, a pesca representa muito mais do que uma profissão; trata-se de uma arte (ofício) que, além de prover o alimento e, através da comercialização, os demais recursos necessários à sua sobrevivência, carrega diversos significados, sentimentos e laços de identidade, pertencimento e, principalmente, respeito, pelos diversos espacos historicamente apropriados.

As territorialidades desenvolvidas por esse grupo são entendidas como uma prática social que ocorre sob uma base espacial, composta por distintos ambientes e significados. O território pesqueiro, portanto, deve ser compreendido como uma articulação de vários territórios – materiais e imateriais – cujos pescadores necessitam do livre acesso e das condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades de pesca e de vida. Na Ilha de Maré, de acordo com o georreferenciamento territorial realizado, o território pesqueiro estende-se por cerca de 65% da área da BTS, o que inclui faixas de terras, manguezais, apicuns, coroas, rios, ilhas, ilhotas etc. A multiplicidade de atividades desenvolvidas pelos pescadores (pesca, mariscagem, agricultura, extrativismo vegetal) e os distintos ambientes apropriados confere um caráter específico às comunidades pesqueiras. Daí a necessidade de pensarmos o território pesqueiro na sua múltipla espacialidade e funcionalidade, cujos espacos marítimos e terrestres representam a base histórica da sustentação e reprodução social, econômica e cultural dessas comunidades.

Por fim, cabe ressaltar que o conjunto de espacos que constitui o território articulado das comunidades pesqueiras da Ilha de Maré encontra-se gravemente ameaçado pelos empreendimentos existentes na BTS. O que reafirma a importância de estudos que deem visibilidade às especificidades que envolvem o ser pescador artesanal no local e suas diversas e distintas territorialidades.

REFERÊNCIAS

- MEIDA, R. O; PAIVA, A. de. S. Ilha de Maré: amor à primeira vis(i)ta. In: ALMEIDA, R. O. de et al. **Caderno Ambiental Ilha de Maré**. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Núcleo de Publicações, 2011.
- CAMPOS, L. **Ações e reflexões artísticas na Ilha de Maré**. Cultura Visual, n. 19, p. 43-52. Salvador: EDUFBA, julho/2013.
- CARDOSO, E. S. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. **GEOUSP- Espaço e tempo**. São Paulo, n. 14, pp.119-125, 2003.
- CARDOSO, E. S. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, São Paulo, 2001.
- CPPBA. Conselho Pastoral dos Pescadores – Regional Bahia (litoral). **Um olhar sobre a pesca na BTS**. Diagnostico da Realidade dos (as) pescadores(as) Artesanais em Ilha de Maré e Maragogipe. Salvador, Bahia, 2000.
- DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- FCP. Fundação Cultural Palmares. **Informações Quilombolas – 2017**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: Fevereiro de 2017.
- GEOGRAFAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Banco de Dados 2016**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2017.
- HATJE, V. et al. Contaminação Química. In: HATJE, V.; ANDRADE, J. **Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- HATJE, V.; ANDRADE, J. **Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos**. Salvador: EDUFBA, 2009. 306p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Dados comunidades Quilombolas – 2016**. Banco de Dados. INCRA/ Salvador, 2016.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Ilha de Maré Salvador – Bahia**. INCRA/ Salvador, 2016b.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. In: OLIVEIRA, L. R. C. (Org.). **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2004. p.251-290.
- MACHADO, J. C. **Estudo do Grau de Contaminação por Hidrocarbonetos nos Sedimentos da Baía de Todos os Santos**. Dissertação (Mestrado em Química). Instituto de Química, Universidade Federal da Bahia, 1996.
- MALDONADO, S. C. **Mestre e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1994.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Câmaras Setoriais e Temáticas – 2015**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. Acesso em: janeiro de 2016.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Aquicultura e Pesca. **Dados estatísticos – 2016**. Pesquisa de Campo, 2016.
- MOURA, D. F. G. de et al. A etnoecologia das marisqueiras da comunidade de Praia Grande, Ilha de Maré, Salvador-BA. **Candombá– Revista Virtual**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 91-110, jul – dez 2008.
- MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Dados do Registro Geral da Pesca – Pescadores, Embarcações, Colônias, Associações**. MPA, 2016.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. Dados do Registro Geral da Pesca – Pescadoras Artesanais. Disputas e conflitos territoriais nos territórios pesqueiros. **Oficina**. Ilha de Maré - Salvador, 2017.

MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Pesca e pescadores artesanais no estado da Bahia. **Oficina**. Salvador, 2016.

PAIVA, A. S. et al. Aspectos socioambientais ligados às matas nativas da Ilha de Maré. In: ALMEIDA, R. O. et al. **Caderno Ambiental Ilha de Maré**. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Núcleo de Publicações, 2011a.

PAIVA, A. S. et al. O que temos aprendido na convivência com a Ilha de Maré e seus habitantes? In: ALMEIDA, R. O. et al. **Caderno Ambiental Ilha de Maré**. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Núcleo de Publicações, 2011b.

PAIVA, A. S. Conhecimentos dos moradores da Ilha de Maré acerca dos recursos naturais numa abordagem histórica. **Candombá – Revista Virtual**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 98-114, jul – dez 2009.

QUEIROZ, A. F. S.; CELINO, J. J. Manguezais e Ecossistemas estuarinos na Baía de Todos os Santos. In: QUEIROZ, A. F. de S.; CELINO, J. J.. (Org.). **Avaliação de ambientes na Baía de Todos os Santos: aspectos geoquímicos, geofísicos e biológicos**. Salvador: UFBA, 2008.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar!: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres, 2006.

RIOS, K. A. N. **Da produção do espaço à construção dos territórios pesqueiros: pescadores artesanais e carcinicultores do Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA)**. 2012. 276f. Dissertação(Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTANA, E. Ilha de Maré, terra de lendas, cantos e encantos. In: ALMEIDA, R. O. et al. **Caderno Ambiental Ilha de Maré**. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Núcleo de Publicações, 2011.

SANTOS, N. M. et al. Chumbo e mercúrio no sangue e estado relativo ao ferro em crianças residentes em comunidade de pescadores na Baía de Todos os Santos, Salvador, Bahia, Brasil. In: II WORLD CONGRESS OF PUBLIC HEALTH NUTRITION, Porto, 2010. **Anais [...]**. Porto, 2010.

PESCA ARTESANAL NA BAÍA DE INHAMBANE: UMA PERSPECTIVA COMPARATIVA ENTRE OS CENTROS DE PESCA DE CHICUQUE/MUNICÍPIO DE MAXIXE E MUELÉ/MUNICÍPIO DE INHAMBANE EM MOÇAMBIQUE

ARTISANAL FISHING IN THE INHAMBANE BAY: COMPARATIVE PERSPECTIVE BETWEEN THE CHICUQUE / MUNICIPAL FISHING CENTERS OF MAXIXE AND MUELÉ / MUNICIPALITY OF INHAMBANE IN MOZAMBIQUE

PESCA ARTESANAL EN LA BAHÍA DE INHAMBANE: PERSPECTIVA COMPARATIVA ENTRE CENTROS DE PESCA CHICUQUE / MUNICIPIO DE MAXIXE Y MUELÉ / MUNICIPIO DE INHAMBANE EN MOZAMBIQUE

RUNGO, Zacarias Augusto

RESUMO

A pesca artesanal ocupa um lugar significativo na economia de Moçambique, sendo considerada hoje uma das principais contribuintes para o auto-emprego e para a melhoria da renda familiar da população das regiões costeiras. Sendo assim, o presente capítulo objetiva analisar comparativamente a pesca artesanal praticada na baía de Inhambane no referente às principais artes de pesca, bem como do contributo que a atividade representa na melhoria da renda familiar e na garantia das condições básicas de sobrevivência das comunidades pesqueiras associadas aos centros de pesca de Chicuque no Município da Maxixe e de Muelé no Município de Inhambane em Moçambique. Para a realização do trabalho recorreu-se a uma combinação metódica da pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, tendo pautando-se pela definição de uma amostra aleatória e por conveniência de 30 (trinta) indivíduos, entre pescadores artesanais e responsáveis pela atividade nos dois centros de pesca. Desta feita, da pesquisa realizada foi possível constatar alguns aspetos comuns e diferentes na prática da pesca artesanal, mas também nos próprios rendimentos, ou seja, existe uma similaridade inequívoca no que concerne às artes de pesca utilizadas nos dois centros, em parte pelo fato de grande parte dos pescadores dos dois centros mantiverem contatos estáveis de trabalho. E em termos de rendimentos pela prática da atividade, constatou-se diferenças mínimas entre os centros de pesca artesanal estudados, sendo que, os pescadores do centro de pesca de Chicuque tem tido melhores rendimentos quando comparados aos pescadores do centro de pesca de Muelé.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Renda Familiar. Artes e Métodos de Pesca.

ABSTRACT

Artisanal fishing occupies a significant place in the economy of Mozambique, being considered today one of the main contributors to self-employment and to improving the family income of the population of coastal regions. Therefore, this chapter aims to mark a comparative analysis of artisanal fishing practiced in the Bay of Inhambane regarding the main fishing gear, as well as the contribution that this activity represents in improving family income and guaranteeing the basic conditions of survival of associated fishing communities in the fishing centers of Chicuque in the municipality of Maxixe and of Muelé in the municipality of Inhambane in Mozambique. In order to carry out this work, a methodological combination of bibliographic research and fieldwork was used, based on the definition of a random sample and for the convenience of 30 (thirty) individuals, including artisanal fishermen and those responsible for this activity in the two centers. From the research it was possible to verify some common and different aspects in the practice of artisanal fishing, but also in the income itself, that is, there is an unequivocal similarity with regard to the fishing gear used in the two centers, partly due to the fact that most of the fishermen in the two centers maintain stable work contacts. And in terms of income from the practice of the activity, there were minimal differences between the artisanal fishing centers under study, and the fishermen in the Chicuque fishing center have had better yields when compared to the former.

Keywords: Artisanal fishing. Family Income. Fishing Arts and Methods.

RESUMEN

La pesca artesanal ocupa un lugar significativo en la economía de Mozambique, siendo considerada hoy uno de los principales contribuyentes al autoempleo y al mejoramiento de los ingresos familiares de la población de las regiones costeras. Por tanto, este artículo tiene como objetivo marcar un análisis comparativo de la pesca artesanal practicada en la Bahía de Inhambane con respecto a las principales artes de pesca, así como el aporte que esta actividad representa en la mejora de los ingresos familiares y garantizar las condiciones básicas de supervivencia de las comunidades pesqueras asociadas a los centros pesqueros de Chicuque en el municipio de Maxixe y de Muelé en el municipio de Inhambane en Mozambique. Para la realización de este trabajo se utilizó una combinación metodológica de investigación bibliográfica y trabajo de campo, con base en la definición de una muestra aleatoria y para la conveniencia de 30 (treinta) individuos, incluyendo pescadores artesanales y los responsables de esta actividad en algunos centros de pesca. A partir de la investigación se pudo constatar algunos aspectos comunes y diferentes en la práctica de la pesca artesanal, pero también en la propia renta, es decir, existe una similitud inequívoca con respecto a los artes de pesca utilizados en los dos centros, en parte debido a el hecho de que la mayoría de los pescadores de los dos centros mantienen contactos laborales estables. Y en cuanto a los ingresos por la práctica de la actividad, hubo diferencias mínimas entre los centros de pesca artesanal en estudio, y los pescadores del centro de pesca de Chicuque han tenido mejores rendimientos en comparación con los primeros.

Palabras clave: Pesca artesanal. Renta familiar. Artes y métodos pesqueros.

INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira nas comunidades moçambicanas é bastante antiga e tem vindo a acompanhar a evolução técnica das comunidades baseada na relação direta do homem com a natureza, na qual envolvem-se grupos sociais de diferentes etnias. A pesca artesanal constitui uma atividade que desde sempre foi responsável pelo sustento de grande parte da população de Moçambique e da província de Inhambane, em particular. E apesar da intensa exploração dos recursos pesqueiros e conseqüente redução do pescado nos últimos anos, a pesca artesanal continua sendo uma atividade que junto com a agricultura desempenham um papel fundamental no desenvolvimento local.

A escolha do centro de pesca de Chicuque no Município de Maxixe em Inhambane- Moçambique deve-se ao fato de Chicuque ou Jerusalém ser um centro de referência a nível do Município de Maxixe no concerne à pesca artesanal, potencializada pela grande procura dos recursos pesqueiros a nível do Município, até porque, Maxixe é concebido como uma cidade econômica a nível da província e por isso, populações dos Distritos do interior, recorrem ao mercado local para obtenção de mariscos. É verdade que este não é o único centro a nível do Município, pelo que, Rungo (2016:188), avança os centros de pesca de Chicuque-Ponte, Mange, Nhamaxaxa e de Cugwana, como os mais significativos a nível do Município.

E para Muelé no Município de Inhambane-Moçambique, a sua escolha fundamenta-se pelo fato de encontrar-se numa cidade capital e turística a nível da província, o que acaba potencializando também a comercialização do pescado, pois, conforme sabe-se, Inhambane enquanto município, é um grande centro turístico.

Os centros de pesca em alusão são responsáveis pelo fornecimento de pescado no mercado local e regional, valendo-se para tal fim, por um circuito complexo de compradores e revendedores de pescado. Mas, apesar deste processo comercial complexo, grande parte dos pescadores artesanais associados aos centros de pesca em referência, ainda enfrentam várias limitações socioeconômicas, o que leva a ideia de analisar comparativamente a pesca artesanal praticada na baía de Inhambane no referente às principais artes de pesca, bem como do contributo que a atividade representa na melhoria da renda familiar e na garantia das condições básicas de sobrevivência das comunidades pesqueiras associadas aos centros de pesca de Chicuque no Município da Maxixe e de Muelé no Município de Inhambane em Moçambique.

METODOLOGIA DE TRABALHO

Para a operacionalização desta pesquisa foi feita uma revisão bibliográfica baseada na escolha e no levantamento de informações em revistas científicas, artigos científicos, legislação nacional, entre outros

materiais que, de forma direta ou indireta, evidenciam a questão em estudo.

Tendo em conta o objeto de estudo, adotou a priori, o método indutivo como de abordagem, que segundo Carvalho (2009:79) consiste em se estabelecer uma verdade universal ou uma referência geral com base no conhecimento de certo número de dados singulares e para presente pesquisa, a indução baseou-se numa amostragem aleatória simples constituída por 30 (trinta) indivíduos entre pescadores artesanais e peixeiros, sendo 15 indivíduos para cada centro de pesca.

Tabela 1: Caraterísticas da Amostra

Centro de Pesca de Chicuque			
Sexo	Masculino	Feminino	
	15	0	
Estado civil	Casado	Solteiro / união marital	Divorciado
	1	14	0
Número de agregado	Agregado ≤ 4	Agregado ≥ 5	
	5	10	
Escolaridade	Nenhum nível	Ensino primário concluído	Ensino secundário concluído
	5	7	3
Centro De Pesca de Muelé			
Sexo	Masculino	Feminino	
	2	13	
Estado civil	Casado	Solteiro / união marital	Divorciado
	4	9	2
Número de agregado	Agregado ≤ 4	Agregado ≥ 5	
	4	11	
Escolaridade	Nenhum nível	Ensino primário concluído	Ensino secundário concluído
	10	4	1

Fonte: Autor (2019)

No referente à operacionalização da pesquisa, ou seja, aos procedimentos metodológicos, o estudo recorreu ao método comparativo, de salientar que, este método consistiu em analisar comparativamente o objeto de estudo. Pois, para Fachin (2001:39) este método permite a analisar dados concretos e dedução de semelhanças e divergências de elementos constantes, propiciando investigações de caráter indireto. Neste sentido, o método permitiu a identificação comparativa das artes e métodos de pesca artesanal, bem como os rendimentos obtidos pela atividade nos centros estudados.

Quanto as técnicas de pesquisa, o estudo foi desenvolvido em duas fases, sendo a primeira centrada na pesquisa bibliográfica e na segunda fase realizou-se o levantamento de dados através de entrevistas semiestruturadas, ou seja, mistas, estabelecidas por um guião previamente elaborado com recurso à língua portuguesa, mas que foi interpretado em língua Gitonga e xitswa¹. E a análise dos dados foi feita de forma mista, ou seja, fez-se uma descrição qualitativa dos resultados através de apresentação de depoimentos de entrevistas, mas também, optou-se por uma descrição quantitativa através de apresentação de gráficos.

PESCA ARTESANAL NOS CENTROS DE CHICUQUE E MUELÉ

LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

O centro de pesca de Chicuque localiza-se no município de Maxixe, região sul de Moçambique, concretamente na província de Inhambane, tendo o Município da Maxixe como limite Norte, o Distrito de Morrumbene através do Rio Nhanombe; a Sul, pelos Distritos de Jangamo e Homoíne, a Este, pela cidade de Inhambane através da baía de Inhambane e a Oeste, pelos Distritos de Homoíne e Morrumbene através do rio

1. Idiomas tradicionais faladas a nível dos Municípios de Inhambane e Maxixe.

Nhanombe e é atravessado no sentido sul-norte pela estrada nacional no 1 e possui uma área de 282 km² (RUNGO:2018)

Desta feita, a comunidade pesqueira de Chicique encontra-se na periferia da cidade da Maxixe e faz limite a Sul com o bairro Rumbana, a Este, com a Baía de Inhambane, a Oeste, com o bairro Nhambiho e a Norte, com o bairro da expansão, conforme pode-se deprender do Mapa (Figura 1), a seguir

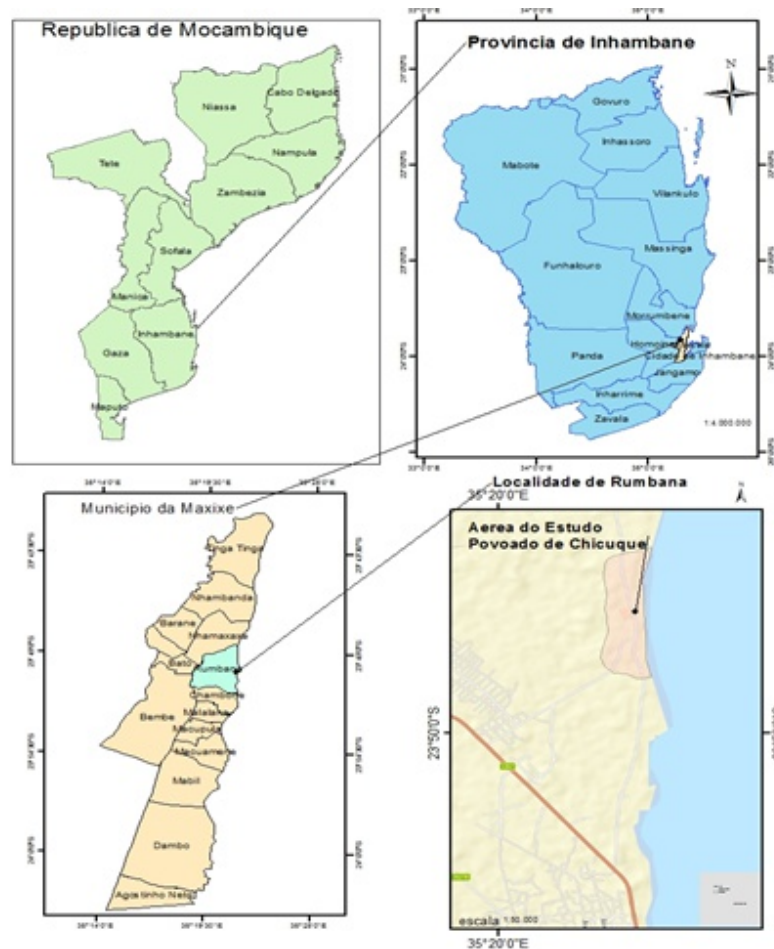


Figura 1: Enquadramento Regional da Comunidade Pesqueira de Chicique, Localidade de Rumbana no Município da Maxixe-Moçambique

Fonte: DINAGECA (2019)

O Município de Inhambane está localizado na zona central da Província de Inhambane e é a capital provincial. Está limitado ao Norte e a Oeste pela baía de Inhambane, ao sul pelo Distrito de Jangamo através do rio Guiúa e a este pelo oceano indico na latitude 23°50` sul e longitude 35° e 30`, conforme mostra o Mapa (Figura 2):

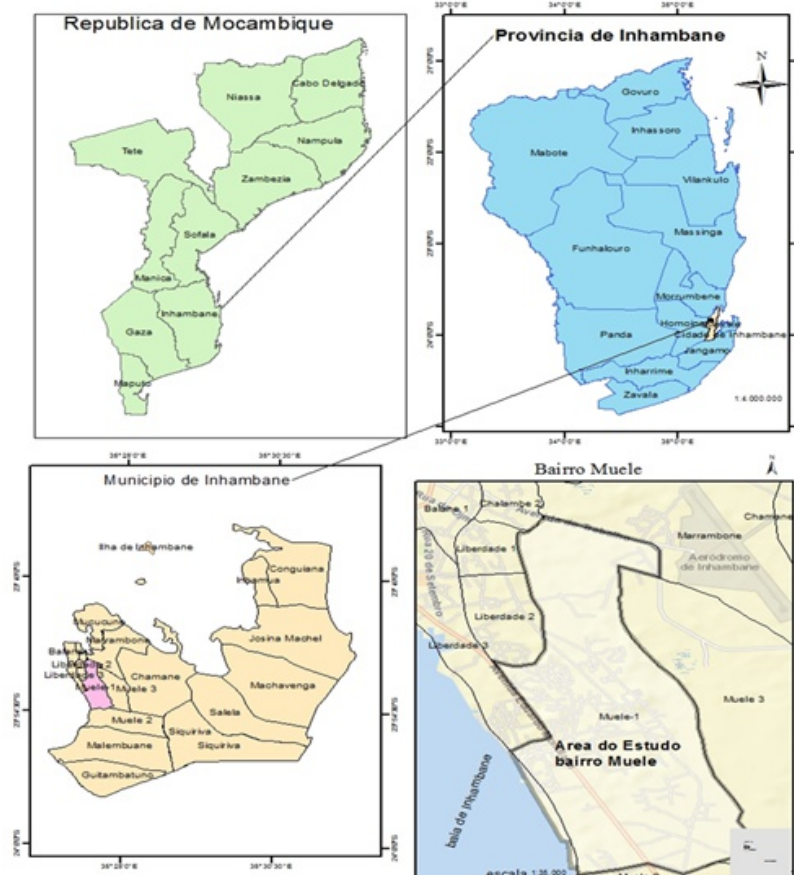


Figura 2: Enquadramento Regional da Comunidade Pesqueira de Muelé no Município de Inhambane-Moçambique

Fonte: DINAGECA (2019)

O Município da Cidade de Inhambane² é composto por 24 bairros, nomeadamente: Chalambe 1 e 2, Liberdade 1, 2 e 3, Muelé 1, 2, e 3, Guitembatuano, Matembuane, Mucucune, Marrambone, Chamane, Salela, Machavenga, Siquiriva, Josina Machel, Conguina, Nhamúia, Ilha de Inhambane, Balane 1, Balane 2, Balane 3. A zona urbana abrange o Bairro Central e toda a parte da cidade cimento.

PROCESSO DE LICENCIAMENTO DOS PESCADORES ARTESANAIS

A distribuição dos centros de pesca pelas 11 províncias de Moçambique é relativamente diferente, sendo que cerca de 14% localizam-se na Província de Cabo Delgado e as outras 10 (dez) províncias, nomeadamente: Niassa, Tete, Nampula, Manica, Zambézia, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo e Maputo cidade concentram 86% dos Centros de Pesca. É os centros de pesca estudandos localizam-se na província de Inhambane.

A baía de Inhambane é caracterizada por apresentar ao longo da sua costs vários centros de pesca, que segundo Rungo (2016) constituem locais selecionados estrategicamente por pescadores artesanais para acomodar as embarcações e equipamentos de pesca. São também locais que sistematicamente há desembarque de barcos a vela contendo o pescado.

Na baía de Inhambane, e ao longo da costa do município da Maxixe destacam-se os seguintes centros: Centro de Pesca de Chicuque-ponte, Centro de Pesca de Jerusalém; Centro de Pesca de Mange, Centro de Pesca de Nhamaxaxa e Centro de Pesca de Cuguana. E pela costa do Município da Maxixe, destacam-se os centros de pesca de Muelé, centro de pesca de Chalambe, centro de pesca de Guitembatuano, centro de pesca de Salela, entre outros.

2. Considerada cidade turística e é o território que auferiu o maior volume de investimentos no sector turístico a nível da província de Inhambane.

Em todos os centros de pesca existentes ao longo da baía de Inhambane, a pesca artesanal está ligada, historicamente, à influência maioritária de um grupo étnico que forma a cultura das comunidades litorâneas de Inhambane, que é o grupo etnolinguístico Gitonga³.

O processo de licenciamento dos pescadores artesanais vigente nos diferentes centros de pesca existentes a nível nacional enquadra-se na política pesqueira vigente em Moçambique⁴ e visa estabelecer uma visão integrada de desenvolvimento que combina aspetos de ordenamento e gestão participativa dos recursos pesqueiros e na perspetiva de Massamba (2016:19), o setor pesqueiro em Moçambique é da responsabilidade do Ministério das Pescas que tem Direções Nacionais e Provinciais. As Direções Nacionais são compostas por instituições tuteladas como é o caso de institutos, nomeadamente: Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (IIP); Instituto Nacional de Inspeção do Pescado (INIPE); Instituto Nacional de Pescas (IIPPE), o Fundo do Fomento Pesqueiro (FFP) e Escola de Pesca e Portos de Pesca.

A lei das pescas estabelece que o exercício da pesca comercial e operações conexas está sujeito a obtenção prévia de uma licença de pesca que é antecedida pelo pagamento da respetiva taxa. A pesca artesanal comercial rege-se pelos procedimentos de licenciamento estabelecidos por lei e a de subsistência é isenta de pagamento de taxas, contudo, deve-se proceder o registo das artes de pesca, conforme as exigências legais (MINISTÉRIO DAS PESCAS, 2006:3).

No entender de Uane (2002) a nível distrital, o licenciamento das atividades da pesca artesanal é de competência do Governo do Distrito cuja execução é de responsabilidade dos Serviços Distritais das Atividades Económicas (SDAEs) com envolvimento e ou delegação de competências às entidades de nível local, tais, como: postos administrativos, líderes comunitários, Conselhos Comunitários de Pescas (CCP's), associações dos pescadores, entre outros. Entretanto, nos centros de pesca do Município da Maxixe e Inhambane, verifica-se um baixo nível de licenciamento, que resulta de entre vários fatores, dos seguintes: (i) fraca planificação das ações de licenciamento, apesar de melhorias; (ii) dificuldades de coordenação entre autoridades administrativas locais e os CCP's; (iii) fraca aderência dos pescadores e persistência do uso das artes nocivas ao ambiente. Em torno deste assunto, Firmino (2019) referiu que:

[...] a fraca aderência dos pescadores artesanais está relacionada a pouca perceção da relevância de se proceder o licenciamento das artes de pesca e ao pagamento das respetivas taxas". A atividade pesqueira realizada da Baía de Inhambane é estritamente artesanal, pois, é por causa disso, muitos não aderem ao licenciamento dizendo que só retiram do mar básico para a alimentação dos seus agregados familiares (2019, s/p).

Uane (2016) analisa de forma diferente, destacando que parte significativa dos pescadores artesanais não estão ainda conscientizados sobre a necessidade de se proceder o pagamento das taxas conforme estabelecido por lei como um mecanismo de arrecadação de receitas para o financiamento das políticas públicas. Ademais, a nível nacional existe ainda uma fraca divulgação destas obrigações financeiras a que o pescador artesanal esta sujeito a cumprir.

ARTES DE PESCA ARTESANAL NOS CENTROS DE CHICUQUE E MUELÉ

A pesca artesanal nos centros de pesca de Chicuque e Muelé caracterizam-se pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção. Os grupos de trabalho são formadas por relações de parentesco e de convivência comunitária e as artes da pesca artesanal utilizadas são reflexos do conhecimento local, transmitido de geração em geração pelos anciões e responsáveis pela atividade pesqueira a nível dos agregados familiares de pescadores artesanais.

3. Segundo A. Cabral apud FERREIRA (2005) os Gitongas podem ser oriundos do norte de Moçambique, o seu gosto pela vida marítima, relacionado com o uso das embarcações de tipo árabe, recorrendo à linha, a redes de arrasto e a armadilhas colocadas, durante as marés baixas, são traços que teriam herdado dos contactos com os asiáticos.

4. Decreto no. 3/90 de 26 de setembro (Lei de Pescas) que definia o quadro geral da ação da administração pesqueira e das atividades dos agentes económicos.

Decreto n.º 43/2003, de 10 de Janeiro, que define o regulamento geral da pesca marítima;

Decreto n.º 50/2007 de 24 de maio, que define o regulamento de funcionamento dos comités de cogestão de pesca.

No centro de pesca de chicuque, os resultados do inquérito mostraram que, 33% dos pescadores artesanais recorrem a rede de arrasto com recurso a barco para a captura de pescado e ainda existe uma minoria que utiliza o cerco, e reforçam a ideia de que, praticamente não usam barcos a motor para a pesca, por estarem além das suas disponibilidades monetárias para aquisição de equipamentos de fabricação de embarcações.

As redes de arrasto para praia com recurso a barco a vela têm um comprimento que varia de 60 a 150 metros, e os cabos de alagem são feitos de sisal e medem entre 100 a 300 metros e a malhagem utilizada nesta arte de pesca é de 38 mm e capturam a lagosta, camarão grande, médio, pequeno e os sub-produtos da pesca.

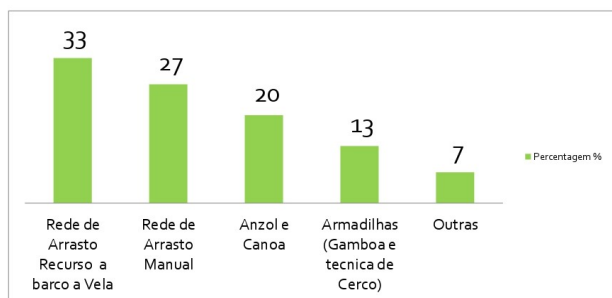


Figura 3: Gráfico de Opinião Sobre Artes e Métodos de Pesca Artesanal em Uso no Centro de Chicuque

Fonte: Autor, 2019

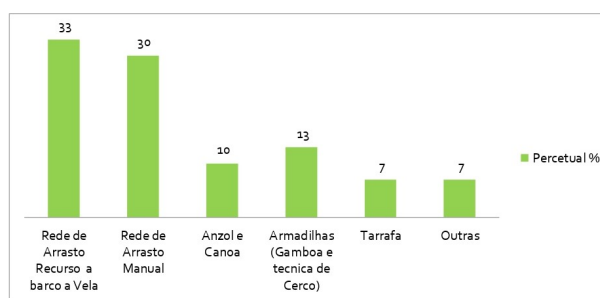


Figura 4: Gráfico de Opinião Sobre Artes e Métodos de Pesca Artesanal em Uso no Centro de Muelé

Fonte: Autor, 2019

Olhando para a mesma situação no centro de pesca de Muelé-Município de Inhambane, uma tendência semelhante se regista nas perceções sobre as artes e métodos de pesca, com destaque para a rede de arrasto com recurso a barco a vela. Contudo, neste centro de pesca, referenciou-se uma nova técnica denominada tarrafa (baseada em cerco armadilhada) usada por cerca de 7% dos inquiridos.

As artes usadas nos centros de pesca em estudo são similares, onde, destaca-se: a arte de arrasto para a praia através da rede manual de arrasto; rede de emalhar com recurso a barco a vela; gamboa e outras técnicas de cerco. Essa similaridade deve-se em parte ao fato de grande parte dos pescadores dos centros manterem um constante contacto, onde, em alguns casos, se encontram no alto mar e nos mercados e feiras de venda do pescado.

Nos dois centros de pesca, a atividade é estritamente artesanal, com uso de artes de pesca de arrasto, linha, emalhe, gamboa e tarrafas. sendo que, a arte de pesca de arrasto com recurso a barco a vela é a mais produtiva, em termos de volume de pescado capturado, sendo por isso, considerada a mais importante das artes que operam na baía.

A produtividade na pesca artesanal é muita das vezes associada à propriedade da embarcação e como pode se perceber dos resultados do inquerido nos gráficos (Figuras 3 e 4), cerca de 33% dos pescadores artesanais recorrerem a rede de arrasto com recurso à barco a vela (Figura 6), sendo que, os outros recorrem a outras artes e métodos que muitas das vezes socorrem-se por embarcações precárias (figura no 3), o que também traduz-se em capturas e rendimentos baixos e presume-se que este facto seja originado por dificuldades no financiamento do setor da pesca artesanal, aliado a falta de licenciamento de grande parte dos pescadores artesanais, aspetos reforçados por Massamba (2016:61) ao referir que:

A pesca artesanal é exercida por produtores autónomos que sazonalmente, além da pesca, desenvolvem atividades complementares e devido à baixa autonomia financeira e técnica são explorados ambientes ecológicos próximos à costa, enquanto as técnicas utilizadas na captura da pesca artesanal apresentam baixo rendimento relativo.



Figuras 5 e 6: Barcos de Pesca em Uso na Baía de Inhambane

Fonte: autor, 2019

As comparações dos métodos e técnicas de pesca permitem considerar que, o arrasto para a praia com recurso a barco a vela constitui a arte de pesca mais importante na baía de Inhambane e contribuiu com cerca de 95 % de todas as pescarias. Contudo, os entrevistados são unânimes ao afirmar que o centro de pesca Chicuque, constitui o que mais tem contribuído nos valores globais das capturas a nível dos centros existentes ao longo d baía de Inhambane.

PESCA ARTESANAL E O SEU CONTRIBUTO NA MELHORIA DA RENDA FAMILIAR

O rendimento familiar da pesca artesanal deve ser percebido como sendo a totalidade dos ganhos/rendimentos ou benefícios resultantes da prática da pesca artesanal num agregado familiar. E ao referir-se a este assunto, Rombe afirmou que:

[...] a pesca artesanal é uma atividade que está presente no dia a dia da comunidade pesqueira de Chicuque e muitas famílias sobrevivem somente da pesca, mas é preciso que a família do pescador se envolva na revenda do peixe nos mercados, como forma de rentabilizar a atividade, pois, o preço praticado na praia é relativamente baixo em comparação ao preço nos mercados, [...] só assim consegue-se adquirir alguns bens básicos para a alimentação, financiar os estudos dos filhos, assistência medica (2019CP)

O acesso aos serviços básicos como educação, saúde, consumo de água potável e corrente elétrica constitui a satisfação das necessidades básicas essenciais para os seres humanos. Neste caso, para as duas comunidades de pesca a possibilidade do alcance do bem-estar das famílias a partir da pesca foi testada através de apresentação de níveis de opinião em relação a contribuição da pesca artesanal na satisfação dos mesmo e os resultados constam dos gráficos (Figuras 7 e 8).

Nos dois centros de pesca, a pesca notabiliza-se na melhoria da dieta alimentar, na ocupação social dos seus membros através da geração de autoemprego, e na obtenção do básico para o dia a dia. Daí que, os dados colhidos no centro de pesca de Chicuque remetem-nos a um entendimento benéfico da atividade.

Os impactos da pesca no centro de pesca de Chicuque são vistos pelos pescadores artesanais locais como sendo benéficos, pois, apesar dos constrangimentos registados, relacionados com a notável redução da quantidade do pescado, devido ao uso de artes e métodos de pesca predatórias, a não observância dos períodos de defeso por parte de alguns pescadores e principalmente devido ao aumento do número de pescadores artesanais tem influencia na redução do pescado.

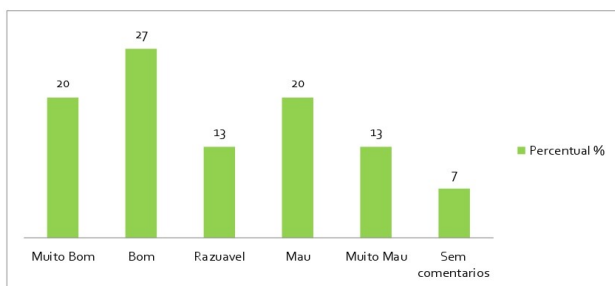


Figura 7: Gráfico de Opinião Sobre Contribuição da Pesca Artesanal na Melhoria da Renda Familiar na Comunidade Pesqueira de Chicuque

Fonte: Autor, 2019

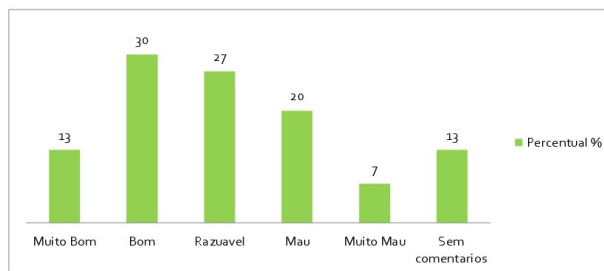


Figura 8: Gráfico de Opinião Sobre Contribuição da Pesca Artesanal na Melhoria da Renda Familiar na Comunidade Pesqueira de Muele

Fonte: Autor, 2019

E com relação a opinião de bom em 27% referenciado pelos inquiridos do centro de pesca de chicuque, traduz-se na satisfação que os mesmos manifestam ao conseguir custear com os rendimentos obtidos na pesca artesanal as despesas básicas, nomeadamente: habitação, saúde, escola, alimentação, etc. Porém, essa opinião não é partilhada por todos, uma vez existirem pescadores na ordem de 20% que não tendo equipamentos de pesca melhorados, como a rede de arrasto e um barco a vela, não conseguem resultados satisfatórios e por causa disso, os seus rendimentos são maus, o que se pode perceber das declarações de Pascoal ao referir que:

[...] os equipamentos ou artes de pesca tem influência direta nas capturas e conseqüentemente nos rendimentos, muitos de nós, não temos barcos para ir pescar no alto mar e por isso, os benefícios não são dos melhores [...] não conseguimos pescado suficiente para alimentar a família e ao mesmo tempo vender para obter dinheiro de aplicar em outras despesas (2019, s/p)

De salientar que, para fazer face as limitações impostas pelo baixo nível de captura do peixe, os membros de agregados familiares de pescadores vem adotando estratégias de intervenção direta na revenda do peixe, ou seja, ao invés de venderem o peixe para as vendedeiras de diferentes proveniências, os pescadores artesanais tem persuadido suas famílias (esposas e filhas), no sentido de levarem o pescado para à venda no mercado local. Como refere Diegues (1998) a pesca artesanal associada ao processo de venda no mercado local pelo mesmo agregado familiar contribui, de forma significativa, para a segurança alimentar das comunidades ao longo da costa.

Nos dois centros a pesca artesanal é praticada como uma atividade pesqueira de regime familiar e os praticantes possuem conhecimentos tradicionais que regulam a mesma. Desta forma, em Muelé, a pesca tem tido um impacto não satisfatório para os pescadores locais, comparativamente ao centro de Chicuque, como pode atestar o gráfico no 4:

O gráfico (Figura 8) deixa evidente que, o rendimento da pesca em Muelé, não pode ser percebido de forma linear, uma vez, apesar de percentagens satisfatórias de bom em 30% e razoável em 27%, os pescadores artesanais de Muelé vivem em condições habitacionais não satisfatórias, devido, principalmente as inundações periódicas provocadas pelas mares. Desta feita, considera-se que, para este centros, os rendimentos devidos desta atividade não satisfazem as necessidades básicas dos pescadores artesanais, daí que recorrem a outras atividades socioeconómicas, como o comercio informal, artesanato, entre outras como mecanismo de incrementar a renda.

De forma comparativa, no centro de pesca de Chicuque, a renda mensal dos pescadores entrevistados varia de 2500 MT mensais a 6000 MT. Diante destes rendimentos, os pescadores relatam que a pesca naquele centro tem sido uma via alternativa para a sua sobrevivência, pois, para além dos valores monetários provenientes da venda, o pescado tem servido para dieta alimentar da família. E no centro de pesca de Muelé, a renda mensal dos pescadores entrevistados varia de 2000 MT mensais a 4000 MT, valores que não satisfazem as necessidades básicas.

Importa referir ainda que, os pescadores artesanais associados ao centro de pesca de chicuque participam em um sistema de crédito rotativo semanal, denominado localmente como xitique, o que tem contribuído grandemente para impulsionar as poupanças que posteriormente são aplicadas na aquisição de bens avultados, construção de habitações ou mesmo em aquisição de materiais para impulsionar a atividade pesqueira. E no centro de pesca de Muelé, os pescadores artesanais participam do mesmo sistema, contudo, a forma de pagamento não tem que ser necessariamente monetária, havendo casos em que essa contribuição se traduz em bens materiais (utensílios domésticos, equipamentos de pesca, etc).

Nos dois centros de pesca, os fundos ou bens envolvidos circulam entre os membros associados e a coleta e distribuição funciona regra geral na base da confiança e empatia, ao mesmo tempo que obriga cada membro do grupo a fazer a poupança de um montante pré-determinado e dentro da periodicidade previamente definida (diária, quinzenal, mensal, trimestral etc.), para o pagamento da sua quota. A distribuição da poupança entre os membros do grupo de pescadores é feita periodicamente e rotativamente. Contudo, para casos especiais (doença, morte, casamento, etc.) podem ser abertas exceções à escala dessa rotatividade, desde que haja acordo entre os integrantes do grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos ao longo do trabalho de campo permitem afirmar a atividade pesqueira nos centros de pesca da baía de Inhambane é dinâmica e as artes e métodos de pesca usadas são similares, em parte devido a interação existentes entre os grupos de pescadores envolvidos, bem como pela força do legado histórico.

No tocante aos níveis de produção, e de receitas, o destaque, como é notável, vai para os barcos grandes, movidos a vela, que superam de alguma forma, a produção manual ou com recurso a canoas. O ponto central é que os pescadores artesanais que recorrem a rede de arrasto manual ou mesmo com recurso a canoas, conseguem quantidades reduzidas de pescado, embora todos sejam considerados pelo Regulamento da Pesca Marítima como pescadores artesanais

A atividade notabiliza-se significativamente na melhoria da dieta alimentar, das condições de vida, geração de autoemprego, incremento do rendimento familiar, multiplicação de outras atividades económicas locais (efeito multiplicador) e na coesão social. é preciso salientar que, tanto em Chicuque, assim como Muelé, as pescas têm contribuído na melhoria da renda familiar. Contudo, os pescadores artesanais associados ao centro de pesca de Chicuque tem tido maiores benefícios pela prática da atividade, devido a localização geográfica estratégica do centro de pesca, o que lhes permite acesso facilitado ao alto mar.

Com base nas conclusões feitas, julgou-se pertinente tecer algumas sugestões para as entidades responsáveis pela fiscalização da pesca artesanal na região e para os pescadores artesanais que operam na baía de Inhambane.

- É urgente a introdução de uma educação ambiental permanente nas comunidades pesqueiras existentes ao longo da baía de Inhambane, em prol da necessidade de licenciamento das suas atividades e seleção sustentável das artes e métodos de pesca;

- É urgente fazer-se um acompanhamento das atividades de pesca artesanal pelas entidades responsáveis, devendo para tal, criar uma base de dados de capturas por espécimes para melhor controle das quantidades e da disponibilidade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Santana P. & MAFUCA, Jorge. **Pesca de Arrasto e Linha na Baía de Inhambane**. Maputo: Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (IIP) 1998

AMOROZO, Maria C. et al. **Métodos de Colecta e Análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. São Paulo, 2002.

ANDERSON, et al. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**, Editora Afiada, II Volume, Lisboa, 2002.

CORAZZA, R. Icassatti. Tecnologia e Meio Ambiente no Debate Sobre os Limites do Crescimento: Notas à Luz de Contribuições Seleccionadas de Georgescu-Roegen. **Revista Economia**. Brasil, 2005. [Online] Disponível na Internet via correio electrónico, 2003. www.economia@com.br; 13/07/2019.

DENGO, A.; GOVENDER, A. **Pesca semi-industrial e Artesanal de Camarão**: Baía de Maputo in Documento apresentado por ocasião do Seminário sobre Sistemas de Amostragem para a pesca de pequena escala. Instituto de Investigação Pesqueira. Maputo – Moçambique;1998.

DIEGUES, A. C; **Pesca Artesanal no Litoral Brasileiro**: uma análise do Rio grande do sul & Rio grande do Norte; São Paulo: Cidade Universitária. 1988.

FEREIRA, Ana Rita. **Fixação Portuguesa e Pré-colonial de Moçambique**. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/ Junta de Investigações Científicas de Ultramar, 1982.

FLORIANI, Dimas. Conhecimento, Meio ambiente & Globalidade. Jarúá editora, UNESCO, São Paulo, 2004.

HOGUANE, António Mubango. **Perfil Diagnóstico da Zona Costeira de Moçambique**. Universidade Eduardo Mondlane, Escola Superior de Ciências Marinhas e Costeiras, Chuabo Dembe, P.O.Box 128, Quelimane, Moçambique, 2007.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESCA DE PEQUENA ESCALA (IDPPE). **Relatório do Censo Nacional de Águas Marítimas da Pesca Artesanal**, Maputo. 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). III **Recenseamento Geral da População e Habitação**: Resultados Definitivos, Província de Inhambane. Maputo, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatísticas Distritais** (Estatísticas do Distrito de Maxixe). Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2012

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatísticas Provinciais** (Estatísticas da Província de Inhambane), Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2007

JUNIOR, N. N. Pedrosa. **Etnoecologia e Conservação em áreas Naturais Protegidas**: Incorporando o Saber Local na Manutenção do Parque Nacional de Superaguai. Monografia Científica para a obtenção do grau de Mestre em Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2002.

LOPES, Simão. **Crenças Mágico-religiosas Ligadas à Pesca de Pequena Escala na Região de Inhassoro**: Um estudo de caso. Monografia Científica para obtenção do grau académico de Licenciatura em Ensino de História. Faculdade de Ciências Sócias. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1994.

MALÓ, Sérgio Adriano. **Diferenciação espacial do uso e ocupação do solo na cidade da Maxixe**. Monografia Científica para obtenção do grau académico de Licenciatura em História. Faculdade de Ciências Sócias. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo. 2002.

MASSAMBA, Sandra Fazenete Picardo. **A pesca artesanal e suas contribuições para o desenvolvimento local**: uma análise comparativa dos Distritos de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil e Vilankulo-Inhambane-Moçambique. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2016.

MINISTERIO DA ADMINISTRACAO ESTATAL. **Perfil do Distrito de Maxixe**. Província de Inhambane. Maputo: Ministério da administração estatal, 2005

MOÇAMBIQUE. Ministério das Pescas. **Regulamento Geral da Pesca Marítima** de 03 de Agosto, Maputo, 2003.

MOÇAMBIQUE. **Política Nacional do Meio Ambiente**: Lei 20/97 de 1 de Outubro (Lei do Ambiente), Maputo, 1990.

MONZONI, M. **Comparação do impacto da renda da pesca nas comunidades Moçambicanas**. São Paulo: Peirópolis, 2008

RAFAEL, Saul Dias. **Dicionário Toponímico, Histórico, Geográfico e etnográfico de Moçambique**. Arquivo histórico de Moçambique, Maputo, 2002.

RUNGO, Zacarias Augusto. **Descontinuidades na Ocupação do Espaço Urbano**: Caso do Município da Maxixe, 1997-2015; in: Anais do II Encontro de Geografia Física e Ambiente, Guimarães-Portugal, 04-08 de Junho de 2018.

RUNGO, Zacarias Augusto. Descrição Etnoecologica dos Pescadores Artesanais da Baía de Inhambane: Caso do Município da Maxixe, in: **Brasil e Moçambique**: diálogos geográficos sobre a pesca artesanal, FFP-UERJ, Brasil, 2016. Pág. 111-125 ISBN 978-85-69437-10-9

UANE, D. L. **Conflitos no Sector Pesqueiro de Vilanculo**. Universidade Eduardo Mondlane; Faculdade de Letras e Ciências sociais-Departamento de História. Maputo: 2002.

WAKANY, Mário da Silva. **Características Físicos, Geográficos e Recursos do Banco de Maputo**. Monografia Científica para obtenção do grau académico de Licenciatura em ensino de Geografia. Faculdade de letras. Universidade Pedagógica, Maputo, 1995.

O MEU TEMPO É O MESMO QUE O SEU? AS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES DA JORNADA DE TRABALHO

IS MY TIME THE SAME AS YOURS? THE DIFFERENT CONFIGURATIONS OF THE WORKDAY

¿ES MI TIEMPO EL MISMO QUE EL SUYO? LAS DIFERENTES CONFIGURACIONES DEL DÍA LABORAL

RIBEIRO, Ramona Raissa do Nascimento Guerra Melo

RESUMO

Este artigo tem a pretensão de fazer uma breve reflexão acerca da percepção da dinâmica do trabalho e a forma como seu tempo é gerido, chamando atenção a diferentes jornadas de trabalho que se configuram de acordo com a necessidade da organização social pré-estabelecida na sociedade posta em análise. Para além disso, o artigo busca ainda, analisar as particularidades da realidade brasileira, chamando atenção ao caso da pesca no município de Tamandaré e as iniciativas do Governo para administração do trabalho na localidade.

Palavras-chave: Tempo. Jornada de Trabalho. Industrialização. Pesca.

ABSTRACT

This article intends to make a brief reflection about the perception of the work dynamics and the way your time is managed, drawing attention to different working hours that are configured according to the need of the pre-established social organization in the society put under analysis. In addition, the article also seeks to analyze the particularities of the Brazilian reality, calling attention to the case of fishing in the municipality of Tamandaré and the Government's initiatives to manage work in the locality.

Keywords: Time. Worday. Industrialization. Fishery.

RESUMEN

Este artículo pretende hacer una breve reflexión sobre la percepción de la dinámica del trabajo y la forma en que se gestiona su tiempo, llamando la atención sobre las diferentes horas de trabajo que se configuran de acuerdo con la necesidad de la organización social preestablecida en el conjunto de la sociedad. en análisis. Además, el artículo también busca analizar las particularidades de la realidad brasileña, llamando la atención sobre el caso de la pesca en el municipio de Tamandaré y las iniciativas del Gobierno para gestionar el trabajo en la localidad.

Palabras clave: Tiempo. Jornada de trabajo. Industrializacion. Pesca.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o trabalho e a forma como este é concebido varia de acordo com a época e a sociedade na qual está sendo feita a análise. Se pensarmos em trabalho de uma forma plural, analisando sua dimensão histórica a sociabilidade a ele atrelado, é possível identificarmos que por muito tempo o trabalho foi e/ou ainda é concebido como algo que intrínseco ao ser humano. Não à toa que para Karl Marx (2013), o trabalho representa a essência do ser humano. Na perspectiva marxiana, a consciência humana é condicionada pela relação dialética entre o sujeito e o objeto, transformando o mundo em que vive e por ele sendo transformado. Sendo assim, o trabalho aparece como um processo de autocriação do indivíduo, pois, uma vez que este é produto de seu meio, logo, ele é produto do trabalho.

Isto significa dizer que os seres humanos não produzem individualmente, mas como integrantes de uma determinada forma de sociedade pois, para que um determinado objeto possua utilidade prática, este precisa ser requerido pelos indivíduos que a integram. E é justamente por isso que se pensarmos em sociedades nas quais o tempo não era e/ou não é regulado de acordo com a organização imposta pelo modelo capitalista, torna-se possível estabelecer a concepção do trabalho enquanto um conjunto de atividades não valorativas¹, vinculadas não apenas a sua produção, mas também associada a um conjunto de ritos, ao sistema de parentesco, à celebrações e etc., enfim, a toda sociabilidade presente naquela determinada sociedade.

Sob esses aspectos, a regulamentação do tempo e a organização do ciclo de trabalho em tais sociedades, é determinada por elementos naturais como o sol, a lua, o vento e/ou o mar, o que faz com que o tempo apresente uma dimensão cultural – a hora de levantar, de tomar café, cuidar do pasto, plantar, colher, etc. Para Edward Thompson (1998), esta ausência de tempo regado com auxílio de instrumento – como é o caso do relógio – faz com que a noção de tempo possa ser interpretada de forma positiva, uma vez que dá margem para uma interpretação mais compreensiva do trabalho, sem que haja muita separação entre o “trabalho” e a “vida”; assim como é passível de ser interpretada de forma negativa, tendo em vista a parcela de pessoas cuja dinâmica de trabalho está domesticada com o tempo marcado pelo relógio.

De acordo com esta lógica, o ciclo e/ou a jornada de trabalho deve ser definido de acordo com as necessidades das sociedades. Se pensarmos no modelo sem regulação do tempo instrumentalizado, certamente a dinâmica de trabalho aplica-se ao grupo de pessoas que trabalham de forma independente – artesã/o, agricultor/a, pescador/a e etc. -, mas a partir do momento em que a dinâmica de trabalho se opera de forma dependente, isto é, empregando mão-de-obra externa do indivíduo independente, torna-se necessária a regulação do tempo de trabalho.

Neste segundo caso, o da utilização de mão-de-obra dependente, o tempo pode ser regulado de diferentes formas, dentre elas, uma das mais comuns é através do “dia de trabalho” que antecede até mesmo a criação do relógio. Este modelo garantia um acordo entre o/a contratante e o/a contratado/a no valor de uma jornada de trabalho, a fim de garantir o cumprimento diário das atividades estabelecidas. No entanto, a ausência de uma medição direta do tempo estabelecido para o cumprimento de tais atividades envolve uma gama de variáveis possíveis de serem tomadas, mas que no geral apresentam inconsistências a/ao contratante do trabalho (THOMPSON, 2008). Isto porque, devido ao fato de não haver diretamente uma divisão entre o tempo de trabalho próprio e o tempo de trabalho empregado ao/a trabalhador/a, este/a último/a pode acabar sem cumprir por completo aquilo que lhe foi acordado.

Tendo em vista a precibilidade do acordo de “dia do trabalho”, a base instituída pelo modelo de produção capitalista busca controlar o tempo na jornada de trabalho, de forma a garantir que aquilo que lhe é necessário seja cumprido em uma parcela de sua jornada e que o restante não deixe de ser cumprido, servindo-lhe de mais-valor. Essa relação entre o tempo necessário e o que lhe serve de mais-valor intrínseca a jornada de trabalho, se move no íntimo dos limites físicos e morais do/da trabalhador/a, que por vezes excedem até mesmo sua jornada de trabalho, desmembrando-se em novas outras jornadas. No entanto, ainda assim, o/a trabalhador/a precisa de tempo para que possa satisfazer suas necessidades sociais e morais, sendo elas determinadas pela cultura da época na qual se inserem, o que faz com que a jornada de trabalho se apresente enquanto uma grande variável, determinada pelo tempo requerido para o trabalho e sua variação com a duração do trabalho (que por vezes se apresenta de forma bem flexível).

A visão marxiana atribui que, em todo caso, uma jornada de trabalho representa menos que um dia natural de vida. Isto porque a alma do/da capitalista pertence ao capital e este último:

Tem um único impulso vital, o de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constate, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive também o quanto mais trabalho vivo suga (MARX, 2013, p. 392).

1. Cabe destacar que por valor, atribui-se a dimensão valorativa utilizada pelo capitalismo. Ou seja, o trabalho aqui referido, só pode ser encarado como pertencente ao conjunto de atividades que constitui uma sociedade como tal.

De acordo com esta perspectiva, o tempo de trabalho no qual o/a trabalhador/a executa suas atividades é também o tempo no qual o/a capitalista consome sua força de trabalho, por ele/ela comprada. Ou seja, o/a trabalhador/a detém da força de trabalho diária, a qual é vendida por um determinado preço que nem sempre condiz com o que lhe é perdido em substância de trabalho. Diante disso, é como se o trabalho pudesse ser resumido apenas ao produto final, empregado a partir da força de trabalho diária despendida em uma jornada de trabalho, ao passo que, a substância do trabalho –que tem como referência o trabalho nos termos discutidos anteriormente, enquanto essência humana–, constitui parte de seu ser na execução das atividades ao longo de sua vida, e ao ser consumido pelo/a capitalista, gera danos fixos ao/a trabalhador/a, ocasionando na sua substituição por outra mão-de-obra.

O TRABALHO ARTESANAL E O ADVENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Como vimos, o ciclo e/ou jornada de trabalho é determinado de acordo com as necessidades e formas de organização existente nas determinadas sociedades, de modo que o seu ciclo e/ou jornada de trabalho venha a corresponder com as expectativas esperadas, seja ela positiva ou não para o/a trabalhador/a.

No caso do trabalho artesanal, há uma construção social entre arte e trabalho, onde este último, esteve durante muito tempo atrelado ao código da arte, que perpassa tanto pela dimensão intelectual como pela dimensão corpórea do/da artista. Cabe destacar que, definição de arte aqui empregada não se atém apenas ao produto final, mas sim ao domínio sob o objeto, cuja cultura do ofício e a competência de exercê-la se traduzem na habilidade de dominar determinada matéria.

Nesses casos, a *perfeição* surge como um elemento-chave, capaz de transformar o que está posto na mente do/da artista em algo concreto, conferido naquilo em que lhe dá forma, desencadeando, neste processo, o espírito da arte. A existência desse espírito está atrelada a dimensão do trabalho, uma vez que ele é quem lhe confere o centro de sua existência, de modo que o/a artista possa sentir orgulho em relação ao que está sendo produzido, o que lhe permite a sensação de autonomia para com a sua arte.

Haja vista a relação entre a arte e o trabalho, a singularidade do tempo se opera de forma indispensável para o desenvolvimento das habilidades artísticas, isto porque para alcançar a perfeição, o/a artista destina um longo tempo de aprendizagem em seu saber-fazer. Sendo o *fazer*, a comprovação do *saber* efetivado que, como defende Richard Sennet (2009), confere legitimidade ao código da arte.

A dimensão prática, aparece então, como elemento de extrema importância para o percurso de aprendizado do/da artista, ainda que tal dimensão tenha sido renegada por muito tempo, tida como subalterna. Isto porque, o trabalho com as mãos foi e/ou é tido como o trabalho desqualificado, no qual a pessoa “não possui” domínio suficiente acerca do trabalho intelectual para ocupar cargos de melhores condições e/ou remunerações. O que para Sennet não parece fazer tanto sentido, tendo em vista que se seguirmos num modelo materialista cultural, veremos que o *animal laborens* – que toma o trabalho como um fim em si mesmo – pode vir a servir de guia para o desencadear do *homo faber* – que atua enquanto juiz do labor e das práticas materiais².

É então, a partir do engajamento do *animal laborens* para com o *homo faber* que surge a figura do/da mestre enquanto pessoa que detém da competência, do espírito da arte, da perfeição e da autonomia. Isto porque, toda habilidade artesanal se baseia numa aptidão desenvolvida em alto grau, como justifica Platão ao buscar a etimologia da palavra “fazer”–poiein–, que está expressa no conceito de habilidade e serve para designar que toda perícia artesanal é um trabalho voltado para a busca da qualidade.

A busca pela qualidade, no entanto, gera um conflito no mundo real. Supondo que almejemos idealizar a qualidade absoluta, isto quer dizer que chegaremos a um produto final completo, perfeito, sem falhas. No entanto, no plano real, lidamos constantemente com prazos e por isso, tal possibilidade nem sempre há de ser contemplada. Um exemplo disso é o caso da construção de um barco. Um barco por encomenda pode vir a

2. Tal discussão é colocada em seu texto “O artífice” como uma crítica a respeito da distinção estabelecida por Hannah Arendt ao dissertar sobre a caixa de pandora e a forma com a qual devemos lidar com ela.

ficar pronto num pequeno período de tempo (suponhamos que três meses), ao passo que um barco feito com maestria e com o gozo da qualidade pode vir a demorar até mesmo o dobro do tempo estimado para chegar ao seu resultado final. O primeiro barco, por encomenda, cumprirá o papel ao qual fora designado, no entanto, no caso do segundo barco, feito com maestria, a interação entre o conhecimento tácito e a consciência presente do/da artista funcionará como uma espécie de arrimo.

Um outro fator importante para constituição do trabalho artesanal é o local no qual o trabalho era e/ou é desempenhado. Para Sennet "a oficina é a casa do artífice" (2009 p. 67), ou seja, para além de ser o local no qual desempenham suas atividades, é também o local em que se come, dorme e desenvolve suas relações de parentesco, o que consequentemente faz com que sua relação para com o trabalho seja moldada de forma mais íntima, com o auxílio das pessoas que formam o seu círculo de convivência, proporcionando-lhe recompensas emocionais mais pessoais.

Esta proximidade do trabalho com o lar desencadeia, na maioria das vezes, a possibilidade de perpetuação do ofício por parte de seus/suas sucessores/as, que ao longo das fases de sua vida pode vir a se interessar a apreender os conhecimentos necessários para construção do saber-fazer artesanal. Costumeiramente, isso ocorre em comunidades tradicionais de pescadores/as e/ou agricultores/as que, em seu processo de socialização, lidam diariamente com as atividades desempenhadas por seus/suas responsáveis e aos poucos passam a incorporá-las como suas atividades.

Entretanto, diante de algumas reformulações da dinâmica de trabalho, sobretudo com o advento da industrialização, o local no qual as atividades foram/são realizadas em sua maioria passaram/passam a ser desenvolvidas fora do lar. A oficina agora já não é mais o quintal de sua casa, mas a indústria, um local ao qual você tem de se deslocar apenas e exclusivamente para a realização da jornada de trabalho que lhe é comprada pelo/a contratante.

E, por mais que a priori isto não pareça tomar grandes proporções, a longo prazo, a modificação do local no qual o trabalho é exercido modifica toda a sociabilidade na qual ele estava imerso. Agora você não trabalha mais em seu local de origem, mas num local ao qual não lhe pertence, logo, você precisa se adequar as regras e normas impostas pelo/a dono/a do espaço, que também é o/a seu/sua dono/a tendo em vista que sua força de trabalho diária fora a ele/ela vendida.

É neste momento surge que a distinção entre trabalho humano e trabalho alienado, proposta por Marx (2013), onde o trabalho humano é aquele em que não há necessariamente o predomínio de hierarquização, a fim de garantir a subsistência do ser humano. Tal concepção possui forte relação com a ideia de conceber o trabalho enquanto essência, ao passo que, o trabalho alienado é marcado pelo processo de hierarquização, onde presencia-se a passagem do processo de autocracia para o de não se reconhecer em seu produto final.

A alienação ocorre a partir do momento em que o/a trabalhador/a detendo apenas de sua força de trabalho, a vende, tendo-a expropriada de si e não paga, o que resulta em uma bifurcação da sociedade em diferentes classes. Em outros termos, junto ao processo de industrialização e a necessidade de estabelecer o controle do tempo, o cálculo da jornada de trabalho deixa de ser benéfico para o/a trabalhador/a para contemplar prioritariamente o/a contratante. Estando a classe trabalhadora, condicionada viver em detrimento do exercício do trabalho.

Neste sentido, a jornada de trabalho apresenta uma proporção entre tempo de trabalho ÷ tempo de trabalho necessário, onde, de acordo com a visão marxiana do trabalho (MARX 2013), o valor de uso de uma mercadoria corresponde ao próprio objeto, a sua substância, a necessidades que podem ser satisfeitas pelas propriedades de um bem físico e que só se realiza no processo do consumo, de modo que não há dependência da apropriação. Ao passo que o valor de troca corresponde a quantidade, com uma relação econômica definida e inseparável de um mercado de trocas dos produtos, de modo que haja dependência da apropriação.

Sendo justamente por isso que, de acordo com a dinâmica da lei da troca de mercadoria, o tempo no qual o/a trabalhador/a deposita para alimentar o/a capitalista é percebido como dispêndio excedente de sua força de trabalho, ao mesmo tempo que, para o/a capitalista é a valorização do capital, ainda que a mercadoria não lhe pertença como um todo, mas sim a quem a adquirir.

O fato de o/a capitalista personificar-se enquanto proprietário/a da mercadoria nos revela a dependência das relações de produção entre as pessoas quanto à forma social das coisas que lhes pertencem, e que são por elas personificadas. Isto é, a troca de bens influencia a atividade de trabalho das pessoas, sendo a unidade do processo de produção e a unidade do processo de circulação, inseparáveis pois, a coordenação da atividade produtiva de indivíduos é estabelecida com base nas necessidades e anseios, previamente estimadas, do processo técnico-material da produção. Sendo, este sistema de relações dirigido e adaptado ao processo de produção material como um todo.

Posto isto, é possível identificarmos que, com o advento da industrialização e, conseqüentemente, as novas formas de organizar a sociedade, sobretudo com o modelo a vigência do modelo capitalista, o controle do tempo para jornada de trabalho passa desempenhar outra função que não apenas a de fazer do trabalho mais uma atividade em sua vida, como ocorre em locais de predominância do trabalho independente. Esta nova forma de enxergar o trabalho é responsável por causar a cegueira das relações por ele pré-estabelecidas, que mantinham o trabalho enquanto arte, como algo pertencente ao seu lar e, mais do que isso, como parte de sua essência.

Agora, preza-se não mais pela qualidade em si, mas pelo resultado final. Se tivéssemos que escolher um barco para ser construído, certamente seria aquele que, no exemplo supracitado, ficaria pronto de forma mais rápida. Não importa quantos anos um gênio leva para aperfeiçoar o seu talento, como é o caso de Mozart, descrito por Norbert Elias (1995), o que importa é se a apresentação dele, naquele momento é satisfatória o suficiente para que prenda a atenção de seu público-alvo, além de que, quanto mais precoce, mais benefícios isto vem a acarretar. No caso do tal renomado músico, por exemplo, suas habilidades eram muito mais valorizadas quando ele ainda era criança e conseguia se desenvolver tão bem quanto um adulto, ao passo que, seu aperfeiçoamento musical não teve tanto impacto assim na corte, levando a ser considerado não mais um “gênio”, mas sim como um músico qualquer.

A QUESTÃO HISTÓRICA DA JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL

Assim como as reformulações ocorridas a nível mundial, o trabalho no Brasil passou e até hoje passa por constantes reformulações, contudo, algumas especificidades não podem deixar de serem situadas, para que de fato possamos nos ater ao universo sob o qual nos debruçamos.

Historicamente, o trabalho no Brasil é marcado pela exploração para com as pessoas que aqui residiam e as que foram trazidas de África para cá. Ainda que o nosso primeiro registro histórico do manejo do trabalho e sua sociabilidade –o das sociedades indígenas-, esteja atrelada a concepção marxiana do trabalho enquanto essência, sendo ele, marcado pela não separação entre as atividades produtivas e outras, tal forma de organização social, tradicional, marcada pelo respeito para com a natureza, fora bruscamente modificada.

O sistema colonial, roubara destas sociedades a possibilidade de gerenciar seu próprio tempo de trabalho, de modo a impor jornadas de trabalho extensivas, sem o mínimo de condição necessária para realização das obrigações, buscando a melhor forma de expropriar a força de trabalho bruta do/da explorado/a. Neste sistema, criado pelo capitalismo mercantil, a fim de garantia da acumulação burguesa metropolitana, o “sentido da colonização” buscava o lucro em sua última instância, mesmo que isso significasse a constante substituição da mão-de-obra.

Tal forma de exploração, trouxe a sociedade brasileira, algumas conseqüências na forma com a qual se dá a sociabilidade do trabalho. O trabalho escravo, se é que podemos chamar de trabalho, mostrou-se mais vantajoso aos colonizadores/as, sobretudo no que diz respeito àqueles/as trazidos/as de África, tendo em vista que não possuíam o conhecimento geográfico da localidade em que estavam sendo inseridos/as. Isto porque, acreditava-se que tentar uma submissão dos/das trabalhadores/as – como ocorre no processo do trabalho alienado, onde sua força de trabalho é vendida – seria praticamente irrealizável.

Entretanto, a persistência deste trabalho, pautada no modelo escravocrata, cujo sistema produtivo baseava-se num trabalho totalmente móvel, foi tida como responsável por limitar a qualificação da mão-de-

obra explorada, como chama atenção Lúcio Kowarick (1994) ao dizer que dificilmente estas pessoas poderiam ser utilizadas em atividades estruturadas em uma cooperação e/ou divisão de tarefas mais especializadas. A falta de investimento na qualidade do ofício, resultou outrora, em problemas de ordem econômica para os/as senhores/as, que as vésperas da abolição, precisaram se adequar as reformulações trabalhistas que estavam sendo postas em voga, iniciando então, uma nova forma de regulamentação do trabalho, baseada no sistema de colonato.

Neste novo sistema, concebido como ponto de partida para estabelecer as dinâmicas de trabalho no Brasil, o/a trabalhador/a livre tinha de cuidar das plantações do/da senhor/a, recebendo ao fim da jornada de trabalho, uma determinada quantia de dinheiro. Aparentemente, este modelo ofereceria benefícios aos/as trabalhadores/as que foram explorados/as no sistema anterior, mas ainda assim, os e as colonos eram obrigados/as a pagar juros de adiantamento, ficando presos/as ao seu/sua dono/a (senhor/a), até que quitassem suas dívidas. Não à toa que tal sistema ficou conhecido como "parceria do endividamento", já que os juros cobrados excediam sempre o valor recebido.

De certa forma, isto nos dá uma sensação de liberdade, de escolha acerca de como seria desempenhada a força de trabalho vendida, mas não havia outra opção real, senão a de vender-lhe sua força de trabalho, o que novamente (guardadas as proporções) extrapola a concepção de trabalho alienado, por não haver sequer a possibilidade de estar inserido/da na sociedade.

Um breve parêntese a se fazer é que, tanto as pessoas que foram escravizadas quanto as pessoas que fizeram parte do sistema de colonato, ainda que numa posição constante de submissão, foram aquelas que detinham do conhecimento necessário para execução de seus afazeres. De nada adiantaria trazer pessoas de África para cá, por exemplo, para cultivarem determinados grãos se estas não possuíssem o domínio necessário para o trabalho na terra. O que significa dizer que elas detinham do conhecimento do trabalho humano, mas esta dimensão não era passível de se estabelecer por completo. Não havia tempo suficiente para que pudessem sentir o gozo pelo trabalho.

Não à toa que o próprio processo de industrialização no Brasil, traz consigo, as marcas de sua herança colonial. Durante o apogeu da indústria têxtil no Brasil, que marca os anos de 1930 a 1950, várias famílias que trabalhavam nas fábricas eram oriundas de regiões rurais. Para admissão dessas pessoas, vindas das regiões rurais, o senhor de terra, agora dono da fábrica, realiza um teste de admissão um tanto quanto curioso (ALVIM & LOPES, 2007). Prostrado em sua cadeira, a varanda da casa-grande, analisava a mão de todos/as integrantes da família, sobretudo a do pai da família, isto porque, as mãos seriam o diagnóstico perfeito se aquela família era de fato trabalhadora e se estaria hábil para executar o trabalho nas fábricas. As mãos, que historicamente marcavam o trabalho subalternizado, agora provavam que as pessoas eram aptas a trabalhar, que não tinham preguiça e que se dedicariam.

O enredo no qual se passa a admissão remonta todo o contexto colonial, no qual, a admissão é feita na varanda da casa-grande, sob a análise metódica das mãos, a fim de identificar se aquelas pessoas que ali estavam de fato seriam úteis ao trabalho nas fábricas. O que é um tanto quanto contraditório, tendo em vista que este trabalho a ser desempenhado nas fábricas, não refletiria necessariamente a necessidade da habilidade manual requerida no meio rural.

A REFORMULAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NA PESCA: DIMENSÕES HISTÓRICAS DO TRABALHO NA PESCA E A CONSTANTE TENTATIVA DE REFORMULÁ-LA NO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ

No caso da pesca, os pescadores artesanais foram abordados como subcategoria do campesinato como destacam os escritos de Firth (1964) e Forman (1973), devido a algumas semelhanças por eles partilhados, visto que, além de serem atribuídos como produtores primários (de alimentos), a sociabilidade desses grupos sociais se constituiriam pelo núcleo familiar e por laços de compadrio, que se somavam à situação que ambos possuíam enquanto sujeitos subordinados política e economicamente frente ao Estado e às classes sociais abastadas. Ademais, a organização social deles não seria pautada pela busca do lucro, embora o comércio de

sua produção tivesse relevância, e sim por uma relação de pertencimento com a natureza, com a comunidade local e os seus territórios de morada e trabalho, de modo a refletir no reconhecimento de tais grupos como, praticamente, autossuficientes, detentores dos mínimos vitais para a sobrevivência (DIEGUES, 2004; FURTADO, 1993; RAMALHO, 2006).

Entretanto, tais semelhanças não são suficientes para explicá-los, uma vez que os “pescadores” podem ser divididos, historicamente, em dois grupos, de acordo com Diegues (1983) e Maldonado (1986; 1993): pescador-agricultor e pescador artesanal. No caso dos pescadores-agricultores, eles seriam portadores de características campesinas, pois as atividades pesqueiras ocupariam apenas um determinado período do ano, a depender do calendário agrícola, cuja pesca é utilizada apenas como um complemento de sua renda e/ou para o consumo familiar. Aqui o valor de uso é mais decisivo do que sua condição de valor de troca. Ao passo que, no caso do pescador artesanal, a pesca é a sua principal fonte de renda, seu centro de existência econômica e simbólica, marca de seu modo de vida.

Neste sentido, para o pescador artesanal, o pescado capturado não é apenas um valor de uso como, principalmente, é uma mercadoria, fazendo-o passar, agora, mais tempo nas águas do que em terra. O mesmo também seria resultado das transformações históricas vividas pela pesca e pelas regiões litorâneas, sendo, portanto, um desdobramento, em algumas localidades, do primeiro tipo pesqueiro mencionado anteriormente, graças a perda de terras em decorrência da especulação imobiliária ou o avanço dos grandes empreendimentos agrícolas.

Sendo assim, o afastamento do continente e o maior tempo de vida e trabalho nas águas, no mar, resultariam na construção de uma cultura marítima, com suas particularidades objetivas e subjetivas (sociabilidades no barco, conhecimento náuticos e pesqueiros, representações, técnicas e tecnologias, formas de organização do trabalho, etc.), ofertando profundas singularidades socioculturais a esse sujeito social (o pescador artesanal).

Esta construção exigiria a existência de uma relação de cooperação e reciprocidade entre os pescadores, que se desenvolveria a partir do perigo representado pelo mar em sua magnitude e o tipo de trabalho e de conhecimento aí exigidos para se pescar em águas marinhas. É aqui que emerge a figura do mestre de pesca, historicamente, como alguém portador de uma autoridade detentora de um conhecimento particular e rico sobre a natureza, sendo fator determinante para a produção pesqueira acontecer e a cultura marítima da pesca artesanal fazer-se. É ele quem possui detém da competência, do espírito da arte, da perfeição e da autonomia, ao qual nos referíamos anteriormente. O mestre era (e é) também um formador, um educador dos novos pescadores artesanais -que busca o gozo pela qualidade de seu ofício-, ou seja, não pode haver trabalho da pesca artesanal sem o mestre, assim como não pode existir este sem aquele³.

Especificamente em várias localidades de Pernambuco, nunca houve essa distinção ou transição de pescadores-agricultores para pescadores artesanais, uma vez que, desde o período colonial, existiam pessoas que se dedicavam exclusivamente à pesca, sendo elas predominantemente negras, escravos de ganho ou aluguel (SILVA, 2000). Sendo importante pontuar que, além dessa presença negra escrava, ocorreu a do trabalhador branco livre e pobre e de negros alforriados na pesca de jangada (os jangadeiros) em mar-alto, que buscavam praias pernambucanas mais afastadas do Recife e de Olinda, dentre elas a de Tamandaré, como um local para exercer o seu ofício pesqueiro distante do trabalho compulsório.

Havia, como característica comum, a presença do pescador mestre, fato registrado por vários viajantes europeus, desde o final do século XVIII, que destacaram (impressionados) as particularidades do modo de vida desse “tipo de sociedade”, dessa cultura marítima e das habilidades desses homens nas e das águas como uma espécie singular de corporação de ofício (RAMALHO, 2008).

3. No Brasil dos séculos XIX e XX, podemos identificar a presença de pescadores agricultores predominantemente nas regiões Sul e Sudeste, que em seu processo de saber-fazer pesqueiro registra a existência de trabalho terrestre e trabalho aquático, como é o caso dos pescadores do Rio de Janeiro, que se reconhecem como “*caiçaras*”. No entanto, tais práticas não se reproduzem nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam uma predominância da pesca artesanal.

Estudos desenvolvidos recentemente (CORDELL, 2001; DIAS NETO, 2015; MALDONADO, 1993; DIEGUES, 2000; RAMALHO, 2017) mostram que em algumas localidades os mestres da pesca artesanal são essenciais para continuidade do modo de vida desse grupo social, de suas singularidades marítimas, que ainda hoje concebem o trabalho enquanto parte integrante de seu ser.

No caso de Tamandaré – distante cerca de 109 km do Recife - é o segundo município do litoral sul de Pernambuco mais importante em termos de produção pesqueira, tendo sua pesca sustentada hegemonicamente na produção artesanal (CEPENE, 2016; MPA, 2015)⁴. Embora, ainda assim tenha havido na história pesqueira do município, esforços realizados pelo Poder Público, para que essa atividade artesanal fosse superada em prol de uma pesca mais moderna, industrial a ser implantada e difundida na localidade e também em todo estado.

Tal movimento de resignificação e/ou de superação do trabalho pesqueiro artesanal pode ser evidenciado em Tamandaré durante o período da década de 1950 a 1970, que registra a presença da “Escola de Pesca de Tamandaré - EPT” de iniciativa do Governo Federal via Ministério da Agricultura e, depois, da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)⁵. Inicialmente, esta Escola abrigou um curso para pescador profissional e, posteriormente, o curso de patrão de pesca regional, patrão de pesca costeira, motorista de pesca, carpintaria naval, tendo como um dos focos deixar para trás a herança e a marca artesanal do setor. Seus alunos eram, em grande maioria, filhos de pescadores. Nesse sentido, buscou-se deslocar a esfera de formação dos novos pescadores não só dos mestres da pesca, mas como da própria continuidade da pesca exercida em moldes artesanais, tradicionais. O saber-fazer pesqueiro ficaria, agora, sob os cuidados da “Escola de Pesca de Tamandaré”, que difundiria uma nova cultura marítima.

Em outros termos, há aqui a iniciativa de “superar” as práticas tradicionais (artesanais) nas quais este grupo estava inserido, em prol de desencadear um processo de instrumentalização do saber, onde o principal foco seria não no manejo e forma com a qual a pesca é exercida, mas com a ideia de tornar técnico o saber-fazer pesqueiro, a fim de ampliar a produção pesqueira no Brasil. Posto isto, a justificativa empregada para a instauração da Escola de Pesca de Tamandaré, que inicia o seu funcionamento em 1954 (oficialmente em 1962) e encerra suas atividades nos anos de 1970 (oficialmente em 1981) é a de que não havia incentivo suficiente para execução da pesca, assim como pretendia-se ampliar o padrão alimentar no que tange ao consumo de proteínas de origem animal.

Não obstante, ainda com o objetivo de desenvolver o setor pesqueiro nesta região e ampliar a pesca, o Governo Federal incentivou a execução de programas de pesquisas voltados para o investimento em tecnologias, registrando na década de 1980 a criação do CEPENE (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste). Para que este objetivo fosse alcançado, o CEPENE contou com a ajuda do Navio de Pesquisa Riobaldo, que chega a Tamandaré no ano de 1984, realizando diversas pesquisas no mar do Nordeste brasileiro, desde a pesca exploratória até prospecção pesqueira e pesquisa oceanográfica, além disso o navio surgiu como elemento fundamental para a execução do Programa, anos depois, do Programa de avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE), sendo desativado apenas no ano de 2017. Essa iniciativa, assim como a anterior, almejou fazer de Tamandaré um centro irradiador de mudanças na pesca não só para Pernambuco, mas para vários outros estados do Nordeste.

E, no final dos anos de 1990 políticas públicas vinculadas à conservação dos recursos naturais costeiros, chegaram a Tamandaré, especialmente ao incluir este município numa Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC) que foi criada em de 23 de outubro de 1997 por força de lei federal (hoje é gerida pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio) do Ministério do Meio Ambiente (MMA, onde o CEPENE tem papel relevante), sendo a maior unidade marinha do Brasil. Isso acabou impondo – à revelia das comunidades locais – normas legais que devem ser seguidas - até hoje – pelos pescadores para a preservação dos corais e de determinadas espécies de pescados.

4. Por volta de 8,5% das cerca de 22.000 toneladas capturas em Pernambuco.

5. A SUDEPE existiu de 1962 a 1989, tendo muitas de suas funções incorporadas pelo IBAMA.

CONCLUSÕES

Há diferentes formas de se estabelecer uma jornada de trabalho. A tendência é que busquemos sempre aquela na qual o tempo é constantemente regulado, com o auxílio do relógio. No entanto, o fato desta ser uma das formas mais hegemonicamente polarizadas no mundo, não diminui a existência e eficácia das outras formas de gerenciamento do trabalho. O ciclo do trabalho deve ser estabelecido de acordo com a necessidade da organização social com a qual nos deparamos.

O advento da industrialização, traz consigo alguns ônus ao/a trabalhador/a que não se reconhece dentro do processo produtivo do trabalho, de forma que sua força de trabalho é constantemente explorada sem que haja algum retorno físico ou moral em seu exercício, o que nos leva a buscar “compensar” esta falta de consciência de si em mercadorias, a fim de suprimos nossas necessidades. Cabe destacar também que o Estado possui grande influência na forma com o qual as jornadas de trabalho são geridas e com essa iniciativa de incentivar, cada vez mais, o controle do tempo.

Contudo, há ainda sociedades em que a dimensão do trabalho humano, enraizado como uma das atividades a serem realizadas, sejam elas produtivas ou não. Dentre os possíveis casos a destacarmos, o do município de Tamandaré aparece de forma expressiva. Ainda que tenha havido diversas iniciativas para instrumentalização da pesca, resultante num processo de alienação da pesca, transformando-a numa pesca industrial-capitalista, Tamandaré ainda é reconhecida por ser um local em que uma das principais atividades socioeconômicas é a pesca artesanal, que, assim como em outros lugares, passa por reformulações em suas práticas, decorrente das mudanças socioambientais, da especulação imobiliária e das interferências aquícolas em seu meio.

O tempo da pesca artesanal, é marcado por uma dinâmica de trabalho que acompanha o ritmo da natureza – incluem-se aqui: a posição do vento, o ciclo da lua, o ciclo da maré -, onde a figura da mestrança, na pesca, continua sendo aquela que busca o gozo da qualidade, que consegue conciliar as mudanças concebidas e compreendidas, diante da necessidade sociopolítica de conciliar as demandas por utilização de recursos naturais costeiros, políticas públicas e o seu saber-fazer tradicional, a sua cultura marítima.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Rosinele & LOPES, José Sergio Leite. A usina e a varanda: a teatralização da dominação tradicional. UNICAMP. **Caderno Pagu**, nº 29, p. 91-109, dez/2007.
- CORDELL, John. Marginalidade social e apropriação marítima da Bahia In. DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, Andre de Castro (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, p.139-160, 2001.
- DIAS NETO, José Colaço. **Quanto custa ser pescador artesanal? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca construindo sociedade**. São Paulo: Nupaub/USP, 2004.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Nupauh-USP, 2000;
- DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- FIRTH, Raymond. **Capital saving in peasant societies**. Chicago: Aldine Publishin Co.,1964.
- FORMAN, Shepard. **The raft fishermen: tradition and change in the brazilian peasant economy**. Indiana: University Press, 1970.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: as origens do trabalho livre no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- MARX, Karl. **O capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis, SP: CERES, 2006.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **A formação histórica da pesca artesanal:** Origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. Cadernos de Estudos Sociais. Recife. V. 24 nº2 p261-285, jul/dez. 2008.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A desnecessidade do trabalho entre os pescadores artesanais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, no 38, p. 192-220, jan/bar 2015.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Elos de pertencimento na pesca artesanal. In: CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington; BLUME, Luiz Henrique dos Santos. **Populações litorâneas e ribeirinhas na América Latina:** estudos interdisciplinares (vol. 2). Salvador: Eduneb, 2017.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Embarcações do encantamento:** trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima. Campinas: Ceres-Unicamp; São Cristóvão: Editora da UFS, 2017.

SENNET, Richard. **O artífice.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, p.267-304, 1998.

AS FEIRAS DO PEIXE NA SEMANA SANTA: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DE SANTA MARIA - RIO GRANDE DO SUL

*THE FISH FAIRS DURING THE HOLY WEEK: A CASE STUDY IN THE REGION OF SANTA MARIA - RIO
GRANDE DO SUL*

*LAS FERIAS DE PESCADOS EN LA SEMANA SANTA: UN ESTUDIO DE CASO EN LA REGIÓN DE
SANTA MARIA - RIO GRANDE DO SUL*

CARDOSO, Eduardo Schiavone

SANGOI, Matheus Bolzan

MENEZES, Denner Adonis Machado

RESUMO

O objetivo central deste trabalho é analisar a importância das feiras do peixe na região de Santa Maria. Como procedimentos metodológicos foram realizadas observações das Feiras do Peixe de Santa Maria em 2008 e 2019, Cacequi em 2019 e São Pedro do Sul em 2018; contato com produtores e organizadores das respectivas feiras; além do levantamento de informações nos jornais locais e nos informativos da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Santa Maria. Como resultado, é analisada a importância das feiras em sua relação com a organização do espaço geográfico e com o desenvolvimento da piscicultura local.

Palavras-chave: Feira do Peixe. Piscicultura. Semana Santa. Geografia. Santa Maria.

ABSTRACT

This paper aims analyzing the importance of the fish fairs to the region of Santa Maria. The methodology involved: the observation of the fish fairs in Santa Maria in 2008 and 2019, in Cacequi in 2019, in São Pedro do Sul in 2018; as well as the contact with the fish producers and the fairs organizers: in addition to the data analysis based on the local newspapers and documents from *Secretaria de Desenvolvimento Rural* in Santa Maria. As a result, it is considered the importance of the fairs in terms of the geographical space organization and the local pisciculture development.

Keywords: Fish Fair. Pisciculture. Holy Week. Geography. Santa Maria.

RESUMEN

El objetivo principal de este trabajo es analizar la importancia de las ferias de pescado en la región de Santa María. Como procedimientos metodológicos, se realizaron observaciones en las Ferias de Pescado de Santa María en 2008 y 2019, Cacequi en 2019 y São Pedro do Sul en 2018; contacto con productores y organizadores de las respectivas ferias; además de recopilar información en periódicos locales y en los boletines de la Secretaría de Desarrollo Rural de Santa Maria. Como resultado, se analiza la importancia de las ferias en relación con la organización del espacio geográfico y el desarrollo de la piscicultura local.

Palabras clave: Feria de Pescado. Piscicultura. Semana Santa. Geografía. Santa María.

INTRODUÇÃO

Para os adeptos do cristianismo, o consumo do peixe na semana da Páscoa consiste em uma prática determinada por suas convicções religiosas. Especialmente na Sexta-Feira da Paixão, que reporta ao calvário de Cristo, é preconizado o jejum e a abstinência do consumo de carne vermelha e frango. Tal determinação induz o incremento da oferta de pescado no mercado durante este período do ano, mobilizando produtores,

fornecedores e comerciantes para o atendimento da demanda no mundo cristão. A maior parte da população brasileira compartilha esta tradição e na chamada Semana Santa, os mercados se abastecem e as famílias se esforçam para propiciar ao menos uma refeição com o pescado.

Na região de Santa Maria – RS¹, uma forma de atender a demanda de pescado durante a Semana Santa é a organização das Feiras do Peixe, prática recorrente e que se estende para vários dos municípios que compõe esta parcela do estado gaúcho, localizada na sua porção central. As Feiras do Peixe nestes municípios caracterizam-se pelo protagonismo de piscicultores locais ofertando o pescado produzido nos cultivos e não oriundo da pesca extrativa.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a importância das Feiras do Peixe em Santa Maria e seu entorno, tendo como objetivos específicos: a) descrever o funcionamento e as características de algumas feiras selecionadas; b) resgatar a historicidade deste fenômeno; c) verificar o circuito produtivo que envolve o pescado ofertado e a importância em relação à piscicultura local e à organização do espaço geográfico.

Como procedimentos metodológicos foram realizados: a) observações das Feiras do Peixe de Santa Maria em 2008 e 2019, Cacequi em 2019 e São Pedro do Sul em 2018, estabelecendo contato com os produtores de pescado (5 em Cacequi, 4 em São Pedro do Sul e 4 em Santa Maria) e organizadores das respectivas feiras (Emater de São Pedro do Sul, Santa Maria e Cacequi, Associação dos Piscicultores de Santa Maria, Prefeituras Municipais), através de entrevistas e conversas informais; b) levantamento de informações nos jornais locais de Santa Maria e nos informativos da Secretaria de Desenvolvimento Rural deste município; c) discussão das feiras em sua relação com a piscicultura local e regional e cotejando com os conceitos de espaço geográfico e circuitos espaciais de produção.

Como método de exposição do artigo serão trabalhados os objetivos específicos e geral. Inicialmente serão descritas as feiras visitadas de forma a fornecer ao leitor um contato inicial com o objeto de pesquisa, na seção seguinte será trazida a informação da historicidade do evento das feiras de pescado – em especial a de Santa Maria, sendo sucedida pela análise das feiras como estratégia de desenvolvimento da piscicultura local e regional.

AS FEIRAS DO PEIXE

No ano de 2019 as Feiras do Peixe movimentaram 19 cidades da área central do Rio Grande do Sul, durante a Semana Santa, segundo a imprensa local. Nas feiras foram comercializados tanto o peixe vivo, quanto o peixe abatido, conforme cada localidade. Ocorreram feiras do peixe em Caçapava do Sul, Cacequi, Cruz Alta, Dilermano de Aguiar, Dona Francisca, Formigueiro, Jaguari, Júlio de Castilho, Mata, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, Santa Maria, Santiago, São Gabriel, São Sepé, São Vicente do Sul, Toropi e Tupanciretã (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2019).

As feiras duraram de um a cinco dias de acordo com cada cidade e comercializaram espécies de peixes nativos, como jundiás, trairas, lambaris, piavas e pacus, além das exóticas como carpas e tilápias. A maioria das feiras comercializou o peixe vivo, sendo que em algumas cidades ocorreu a venda de peixe abatido. Os preços do pescado variaram entre R\$ 8,00 e R\$ 14,80 por quilo e se diferenciaram de acordo com a espécie e com a cidade, conforme o mesmo jornal (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2019).

Em Santa Maria, a 27ª edição da Feira do Peixe Vivo ocorreu entre os dias 16 e 19 de abril de 2019, oferecendo os quatro tipos de carpa – carpa prateada, carpa capim, carpa húngara e carpa cabeça grande, tilápias, jundiás e pacus. Todo o pescado foi comercializado vivo, por valores de R\$ 8,50/quilo – carpa cabeça grande, R\$ 10,60/quilo – carpa prateada e húngara, R\$ 13,10/quilo – tilápia, R\$ 14,20/quilo – carpa capim e R\$ 14,80/quilo – pacu e jundiá (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2019a).

O principal ponto de comercialização da feira de Santa Maria situou-se na Gare da Viação Férrea, situada ao final da Av. Rio Branco, na área central da cidade, porém a Feira do Peixe Vivo se espalhou por treze

1. Santa Maria denomina dois recortes regionais no Rio Grande do Sul, de acordo com o IBGE: A Região Intermediária de Santa Maria – na escala mesorregional e a Região Imediata de Santa Maria – na escala microrregional. Utilizaremos o segundo recorte neste texto.

pontos da cidade e ao longo das rodovias do entorno de Santa Maria, onde foram instaladas estruturas de venda, balanças de pesagem, além das piscinas e caixas d'água para a conservação do peixe vivo até sua comercialização. Os piscicultores, com o apoio da Prefeitura Municipal e da Emater, são responsáveis pela organização e disposição da feira nos diversos pontos da cidade, cada um sendo atendido por um ou mais produtores.

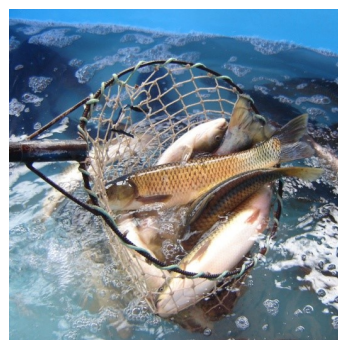
Na Gare da Viação Férrea, por ser um ponto central e já tradicional, o número de piscicultores é maior, abrigando cerca de 10 produtores. Entre as variedades de pescado oferecidas, notou-se um predomínio de carpas, entre elas capim, húngara, prateada e cabeça grande, como pescado nativo a traíra, o pacu e o jundiá, e como espécie exótica, além das carpas, a tilápia.

Na feira também foi possível observar a organização das atividades de acordo com cada setor. Há o setor de compra, onde os peixes ficam expostos vivos, nas piscinas com oxigenador, para manutenção dos animais. O consumidor, visualizando os peixes vivos, escolhe a espécie e o tamanho, facilitando a captura e o abate pelo produtor. Na Feira de Santa Maria, também foi possível observar que há um setor terceirizado, que faz o processo de limpeza do pescado, escamando e retirando as vísceras dos animais, facilitando o trabalho do comprador que sai da feira com o peixe limpo, pronto para o preparo.



Figura 1: A Feira do Peixe Vivo de 2019 na Gare da Viação Férrea de Santa Maria: observar os tanques com aeradores para manutenção dos peixes

Fonte: Foto dos autores



Figuras 2 e 3: A Feira do Peixe Vivo de 2019 na Gare de Santa Maria: a seleção e aquisição do pescado pelos consumidores

Fonte: Foto dos autores

Juntamente com a venda do peixe, na Gare há algumas barracas que comercializam produtos coloniais e artesanato. Em algumas edições anteriores da Feira, foram instaladas barracas para degustação do pescado sob a forma de postas, bolinhos e pastéis. Estima-se que o montante comercializado na Feira do Peixe Vivo de Santa Maria em 2019 atingiu 130 toneladas de pescado, segundo os organizadores.

A Feira do Peixe Vivo de Cacequi teve no ano de 2019 a sua quarta edição, com abertura no dia 14/04/2019 e continuou entre os dias 16 e 19 de abril de 2019, na Gare da Viação Férrea do município (SANGOI, 2019). Cinco produtores participaram da feira, oferecendo carpas (capim, húngara, prateada e

cabeça grande), traíras e jundiás, vivos e abatidos, com valores variando entre R\$ 10,00 e R\$ 18,00 o quilo.

Os peixes foram dispostos em caixas d'água e mesas, fornecidas pelos apoiadores do evento – Emater e Prefeitura Municipal, que também contribuíram na obtenção da balança digital para pesagem do pescado, de acordo com os entrevistados.



Figuras 4: A Feira do Peixe de 2019 na Gare da Viação Férrea de Cacequi e a disposição dos estandes dos piscicultores

Fonte: Foto dos autores



Figura 5: A exposição do pescado abatido em Cacequi, em primeiro plano um exemplar de carpa cabeça grande

Fonte: Foto dos autores

No ano de 2018, a Feira do Peixe Vivo de São Pedro do Sul ocorreu entre 23 e 29 de março no espaço denominado Feira do Produtor e contou com o apoio da Prefeitura Municipal e da Emater (MACHADO; CARDOSO, 2018). Quatro produtores participaram do evento, cada um responsável por ofertar seu pescado em um dia diferente da feira, comercializando, no total, cerca 4 toneladas de pescado.

Foram comercializadas carpas (capim, húngara, prateada e cabeça grande), traíras e tilápias, com valores situados entre R\$ 6,50 a R\$ 15,00 por quilo, totalizando um montante de cerca de R\$ 30.000,00 movimentados ao longo dos dias da feira, segundo os produtores.

Tendo o exemplo da descrição destas feiras visitadas, como base empírica do trabalho, a próxima seção resgata a historicidade da Feira do Peixe Vivo de Santa Maria, como forma de demonstrar o processo de constituição deste evento, sua evolução e o papel atual que assume no desenvolvimento da piscicultura do município e região.

UM RESGATE DA HISTÓRIA DAS FEIRAS DO PEIXE VIVO EM SANTA MARIA

Com base em pesquisa no acervo do Jornal A Razão² e a partir dos informativos da Secretaria de Desenvolvimento Rural de Santa Maria, foi possível traçar uma linha do tempo da Feira do Peixe Vivo de Santa Maria.

2. Periódico local já extinto. Agradecemos o trabalho de Mariele Furlan e Hilda Rocha, bolsistas de iniciação científica na ocasião de trabalhos realizados no acervo desse jornal em 2007.

Obtivemos as primeiras informações do ano de 1999, quando foi realizada a quinta edição da feira, no terminal de comercialização da Rua Heitor Campos. No ano 2000, a sexta edição foi realizada no pátio da Medianeira e contou com 14 dos 32 produtores da Associação dos Piscicultores da Região Central – APISCENTRO. Na ocasião foram vendidas 25 toneladas de carpas (A RAZÃO, 1999, 2000).

Em 2001, a sétima edição ocorreu no Centro Desportivo Municipal - CDM e comercializou um montante de 25 toneladas de pescado. Em 2002, a feira também foi realizada no CDM e contou com 12 estandes e mais o processo de limpeza do peixe, totalizando cerca de 30 toneladas de peixe comercializado (A RAZÃO, 2001, 2002).

No ano de 2003 a feira se espalhou por quatro pontos na cidade – Gare da Viação Férrea, COHAB Tancredo Neves, Venâncio Aires e Camobi e contou com a participação de 8 produtores, comercializando 20 toneladas de pescado (A RAZÃO, 2003).

A décima edição da feira também se realizou na Gare da Viação Férrea e em outros quatro pontos da cidade – COHAB Tancredo Neves, Vila Oliveira, Passo da Areia e Camobi. Em 2004 foram comercializadas 28 toneladas de pescado (A RAZÃO, 2004).

Em 2005 a feira da Gare recebeu 10 estandes de expositores de artesanato e comida, além dos piscicultores. A feira se realizou em mais três pontos da cidade – Camobi, Tancredo Neves e Passo da Areia e, no total, contou com 17 piscicultores que comercializaram 32,7 toneladas de peixe (A RAZÃO, 2005).

No ano de 2006, a feira ocorreu em sete pontos e comercializou 40 toneladas. Na Gare da Viação Férrea, além do peixe vivo foi oferecido peixe frito e bolinhos de peixe para consumo (A RAZÃO, 2006).

A décima terceira edição da feira ocorreu na Gare e em mais cinco pontos, sendo promovida aos auspícios da Cooperativa de Piscicultores da Região Central – COOPISCENTRO (A RAZÃO, 2007).

Em 2008 foram visitados quatro pontos de ocorrência da Feira do Peixe Vivo, em Camobi, COHAB - Tancredo Neves, Passo da Areia e na Gare da Viação Férrea, os registros da ocasião mostram a disposição dos tanques e estandes, a presença de um setor de limpeza do pescado e os estandes de vendas de outros produtos como alimentos e artesanato. A comercialização do pescado girou em torno de 35 toneladas.



Figuras 6 e 7: A Feira do Peixe Vivo de 2008 na Gare de Santa Maria: o balcão dos expositores e as antigas piscinas onde os peixes eram mantidos

Fonte: Foto dos autores



Figura 8: O setor de limpeza do pescado na Feira de 2008 na Gare de Santa Maria

Fonte: Foto dos autores



Figura 9: Estandes de artesanato e alimentos coloniais na Feira de 2008 na Gare da Viação Férrea em Santa Maria

Fonte: Foto dos autores



Figura 10: A Feira do Peixe Vivo de 2008 no Passo da Areia – Santa Maria e os piscicultores participantes

Fonte: Foto dos autores

As informações a partir do ano de 2009 foram extraídas do Portal da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Prefeitura Municipal de Santa Maria - PMSM e apresentam alguns anos sem a produção comercializada e há uma divergência no ordenamento das edições das feiras (PMSM, 2020).

No ano de 2011, ainda sob os auspícios da COOPISCENTRO, a feira comercializou 65 toneladas de pescado. Em 2012 foram 63 toneladas e em 2013, 65 toneladas.

Em 2014, a vigésima segunda feira é organizada pela APISM – Associação dos Piscicultores da Santa Maria e comercializa um total de 75 toneladas de pescado. Em 2015 a feira se espalha por 11 pontos da cidade.

Em 2016 são comercializadas 60 toneladas de peixe, em 2017 chega a 110 toneladas, em 2018 são vendidas 100 toneladas de pescado e em 2019 chegou a 130 toneladas de pescado, conforme já apresentada na seção anterior.

Com base nas informações descritas, foi elaborado o Gráfico 1, que apresenta a evolução da comercialização do pescado nas feiras do peixe vivo de Santa Maria ao longo do século XXI. Partindo de cerca de 25 toneladas em 2001, a comercialização do pescado atinge o patamar de 130 toneladas no ano de 2019, apresentando uma linha ascendente, ainda que haja anos em que a comercialização recue em relação às feiras anteriores. Para alguns anos (2007, 2009, 2010 e 2015) não obtivemos informação do montante comercializado, atribuindo o valor zero nestes casos.

Nos dados consultados encontram-se referências para a feira de 2005 no município de São Pedro do Sul, quando foram comercializadas 3 toneladas de pescado. Há também referência à feira de 2007, porém não é publicado o montante de pescado comercializado (A RAZÃO, 2005, 2007). Estas informações mostram que a feira de São Pedro do Sul ocorre há pelo menos uma década e meia. No município de Cacequi, conforme já mencionado, a feira ocorre desde 2016.

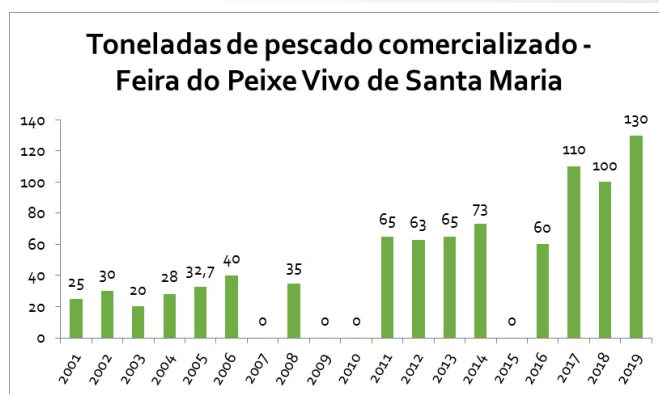


Gráfico 1: Comercialização do Pescado nas Feiras do Peixe Vivo em Santa Maria

Fontes: A Razão, 2001 a 2006; PMSM, 2020

AS FEIRAS DO PEIXE VIVO COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA PISCICULTURA NA REGIÃO DE SANTA MARIA

Após apresentar as características de algumas feiras de peixe e retomar parte da história deste evento, serão tecidas considerações sobre o papel das Feiras do Peixe Vivo em Santa Maria, como estratégia de produção e reprodução da piscicultura de água doce³ na organização do espaço regional, entendendo a organização espacial como uma materialidade social construída pela sociedade ao fazer sua história (CORRÊA, 1986).

Um primeiro alerta diz respeito de que as feiras de peixe durante a Semana Santa, como parte de aumentar a oferta de pescado no período da Páscoa são recorrentes em várias localidades e em várias épocas. Como exemplo, pode-se referir à instalação – por parte da antiga Divisão de Caça e Pesca e da Confederação dos Pescadores do Brasil no ano de 1941, de três postos de venda de pescado fresco no Rio de Janeiro durante a Semana Santa, resultando em um evento que gerou felicitações aos seus idealizadores e lucro às barracas de venda (A VOZ DO MAR, 1941)

Em trabalhos anteriores, sobre o comércio de pescado em Santa Maria, já foi apresentada a questão do incremento das vendas de pescado na Semana Santa, quando os mercados aumentam sua oferta e as vendas chegam a superar em 200% os demais períodos do ano. Também se observa que em muitos casos o consumo de pescado somente ocorre nesta época do ano para uma parte dos gaúchos, cujas médias de consumo de pescado situam-se próximas a 1,5 kg/hab/ano (CARDOSO et al, 2006; CARDOSO; LEAL; COSTA, 2013).

Qual seja, é na Semana Santa que a oferta e o consumo de pescado recebem um incremento considerável na região de Santa Maria e as Feiras do Peixe representam um evento que se conecta ao calendário religioso e cumpre este papel de ampliar a oferta do pescado. De outro lado, grande parte do consumidor local tem o hábito de consumir o pescado em épocas do ano restritas e a Páscoa é o momento primordial deste consumo.

Tais constatações podem ser consideradas como parte de um fenômeno universal para o mundo cristão, porém apresenta particularidades para o Rio Grande do Sul, tendo em vista o baixo consumo médio de pescado e singularidades para a região de Santa Maria, que se abastece, em boa parte, do pescado direto do produtor oriundo das Feiras do Peixe, como forma de suprir a demanda de consumo na Semana Santa.

Nesse sentido, é possível afirmar que temos uma produção da piscicultura no entorno de Santa Maria orientada pela demanda do pescado na Semana Santa. E esse é um papel estratégico que as Feiras do Peixe Vivo assumem em Santa Maria – direcionar a produção dos piscicultores locais. Em levantamento anterior já foi constatado que a produção de parte dos piscicultores de Santa Maria é destinada exclusivamente para a comercialização na Feira do Peixe Vivo (CARDOSO; ROCHA; FURLAN, 2009).

3. A piscicultura de água doce é uma das modalidades de cultivos de espécies aquáticas – no caso peixes, que compõem o ramo mais amplo da aquicultura. Esta atividade por sua feita está subdividida de acordo com as espécies cultivadas – peixes, crustáceos, moluscos, algas, quelônios e outros, e nos ambientes de cultivo – águas continentais/doces, litorâneas/salobras e marinhas/salgadas (ARANA, 2004).

As vantagens desta opção realizada pelos piscicultores é a eliminação dos mecanismos de intermediação entre o produtor e o consumidor. A venda direta na feira elimina os atravessadores e faz com que a renda da comercialização seja percebida pelo produtor de forma quase integral. A produção é planejada para ser escoada na feira, com um ciclo de dois anos, que é quando as carpas comercializadas atingem o tamanho comercial.

Este evento criado pelos piscicultores assume um caráter estratégico para a produção e reprodução da atividade, pois encurta o circuito espacial de produção especialmente nas etapas após a produção, permitindo ao produtor aproximar-se do consumidor em época de grande demanda. Entende-se por circuitos espaciais de produção as “diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo da produção até chegar ao consumo final” (SANTOS, 1997). Assim, produção e consumo ocorrem nos próprios municípios de Cacequi, Santa Maria e São Pedro do Sul.

No manejo das pisciculturas a época que precede as feiras é marcada pela despesca, seleção e transporte do pescado que será destinado à comercialização naquele ano, deixando à parte o pescado que ainda não atingiu o tamanho adequado, para prosseguir a engorda. As figuras a seguir ilustram o manejo que precede as Feiras do Peixe Vivo.



Figuras 11 e 12: Despesca de tanque escavado (observe o rebaixamento do nível de água) e transporte do pescado em caixas de água em piscicultura do município de Cacequi

Fonte: Foto dos autores



Figuras 13 e 14: Despesca de tanque escavado e seleção do pescado em piscicultura do município de Santa Maria (observe o rebaixamento do nível de água para a operação de manejo)

Fonte: Foto dos autores

Com a produção orientada a partir da demanda oriunda da Feira do Peixe Vivo, os piscicultores têm um mercado de consumo certo, criado e mantido pelos próprios piscicultores, com acordos de preços e padronização da oferta do pescado. A tabela de preços é fixada para todos os participantes da feira, assim como a taxa de limpeza do pescado, facultada aos clientes que desejam levar o pescado eviscerado e sem escamas.

Afora o evento da Semana Santa, as vendas ocorrem de maneira esporádica na própria propriedade do piscicultor, por vezes sob encomenda e, desde alguns anos, mas de forma incisiva no início de 2020, através do caminhão do peixe – um caminhão destinado à venda do pescado, equipado de maneira a funcionar como um estande de vendas móvel, que percorre os distintos bairros da cidade conforme um calendário pré-estabelecido. Neste caso é vendido o pescado abatido, inteiro ou em cortes distintos – filé, ou postas.

As Feiras do Peixe na Semana Santa, na região de Santa Maria, assumem uma dimensão integrada do processo produtivo, não diferenciando os agentes das etapas de produção e venda da produção, sendo ainda um processo coletivo, sempre aos auspícios dos piscicultores em associações, ou cooperativas, em parceria com os poderes públicos municipais e órgãos de extensão estaduais. Sua persistência advém desta integração entre a produção e a comercialização e mesmo na conjuntura desfavorável do ano de 2020, com o isolamento social e a estiagem que atingiu a região, o evento ocorreu, superando as expectativas de venda com 70 toneladas de pescado comercializadas em 13 pontos de venda (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2020).

A produção da piscicultura na região aparece com alternativa de diversificação das atividades de produção familiar, consorciando com outros cultivos – especialmente o arroz. Nas palavras de um produtor de São Pedro do Sul: “Começamos a mudar nosso foco há uns 15 anos. Além da piscicultura nós plantamos arroz e milho, mas hoje a piscicultura tem sido mais produtiva”.

Para alguns casos já ocorre uma maior especialização que imprime suas marcas, tais como os açudes e tanques de cultivo, além das áreas de manejo do pescado. Sua escala produtiva tem nas Feiras da Semana Santa um grande balizador, mantendo-se na ordem de centenas de toneladas de pescado – adequadas para o suprimento de parte do sistema de fluxos e ações da demanda social local e fixando-se no espaço geográfico a partir das estruturas produtivas e de seus objetos específicos (SANTOS, 1982, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feiras do peixe na região de Santa Maria atuam como uma poderosa estratégia de desenvolvimento da piscicultura local. Como visto, direciona a produção, escoo o produto e elimina a intermediação entre produtores e consumidores, tendo em vista que o pescado é comercializado diretamente pelos piscicultores. Ademais estabelece um circuito curto de produção que agrega produção e mercado, contribuindo para o abastecimento local do pescado, especialmente na época de incremento da demanda.

Esta, por sua feita, obedece a preceitos culturais e religiosos, que demarcam um evento anual de consumo de pescado, muitas vezes representando a única ocasião em que o peixe entra nas refeições das famílias. Adquire, dessa forma, uma forte conotação simbólica.

Os produtores preparam-se para estes eventos de comercialização, que dão visibilidade à atividade aquícola regional. Alguns de forma exclusiva produzem apenas para a venda durante a Semana Santa, observando uma diversificação na produção de sua propriedade, ao passo que outros tem se destacado por uma maior especialização na atividade, podendo atender a demanda em outras épocas do ano. Para estes outros momentos, os piscicultores de Santa Maria organizam o uso do caminhão do peixe.

Para ambos os piscicultores, entretanto, as feiras do peixe demarcam a realização de seu trabalho e o final de um ciclo produtivo, sendo organizadas de forma coletiva e pelos próprios produtores. As feiras do peixe na região de Santa Maria são essenciais para dar continuidade e desenvolvimento de uma piscicultura com características singulares, representada pela articulação entre produção e venda, que vai deixando suas marcas e objetos na organização espacial regional.

REFERÊNCIAS

ARANA, Luís Vinatea. **Fundamentos de aquicultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

A RAZÃO. Hoje tem feira do peixe limpo. 1999.

A RAZÃO. **Peixe vivo é alternativa para feriado**. 2000.

- A RAZÃO. **Feira do peixe vivo atrai consumidores da região.** 2001.
- A RAZÃO. **Movimento no primeiro dia da 8ª Feira do Peixe.** 2002.
- A RAZÃO. **20 toneladas de pescado na Feira do Peixe Vivo.** 2003.
- A RAZÃO. **Feira do Peixe movimenta 28 toneladas.** 2004.
- A RAZÃO. **Feira do Peixe começa hoje.** 2005.
- A RAZÃO. **Feira do Peixe Vivo inicia hoje.** 2006.
- A RAZÃO. **Bom movimento no primeiro dia da Feira do Peixe Vivo.** 2007.
- A VOZ DO MAR. **A venda do pescado na Semana Santa.** N. 180, 1941.
- DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Feiras do peixe vivo movimentam 19 cidades na região na Semana Santa.** 2019.
- DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Feira do Peixe Vivo de Santa Maria está em 13 pontos da cidade.** 2019 a.
- DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Feira do Peixe Vivo comercializa 70 toneladas de pescado.** 2020.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone, NEU, Veridiana, SILVA, Fabíola, SCHERER, Maurício de Freitas, PEREIRA, Igor Corrêa. Os circuitos econômicos do pescado em Santa Maria. **Geografia** – Londrina, V. 15, no.2, 2006, p. 81-94.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone, ROCHA, Hilda Mirian Oliveira, FURLAN, Mariele Coletto. A piscicultura no município de Santa Maria – RS. **Ciência & Natura.** V. 31, no. 1, 2009, p.131-140.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone, LEAL, Carmen Luyara Canabarro, COSTA, Jéssica Medeiros. O mercado e o pescado: uma primeira atualização dos circuitos econômicos e das cadeias produtivas do peixe em Santa Maria – RS. **Ciência & Natura,** V. 35, no. 2, 2013, p. 226-231.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MACHADO, Denner Adonis Menezes, CARDOSO, Eduardo Schiavone. A organização e comercialização de peixes na Sexta-Feira Santa no município de São Pedro do Sul - RS. In: JORNADA DO TRABALHO, XIX, 2018, Chapecó. **Anais,** Chapecó, 2018, p.104-112.
- PMSM - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Portal da Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural.** Disponível em <www.santamaria.rs.gov.br/rural> acesso em 16 de março de 2020
- SANGOI, Matheus Bolzan. **O desenvolvimento da piscicultura no município de Cacequi – RS.** Santa Maria: UFSM, 2019. 79 p. Trabalho de Conclusão de Curso.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHIRMER, Gerson Jonas, CARDOSO, Eduardo Schiavone. A piscicultura na dinâmica socioeconômica do município de Agudo - RS. **Boletim Gaúcho de Geografia.** V. 36, no. 1, 2011, p. 23-28.

ENSAIO SOBRE MODOS DE VIDA E SABERES LOCAIS DAS COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS: ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE MACHANGA (MOÇAMBIQUE)

ESSAY ON MODES OF LIFE AND LOCAL KNOWLEDGE OF ARTISANAL FISHERMEN'S COMMUNITIES OF MACHANGA DISTRICT (MOZAMBIQUE)

ENSAYO SOBRE MODOS DE VIDA Y CONOCIMIENTO LOCAL DE LAS COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANALES DEL DISTRITO DE MACHANGA (MOZAMBIQUE)

WAYA, António

RESUMO

O presente artigo expõe os modos de vida e saberes locais das comunidades de pescadores artesanais do distrito de Machanga localizado ao sul da província central de Sofala (Moçambique). Os dados empíricos aqui apresentados resultam de uma pesquisa realizada pelos investigadores do *Centro de Estudos de Desenvolvimento Comunitário e Ambiente* (CEDECA), da Universidade Licungo (Moçambique). A pesquisa decorreu em duas fases: a primeira articulou-se em torno do estudo do campo, com recurso a entrevistas semi-estruturadas e a observação direta. Deste estudo, conseguimos observar que as práticas locais continuam carregadas de uma vasta gama de conhecimentos míticos, religiosos e sobrenaturais. A segunda fase consistiu num levantamento bibliográfico da geografia da pesca e da sócio antropologia das sociedades marítimas, que nos ajudou a verificar a universalidade de alguns saberes e práticas locais das populações pescadoras deste distrito. Conjugados os resultados obtidos das duas fases da nossa pesquisa, concluímos que além de ser uma atividade econômica, a pesca produz uma linguagem simbólica que estabelece uma ordem gnosiológica própria através de ritos sociais. O recurso ao paradigma ecológico nos permite compreender os modos de vida e os padrões de comportamento das comunidades dos pescadores como resultado do processo da interação contínua que elas estabelecem com o meio em que estão inseridas.

Palavras-chave: Saberes locais. Pesca. Comunidades dos Pescadores artesanais. Etnografia das pescas.

ABSTRACT

This article presents the modes of life and local knowledge of artisanal fishermen communities of Machanga district located in the south of the central province of Sofala (Mozambique). The empirical data presented here is the result of a research carried out by researchers from *Centro de Estudos de Desenvolvimento Comunitário e Ambiente* (CEDECA), of Licungo University (Mozambique). The research was unfolded in two phases: the first was articulated around the field study, using semi-structured interviews and direct observation. From this study, we were able to observe that local practices are still loaded with a wide range of mythical, religious and supernatural knowledge. The second phase consisted of a bibliographic survey of the geography of fishing and the Socio-anthropology of marine societies, which helped us to verify the universality of some local knowledge and practices of the fishing populations of this district. Combining the results obtained from the two phases of our research, we concluded that in addition to being an economic activity, fishing produces a symbolic language that establishes its own gnosiological order through social rites. The use of the ecological paradigm allows us to understand the ways of life and behaviour patterns of artisanal fishermen communities as a result of the process of continuous interaction that they establish with their environment.

Keywords: Local knowledge. Fishing. Artisanal Fishermen's Communities. Ethnography of the fishing.

RESUMEN

Este artículo presenta los modos de vida y el conocimiento local de las comunidades de pescadores artesanales del distrito de Machanga ubicado al sur de la provincia central de Sofala (Mozambique). Los datos empíricos que se presentan aquí son el resultado de una investigación realizada por investigadores del *Centro de Estudos de Desenvolvimento*

Comunitário e Ambiente (CEDECA), de la Universidad Licungo (Mozambique). La investigación se desarrolló en dos fases: la primera se articuló en torno al estudio de campo, mediante entrevistas semiestructuradas y observación directa. A partir de este estudio, pudimos observar que las prácticas locales todavía están cargadas de una amplia gama de conocimientos míticos, religiosos y sobrenaturales. La segunda fase consistió en un relevamiento bibliográfico de la geografía de la pesca y la Socioantropología de las sociedades marinas, que nos ayudó a verificar la universalidad de algunos conocimientos y prácticas locales de las poblaciones pesqueras de este distrito. Combinando los resultados obtenidos en las dos fases de nuestra investigación, concluimos que además de ser una actividad económica, la pesca produce un lenguaje simbólico que establece su propio orden gnosiológico mediante ritos sociales. El uso del paradigma ecológico nos permite comprender las formas de vida y patrones de comportamiento de las comunidades de pescadores artesanales como resultado del proceso de interacción continua que establecen con su entorno..

Palabras clave: Conocimiento local. Pesca. Comunidades de pescadores artesanales. Etnografía de la pesca.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objeto os modos de vida e saberes locais das comunidades dos pescadores artesanais do distrito de Machanga (Moçambique). De acordo com os dados do Ministério das Pescas (MP), referentes as realizações do setor (2006-2014), dois terços da população total de Moçambique vivem ao longo da zona costeira e praticam a pesca e atividades a ela ligadas. Esta atividade contribui com cerca de 90% do pescado anual do país. Os estudos científicos das comunidades de pescadores artesanais em Moçambique dão maior enfoque à abordagem do campesinato, isto é, a pesca é analisada como um modo de produção. Entretanto, apesar de ser uma atividade associada ao *economicus*, a pesca artesanal produz uma “variedade e complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço marinho...” (GEISTDOERFER, 1991, pp. 447-449).

Nossa intenção neste artigo passa por fazermos uma “descrição densa” dos modos de vida e saberes locais das comunidades dos pescadores artesanais de Machanga, ao estilo de Geertz (2008), onde os intérpretes são os nativos. Mais do que registrar os fatos, procuramos entrecruzar o *economicus* e o cultural, analisando o impacto do meio ambiente na produção dos modos de vida e saberes locais das comunidades em estudo.

METODOLOGIA

Os dados empíricos que expomos aqui, resultam de uma pesquisa realizada junto às comunidades de pescadores do distrito da Machanga. Esta atividade decorreu em duas fases: a primeira, realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2017, envolveu uma equipe multidisciplinar composta por dois pesquisadores do *Centro de Estudos de Desenvolvimento Comunitário e Ambiente* (CEDECA) e de dois estudantes estagiários do curso de Sociologia da Universidade Licungo. Esta fase articulou-se em torno do estudo do campo, com recurso às entrevistas parcialmente estruturadas e à observação direta. Antes da nossa deslocação àquelas comunidades, estabelecemos uma ponte intelectual através de contatos telefônicos com os Serviços Distritais das Atividades Econômicas (SDAE) e com líderes comunitários de Machanga. Os contatos com os líderes comunitários nos foram facilitados graças a dois estudantes do curso de sociologia da Universidade Licungo. Nos contatos iniciais foram levantadas questões relacionadas com a caracterização dos modos de vida dos pescadores das comunidades de Chiloane, Buene e Posto Administrativo sede do distrito. Conseguimos recolher, através destas “conversas” dados referentes às vivências e contextos socioculturais dos pescadores artesanais em Machanga.

Nossa deslocação ao campo serviu para aferirmos os dados recolhidos nas conversas exploratórias anteriores. Para o efeito recorremos à observação direta e ao uso do “diário etnográfico” (MALINOWSKI, 1978), um importante instrumento onde registamos, desde os primeiros contatos, o que observamos *in loco*.

Segundo Quivy & Campenhoudt (2005, p. 164),

A observação direta é aquela em que o próprio investigador procede diretamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados. ...os sujeitos observados não intervêm na produção da informação procurada. Esta é manifesta e recolhida diretamente neles pelo investigador.

Neste processo, "os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação" (GIL, 2008, p. 100). Por que pretendíamos captar os modos de vida das comunidades, a nossa observação deu relevo aos modos de vida dos pescadores das comunidades estudadas, como fenômenos sociais coletivos.

A segunda fase foi da pesquisa bibliográfica que consistiu na revisão sistemática da literatura da Socioantropologia e da Geografia, cuja "finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito" (MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 183) sobre a temática em questão. Esta pesquisa nos permite cobrir uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisado diretamente. (GIL, 2008, p. 50)

As informações aqui apresentadas são analisadas com recurso aos olhos dos nativos para evitarmos formular juízos de valor. Com efeito, apenas os "nativos" podem interpretar suas próprias culturas; o que os antropólogos fazem é uma interpretação desta interpretação, (GEERTZ, 1997).

LOCAL DE PESQUISA

O presente estudo foi realizado na região sul da baía de Sofala, junto às comunidades pesqueiras do distrito de Machanga. O distrito é limitado a Sul pelo rio Save que o separa da província de Inhambane, a Este pelo oceano Índico, a Norte pelos distritos de Chibabava e Búzi e a Oeste pelo distrito de Machaze, província de Manica. A baía de Sofala faz parte do Banco de Sofala, uma vasta e extensa área da costa marítima de Moçambique com uma extensão de 950 km de linha de costa que se estende desde o distrito de Mogincual (província de Nampula) até ao rio Save. Esta região é caracterizada por uma elevada diversidade de ecossistemas atravessados por um grande número de rios. A baía consiste de praias arenosas, florestas de mangais, estuários, extensas zonas húmidas e dunas de areias baixas e paralelas.

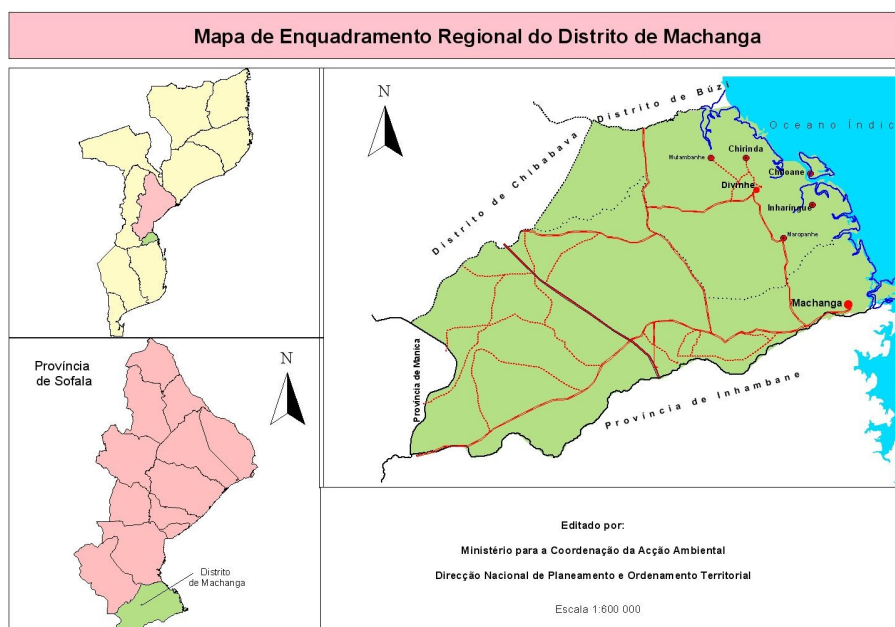


Figura 1: Mapa do enquadramento regional do Distrito de Machanga, mostrando a área de estudo com a localização das comunidades de pescadores de Chiloane, Buene e o Posto Administrativo sede de Machanga, junto ao oceano indico.

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

Segundo o senso pesqueiro de 2007, o distrito da Machanga conta com um total de 1457 pescadores artesanais correspondentes a 2.8% da população total. Destes, 1438 são efetivos e 19 eventuais. Dos 1457 pescadores, 1443 são homens (99.04%) e 14 (0.96%) mulheres, todos pertencentes ao substrato étnico ndau¹. Das 14 mulheres que exercem a atividade piscatória, 7 (50%) são viúvas; 4 (28.5%) divorciadas e 3 (21.5%) solteiras². Desenvolvem-se, além das atividades piscatórias, a agricultura de subsistência e a extração da sura, uma bebida alcoólica que se obtém da fermentação da seiva da palmeira. A pesca e a extração da sura são na região, atividades essencialmente masculinas, enquanto a agricultura de subsistência é, na sua generalidade, praticada por mulheres. A pesca artesanal continua a ser uma atividade tradicionalmente exercida pelos homens (99.04%) e, mais do que isso, sempre pensada (pelos próprios membros das comunidades pesqueiras) como um domínio essencialmente masculino (CUANGUARA, 2014).

Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação (2017), mais de 53,8% da população total do distrito é feminina, jovem, e de matriz marcadamente rural. A emigração masculina para as zonas urbanas do país e para a vizinha África do Sul, pode estar na origem deste desnivelamento estatístico da população ativa. As ideologias e a organização social concorrem para justificar a dominância masculina na atividade piscatória.

Mais de 40.9% da população total do distrito professa a *Zion Christian Church* (ZCC) e igrejas evangélicas. O ZCC é dominado pelo espiritismo e pelo profetismo de carácter carismático que encoraja, entre os seus praticantes, uma experiência espiritual e prática de atos de cura acompanhados da magia e de adivinhação. A larga difusão destes grupos religiosos permite justificar a presença, nesta região do país, de traços culturais antigos que resistem aos efeitos da modernidade.

Na sua generalidade, as famílias residem em uma vivenda coletiva de planta circular. As construções circulares são, também, o local privilegiado de encontros espirituais. O quarto parental é designado *nyumba yapakati*, por se fixar, em regra, entre os quartos alocados às moças e aos rapazes. Frequentemente, o quarto das moças fica do lado poente (lado esquerdo) enquanto o dos rapazes, do lado nascente (à direita). Ao *Nyumba yapakati* é anexada uma despensa (*Gutu-Gutu*), espaço vital da família. As paredes da moradia são revestidas de lodo-cimento (argila) castanho. A varanda tem neste tipo de habitações três finalidades básicas: 1) proteger o corpo da construção da chuva que destruiria o reboco de argila; 2) tornar a casa mais fresca durante o verão; 3) servir de abrigo seguro em tempos chuvosos para as pessoas se sentarem e conversarem. Uma vivenda tradicional tem, no mínimo, duas portas através das quais se dá acesso ao interior ou ao exterior.



Figura 2: Projeção em 3D de uma moradia tradicional de Machanga

Desenho de Janela Tavares

1. Segundo A. Rita-Ferreira (1982, p. 245-246), o etnónimo ndau foi inventado pelos guerreiros ngunis, seus conquistadores entre 1827 e 1836. "...quando vinham manifestar a sua submissão aos conquistadores, aproximavam-se ajoelhados, batendo suavemente as palmas e murmurando: «Ndau uhi! Ndau uhi!»"

2. Informações fornecidas pelos Serviços Distritais de Atividades Económicas (SEDAE) de Machanga.

Olhando para a disposição das portas na direção *nascente/poente, esquerda/direita*, podemos concluir com Pierre Bourdieu (2012), que estas estruturas da arquitetura tradicional trazem uma forte ideologia patriarcal e representam assimetrias nas relações de dominação e de divisão sexual do trabalho. E mais: a disposição das portas e as suas respetivas normas de acesso enfatizam a rigidez dos lugares de gênero, ou seja, o que é de homem é reservado aos homens e o que é de mulher é próprio e exclusivo para elas (VIEIRA, SIQUEIRA, DI PAOLO, 2014). As relações de gênero nestas comunidades são marcadas por uma abordagem dual. Para Vieira, Siqueira, Di Paolo, (2014, p. 10), citando Salomão e Vidal (2009), "Este tipo de relação entre homens e mulheres centra-se de um lado, em torno do mando e do poder" (*androcracia*), "e de outro da invisibilidade" da mulher.

BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Diegues (2004, p. 26):

o interesse das ciências sociais pelo mar é relativamente recente. Uma das disciplinas pioneiras nesses estudos é a geografia humana e a história. Alguns trabalhos, como o de Herubel, "A Evolução da Pesca" (1928), o de A. Thomazi, "A História de Pesca" (1947), publicados na França, tratam exclusivamente da pesca numa perspectiva histórica e geográfica.

Desde 1980, a produção científica associada aos domínios da geografia, da sociologia e da etnologia em torno da problemática relativa às comunidades de pescadores artesanais, tem vindo a aumentar. Analisando 71 dissertações e teses defendidas em cursos de pós-graduação, entre 1982 e 2015, sobre as comunidades pesqueiras, De Paula (2018) conclui que a Geografia brasileira evidencia a relação complexa entre o ambiente e território e a emergência de conflitos por territórios. Segundo o autor, as comunidades dos pescadores artesanais são abordadas sob três perspetivas: 1) abordagens do território, 2) perspetivas de espaço e 3) abordagens do ambiente. As abordagens do território se preocupam pelos impactos ambientais dos territórios tradicionais da pesca, pelas disputas no território e pelos conflitos pelo território. As abordagens de espaço buscam identificar o espaço como resultado das relações estabelecidas entre sociedade e natureza, atrelado a reprodução das relações sociais de produção. As abordagens do ambiente não estudam apenas os impactos da sociedade sobre a natureza, mas também os impactos que a natureza exerce sobre os grupos que a usam como fonte de recursos.

As análises dos modos de vida das comunidades dos pescadores (BRACONARO, 2011; RODRIGUES, 2014; SILVA, 2006; SUERTEGARAY, 2016), evidenciam, entre outros aspetos, as ameaças da cultura tradicional dos pescadores face à expansão da modernidade (DA SILVA, 2017; DE PAULA, 2018; TARGINO, 2012).

No domínio da antropologia, as primeiras abordagens sobre a pesca estão associadas à evolução histórica da atividade. Comparando os dados fornecidos pela etnoarqueologia, Morgan e seus seguidores consideram a pesca como uma atividade meramente económica que corresponde à fase média do estágio selvagem que antecederia, nas suas cogitações, à agricultura e à sedentarização. Esta perspetiva diacrónica e comparativa dos evolucionistas foi duramente criticada pelos funcionalistas (MALINOWSKI, 1922; Firth, 1946) que se ajustando à abordagem dual (Natureza/cultura) insistem na função da atividade. A pesca continua, porém, uma unidade de produção e de consumo (FRAXE, 2011). Para estes investigadores, a estrutura social está estritamente ligada às relações económicas concretas que nascem do controle dos recursos e os pescadores artesanais, como quaisquer agentes económicos, buscam a exploração e otimização dos recursos aquáticos. Esta abordagem do campesinato predomina entre os pesquisadores das ciências sociais em Moçambique (JUNOD, 1996; FELICIANO, 1998; NGALE, 2012; CUNGUARA, 2014; RUNGO, in DA SILVA, 2016).

Apesar da antropologia funcionalista ter desenvolvido suas pesquisas entre as populações insulares: os arquipélagos da Nova Guiné Melanésia (MALINOWSKI, 1922), os nativos da Malásia (FIRTH, 1946), de Honduras (BEAUCAGE, 1970), de Chiguana (BRETON, 1974), o estudo destas comunidades ficou, porém,

relegado ao segundo plano, pois o principal foco destes pesquisadores esteve inicialmente centrado na “elaboração de novas metodologias (pesquisa de campo, método funcionalista)”, no sentido de “fazer avançar teoricamente a Antropologia” (DIEGUES, p. 27).

O crescente interesse pelas comunidades de pescadores artesanais como unidades socioculturais marca as últimas décadas do século XX. Esse interesse deu origem à constituição de um campo de estudo especializado das comunidades haliêuticas que vivem na base de recursos aquáticos. Esta subdisciplina recebe a designação de “Antropologia Marítima” (GEISTDOERFER, 1991; DIEGUES, 2004), “etnografia da socioantropologia pesqueira” ou “etnografia dos povos das águas” (TARGINO, 2012),³ virada para “uma descrição analítica e descritiva de um modo de vida tradicional reelaborado pela dinâmica social”. (TARGINO, 2012)

A revisão sistemática da literatura, (DEUS, 2007; SILVA, 2019), aponta para a emergência, no século XXI, de um “novo paradigma”, aplicado ao estudo das comunidades pesqueiras: o paradigma ecológico (INGOLD, 2000). O recurso a este paradigma, permite compreender os modos de vida e os padrões de comportamento das comunidades dos pescadores como resultado do processo da interação que elas estabelecem com o meio em que estão inseridas.

O CARÁCTER SIMBÓLICO DAS RELAÇÕES COM O AMBIENTE

Em sua relação com o meio (*Oikos*), as comunidades dos pescadores de Machanga desenvolveram uma linguagem simbólica particular como forma de lidarem com a natureza marinha. Esta linguagem tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica* (BOURDIEU, 2012, p. 10) pura que se expressa através dos ritos sociais resultantes de qualquer outra atividade de carácter coletivo (JUNOD, 1996, p. 54). Este conjunto de atos formais e expressivos que ocorrem sob a forma de invocação aos espíritos dos antepassados (*Mbhambha*) e acompanhados de práticas mágicas rígidas (*Kuphumbha*), revelam a forma de expressão convencional, obrigatória do grupo e expressam os mais profundos valores da comunidade.

Antes de se fazer às águas, que sejam de superfície ou profundas, o homem das redes longas (*nyamadjuya*) consulta um “agente da magia” (*nyamussoro*) para dele adquirir certos amuletos (*ndimo*) que geralmente são colocados entre os chumbos das redes. Estes amuletos, alimentados regularmente do sangue de aves (galinha de penas brancas, vermelhas ou pretas), pensa-se, garantem a segurança e o sucesso durante o exercício das suas atividades. O sacrifício de humanos, atualmente extinta, deu origem ao mito de *nyamadjuya*⁴.

A expressão mágico-religiosa se estende até ao gesto demonstrado com o primeiro pescado de cada espécie (*primícias*) que é devolvido vivo às águas, por alguns pescadores como símbolo de gratidão aos espíritos dos antepassados ou às deidades hídricas. O estrito cumprimento deste ritual garante o sucesso da atividade. Segundo Tempels (2016), é a metafísica e a ontologia bantu que permitem garantir a “fidelidade às concepções mágico-religiosas e ao recurso a práticas tradicionais”.

3. Para uma breve história desta subdisciplina cf. António Carlos Diegues (1999), “A Sócio-Antropologia das comunidades de pescadores Marítimos no Brasil”, in *Etnográfica*, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375; António Carlos Diegues, *Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário* (1998), in <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Ilhas%20e%20Mares.pdf>, pp. 42-56; António Carlos Diegues, (2004), *A Pesca construindo sociedades: Leituras em Antropologia Marítima e Pesqueira*, São Paulo, Nupaub-usp, disponível em <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/A%20pesca%20construindo%20sociedades.compressed.pdf> Juan Antonio Rubio-Ardenaz, “La Antropología de la Pesca, campo y oportunidades para la investigación antropológica: perspectivas desde el formalismo”, in *Zainak*, Vol. 25, 2003, pp. 237-257.

4. Os *nyamadjuya* são associados, na baía de Sofala, a raptos e desaparecimento misteriosos de humanos, junto das praias dos pescadores ou aos arredores.

Dito de outra forma, as comunidades pesqueiras em estudo, apesar da expansão da modernidade, ainda conservam uma concepção mágico-religiosa da natureza. É usual entre os pescadores pensar-se que, *as ações humanas* têm efeito direto sobre o comportamento dos animais e da natureza. Por exemplo, se homens e mulheres guardam *estrita disciplina (continência)* sobre si próprios, os peixes não serão tão selvagens e os pescadores terão maior êxito em seu empreendimento (JUNOD, 1996, p.84); uma “temperatura” quente contraída durante o período seja da menstruação, seja do *post coito*, ou do *post partem*, tem efeito direto sobre a atividade. Como escreve Feliciano (1998, p.199), a temperatura quente faz

murchar, secar, apodrecer e esvaziar as plantas, suas flores e frutos, esterilizar, emagrecer, tornar doentes e matar os animais domésticos, alertar e tornar agressivos os animais selvagens e da “água”.

O estado de temperaturas elevadas provocado por relações sexuais é considerado bastante prejudicial à atividade piscatória, por haver nele, como escreve Junod (1996, p.179),

qualquer coisa de selvagem, de feroz, de apaixonado, que segundo a lei da concordância, que é a base da magia bantu, tem influência sobre as forças hostis. Estas serão estimuladas, tornar-se-ão mais difíceis de vencer – sejam os inimigos durante a batalha, os animais selvagens durante a caça ou pesca, a doença, o período da contaminação, quando duma morte ou durante os períodos de margem. A vida é acelerada pelo ato sexual e esta aceleração é comunicada a toda a natureza.

Para garantir o sucesso da atividade, os pescadores que estiverem em tal estado são isolados e aconselhados a abster-se da atividade. A abstinência sexual além de contribuir para o equilíbrio demográfico, contribui também para o equilíbrio do ecossistema marinho.

INTERPRETANDO OS PRESSÁGIOS

O conhecimento empírico do meio (*Oikos*) e de recursos naturais caracteriza o modo de vida das comunidades de pescadores artesanais em Machanga. Este conhecimento é transmitido empiricamente através da socialização primária e da apropriação dos elementos da natureza, presentes em todo o tecido social. Este conhecimento inclui apropriação de um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente e pela observação dos mestres nessas comunidades. Estas práticas cognitivas incluem também “todo o tipo de saberes, atitudes e valores resultantes da confrontação que os sujeitos de qualquer comunidade cultural criam como resposta à sua exposição ao conhecimento importado” (CASTIANO, 2013, p. 12). Decorrente da vivência com o território explorado, os pescadores criam conceitos e imagens sobre o ambiente aquático. Nesse sentido, o saber local reúne a reprodução desse modo de vida e as relações simbólicas que os pescadores estabelecem com esse espaço (*Oikos*). Chamá-riamos esse conhecimento de “saber local” (Geertz).

Adquirido esse conjunto de práticas cognitivas e culturais, é espectável que qualquer pescador esteja atento ao meio ambiente (*Oikos*) que o rodeia como um empírico observador dos sinais provenientes da natureza; é espectável igualmente que apreenda, desde cedo, o significado do comportamento da natureza. Por exemplo: quando vir o peixe-agulha em frente da embarcação se deslocando na mesma direção dos pescadores, é, para eles, um prenúncio de uma boa viagem e prosperidade; caso esteja em direção oposta, haverá obstáculos; os gestos humanos de uma espécie de macacos cinzentos que cruzarem eventualmente o caminho do pescador (rindo, marchando em posição ereta, penteando o cabelo, etc.), são percebidos como indicadores da prosperidade. A natureza comunica algo que deve ser interpretado. Estes presságios devem ser considerados com serenidade pelos pescadores. Um eventual desprezo tem efeitos drásticos diretos na produção e na vida pessoal do pescador.

Estas micronarrativas, longe de constituírem “realidade ilusória”, “especulação”, “considerandos metafísicos” (CASTIANO, 2013), ou “mitos”, representam, na “experiência-próxima” (GEERTZ, 1997), expressões do pensamento da “temporalidade cíclica” própria dos povos ágrafos (ELIADES, apud DÉSVEAUX, 1988) ou “a dedução lógica da sua percepção das coisas” (TEMPELS, 2013); elas dão um significado à vida; articulam a relação homem-natureza e garantem a ordem social na comunidade.

As mudanças de condições climáticas condicionam sua interpretação do tempo, dos ventos e do meio marinho. À semelhança dos Nuer, a contagem do tempo dos pescadores artesanais de Machanga é “totalmente determinada pelo movimento dos corpos celestes” (EVANS-PRITCHARD, 1974, p. 114-115). O tempo é controlado através da observação empírica do comportamento dos astros. Suas atividades são programadas em função das fases lunares que exercem influências diretas sobre as águas e sobre o comportamento dos peixes. Em outras palavras,

A lua fornece-lhes informações vitais sobre onde, quando, como e para o que pescar. As suas fases predizem com precisão não só o momento e a altura aproximada das marés, a força e direção das correntes das marés, o brilho da noite, e a acessibilidade de diferentes zonas de pesca, mas também os locais, comportamento, e vulnerabilidade à captura de muitas espécies de peixe. (JOHANNES, 1981, p. 32)

Além do controle dos astros, os pescadores sabem que, quando sopra o vento sul “vai fazer calor” e anuncia uma maré baixa ou morta é consequente “bom tempo” para a prática de atividades piscatórias, enquanto o vento norte anuncia a maré alta ou brava. Assim, as mudanças naturais têm uma significação para as atividades dos pescadores em Machanga. Quem se dá ao mar deve ser capaz de compreender esta ordem cósmica para evitar os naufrágios que só acontecem, na sua ótica, por negligência e/ou desobediência às tradições locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da nossa pesquisa fica assente que a pesca não é exclusivamente uma atividade econômica; ela é antes de tudo um discurso social, pois ao buscarem satisfazer as suas necessidades básicas (o pescado como fonte de sobrevivência), as comunidades dos pescadores de Machanga desenvolveram uma linguagem simbólica particular como forma de lidarem com a natureza marinha. Esta linguagem tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica* pura que se expressa através dos ritos sociais resultantes de qualquer outra atividade de carácter coletivo. Este conjunto de atos formais e expressivos que ocorrem sob a forma de invocação aos espíritos dos antepassados (*Mbhambha*) e acompanhados de práticas mágicas rígidas (*Kuphumbha*), revelam a forma de expressão convencional, obrigatória do grupo e expressam os mais profundos valores da comunidade.

Apesar da expansão da modernidade, estas comunidades ainda mantêm intensas relações simbólicas com o meio e continuam a conservar uma concepção mágico-religiosa da natureza. Os saberes de que dispõem, apropriados com base exclusiva da tradição oral, impactam seus modos de viver, de ser e de desenvolver sua atividade piscatória. O recurso ao paradigma ecológico nos permitiu compreender que os modos de vida e padrões de comportamento das comunidades dos pescadores resultam do processo da interação contínua que elas estabelecem com o meio em que estão inseridas. As micronarrativas elaboradas da interação natureza/sociedade, dão significado à vida, articulam a relação homem/natureza e garantem a ordem e coesão sociais das comunidades.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**, 11. Edição, (Tradução Maria Helena Kühner), Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.
- BRETON, Y. L’anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs. Réflexions sur la naissance d’un sous-champ disciplinaire. **Anthropologie et Sociétés**, Québec : Département d’anthropologie, Université Laval, 1981. Vol. 5, nr. 1, p. 7-27.
- CASTIANO, José P. **Os Saberes locais na Academia**: condições e possibilidades da sua legitimação, Maputo, Educar/Cemec, 2013.
- CUNGUARA, Elizete António. **Estudo De Determinantes Da Adopção De Tecnologias De Processamento Artesanal De Pescado No Banco De Sofala**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2014. 88 páginas. Dissertação de Mestrado em Ciências Agrárias. Disponível em <http://www.repositorio.uem.mz/handle/123456789/312/pdf>

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018. 451 Páginas. Tese de Doutorado em Geografia, área de concentração: Ambiente, Ensino, Território. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/178869>

DIEGUES, António Carlos. A sócio Antropologia das Comunidades de pescadores marítimos no Brasil. In: **Etnográfica**. Lisboa: Centro em Redes de Investigação em Antropologia, 1999. Vol. 3, nr. 2, p. 361-375 Disponível em <http://www.ceas.iscte.pt/docs> Consultado em 17 de abril de 2018, às 15:59.

DIEGUES, António Carlos. **A Pesca construindo sociedades**: Leituras em Antropologia Marítima e Pesca. São Paulo: Nupaub-usp, 2004. Disponível em <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/A%20pesca%20construindo%20sociedades.compressed.pdf>

EVANS-PRITCHARD, E. E. **The Nuer**: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People. New York, Oxford: Oxford University Press, 1974.

FELICIANO, José Fialho. **Antropologia Económica dos Thonga do sul de Moçambique**, Maputo: INLD, 1989.

FONSECA, Marília. ALVES, Fátima. MACEDO, Márcio Chagas. AZEITEIRO, Ulisses M. O papel das mulheres na pesca artesanal marinha: estudo de uma comunidade pesqueira no município de Rio das Ostras. In: **Journal of Integrated Coastal Zone Management / Revista de Gestão Costeira Integrada**. 2016. Vol. 16, nr. 2. p. 231-241. Disponível em http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-593_Fonseca.pdf DOI: 10.5894/rgci593.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios**: uma etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2011.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**: Novos ensaios em Antropologia Interpretativa, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GEISTDOESFER, Alette. Ethnologie d'une Communauté de Pêcheurs. In: BONTE, Pierre e IZARD, Michel. **Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie**, Paris : Presses Universitaires de France, 1991. p. 447-449.

GIL, António Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IINO, Fátima Satsuki de Araújo. **Pescadores artesanais na Praia da Tesoura, Laguna/Sc**: Reflexões sobre sociabilidades e Apropriações do Espaço, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. 125 Páginas. Programa em Pós-graduação em Antropologia Social. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/177869> consultado em 20 de abril de 2018, às 14:41.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment**: Essays on livelihood, dwelling and skill, London, New York: Routledge, 2000.

JOHANNES, Robert Early. **Words of the Lagoon Fishing and Marine Lore in the Palau District of Micronesia**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1981.

JUNOD, Henri. **Usos e Costumes dos Bantu**. Maputo: Arquivos Históricos de Moçambique, 1996.

MALDONADO, Simone Carneiro. Eu sou dono desta canoa: Reflexões sobre a antropologia da Pesca. In: **Cadernos Paraibanos de Antropologia**. UFPB: João Pessoa, 1985. p. 43-55.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, Mary Lourdes Santana; ALVIM, Ronaldo Gomes. Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil. In: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.** Belém, 2016. Vol. 11, nr. 2. p. 379-390.

MARTINS, Maria Cristina. **Partilhando saberes na ilha de Itaoca**: A roda de siri - entre o mundo do trabalho e as memórias de infância. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2005. 263 páginas. Tese de doutorado em Educação. Disponível em https://azslide.com/partilhando-saberes-na-ilha-de-itaoca-a-roda-de-siri-entre-o-mundo-do-trabalho-e_5a5e43aa1723dd16abfo6dac.html. Acessado em 2017.

MINISTERIO DA ADMINISTRACAO ESTATAL (ed.). **Perfil do Distrito de Machanga, Província de Sofala**. Maputo, 2005. Disponível em <http://www.govnet.gov.mz>

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Saberes da Pesca**: Uma Arqueologia da ciência da Tradição, Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005. 230 páginas. Tese de Doutorado em Educação. Disponível em <http://www.repositorio.ufm.br/jspui/handle/123456789/14128> Consultado em 17 de abril de 2018, às 16:22.

MORGAN, Lewis Henry. **Sociedade Primitiva**. Lisboa, Editorial Presença, 1973.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa: Centro em Redes de Investigação em Antropologia, 1999. Vol. 3, nr. 2. p. 377-400. Disponível em <http://www.ceas.iscte.pt/docs> Consultado em 17 de Maio de 2018, às 15:59.

NGALE, Arlindo João. **Pesca artesanal**: a sua contribuição no rendimento dos agregados familiares da cidade de Maputo – Estudo de caso das comunidades de pesca de Gwachene e de Marítimo. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane. 2012. 64 páginas. Dissertação de Mestrado em População e Desenvolvimento. Disponível em <http://www.repositorio.uem.mz/handle/123456789/134>

QUIVY, R., CAMPENHOUDT Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

RUBIO-ARDANAZ, Juan Antonio. La antropología de la pesca, campo y oportunidades para la investigación antropológica: perspectivas desde el formalismo, sustantivismo y materialismo. In: **Zainak**. 2003. Vol. 25, p. 237-257. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/29821904_La_antropologia_de_la_pesca_campo_y_oportunidades_para_la_investigacion_antropologica_perspectivas_desde_el_formalismo_sustantivismo_y_materialismo Consultado em 20-4-2018, às 14:32.

RUNGO, Zacarias Augusto. Descrição etnoecológica dos Pescadores artesanais da baía de Inhambane: Caso do Município de Maxixe. In: Da SILVA, Cátia Antónia e De PAULA, Cristiano Quaresma. **Brasil e Moçambique – Diálogos geográficos sobre a pesca artesanal**. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2016. p. 185-199.

SILVA, Cátia Antónia da. Modernização, Conflitos Territoriais e Sujeitos Sociais de Culturas Tradicionais: contribuições da Geografia na leitura da produção da totalidade do espaço brasileiro no século XXI, In: SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; SILVA, Charlei Aparecido Da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografia e Conjuntura Brasileira** Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 249-274.

SILVA, Heroldo Abrantes da. **Elogiemos os pescadores ilustres da Praia de Piatã**: Estudo da Antropologia Visual sobre a pesca artesanal, trabalho e autonomia na cidade. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Tese de doutorado em Antropologia. 2019. 327 páginas. Disponível em <http://repositorio.dfba.br/ri/handle/ri/31280>

SILVA, Lucas António da. Com vento a lagoa vira mar: uma etnoarqueologia da pesca no litoral norte do RS. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Belém, 2015. Vol. 10, nr. 2. p. 537-547. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222015000200016>

TARGINO, Gekebede Dantas. **"Sobre as Águas"**: a Tradição e a Pesca Artesanal em três comunidades da Reserva Extrativista Acaú-PB/Goiana-PE. 2012. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. Tese de doutorado em Sociologia. Área de Concentração: Cultura e Sociabilidade. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9752>, Acessado em setembro de 2020.

TEMPELS, R. P. Placide. **A Filosofia Bantu**. (tradução de Amélia A. Mingas e Zavoni Ntondo). Luanda: Kiwindula, 2016.

VIEIRA, Norma. SIQUEIRA, Deis. PAOLO, Darcy Di. O que é de mulher e o que é de homem: relações de gênero na pesca artesanal Comunidade de Bonifácio, Amazônia Oriental, Brasil. In: **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas. 2014. Vol. 34, nr. 1, p. 8-23. <https://doi.org/10.37370/raizes.2014.v34.400> consultado a 11 de setembro de 2018 às 14:57.

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades "pesqueiras" do Nordeste, Brasília. **Série Antropológica**. Disponível em <http://dan.unb.br/images/doc/Serie111empdf.pdf> Consultado em 11 de setembro de 2018 às 13:59.

www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas

MODERNIZAÇÃO NA BAÍA DE SEPETIBA (RJ): A MULTITERRITORIALIDADE E O CONFLITO DA PESCA ARTESANAL COM A TKCSA

MODERNIZATION IN THE SEPETIBA BAY (RJ): MULTITERRITORIALITY AND THE CONFLICT OF ARTISANAL FISHING WITH TKCSA

MODERNIZACIÓN EN SEPETIBA BAY (RJ): MULTITERRITORIALIDAD Y EL CONFLICTO DE LA PESCA ARTESANAL CON TKCSA

VINHAS, Antonio Lopes Ferreira

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a problemática ambiental na Baía de Sepetiba proporcionado pela empresa Tyssen Krupp ao se instalar em área de manguezal e dominar uma porção do mar. Essa dominação gerou conflitos que desencadearam episódios de resistências iniciados pelos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba. As disputas territoriais foram resultantes de um processo de modernização na baía de Sepetiba que homogeneizou, hierarquizou e fragmentou a classe da pesca artesanal.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Território. Conflitos. Resistência. Modernização.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the environmental problem in the Sepetiba Bay provided by the company Tyssen Krupp when installing in a mangrove area and dominating a portion of the sea. This domination generated conflicts that triggered episodes of resistance initiated by artisanal fishermen from Pedra de Guaratiba. The territorial disputes were the result of a modernization process in Sepetiba Bay that homogenized, hierarchized and fragmented the artisanal fishing class.

Keywords: Artisanal fisher. Territory. Conflicts. Resistance. Modernization.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar la problemática ambiental en la bahía de Sepetiba proporcionada por la empresa Tyssen Krupp al asentarse en una zona de manglares y dominar una porción del mar. Esta dominación generó conflictos que desencadenaron episodios de resistencia iniciados por pescadores artesanales de Pedra de Guaratiba. Las disputas territoriales fueron el resultado de un proceso de modernización en la bahía de Sepetiba que homogeneizó, jerarquizó y fragmentó la clase pesquera artesanal.

Palabras clave: Pescadores artesanales. Territorio. Conflictos. Resistencia. Modernización.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é analisar a problemática ambiental na Baía de Sepetiba, agravada pela instalação do porto da Tyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico - TKCSA que precarizou o trabalho do pescador artesanal pelo controle do mar e os limites impostos à pesca artesanal. A Vale S/A em 2006 se associou a TKCSA participando com 27% do capital. A construção do complexo siderúrgico com o porto privado aumentou ainda mais os conflitos na Baía de Sepetiba com as comunidades tradicionais.

A empresa foi atraída pela existência de um Complexo Industrial em Santa Cruz e o Arco Metropolitano beneficiado pelos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sendo a primeira de uma série a se instalar com terminais portuários na Baía de Sepetiba. Tais investimentos revelam as

intencionalidades pela qual os objetos são construídos, revelando que o lugar concede cada vez mais privilégios e vantagens para atrair as atividades das empresas. Para Acselrad (2004) estes privilégios e vantagens são chamados de chantagem locacional, tendo em vista que:

“os grandes investidores envolvem, quando não submetem a, todos aqueles que buscam o emprego, a geração de divisas e a receita pública a qualquer custo. No plano nacional, se não obtiverem vantagens financeiras, liberdade de remessa de lucros, estabilidade etc. os capitais internacionalizados ameaçam se “deslocalizar” para outros países. No plano subnacional, se não obtiverem vantagens fiscais, terreno de graça, flexibilização de normas ambientais, urbanísticas e sociais, também se “deslocalizam”, penalizando, conseqüentemente, os Estados e municípios onde é maior o empenho em se preservar conquistas sociais e ambientais” (ACSELRAD, 2004, p. 3).

A produção do espaço que Santos (1996) interpreta ocorre através da interação sociedade e natureza afirmando que com a técnica empregada pelo homem pode transformá-las em objetos, ou seja, é a técnica que vai (re) unir os sistemas de objetos e ações, resultando na (re) construção do espaço. Assim, as formas são resultados dos objetos, bem como o conteúdo social é resultado das ações. Entretanto, para o autor (1996) a raiz principal da reflexão da produção do espaço está no entrelace de forma, estrutura, função e processo. Na base deste entrelace, refletido por Milton Santos a estrutura se traduz na forma e na função dos objetos associados às ações que torna o espaço concebido no tempo com intencionalidades, materializando-se (territorializando-se), ou seja, formando as espacialidades (MOREIRA, 2006).

A MODERNIZAÇÃO COMO PROJETO DO OCIDENTE: O TERRITÓRIO EM DISPUTA

Ao se instalar em terreno cedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro no bairro de Santa Cruz, a TKCSA iniciou novos conflitos com os pescadores artesanais, pois o terreno era uma área de manguezal no litoral da Baía de Sepetiba com o canal São Francisco à direita, constituindo um empecilho aos pescadores cercadeiros que utilizavam a madeira e o litoral para fazer suas armadilhas (Foto 1).



Foto 1: Construção do Complexo Siderúrgico da TKCSA.

Fonte: MPF (2006).

Assim, os pescadores artesanais que mais ofereceram resistência foram os de Pedra de Guaratiba pela Associação de Pescadores e Aquicultores de Pedra de Guaratiba. Em conjunto com o Fórum do Meio Ambiente (Organização Não Governamental) resolveram articular uma rede de instituições. Foi organizada uma barqueata que paralisou por um dia a obra da TKCSA. A partir da formação desta rede foi possível denunciar ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Processo MPRJ nº 2005.001.001.52122.00) as agressões que vinham ocorrendo no ambiente e a falta de observância ao prescrito no Estudo de Impacto Ambiental.

A denúncia ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPERJ fez com que o Grupo de Apoio Técnico Especializado – GATE, formados por técnicos na área ambiental do MPE visitasse o empreendimento a fim de apurar irregularidades ao que a empresa se propunha no Estudo de Impacto Ambiental. Dessa forma, o

GATE concluiu que a empresa não estava em conformidade em diversos pontos, como o desmatamento do manguezal, além de vários pontos da obra do terminal portuário não estarem em conformidade com o próprio EIA. O porto de 3,8 Km foi determinante para o conflito entre a empresa e os pescadores, pois delimitou uma área a qual o pescador ficou excluído. A TKCSA reduziu a área da pesca, provocando a desterritorialização, uma vez que os pescadores faziam uso dessa área há mais tempo. O discurso da empresa de criar 3500 empregos diretos alavancando o crescimento econômico da área leva a seguinte reflexão: de que forma esses postos de emprego seriam benéficos para a região, tendo em vista que há muitos pescadores em todo o litoral da Baía de Sepetiba?

A APAPG conseguiu protocolar no Ministério Público Federal uma denúncia contra a TKCSA pelas irregularidades na fase de implantação, como o desmatamento e violação de aspectos legais, como: a Lei Federal nº 7661/ 88 e o decreto nº 5300/ 2004 que determinam que grandes empreendimentos em zona costeira devam ser licenciados pelo IBAMA. Dessa forma, a FEEMA, atual INEA acabou sendo notificada por dar licença sem ter competência nesta esfera. A justificativa do IBAMA que consta em documento para embargar a obra foi a seguinte:

“Fica embargada qualquer atividade de intervenção no manguezal, bem como, construção, obras ou serviços que implique degradação da biota nativa da área do empreendimento, devendo o empreendedor promover a recuperação da área suprimida de 2 ha (dois hectares), extrapolada em dobro na autorização IEF/RJ nº 17/2006. Obs.: de acordo com o relatório de vistoria DITEC/SUPES/RJ de 11/12/2007.”

Outra conquista da resistência dos pescadores frente à empresa neste mesmo ano foi a suspensão por nove meses dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, após manifestação dos pescadores na sede do Banco, que contou com apoio de sindicato como a SINDIPETRO, que forçou a diretoria a recebê-los. Além disso, junto à Fundação Instituto Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, os pescadores conseguiram a emissão de um parecer técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da usina da TKCSA, apontando diversas falhas na análise do empreendimento, como análise fragmentada dos impactos, omissão no cenário ambiental e social (no que diz respeito à saúde da população), além de acusar a empresa de agir com duplo padrão no Brasil e na Europa (PORTO e MILANEZ, 2009).

No âmbito internacional os pescadores da APAPG junto às ONGs que apoiaram a resistência conseguiram denunciar a TKCSA, em 2010, no Tribunal Permanente dos Povos – TPP pela segunda vez em Madri, já que a primeira havia sido em Lima em 2008, quando a empresa foi condenada. O TPP composto de juristas de diversos países tem sua origem do Tribunal Russel na década de 1970, que julgava as ditaduras da América Latina e atualmente julga as violações de empresas transnacionais ao ambiente e as questões sociais (TPP, 2010). A condenação da empresa pelo Tribunal trouxe uma repercussão muito negativa no cenário mundial, encaminhando as denúncias e condenações à Organização das Nações Unidas. Além disso, em 2010, houve por parte da rede a organização do primeiro Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, empresa acionista (27%) da TKCSA, trazendo pessoas de diversos países que passaram por conflitos onde a Vale S/ A exerce atividades, como o Canadá, Moçambique, Indonésia, Peru, Chile, Argentina e Nova Caledônia.

Essas iniciativas chamaram a atenção do Parlamento Europeu e de Organizações Não Governamentais na Alemanha fazendo com que os pescadores artesanais da APAPG fossem convidados a visitar a sede da empresa, o Parlamento Alemão, e participar de uma série de entrevistas para jornais e debates sobre as denúncias feitas sobre a TKCSA. Alguns parlamentares alemães foram solidários aos pescadores, como o deputado Niema Movassat, que escreveu uma carta em solidariedade, e a deputada Gabriele Zimmer, que chegou a visitar o Brasil para averiguar fatos da poluição no ar causada pela empresa que vem prejudicando a saúde de moradores. Na ocasião da visita à Alemanha, foi possível descobrir que a empresa divulgava o empreendimento na Alemanha com outro discurso, ou seja, uma área vazia, com atividades econômicas inexpressivas na qual haveria praticamente nenhum impacto social ou ambiental. Toda esta repercussão preocupou o INEA, que em junho de 2010 convidou a APAPG para uma mesa redonda a fim de discutir por que a Associação era a única que não havia entrado em acordo com a TKCSA oferecendo ainda mais resistência.

Para entender a multiterritorialidade que ocorre entre os pescadores na Pedra de Guaratiba, antes de tudo é necessário retornar ao discurso da empresa TKCSA na Alemanha citado anteriormente, que segundo os pescadores que visitaram a sede, a empresa afirma que é um local onde não há atividades inexpressivas. Para Hall (2002), esta maneira de caracterizar e/ou classificar o local está de acordo com a lógica do Ocidentalismo¹, onde a imagem do Ocidente decodifica diferentes lugares, culturas e sociedades, criando um padrão de comparação que remete a uma hierarquização. Dessa forma, o Ocidente tornou-se uma ideia através da construção de que o Ocidental é o paraíso e o não Ocidental é o inferno, deixando o Ocidente identificado como mundo moderno. Outro autor considerado fundamental por Rua (2007) para compreender a Ocidentalização é Said (2002). O autor afirma que o Oriente ajudou a construir o Ocidente no contraste de ideias, isto é, mostra que o “Outro” (Oriente) foi importante para consolidar. Said (2002) deixa claro que os europeus alimentavam o orientalismo no Oriente, a fim de afirmar o Ocidentalismo, material e culturalmente. Dessa forma, pensar no Oriente é refletir no Ocidente, ou seja, suas relações que foram configuradas lentamente permitindo uma absoluta colonização cultural e territorial. A modernização, segundo Chesneau (1996) traz riscos, impondo mudanças, as quais as sociedades sofrem a aculturação da forma de vida, proveniente do mundo “moderno”. Apoiado na ideia do autor, pensar o futuro do aço, aqui nos remete a pensar que domínio os pescadores artesanais tem do seu futuro.

Esse discurso reforça o entendimento da concepção de desenvolvimento como modelo de crescimento econômico, não desprezando suas bases cunhadas no pensamento Ocidental, pelo viés cultural. A lógica do desenvolvimento como modelo de crescimento econômico não pode ser pensada aqui separadamente da modernização via industrialização, se sobrepondo de maneira imposta sobre as chamadas “sociedades atrasadas”, a qual vem com o discurso da civilização e/ou modernização dos lugares “atrasados” (MYRDAL, 2002). Esse discurso, para Hô (2006, p.39) se resume a ideia da “modernização estar assimilada à ocidentalização das estruturas econômicas, sociais e políticas dos países subdesenvolvidos.” Assim, o pescador artesanal está aquém ou fora da modernidade, sendo submetido ao discurso imposto do círculo vicioso da ignorância e da pobreza. A imposição do discurso é compreendida através do intercâmbio dos termos (RUA, 2007). O discurso que se expandiu para o outro lado do mundo sempre foi utilizado no próprio Ocidente para dominação dos povos, que Ianni (1993) chama de “processo civilizatório”. Para Rua (2007, p. 147):

“A modernização, progresso e desenvolvimento têm sido termos intercambiáveis e têm marcado o movimento do todo social como projeto civilizatório no Ocidente, e, paulatinamente, ao se tornar hegemônico, tal projeto, foi sendo imposto a todos os quadrantes do mundo. O desenvolvimento continua a ser considerado como um processo (natural) que cria o novo, destruindo o velho, e em que o declínio e a destruição são parte de um ciclo. Pode ser, também, percebido como uma intenção, em que é possível agir em seu nome (do desenvolvimento) ou impor processos que o promovam”.

Os pescadores artesanais não fogem do poder deste discurso ao qual Ianni (1993), Hô (2006) e Rua (2007) se referem, pois são os próprios (os pescadores) os focos da dominação, por serem explorados através dos efeitos e das condições impostas por tal desenvolvimento. Nesse sentido, as rotulações aos pescadores artesanais, seguem a ideia da ocidentalização, sobretudo na forma de discurso para reafirmar a modernidade, pois segundo Diegues (2004) são chamados de: “indolentes, mendigos do mar, ignorantes, além de serem considerados individualistas e não saberem defender seus direitos”. São classificações semelhantes que para Said (2002) não deixam de ser pretexto para uma dominação intelectual, com termos pré-elaborados para a imposição da hegemonia Ocidental que vem através do discurso. Essa hegemonia, que visa à homogeneização das sociedades através da universalização da cultura é consequência da modernização, que para Verhelst (1992, p.26) “é própria da sociedade industrial moderna” e “é sinônimo de ocidentalização”.

1. Entende-se aqui o Ocidentalismo como uma ideia, um conceito que identifica o Ocidente como mundo moderno, que não tem sentido somente de localização geográfica, mas sim para qualificar sociedades, sendo iniciado na Europa, entretanto, não está restrito à Europa (Hall, 2002).

A modernização entendida por este viés da homogeneização das sociedades traz a compreensão dos chamados “projetos faraônicos” no Brasil, inclusos na teoria da recuperação do atraso² (VERHELST, 1992). Entretanto, mesmo esta teoria tendo seu auge nas décadas de 1960 e 1970, permanece atualmente, na mesma ideia de recuperar o atraso, mesmo tendo que aniquilar culturas, que para Verhelst (1992) é destruir a personalidade dos povos. A recuperação do atraso segue a lógica da modernização, que para Castoriadis (1987) é derivado de um termo infeliz, o “moderno”, pois se refere ao passado, simplesmente para impor o modelo a outras sociedades. Isto é advertido através de questionamentos dirigidos à Ocidentalização por Rua et al (2009) na tentativa de igualização, ao se referir que vem ocorrendo em escala locais, que para Latouche (1994, p. 84) é um “transplante da ocidentalização”, pois é uma “veste cultural da industrialização”, que muitas vezes sofre rejeição gerando conflitos, principalmente, por impor uma destruição das “estruturas econômicas, sociais e mentais tradicionais, apenas para serem substituídas por um montão de sucata destinada à ferrugem”.

A metáfora “sucata” utilizada por Latouche (1994) para indústria é também entendida como um modelo de industrialização (aqui as siderúrgicas) a qual foi cunhado no Ocidente, mas que atualmente é recusado nos próprios países europeus Ocidentais e imposto a outros países. Assim, no Brasil, especificamente a Baía de Sepetiba, vem sofrendo a imposição desse modelo pela instalação de várias indústrias (a maioria siderúrgicas), desde a década de 1960 com a Cia. Ingá Mercantil (atualmente falida, com a Usiminas sendo atual proprietária do terreno) até hoje com a TKCSA (proveniente da Alemanha), além da construção de portos a partir da década de 1970, com o porto de Itaguaí sendo pioneiro.

A imposição do modelo de “modernização” pelo viés da industrialização para Baía de Sepetiba gerou uma dicotomia através da apropriação/ dominação, caracterizando o mar como território, dando origem a conflitos e conseqüentemente à resistências, que ocorrem de maneiras variadas, fruto de suas variadas apropriações. O primeiro porto privado da Baía de Sepetiba, o da TKCSA, trouxe conflitos com os pescadores artesanais, na medida em que criou uma área de exclusão da pesca, onde os pescadores não podem armar suas cercadas nem pescar com barco, diante do aumento pelo fluxo de navios que aumentou. Além disso, o mar passou a ser mais vigiado pela Capitania dos Portos, que recebeu duas lanchas doadas pela empresa TKCSA, a qual vistoria as embarcações dos pescadores constantemente, verificando a legalidade da função.

Essa área de exclusão, processo de desterritorialização das práticas da pesca artesanal, segundo Haesbaert (2006) é a gênese para compreensão das multiterritorialidades existentes na Baía de Sepetiba. Entretanto, não se pretende aqui dar conotação à desterritorialização como o fim do território, mas sim a sua reafirmação pelo viés da ideia complexa de reterritorialização (HAESBAERT, 2005). A ideia da multiterritorialidade de Rogério Haesbaert (2006) foi construída com a finalidade de demonstrar que a desterritorialização não é a deterioração do território, mas a sua reafirmação, através da reterritorialização. Assim, os grupos sociais criam estratégias para estabelecer seu próprio território que segundo Robert Sack (1986) são as territorialidades, isto é, práticas sociais marcadas no espaço. Nesse sentido, é relevante observar que:

“Mais do que “território” unitário como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou “multiterritorialidade”, melhor expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e/ ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrado, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço” (HAESBAERT, 2006, p. 341).

Contudo, territorialidades devem ser reconhecidas a partir da conotação dada ao conceito de território, quando Haesbaert (2006) apresenta em três vertentes que considera como básicas:

1. Expressos em planos ambiciosos, geralmente favorecendo à indústria. Lançamento de grandes projetos, especialmente do Banco Mundial, como rodovias, hidrelétricas gigantescas (Itaipu), instalações portuárias e outros projetos, que no Brasil ficou conhecido como projetos faraônicos (VERHELST, 1992).

“Jurídica-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado.

Econômica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Cultural (ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo como o produto da apropriação/ valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço” (HAESBAERT, 2006, p 40).

Apesar de Haesbaert apresentar três vertentes para o entendimento do território é o cultural que evidencia as multiterritorialidades na Baía de Sepetiba, por ser o lugar de vida da população tradicional (pescador artesanal) que cria estratégias (territorialidades) a fim de manter preservada sua identidade. Entretanto, a dimensão cultural apesar de priorizada não está isolada da econômica e do jurídico-política, pois se complementam na complexa formação das territorialidades dos pescadores artesanais. Historicamente, os pescadores artesanais criaram suas territorialidades através da apropriação do mar, que Diegues (2004, p. 203) chama de “apropriação social”, pois define como “um conjunto de práticas culturais de intervenção na natureza”, considera também (2004, p.204) “apropriação tradicional do meio e dos recursos marinhos” como sinônimo de manejo e gerenciamento, tendo em vista que o termo apropriação codifica com mais facilidade os aspectos simbólicos que os pescadores artesanais estão envolvidos, concordando com a vertente cultural de Haesbaert (2001). Os pescadores artesanais da APAPG que se identificam por cercadeiros tem como estratégia a construção de armadilhas para a captura do pescado, que vai desde a seleção e preparação do eucalipto até a montagem da armadilha para a captura, que estão inclusas no valor simbólico. Segundo Pimentel (2004, p. 68-69) a cercada é uma “arte secular, legado deixado pelos índios e conservado pelos pescadores artesanais, se perpetuou ao longo da história em várias comunidades que ainda sobrevivem da pesca”.

Diegues (2009) afirma que cada tipo de população tradicional tem uma relação específica com a água, marcada pela maior ou menor disponibilidade desse elemento e por tradições historicamente construídas. Assim, concordando com a ideia do autor podemos afirmar que os pescadores artesanais da APAPG por serem também cercadeiros têm a sua especificidade com a água, sendo esta que caracteriza, “a priori”, a sua territorialidade. Para os pescadores a cercada é uma atividade que requer não só tempo para a armação, mas também tempo de vigilância, pois o pescado capturado pode ser roubado, por ataques piratas, como chamam os pescadores. Além de depender das condições naturais como o vento e a força da maré que podem danificar muito a armadilha. O peixe capturado é retirado da cercada com auxílio de um sarrico³, para posteriormente ser comercializado no mercado de peixes, ou nos restaurantes ou com os atravessadores⁴.

O pescador artesanal que passa a maior parte do tempo na Baía de Sepetiba pescando, tem neste lugar o seu espaço vivido, que por si já é reconhecido pela identificação social. Essa identificação é o resultado de práticas espaciais em que caracterizam a construção geográfica de uma sociedade, através da dialética a qual a sociedade faz o espaço, simultaneamente com o espaço fazendo a sociedade (SANTOS, 1996). Para Santos (1994) em “A metamorfose do espaço”, os lugares estão se tornando únicos, ou seja, mais específicos e singulares, na medida em que se mundializam. Essa mundialização do lugar que ao mesmo tempo tenta homogeneizar criando e/ ou reafirmando as heterogeneidades. São estas heterogeneidades que cada vez mais são reafirmadas em Pedra de Guaratiba entre os pescadores, que diante de uma das ameaças de suas existências como pescador não comungam das mesmas lutas. Seguramente a primeira estratégia para afirmar o território da empresa na Baía de Sepetiba foi a associação entre a Tyssen Krupp e a empresa Vale S/A. Essa parceria se deve ao fato da Vale S/A ser considerada uma das maiores mineradoras do mundo, com sede no Brasil, ou seja, uma ampla experiência distributivista, como operadora logística, que favorece o escoamento de

3. Objeto feito com um aro de arame, tela e um cabo de bambu.

4. Pessoas que compram o pescado direto das mãos dos pescadores para revender, a maioria ao CEASA.

sua produção (PACS, 2009). Entretanto, o interesse é de ambos os lados, pois uma das estratégias da Vale S/A é fazer com que sua produção ganhasse o mercado global.

O processo de desterritorialização dos pescadores artesanais provocado pela construção do porto da TKCSA na Baía de Sepetiba é consequência das territorialidades que a própria empresa vem utilizando para afirmar seu território, aqui pela vertente econômica, que Haesbaert (2001) se refere como sendo a dimensão espacial das relações econômicas, que atinge as classes sociais e modifica a relação capital-trabalho (dos pescadores artesanais). Segundo Saquet (2007) um dos papéis principais do território pelo viés econômico, isto é, das atividades industriais, é a acessibilidade. Esses papéis justificam a escolha da Baía de Sepetiba para instalação do porto da TKCSA. Em época de “fluidez moderna”, que o mercado global vive uma intensa competitividade, a instalação de um porto para a TKCSA é uma estratégia de inserção rápida no mercado global.

A territorialização da TKCSA através de seu porto na Baía de Sepetiba provoca a desterritorialização e a reterritorialização, que para Saquet (2007) e Haesbaert (2001) são contraditórias e muitas vezes conflitantes, mas se complementam. Dessa forma, “a desterritorialização num lugar significa a reterritorialização em outro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais” (SAQUET, 2009, p.129). Apesar do pescador artesanal fazer parte deste espaço vivido, que caracteriza um território cultural, porém com formas distintas de territórios. Esta distinção ocorre pelas territorialidades dos dois grupos de pescadores artesanais, representados pelas duas instituições, que agiam também pelo viés das dimensões econômicas e político-jurídica. As territorialidades surgiam diante das discordâncias, muitas vezes justapostas, outras vezes sobrepostas, configurando multiterritorialidades. O apoio ou a resistência existente dos pescadores artesanais às empresas se caracterizavam por uma multiplicidade de estratégias direcionando a multiterritorialidade, que Haesbaert (2006, p. 343) afirma:

“À multiplicidade justaposta (e muitas vezes hierárquica) visível até o terceiro desses conjuntos de territorializações, devemos acrescentar a efetiva “multiterritorialização” visível no último tipo, resultante não apenas da sobreposição ou da imbricação entre múltiplos tipos territoriais (o que inclui territórios-zona e territórios-rede), mas também de sua experimentação/ reconstrução de forma singular pelo indivíduo, grupo social ou instituição. A esta reterritorialização complexa, em rede e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não-hierárquicas, é que damos o nome de multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2006, p. 343).

A multiterritorialidade se dá através das relações sociais diárias que resultam em experiências justapostas e “integradas” ao espaço, possibilitando a existência de multiterritórios. Logo, “produzir e habitar mais de um território, [envolve] um fenômeno de multipertencimento e superposição territorial” (HAESBAERT, 2006, p. 344). Assim, a ideia de multiterritorialidade formulada pelo autor é usada para a compreensão do entrecruzamento de territorialidades que, viabilizam e reforçam a construção de multiterritorialidades. Essa construção de multiterritorialidades se deu pelo trânsito dos territórios em Pedra de Guaratiba entre a APAPG e a Colônia Z- 14, que ocorreu pelo relacionamento da dimensão cultural com a política de territórios e territorialidades geradoras de instabilidades de comportamentos, focos de conflitos no espaço vivido.

O sentimento de pertencimento dos pescadores da APAPG está expresso no próprio estatuto demonstrando a defesa do lugar. O terceiro, que é o sentido de lugar, descrito por Oslender (2002) está associado ao sentimento de pertencimento, isto é, da relação das pessoas com o lugar, entretanto, os três elementos destacados não se apresentam isolados, mas dialogam entre si, se completando. Dessa forma, tais elementos dão sentido ao lugar como território, colocando em evidência a autonomia discutida por Castoriadis (1987) como a refundação da democracia e abordada por outros autores como o próprio Oslender (2002) e Pickerill e Chaterttonn (2006) que a colocam como uma estratégia sócio-espacial de resistência, que são os próprios espaços vividos. O próprio Oslender (2002, p. 3) destaca que o espaço vivido é privilegiado “para estudar los procesos de mediación en el campo de construcción de las democracias”. Assim, entender as resistências e o diálogo entre as territorialidades (mesmo que conflitantes) é reconhecer as

multiterritorialidades existentes.

Para Diegues (2002) em "Povos e Águas" o pertencimento como valor cultural, que caracteriza a identidade, através das relações com o meio, o parentesco, o valor simbólico e imaginário que formam o sentimento de pertencimento ao lugar é o que caracteriza o pescador artesanal de maneira geral. Esse sentimento através das relações entre os indivíduos caracterizam também relações de afetividade e identidade do grupo social, pode ser entendido como apropriação que para Haesbaert (1997) é um sentido de pertencer a um território, entretanto, segundo Souza (2001) configura um território. Esses valores são interiorizados por uma identidade pela população local, que dá o sentido ao lugar como território, através da defesa dos valores e cultura, que para Souza e Pedon (2007) são relações de poder. Assim como, a comunidade negra do Pacífico, na Colômbia, que Oslender (2002) analisa como uma luta pelo território através de uma reinterpretação do espaço, os pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba também lutam pelo seu espaço de vida, principalmente através de suas territorialidades, constituídas pelo sentimento de pertencimento.

Para Haesbaert (2001), o processo de desterritorialização não acaba com o território, pelo contrário, o reafirma pelo viés da reterritorialização que origina a multiterritorialidade. Dessa forma, as resistências são ações ou estratégias que aparecem como alternativas frente aos conflitos para os pescadores artesanais criarem seu território, sendo essas ações constituintes da multiterritorialidade em Pedra de Guaratiba. A própria criação da Associação pelos pescadores na década de 1990 foi uma estratégia considerada uma territorialidade. Havia uma insatisfação em escala nacional com a gestão das colônias, que eram as únicas instituições representativas da pesca, por isso, a Constituição Federal de 1988 concedeu o direito de fundação das Associações. Apoiados por esse direito, os pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba usaram a estratégia da criação da Associação dos Pescadores Cercadeiros como territorialidade.

Diegues (2002) afirma que pescadores artesanais apresentam um modo de vida particular, mesmo que exerçam simultaneamente outra atividade econômica, pois a pesca é a marca do lugar. Nesse sentido, o bairro de Pedra de Guaratiba é marcado pela pesca artesanal, que para ser compreendida como espaço vivido se deve considerar a interação social e natural, que com a variação da maré no litoral que torna o assoreamento um obstáculo para o pescador vencer até a chegada ao seu barco. O apego à Baía é também o sentimento de pertencimento ao lugar, pois os recursos desse corpo hídrico dão a sobrevivência à sociedade. Quando a pesca é ameaçada de alguma forma, logo a ameaça também está vinculada à identidade territorial do pescador artesanal, pois o fim do peixe é o fim do pescador.

DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICOS DESIGUAIS NA BAÍA DE SEPETIBA

Como a atividade capitalista está sempre fundada em algum lugar, as condições naturais são fatores que favorecem a acumulação do capital, assim como, a organização social. Com isso, a acumulação depende da apropriação da natureza mesmo que de forma violenta para a sobrevivência do sistema capitalista (HARVEY, 2006), subordinando sociedades à força do capital, gerando um desenvolvimento desigual (LOWY, 1999). Para Smith (1988) as vantagens naturais do lugar explicam os desenvolvimentos desiguais, que com o avanço da técnica nos meios de transporte possibilitam o deslocamento de indústrias, e conseqüentemente, a exploração de recursos naturais e humanos (nesse caso, os pescadores artesanais). Apoiado na ótica econômica de Smith (1988), que discorre sobre a subordinação das sociedades à força do capital, mostra que o capitalismo sempre gerou desigualdades. Essas desigualdades são explicadas pela tendência do capital ao ser homogeneizador, mas que cria também contradições resultantes desse desigual desenvolvimento.

Para Harvey (2006) o desenvolvimento desigual pode ser pensado a partir do desenvolvimento como modelo político-econômico dos países avançados (Ocidente) que vêm sendo tratados como progresso econômico, político, institucional e intelectual, mas recebendo uma crítica antiga e contextualizada, como se observa em Rua (2007, p. 144-147). Com isso, a ideia de desenvolvimento desigual é vista como um processo diferenciado a partir do centro, podendo encontrar áreas de resistência à modernização promovida pelo capitalismo, evento que ocorreu em Pedra de Guaratiba, com os pescadores artesanais em relação ao

empreendimento da TKCSA. Segundo Smith (1988) as áreas são diferenciadas pelo efeito do capital, através da acumulação, concentração e centralização, que como nivelador direciona a contraditória tendência da igualização e desigualização, resultando em desenvolvimento desigual.

Nesse sentido, Harvey elaborou o conceito de desenvolvimento geográfico desigual, na perspectiva de retomar uma discussão marxista, como afirma Rua (2007). Dessa forma, o desenvolvimento geográfico desigual para Harvey (2006) pode ser entendido pelas lutas de classes políticas e sociais nas várias escalas geográficas, que vão estar associados à espacialidade. Entretanto, as espacialidades são simultaneamente consequências da acumulação do capital que organiza o espaço de forma desigual. Onde há lutas sociais há evidência do desenvolvimento geográfico desigual, pois os conflitos, como os existentes pela Baía de Sepetiba, que originam resistências contra a empresa e entre os próprios pescadores, são decorrentes da “organização capitalista desigual do espaço” (RUA, 2007, p. 165). Todavia Rua (2007) afirma a advertência de Harvey sobre a “mudança de escalas e a produção de diferenças geográficas”, que são elementos contidos na concepção de desenvolvimento geográfico desigual.

No âmbito desses elementos, Lima (2005) destaca que cada espaço possui um feixe de relações sociais que dialogam entre si, porém para entender a escala é necessário entender as articulações entre as diferentes formas de poder, isto é, deve-se selecionar a informação antes da escala para poder dialogar de forma multiescalar sem estar preso a uma. Todavia pensar em diferenciações é possível, através do que propõe Lepetit (1998) sobre a redução da escala, pois não reduz a informação, mas sim permite perceber as particularidades. É nessa concepção que os conflitos existentes na Pedra de Guaratiba são percebidos com complexidade, pois estão inseridos numa pluralidade de contextos (LIMA, 2005).

A complexidade dos conflitos entre os diferentes atores sociais na Pedra de Guaratiba, transformados em lutas podem ser entendidos por ativismos, que para Souza (2004, p. 83) é “uma categoria, por conseguinte, mais ampla, que envolve diversas formas de organização, mobilização e ação dos habitantes da cidade”. Nesse sentido, Ferreira (2007, p.1) acredita na “transformação dos ativismos em movimentos sociais de caráter mais amplo, que agrupem lutas mais específicas”. Para Gomes (2009, p.1) os movimentos sociais são “manifestações de caráter popular cuja ação social é orientada a fim de obter transformações políticas e econômicas”. Segundo Gohn (2003, p.11-12) os movimentos sociais são entendidos como:

“elementos fundamentais na sociedade moderna, agentes construtores de uma nova ordem social e não agentes de perturbação da ordem, como as antigas análises conservadoras escritas nos manuais antigos, ou como ainda são tratados na atualidade por políticos tradicionais” (GOHN, 2013, p. 11-12).

Nesse sentido, os movimentos sociais propõem uma mudança de paradigma no contexto econômico e político, não se opondo totalmente ao modelo hegemônico, mas criando alternativas através de modelos próprios, muitas vezes concordando ou não com essa hegemonia. Com isso, os pescadores artesanais têm o direito de refletir sobre suas realidades, considerando o jogo de perdas e ganhos sobre a opção que fazem. Para Harvey (2006) os movimentos sociais revelam uma variedade de lutas quase infinitas em diferentes lugares do mundo. As lutas mais tangíveis são pela terra, pela moradia, ou pela água, os bosques e selvas, a energia e similares. As lutas pela dignidade e o reconhecimento de certos direitos não são menos expressivas, aliás, são mais difíceis de estabelecer, exceto por seus efeitos.

Os conflitos pela Baía de Sepetiba passaram a existir no momento em que o pescador artesanal teve o seu sentimento de pertencimento ao lugar ameaçado pela poluição existente desde a chegada da Cia. Ingá Mercantil e, atualmente pela construção do porto da TKCSA, delimitando área, provocando a desterritorialização, descaracterizando os pescadores artesanais que muitas vezes têm abandonado suas atividades tradicionais para exercer outras funções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, as empresas estão se territorializando pela Baía de Sepetiba, a maioria com projetos de construções de portos, que demonstram que novos conflitos ainda surgirão. Nesse contexto, a autonomia se considerada de fato nos diagnósticos e conseqüentemente nos planejamentos é um fator de prevenção à existência de conflitos, já que a capacidade dos indivíduos em refletir e realizar escolhas estariam sendo respeitadas. Entretanto, tais diagnósticos têm sido concebidos pelo viés da heteronomia, como afirma Souza (2000, p. 80), que “sabota, incessantemente, a possibilidade de uma qualidade de vida substancialmente melhor para a maioria da população, a despeito das ilusões disseminadas pela lógica da modernização”.

A “modernização” que Souza (2000) se refere, diversas irregularidades para a instalação da TKCSA e a construção de seu porto ocorreram, como negligência à legislação e ao processo de licenciamento. A área de instalação da TKCSA está sob uma proteção no aspecto legislativo em diversas esferas do poder público. Assim, se tem como relevantes a Lei 7661, de 06 de maio de 1988, que determina a conservação de baías, enseadas, praias, costões e manguezais; o artigo 225 da Constituição Federal que classifica a zona costeira como patrimônio nacional; a Constituição Estadual no artigo 265, que determina que manguezais são áreas de Proteção Permanente; além do artigo 266, que especifica sobre a área da Baía de Sepetiba como ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico. Para Mauro et al.(1999) a legislação é uma ferramenta de gestão do território, se mal elaborada ou negligenciada, a gestão está condiciona ao fracasso. Nesse sentido, se entende como fracasso da gestão na Baía de Sepetiba a existência de conflitos entre empresa e pescadores artesanais, entre o Estado e os pescadores artesanais e entre os próprios pescadores artesanais que têm opiniões diferenciadas.

No Brasil a tradição dos gestores em executar planejamentos sem levar em consideração a importância dos diagnósticos, que é a etapa que antecede o planejamento, é comum. Para Souza (2000) que critica a prática do planejamento empresarial com a parceria entre o setor público e o privado a fim de atrair novos investimentos sem considerar a participação local, a autonomia pelo viés de Castoriadis é fundamental para a elaboração do diagnóstico, que leve em consideração a participação e a discussão dos projetos pela sociedade, enaltecendo a prática democrática para a execução do planejamento.

Pela importância da área, a qual recebeu o empreendimento o Estudo de Impacto Ambiental- EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA deveriam ser mais detalhados, inclusive considerando a dimensão cultural e econômica dos pescadores artesanais. Por se tratarem de comunidades tradicionais como os pescadores artesanais em toda a Baía de Sepetiba e os quilombolas na restinga de Marambaia, seria relevante se o EIA/ RIMA fosse elaborado com a colaboração de especialistas das ciências sociais, como geógrafos, historiadores, sociólogos e antropólogos. Todavia, cabe aqui não somente criticar a forma como foi elaborado esse documento para licenciamento, mas também, sugerir que futuros EIA/ RIMAs sejam elaborados de forma que contemple realmente o real, a fim de não cometer erros do passado para evitar futuros conflitos, deixando de ser considerado apenas o cumprimento de uma obrigatoriedade. É uma necessidade neste cenário a participação dos pescadores artesanais de maneira crítica nos planejamentos gerenciais do uso de recursos (pescado), que para Mitchell (1999) só ocorrerá com a presença mais efetiva da universidade, através da educação e acesso à informação, porém de forma interdisciplinar.

Texto revisado de acordo com as normas da Língua Portuguesa por Deolinda Waquim, graduada em Letras pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Olavo Bilac – SONLEY.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henry. **Descaminhos da “riqueza sustentável”**. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/debate/debate-81.htm>. Acesso em: 13/ set/ 2004, p.3.
- CASTORIADIS, Cornelius. **O Mundo Fragmentado** (Encruzilhadas do Labirinto III). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

1987.

CHESNEUX, Jean. **Modernidade-mundo**. Petrópolis: Editora Vozes. 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB-USP. 2004, p. 176-203-204.

DIEGUES, Antonio Carlos. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. In: RIBEIRO, Wagner Costa (org). **Governança da Água**. São Paulo: FAPESP, 2009, p.15.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Povos e Águas**. Inventário de Áreas Úmidas Brasileiras. São Paulo: NUPAUB-USP. 2002.

FERREIRA, Álvaro. A produção do espaço: entre a dominação e a apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. **IX Colóquio Internacional de Geocrítico**. Porto Alegre, 28 de maio - 1 de junho de 2007, p.1.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE – FEEMA. **Avaliação da qualidade da água da bacia da baía de Sepetiba**. CD-ROM, 1998.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE – FEEMA. **Diagnóstico de Qualidade de Água e Sedimentos** – Baía de Sepetiba. Rio de Janeiro: FEEMA, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais: espaços de educação não-formal da sociedade civil. 2 **II Seminário Internacional: Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais**. Florianópolis, 8 nov. Abril 2003.p.11-12.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Ética, Planejamento e Construção democrática do espaço. Rio de Janeiro: 28 de maio a 1 de junho de 2001. Vol. III, p. 1775-1783. 2001.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Departamento de Geografia., 20-26 de março de 2005, USP.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no nordeste. Niterói: EDUF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do “Fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.40-341-343-344. Cox apud Haesbaert. p.68

HAESBAERT, Rogério. **RS: Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto,1988.

HALL, Stuart. The West and the Rest: discourse and power. In: SCHECH, Susane e HAGGIS, Jane. **Development, a cultural studies reader**. Oxford (RU) e Malden (EUA):nBlackwell, p. 56-64.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume. 2005.

HARVEY, David. Notes Towards a Theory of Uneven Geographical Development. In: HARVEY, David. **Spaces of Global Capitalism**. UK/ USA: VERSO. 2006. Notas hacia uma teoria Del desarrollo geográfico desigual (edición, presentación y comentarios de Vicente di Cione. GeoBaires, Cuadernos de Geografía: apuntes de Geografía y Ciencias Sociales – Teorías Contemporâneas de la Geografía – Vicente di Cione.

HÔ, Pham Nhu. O Desenvolvimento Endógeno como Alternativa. Potencialidades e Obstáculos ao seu Desdobramento. In: MACIEL, Tânia Barros (Org). **Caminhos para o Desenvolvimento Século XXI**. Rio de Janeiro: UNESCO/ UFRJ, 2006, p. 39.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1993.

LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do Mundo**: ensaio sobre a significação, os alcances e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994, p.84.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford/Cambridge, Mass.: Blackwell, 1991, orig.: 1974.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na História. In: REVEL, Jaques (org.). **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV. 1998.

LIMA, Ivaldo Gonçalves de. O desafio da escala às imaginações sociológica, antropológica e geográfica. IN:

Redes Políticas e Recomposição do Território. Tese de Doutorado apresentada ao PPG Geografia do Departamento de Geografia do IGEO da UFF, dez de 2005.

MASSEY, D. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MAURO, Cláudio Antonio de. **Legislação e Gestão do Território.** In: CASTRO, Iná Elias de. MIRANDA, Mariana. EGLER, Cláudio A. G., (orgs.) **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999. 392p.

MOREIRA, Rui. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

MYRDAL, Gunnar. **Modernization Ideals.** In: SCHECH, Susanne e HAGGIS, Jane (eds). **Development, a cultural studies reader.** Oxford (UK)/ Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd. 2002.

OSLENDER, Ulrich. **Espacio, Lugar y Movimientos Sociales: hacia una "Espacialidad de Resistência"** Scripta Nova, **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales.** Universidad de Barcelona. V. VI. n. 115, junio de 2002, p.3.

PICKERILL, Jenny e CHATERTTON, Paul. **Notes toward autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics.** **Progress in Human Geography,** n. 30. 2006.

PIMENTEL, Maria das D. M. **Memórias e Narrativas dos Pescadores da Pedra de Guaratiba:** Urbanização e Espaço Social (1973-2003). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UNIRIO (Centro de Ciências Humanas), 2004, p. 68-69.

PORTO, Marcelo Firpo. MILANEZ, Bruno. **Parecer Técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da Usina da Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

RUA, João. **Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidades.** IN: RUA, João (org). **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007, p. 10-144-147-165.

RUA, João. Et al. **Geografia e Desenvolvimento territorial.** **GeoPuc Revista do Departamento de Geografia da Puc-Rio,** n. 4. 2009.

SAID, Edward W. **Orientalism.** In: SCHECH, Susanne e HAGGIS, Jane (eds). **Development, a cultural studies reader.** Oxford (UK)/ Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd. 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1996. 308 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e Concepções do Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marco Aurélio. BRISKIEVICZ, Michele. **Territorialidade e Identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial.** Paraná: **Caderno Prudentino de Geografia,** nº 31, vol. 1, 2009, p. 129.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. PEDON, Nelson Rodrigo. **Território e Identidade.** **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três lagoas.** Três Lagoas – MS, v.1- nº 6 – ano 4, novembro de 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Planejamento e a Gestão das cidades numa perspectiva Autonomista.** **Território** n. 8, LAGET/ UFRJ, p. 67-100, jan-jun. 2000, p.80.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. RODRIGUES, Glauce Bruce. **Violência: Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004, p.83.

VERHELTS, Thierry G. **O Direito à Diferença, identidades culturais e desenvolvimento.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1992, p. 26.

O PROCESSO DE TRANSMISSÃO GERACIONAL: PERSPECTIVAS DE JOVENS PESCADORES ARTESANAIS

THE MANAGEMENT TRANSMISSION PROCESS: PERSPECTIVES OF YOUNG ARTISAN FISHERMEN

EL PROCESO DE TRANSMISIÓN GENERACIONAL: PERSPECTIVAS DE JÓ-VENES PESCADORES ARTESANALES

CARDOSO, Poliana Oliveira

DOULA, Sheila Maria

MOREIRA, Diego Camelo

DIAS, Diana Leonardo

RESUMO

O objetivo do presente artigo é identificar como jovens pescadores artesanais da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, interpretam a continuidade da atividade pesqueira transmitida pelos mais velhos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo nos meses de agosto e novembro de 2016, no qual se obteve 38 entrevistas com pescadores artesanais de diferentes gerações que residem na Resexmar de Arraial do Cabo, das quais nove entrevistas com jovens entre 15 e 29 anos foram selecionadas para construção desse artigo. Os resultados mostram que maior parte dos jovens têm origem em famílias de pescadores, os quais herdaram a profissão acompanhando os pais e avós nas embarcações e ganharam experiência por meio da observação do cotidiano. No entanto, os jovens e suas famílias não apresentaram entusiasmo na construção de perspectivas futuras de continuidade para a atividade, devido às dificuldades enfrentadas no contexto atual como a expansão das atividades turísticas na área, falta de fiscalização dos órgãos responsáveis e a não valorização da profissão de pescador artesanal pela sociedade.

Palavras-chave: Juventude. Pesca artesanal. Transgeracionalidade.

ABSTRACT

The objective of this article is to identify how the youngest of artisanal fishermen of the Extractive Reserve of Arraial do Cabo, in the state of Rio de Janeiro, interprets the continuity of the fishing activity transmitted by the elders. For that, a field survey was carried out in August and November 2016, in which 38 interviews were obtained with artisanal fishermen of different generations residing in the Resexmar of Arraial do Cabo, of which nine interviews with young people between 15 and 29 years old were selected to construct this article. The results show that most of the youngsters have their origins in fishing families, inherited the profession by accompanying their parents and grandparents on the vessels and gained experience by observing daily life. However, the young people and their families don't build future perspectives of continuity for the activity due to the difficulties faced in the current context as the expansion of the tourist activities in the area, lack of inspection of the responsible organs and the nonvaluation of the profession of artisanal fisherman by the society.

Keywords: Youth. Artisanal fishing. Transgenerationality.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es identificar cómo jóvenes pescadores artesanales de la Reserva Extractiva Arraial do Cabo, en el estado de Rio de Janeiro, interpretan la continuidad de la actividad pesquera transmitida por sus mayores. Para eso, se realizó una investigación de campo entre los meses de agosto y noviembre de 2016, donde se obtuvieron 38 entrevistas con pescadores artesanales de diferentes generaciones que residen en la Resexmar de Arraial do Cabo, de las cuales nueve entrevistas a jóvenes con edades entre 15 y 29 años fueron seleccionadas para la construcción de este artículo. Los resultados muestran que la mayoría de los jóvenes provienen de familias de pescadores, quienes heredaron la profesión al acompañar a sus padres y abuelos en los barcos y adquirieron experiencia a través de la observación de su vida diaria. Sin

embargo, los jóvenes y sus familias no mostraron entusiasmo en la construcción de perspectivas futuras de continuidad para la actividad, debido a las dificultades que enfrentan en el contexto actual, como la expansión de la actividad turística en la zona, la falta de supervisión por parte de los órganos responsables y la falta de valoración de la profesión de pescadores artesanales por la sociedad.

Palabras clave: Juventud. Pesca artesanal. Transgeneracionalidad.

INTRODUÇÃO

Diegues (2000, 2004) define a pesca artesanal como aquela praticada em pequena escala, na qual do total da produção uma parte é destinada ao consumo da família e a outra parte é comercializada. Podese dizer ainda, de acordo com o autor, que a unidade de produção dos pescadores geralmente é constituída pela família ou por uma tripulação formada por conhecidos e parentes. A tradição é um aspecto que está relacionado à pesca artesanal, como ressaltam os trabalhos de Diegues, no domínio do saberfazer que forma a essência da profissão e que permite aos pescadores se reproduzirem como tais. Esse controle da "arte da pesca" é transmitido pelos mais velhos, como acervo cumulativo ao longo das gerações, adquirido pela experiência. O autor, menciona também que a pesca artesanal brasileira possui características complexas, levando-se em consideração os fatores sociais, políticos, institucionais, econômicos e ambientais específicos de cada local onde a atividade é praticada.

Para Silva (2014), não existe um consenso a respeito do significado do termo pesca artesanal, pode ser definida como uma atividade que possui características opostas à pesca de larga escala. Explica que a pesca artesanal é uma categoria formulada pelo Estado, e refere-se a um posto de trabalho que tem características como a arte de fazer extração de pescados e maricultura, uso de técnicas tradicionais e confecção de petrechos. Além disso, a qualificação profissional do pescador artesanal é realizada a partir da tradição oral familiar ou comunitária. Ainda com base em Silva (2014), a pesca artesanal é definida como uma atividade de extração e de coleta do pescado e de frutos do mar, em que os pescadores atuam em regime de parceria, sem vínculos empregatícios, sendo o envolvimento de familiares e a solidariedade outras características da atividade.

A autora destaca que a pesca artesanal é fundamentada na produção de saberes construídos fora da escola formal, nas relações de sociabilidade e nas práticas solidárias cotidianas de parcerias. Realça que se trata de um saber construído pela oralidade, trajetões e "errâncias"; o pescador artesanal aprende a atividade pela conversação e pelas formas de tecer a sociabilidade.

O Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP (2014) mostra que existem no Brasil cerca de um milhão de pescadores marinhos artesanais, que historicamente residem em comunidades distribuídas ao longo do litoral brasileiro ou nas bacias hidrográficas. Aproximadamente 45% de toda a produção anual de pescado desembarcada são provenientes dessa atividade.

Trabalhos como os de Diegues (2000), Capellesso e Cazella (2011) e Silva (2014), mostram que adversidades como o aumento da exploração dos estoques, o crescimento desordenado da atividade, métodos inadequados de coleta do pescado, poluição costeira e os conflitos existentes entre a pesca artesanal e a pesca industrial têm refletido no abandono da atividade, constatado primeiramente com os filhos dos pescadores que têm buscado desenvolver outras atividades econômicas. Capellesso e Cazella (2011), salientam que esse abandono faz com que o desejo dos pais de que os filhos continuem com a tradição ligada à pesca artesanal entre em confronto com as dificuldades de sobreviver exclusivamente da atividade, colocando em risco a sustentabilidade geracional dessas famílias.

Pesquisas de diferentes áreas do conhecimento como as Ciências Humanas, Biológicas e Multidisciplinar têm ressaltado os conflitos cotidianos entre as modalidades artesanais e industriais, as novas possibilidades de gestão e a criação das áreas marinhas e, apesar de ainda ser pequeno, é crescente o número de trabalhos que focalizam a vivência dos jovens pescadores artesanais. Especificamente, publicações nacionais e internacionais recentes têm mostrado a importância de temas como: educação, saúde,

conhecimento tradicional, identidade e inserção do jovem na atividade pesqueira, configurando a emergência de um novo ator social, o “jovem das águas”.

Fernández (2015), por exemplo, ao pesquisar jovens pescadores do município de Armería, do estado de Colima no México, mostra que as alterações na identidade juvenil são influenciadas pelo contexto social mais amplo, tornando conflitantes os significados culturais tradicionais e os significados culturais emergentes, o que implica em atribuir um novo sentido à pesca e ao trabalho na pesca. O autor verificou que a geração conhecida como “jovens da pesca” demanda politicamente por segurança e sistemas de proteção, redução da desigualdade e reconhecimento social, visando restaurar a autoestima perdida; e, ao contrário das gerações mais velhas que representavam o trabalho como algo penoso, os jovens reconstróem o esquema cultural da pesca pelo viés naturalista do contato com o mar, do prazer e da liberdade como um novo estilo de vida no qual o risco e o perigo, antes lamentados, passam a ser valorizados positivamente como sinais de valentia, arranjo e orgulho.

No Brasil, investigações como as de Vieira, Moraes e Nunes (2013) e Araújo (2011), ao estudarem a vivência dos jovens em comunidades de pescadores artesanais no litoral amazônico, da Bahia e do Ceará, realçam a necessidade de se buscar na educação juvenil formas interdisciplinares que dialoguem com a realidade, valorizando o conhecimento tradicional e sincronizando a atividade de pesca à vida escolar.

Na esfera da saúde, Machado e Ribeiro (2012) analisam, sob o ponto de vista dos próprios jovens, o quanto é crescente o consumo de álcool e drogas pelos pescadores, o que acarreta problemas em diferentes esferas da vida social, sobretudo, à saúde. Chiba et al.(2012), a partir de estudo em Cananéia, litoral de São Paulo, utilizando-se da avaliação de dados da literatura e de bancos de dados institucionais, observaram que pescadores artesanais jovens estão preferindo se inserir na pesca industrial, sendo este um fator apontado pelos autores como contribuinte para a diminuição da pesca artesanal ao longo dos anos.

A partir desse panorama, objetivo deste trabalho é analisar como a geração mais jovem de pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, problematiza a continuidade da atividade pesqueira transmitida pelos mais velhos, como interpreta a valorização da profissão pela sociedade contemporânea e como avalia, a partir da trajetória histórica do ofício e de aprendizado, as perspectivas futuras para o exercício da profissão.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho se propõe a analisar os aspectos contemporâneos que permeiam a expectativa de continuidade da profissão de pescador artesanal entre os jovens pescadores da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo (Figura 1), destacando a interação desses indivíduos com diferentes esferas (econômicas, sociais, jurídicas, culturais e ambientais). Para tanto, uma pesquisa de campo para coleta de dados foi realizada, na qual foram feitas 38 entrevistas com pescadores artesanais de diferentes gerações que residem na Resexmar de Arraial do Cabo RJ. Destas, foram selecionadas nove para a construção deste artigo, que correspondem às entrevistas com jovens entre 15 e 29 anos.

Durante a pesquisa de campo, optouse pela realização de entrevistas de profundidade, uma vez que a mesma fornece um perfil qualitativo e como explicam Bauer e Gaskell (2014), tratase de uma conversação que normalmente dura o tempo entre uma hora e uma hora e meia, para a qual o pesquisador terá preparado um tópico guia cobrindo os temas centrais e problemas de pesquisa. Durante a pesquisa de campo na Resexmar, a duração das mesmas variou entre meia hora e até duas horas de conversação. Os temas elencados no roteiro abrangiam questões referentes a como se tornaram pescadores, como aprenderam a profissão, como é exercida a atividade, formas de remuneração, pontos positivos e negativos da pesca, se exercem outras atividades econômicas além da pesca, se gostariam que os filhos mantivessem a profissão no futuro e como interpretam a continuidade da pesca artesanal no município e na Resexmar. As entrevistas foram realizadas em diferentes locais como as praias onde os pescadores atuam, no posto do vigia, na casa de alguns pescadores, na colônia de pescadores, nas instituições locais e nas oficinas onde são consertados os barcos.

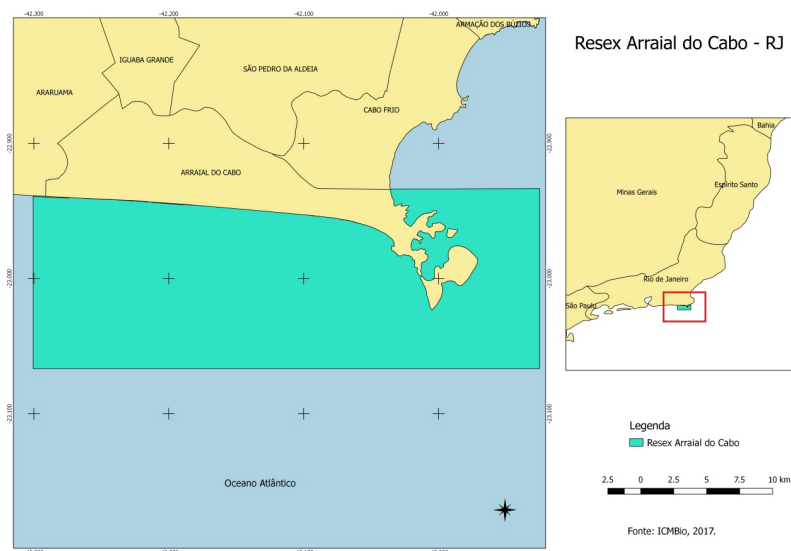


Figura 1: Localização da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo RJ.

Fonte: Dados da pesquisa 2016.

A escolha do município de Arraial do Cabo para estudo se justifica pelo fato deste ser, como mostram Mendonça, Moraes e Costa (2013), um dos municípios mais tradicionais no que se refere à pesca artesanal no estado do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com os autores, durante muitos anos a pesca artesanal se destacou como a principal fonte de renda para a população de Arraial do Cabo. Após a década de 1970, esse cenário sofreu modificações com o início da atividade turística. O aumento do fluxo dos turistas resultou no crescimento desordenado dessa atividade, que provocou o excesso de barcos na área e originou conflitos entre os pescadores artesanais e as empresas de turismo e de mergulho em torno do uso do espaço e dos recursos naturais. Os autores salientam que o crescimento das duas ocupações causou pressão sobre os estoques pesqueiros da região, fato que impulsionou no ano de 1993 as primeiras iniciativas da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo junto ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT para tornar a área uma reserva marinha protegida.

Assim, a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo foi criada em 1997, com o objetivo principal de assegurar a manutenção da atividade pesqueira artesanal com suas técnicas e métodos tradicionais de exploração, contribuindo, assim, para o manejo sustentável dos recursos pesqueiros locais de um ecossistema marinho avaliado com alta biodiversidade na costa brasileira. Segundo Lobão e Loto (2012), foi delimitada uma área de três milhas marinhas que consistem em 56.769 ha de lâmina d'água para acesso à pesca somente por pescadores do município.

A Reserva Extrativista de Arraial do Cabo é objeto de diferentes pesquisas científicas que evidenciam a importância das espécies marinhas locais, os impactos socioeconômicos e ambientais gerados pela ampliação de atividades econômicas no município, a cadeia produtiva da pesca artesanal, a etnobotânica e a sustentabilidade dentro da Resexmar, os desafios da gestão compartilhada, dentre outros temas que mostram a relevância e os desafios enfrentados pela pesca artesanal e pelo modelo de gestão do território (LOTO, 2013). No entanto, ainda não há estudos que coloquem em foco a transmissão do saber tradicional da pesca artesanal no município e as perspectivas futuras para a continuidade da atividade pelas gerações de pescadores mais jovens.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Noves jovens pescadores artesanais com idades entre 15 e 29 anos participaram da presente pesquisa, todos do sexo masculino e que trabalham atualmente na atividade (não foram encontradas jovens do sexo

feminino, uma vez que aquelas que estão envolvidas com atividades de salga e beneficiamento do pescado trabalham em outras ocupações durante o dia, fato que dificultou a realização das entrevistas com as mesmas). Martins e Alvim (2016) ajudam a compreender o fato de as pescadoras artesanais que fazem o beneficiamento do pescado precisarem buscar outras fontes de renda. Estes autores elucidam que a participação feminina no setor da pesca artesanal está crescendo, no entanto, a atuação da mulher acontece em um contexto de invisibilidade e desvalorização. O trabalho feminino muitas vezes é interpretado como extensão das atividades domésticas e não como parte do circuito da pesca, o que de acordo com os autores expõe a fragilidade da identidade profissional das pescadoras. Os autores destacam que a inserção da mulher na atividade possibilita não apenas a produção de alimento e geração de renda, mas também a manutenção da atividade e introdução dos filhos nas tarefas contribuindo para a transmissão dos conhecimentos, em meio as condições adversas enfrentadas.

Do total dos entrevistados, apenas dois não estão estudando atualmente, tendo interrompido os estudos devido à dificuldade de conciliá-los com o trabalho de pesca já que, como explicam, há pescadores que saem às 3 horas da madrugada e retornam às 10 horas da manhã; pescadores que saem às 6 horas da manhã retornando às 17 horas e pescadores que saem no finalzinho da tarde e só retornam durante a madrugada. No entanto, os dois jovens mostraram o desejo de um dia retomar os estudos. Ainda convém mencionar que, um dos entrevistados está matriculado no ensino superior, realizando graduação em Educação Física. A maioria trabalha há pelo menos cinco anos com a pesca; começaram a pescar com idades entre os 9 a 15 anos. Além da captura, sabem beneficiar o peixe, comercializar e fazer pequenos consertos em redes e motores. A Tabela 1 mostra informações sobre a faixa etária, escolaridade e tempo de trabalho com a pesca dos jovens participantes da pesquisa.

Tabela 1: Informações etárias, de escolaridade e tempo de trabalho com a pesca dos jovens pescadores artesanais da Resexmar de Arraial do Cabo RJ.

Idade	Grau de escolaridade	Estuda atualmente	Há quanto tempo trabalha na pesca
15 anos	7º série	Sim	5 anos
16 anos	6º série	Sim	8 anos
17 anos	1º ano	Sim	8 anos
17 anos	9º ano	Sim	4 anos
18 anos	8 ano	Sim	3 anos
19 anos	3º ano	Sim	4 anos
23 anos	6º série	Não	8 anos
26 anos	1º ano	Não	15 anos
29 anos	Ensino Superior	Sim	14 anos

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

No que se refere à forma como se tornaram pescadores, apenas um jovem esclarece que não aprendeu a atividade com os pais ou familiares. Ele narra que sempre gostou de ir à praia e acompanhar o trabalho dos pescadores, até se interessar e começar a ir pescar e mergulhar com os mesmos. Os demais têm origem em famílias de pescadores e aprenderam a profissão acompanhando os pais desde crianças. Ao serem questionados sobre como se tornaram pescadores, alguns formularam uma resposta simples: está no "sangue". Especificamente houve o caso de um jovem cujo pai não queria que ele se tornasse pescador e se recusava a levá-lo para à pescaria. No entanto, ele experimentou o primeiro contato com a pesca acompanhando outros membros da família e explica que "pegou gosto". Outro jovem, conta que começou na profissão porque estava "entrando no caminho errado" (ao se referir às drogas) e a solução encontrada pela família foi colocá-lo na pesca.

A aprendizagem e a experiência, de acordo com as entrevistas (Quadro 1), vêm por meio da observação e do contato com os mais velhos. Um jovem explica que com o falecimento do avô, ele atualmente aprende com os companheiros de barco e também procura por pescadores com mais experiência e observa como desenvolver certas habilidades, como por exemplo, costurar redes.

Quadro 1: Inserção na atividade pesqueira e aprendizagem, jovens pescadores, Arraial do Cabo, 2016.

Me tornei pescador porque está no sangue, né? (entrevista nº 13, 16 anos). Na verdade, quem começou me levando pro mar foi meu tio que me levava na sexta de tarde e no sábado, eu pescava de sexta pra sábado e no domingo eu descansava pra na segunda estar estudando. Aí, meu pai mesmo não queria me levar pra pescar, falava pra eu estudar. Mas meu tio foi me levando, me levando, aí acabei gostando e fiquei (...) meu pai me mandava estudar mas estava no sangue (entrevista nº 24, 26 anos).	Inserção na atividade
Me tornei pescador porque eu estava estudando, aí daqui a pouco comecei a entrar numa vida errada, aí a solução foi começar a acompanhar meu pai que saía pra pescar e fiquei (entrevista nº 26, 18 anos).	
Meu pai era pescador e comecei acompanhando ele, ele ia me ensinando, ia prestando atenção também como as outras pessoas que sabiam pescava (entrevista nº 28, 17 anos).	Aprendizagem
Eu ia com meu avô de caíco, barquinho pequeno e ele me ensinava as coisas, aí ele faleceu e eu fiquei, aí continuei pescando. Hoje eu procuro os mais velhos, fico do lado vendo eles costurar redes e continuo aprendendo (entrevista nº 29, 15 anos).	

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

A transgeracionalidade é característica da profissão de pescador artesanal e perpassa a história familiar. Chama atenção o fato de alguns jovens mencionarem a pesca artesanal como uma marca identitária que está no “sangue”, como se tornarse pescador artesanal fosse biologicamente hereditário. Almeida e Magalhães (2011) ajudam a entender esse sentimento de filiação ao afirmarem que família significa pertencimento e no caso dos pescadores podemos entender que a metáfora do sangue situa cada jovem em uma árvore genealógica na qual se identificam as lealdades, sejam elas em relação ao capital social do sobrenome que a família constituiu em um campo de atividade, seja também porque a família já ocupa um lugar na cartografia profissional e local e disponibiliza aos jovens os percursos já abertos.

Como ressaltam Almeida e Magalhães (2011), na lealdade familiar estão implícitos os atos de dar, receber e retribuir. Outra característica da transmissão geracional também evidenciada é que essa transgeracionalidade não ocorre somente no interior das famílias, mas também pelos valores repassados pela solidariedade dos membros da cultura em que o indivíduo está inserido. Jovens pescadores da Resexmar de Arraial do Cabo podem aprender a profissão e adquirir experiência também no convívio com os companheiros de embarcações e observando como outros pescadores mais experientes executam atividades como consertar redes, dentre outras atribuições. Mesmo quando a família argumenta que não deseja a profissão para os filhos, os “velhos portadores” de cultura (MANHEIM, 1928) assumem o papel de transmissores, não havendo registros de conflito em torno dessa decisão.

Ao serem questionados se gostam da profissão, a maioria dos entrevistados (N=5) afirma que sim e os motivos (Figura 2) estão relacionados ao contato com a natureza, a convivência no trabalho com os amigos e ao sentimento de liberdade. No que se refere aos motivos para não gostar da profissão, são mencionados a pesca predatória, a escassez de pescado e o fato de atualmente a pesca não garantir autossuficiência financeira.

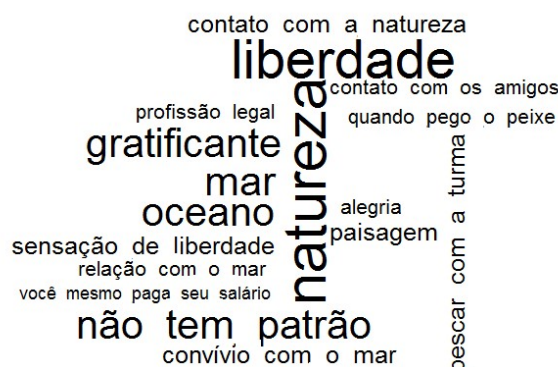


Figura 2: Motivos para gostar da profissão.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Dos jovens que participaram da pesquisa, 3 possuem seu próprio barco, os quais foram adquiridos com recursos provenientes da atividade pesqueira. O outro jovem adquiriu seu barco novo, com a venda de um imóvel, e serve tanto para a pesca como para passeio. Os demais jovens, que não possuem embarcação própria, trabalham no barco dos pais ou em barco de terceiros. O dinheiro da produção é dividido após ser retirada a parte de despesas do barco. Alguns pescadores recebem por dia e outros por semana. Em média, quando a pesca está boa o valor alcança cerca de R\$ 400,00 por dia e quando a pesca está ruim recebem em média R\$ 100,00 pelo dia, havendo também ocasiões em que voltam para casa sem rendimentos.

Ainda que todos estejam trabalhando na pesca, 4 jovens exercem também outras atividades que estão ligadas ao turismo como passeio de barcos, o trabalho na praia como camelô e ainda o comércio de pescado. Como explicam, muitas famílias de pescadores se dividem em mais de uma atividade como forma de complementar a renda. Na opinião desses jovens no contexto atual não é possível depender exclusivamente da pesca. Como os pescadores artesanais de Arraial do Cabo exercem a profissão dentro de uma área protegida, fazia parte do roteiro questionar se, na opinião deles, o fato de estarem pescando dentro de uma Reserva Extrativista Marinha oferecia alguma vantagem à profissão e à proteção da atividade. De acordo com 7 jovens, não há como apontar pontos positivos, uma vez que a fiscalização não funciona adequadamente. As principais queixas estão relacionadas à quantidade de barcos destinados à atividade de turismo e às pescas industriais e predatórias que, segundo eles, são constantes na área.

Ainda de acordo com os entrevistados, é comum embarcações artesanais estarem pescando e encontrarem dificuldades devido ao trânsito de embarcações maiores de pesca industrial como mostra o Quadro 2.

Quadro 2: A importância da fiscalização para os jovens pescadores, Arraial do Cabo, 2016.

(...) Teria pontos positivos pra um pescador artesanal viver dentro de uma área protegida se houvesse fiscalização, a pesca industrial é extremamente atuante aqui dentro da nossa reserva (entrevista nº 25, 29 anos).	Fiscalização
Para o pescador hoje as principais dificuldades são os barcos de passeio atrapalhando (...). O fato de ser uma reserva não muda nada porque a pesca só está piorando. Pra trabalhar numa área protegida seria bom se os barcos que não poderiam trabalhar realmente não tivessem atuando na área (entrevista nº 26, 18 anos).	
A turma está vindo de fora e pegando o espaço da gente. Os caras estão só trazendo barco e fazendo essa bagunça que está aí, não tem órgão nenhum que fiscaliza (...). A criação da Reserva não mudou nada, está tudo do mesmo jeito. O fato de ser uma área protegida era pra favorecer o pescador se fosse fiscalizado porque aqui tem tudo, lula, mexilhão, polvo tudo aí (entrevista nº 27, 23 anos).	

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Também como já previa Mannheim (1928), a transgeracionalidade é marcada pela presença de eventos que quebram a continuidade da história e, no caso específico dos pescadores artesanais de Arraial do Cabo, a chegada da atividade turística e da pesca industrial no município foram marcos que mudaram o status da pesca artesanal, que deixou de ser a principal atividade econômica. Fica claro que, na visão dos jovens pescadores, os arranjos institucionais criados para a gestão do território como Unidade de Conservação não impediram que novos atores sociais desequilbrassem a composição de forças políticas e econômicas e que tais arranjos também não disciplinaram a utilização dos recursos naturais, dos quais a pesca artesanal depende.

Nesse contexto, a maioria dos jovens pescadores entrevistados não consegue ver boas perspectivas para o futuro na pesca artesanal dentro da Reserva (Quadro 3). Todos afirmam que não gostariam de ver seus filhos vivendo da pesca, seja pelas dificuldades enfrentadas pela atividade atualmente ou por se tratar de um trabalho "sacrificante". Expressam o desejo de que os filhos tenham "emprego fixo" ou que valorizem mais os estudos. Ainda assim, um jovem afirmou que, apesar de não ser o futuro desejado para as gerações posteriores, acredita que é importante ensinar aos filhos o ofício. Outro jovem reconhece o valor de os filhos aprenderem a cultura dos pescadores, ainda que não veja condições econômicas de viver apenas da pesca.

Quadro 3: A transgeracionalidade vista pelos jovens pescadores, Arraial do Cabo, 2016.

Todos os pais, ninguém quer que o filho permaneça naquilo dali. E a tendência que eu vejo sendo sempre falada né, é que o peixe está acabando, eu até discordo porque Deus é muito generoso e eu creio que ele não vai deixar acabar o peixe, mas está acabando na verdade os pescadores, a tradição, e com isso o que está favorecendo é a pesca industrial que é a tal prejudicadora de todo o ecossistema (...). Igual você já reparou que o número de pescadores é de gente mais velha né, porque o pai quer que o filho estude, seja um doutor (entrevista nº 25, 29 anos).	transgeracionalidade e tradição
Não gostaria que meus filhos trabalhassem com pesca não, queria um trabalho fixo pra eles. Mas é importante ensinar porque quando não tem o que fazer, tira a gente das ruas e dos coisas ruins (entrevista nº 29, 15 anos).	
Se um dia eu tiver filho eu gostaria que ele aprendesse um pouco da cultura dos pescadores. É importante continuar com a pesca conforme os antigos faziam. Não é uma profissão valorizada pela sociedade porque não tem mais como depender exclusivamente da pesca como antigamente (entrevista nº 28, masculino, 17 anos).	

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Essas condições colocam em evidência outras características da transgeracionalidade, apontadas em Garcia (2007) e Falcke e Wagner (2005), que destacam a tentativa de rejeição do modelo familiar de origem pelas gerações mais jovens e a busca por novos padrões. O que se percebe ao observar os resultados da Resexmar de Arraial do Cabo é que, os pescadores artesanais estão ligados por uma unidade geracional que, de certo modo, apresenta receptividade a essa tentativa de ruptura. Notase nas falas dos jovens que os pais também compartilham do desejo de ruptura do modelo familiar até então reproduzido e incentivam a busca de um novo modelo profissional para as gerações procedentes. Garcia (2007) já mostrava isso em sua pesquisa ao evidenciar o receio e os sentimentos de ambivalência dos pais acerca da continuidade da atividade pesqueira pelas gerações futuras. A autora mostra que, apesar de gostarem do trabalho com a pesca, como também foi confirmado na presente pesquisa, as famílias não querem que seus filhos vivenciem as dificuldades socioeconômicas decorrentes da atividade no contexto atual.

Essa abertura do modelo familiar a outras possibilidades profissionais nos lembra os sistemas familiares mencionados por Cerveny (2006) ao trazer a morfogênese e o feedback como elementos operantes. No caso apresentado, o feedback negativo de toda essa experiência de disputa pelos recursos naturais, por espaço e por reconhecimento social faz com que o modelo familiar dos pescadores se torne mais flexível à autotransformação, buscando formas de mudança e adquirindo configurações diferentes da anterior. Dubar (2005) ajuda a compreender essa autotransformação ao salientar que são múltiplas as dimensões que operam na formação da identidade dos indivíduos. Destaca que a identidade profissional adquire importância particular em um contexto em que certas atividades não oferecem o mesmo retorno financeiro, o mesmo status e reconhecimento social e a mesma seguridade pessoal e subjetiva que antes. O autor defende que a privação de trabalho e de seus benefícios é um sofrimento íntimo, um golpe na autoestima; por outro lado, ser reconhecido em seu campo trabalho e ter o trabalho reconhecido pela sociedade são indicadores da criatividade social.

Quando questionados a respeito da importância da continuidade da pesca, todos reconhecem a necessidade de se mantê-la como tradição repassada ao longo das gerações, mas essa valorização é contrabalançada pela falta de reconhecimento social da profissão e pela ausência de fiscalização para assegurar a preservação dos recursos e a continuidade do modo artesanal de pescar, como apresentado no Quadro 4. Um entrevistado comenta que as tecnologias empregadas pela pesca industrial, oferecem melhores resultados de produtividade e por esse motivo quase nenhum jovem tem condições de seguir com a profissão artesanalmente e com ela prover o sustento das famílias.

Quadro 4: Perspectivas de continuidade, jovens pescadores, Arraial do Cabo, 2016.

A continuidade é importante porque vem de muitas gerações. Lá em casa vêm do meu avô do meu pai, é um conhecimento muito bom mas quase nenhum jovem quer pescar, né? (entrevista nº 13, 16 anos).	Continuidade
É importante a continuidade da pesca artesanal para manter a tradição e ter algo fresco e saudável para colocar na mesa (entrevista nº 24, 26 anos).	
Os vigias, coitados, são outra classe que está sumindo, é uma atividade que está procurando pessoas jovens que querem estar aprendendo. Mas aí não sei se você concorda comigo, o cara só vai aprender se o peixe chegar ali, ele só consegue efetivar o que ele está aprendendo se o peixe chegar porque ele fica num lugar físico, terrestre, aguardando o que vem, parado. Com a pesca industrial, com a tecnologia, o cara tem sonda, tem sonar pra achar e ir atrás do peixe (...). Essa é uma tecnologia que mesmo com toda sabedoria do vigia e do nosso conhecimento não vai adiantar de nada porque a tecnologia tem sido usada pra pesca industrial e sendo acolhida pelos que seriam pescadores artesanais e dá pra prejudicar tudo (entrevista nº 25, 29 anos).	Tecnologia

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Os jovens pescadores explicam que atualmente a pesca não condiz com o que ouvem dos mais velhos quando se referem ao passado e que hoje a profissão não oferece o mesmo retorno financeiro que um dia já proporcionou. Quando questionados se gostariam de ter outra profissão, a maioria (N=5) afirma que sim, e entre as profissões mencionadas estão as carreiras de biólogo marinho, bombeiro, policial, educador físico, e o trabalho com plataforma de extração de petróleo. Narram também que para alguns jovens a alternativa é continuar na pesca porque não tiveram oportunidade de continuar os estudos e hoje em dia já constituíram família.

Para os outros, a continuidade na profissão vem do fato de não conseguirem se ver em outro ofício e, apesar de todas as dificuldades, para eles há a esperança de que um dia a situação possa melhorar. Alguns jovens afirmam ter esperança de que no futuro haja mais fiscalização e isso revitalize a pesca (Quadro 5). Acreditam também que o turismo, se desenvolvido de forma organizada e consciente, não seria um problema para a pesca artesanal. Um dos jovens explicou que faz parte do Conselho Deliberativo da Reserva como representante do turismo e observa que não percebe envolvimento e interesse dos demais jovens pescadores em participarem das reuniões e discussões que sempre estão relacionadas à pesca artesanal, e que a participação e articulação coletiva pode ser um caminho para que as coisas melhorem.

Quadro 5. A esperança e a falta de esperança de jovens pescadores, Arraial do Cabo, 2016.

Minhas perspectivas para a pesca em Arraial é uma esperança de que vai melhorar para o pescador. Muita gente da minha idade tem gosto pela pesca, mas a sociedade não valoriza muito nossa profissão, o que falta hoje na nossa profissão é um devido reconhecimento (entrevista nº 24, 26 anos).	Esperança
Aqui em Arraial no período de dezembro até março é um puta fornecedor de lula. Essa informação nunca chegou lá fora, ninguém sabe que Arraial é fornecedor de lula, e é uma captura artesanal. (...) As principais dificuldades é que os peixes não tem mais valor igual antes, estão baratos (...) eu não me imagino pescando daqui alguns anos porque quero terminar de estudar e ter uma profissão melhor, a pesca aqui os antigos falam que está só piorando (entrevista nº 29, 15 anos).	Desesperança

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

As entrevistas com os jovens pescadores de Arraial do Cabo mostram justamente a percepção da desvalorização social da profissão, o que fere o legado herdado com a transgeracionalidade. Para Dubar (2005), a identidade é relacional, pois estabelece um diálogo entre o plano do "para si" e o plano do "para o outro". Assim, no caso desta pesquisa, ao mesmo tempo em que os jovens afirmam gostar da profissão e destacam que ela "está no sangue" (identidade para si), eles também avaliam as condições atuais de reprodução social da pesca artesanal frente à competição com outros atores sociais, à degradação ambiental, ao preço do pescado e à ausência de apoios institucionais (identidade para o outro).

Dessa forma, o que observamos é que a identidade dos jovens pescadores é construída a partir da negociação entre suas identidades sociais reais, herdadas e profissionais. Dubar (2005) e Velho (2006) mostram o caráter de multipertencimento na construção das identidades, ou o fato de que as pessoas possuem experiências complexas que se movem em múltiplos planos, o que impede que as identidades sejam unilineares. Podese, como afirma Dubar (2005), transmitir e herdar legados de conhecimentos e técnicas de uma profissão, mas não a identidade profissional, pois essa é construída a partir das possibilidades e limitações concretas para a execução da atividade e dos processos simbólicos de reconhecimento e valorização social.

Diante disso, Cachadinha (2008) auxilia ao mostrar que o grande interesse pelos estudos e pela posse de diplomas, como forma de reconhecimento social, começa a crescer entre os jovens que exercem profissões consideradas artesanais e tradicionais. Isso fica claro quando os jovens pescadores de Arraial do Cabo expressam que no futuro não se veem na pesca e que os pais querem que os filhos estudem. No entanto, o que acontece para alguns jovens e que também foi apontado pela autora é que, apesar das perspectivas de mudança no projeto de vida profissional, nem sempre essas expectativas se realizam. Como foi expresso pelas entrevistas em Arraial do Cabo, alguns jovens não têm oportunidade de terminar os estudos ou sequer retomá-los, seja porque a jornada de trabalho, condicionada pelos elementos naturais, inviabiliza a compatibilidade com as exigências do ensino formal, seja porque os jovens já constituíram suas próprias famílias. Ainda assim, alguns nutrem o sentimento de esperança de que as condições do setor melhorem e possibilite para aqueles que gostam do ofício a escolha de permanecer como pescadores artesanais.

CONCLUSÃO

Filiando-se as perspectivas da Sociologia Rural que ressaltam a diversidade social da juventude rural no Brasil, marcando a heterogeneidade expressa em categorias juvenis de agricultores, sertanejos, ribeirinhos, semterra, e etc. como é expresso na obra "Juventudes Rurais: mapas de estudos recentes", de Nilson Weisheimer, este artigo reforça o uso do termo "juventudes" para expressar a diversidade de construções, experiências e identidades distintas da juventude brasileira. Este trabalho mostra que apesar de estarem em contextos e realidades diferentes de outras categorias juvenis, a perspectiva dos jovens pescadores artesanais de Arraial do Cabo para o futuro possui similitudes que os aproximam de segmentos juvenis de outros cenários nacionais, a exemplo dos jovens rurais que trazem também em suas trajetórias de vida a mesma característica de herdarem uma profissão que perpassa as gerações familiares, mas que confirmam que seus ofícios não são socialmente valorizados, como é o caso da agricultura familiar e da pesca artesanal.

O que se conclui a partir do presente estudo, é que o modelo de transmissão do saber tradicional pelas famílias de pescadores artesanais e as lealdades familiares e profissionais se encontram frente a processos desafiadores de manutenção, reconfigurações e rupturas. Os jovens e suas famílias não valorizam a tradição por simples apego incondicional ao passado; ao contrário, avaliam o campo de possibilidades para prosseguir com a atividade artesanal da pesca que, no contexto local atual, lhes é adverso. Embora se possa conjeturar uma possível ruptura na continuidade da herança profissional familiar, deve-se destacar que as lealdades permanecem, pois, as próprias famílias incentivam outras trajetórias profissionais para os jovens.

É válido lembrar que tal desafio deve ser destacado principalmente em face das contradições verificadas na gestão de uma Unidade de Conservação, na visão dos jovens pescadores, esse modelo não trouxe modificações positivas quanto à preservação dos recursos naturais e à segurança das populações tradicionais. Mais do que isso, não influenciou na revalorização social das atividades extrativistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. G. G.; MAGALHÃES, A. S. 2011 Escolha profissional na contempo-raneidade: projeto individual e projeto familiar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. 12 (2): 205-214. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902011000200008 acesso 14 de maio de 2017.

ARAÚJO, S. C. **Pescando letras**: diálogos interdisciplinares entre a educação ambiental e a alfabetização de jovens e adultos no contexto da pesca artesanal. Uni-versidade de Brasília, Brasília, 158f. (Dissertação Mestrado do Centro de Desenvol-vimento Sustentável) 2011 – Disponível: <http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/9564>, acesso em 14 de maio de 2017.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa quantitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. 12 ed. Petrópolis; Vozes, 2014 516 p.

CACHADINHA, M. B. V. G. Mudanças Familiares e Educativas no Meio Rural. **III Congresso Português de Sociologia: práticas e processos da Mudança Social**. Lis-boa, 17:17-19. 2008 Disponível em: https://aps.pt/wpcontent/upl ads/2017/08/DPR492ec59172c81_1.pdf acesso em 17 de maio de 2017.

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. 2011 Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente e Sociedade**, XIV (2):15 -33. 2008 Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2011000200003 acesso em 17 de maio de 2017.

CERVENY, C. M.O. **A Família como modelo**: desconstruindo a patologia. Editora Livro Pleno, 1º edição, 2001 158 p.

CHIBA, W. A. C, ASSUNÇÃO, A. W. A.; TAKAO, L. K.; ROCHA, G. S.; JANKE, H; VALSKO, J.; EBERT, L. A.; FIGUEROA, M. E.; CUNHA, S. Caracterização da produção pesqueira ao longo do tempo, no município de Cananéia, litoral sul de São Paulo. **Boletim do Instituto de Pesca**, 38(3): 265 - 273. 2012 Disponível em: https://www.pesca.sp.gov.br/38_3_265-273.pdf, acesso em 17 de maio de 2017.

DIEGUES, A. C. Navegando pelas montanhas: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte-Brasil. In: **A Imagem das águas**. São Paulo: Huci-tec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasi-leiras, USP, 2000. 207p.

DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marí-tima e pesqueira. Paulo: Núcleo de Apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP; 2004, 315 p.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução: André Stahel M. da Silva, São Paulo, Martins Fontes, 2005. 343 p.

FALCKE, D.; WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracio-nalidade: definição de conceitos. In: WAGNER, Adriana (org.). **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 25-46, 2005.

FERNÁNDEZ, A. R. Los esquemas culturales: una propuesta teórico metodoló-gica para elestudio de La identidadenjóvenes pescadores de Armería, Colima, Méxi-co, **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, XXI (42): 127-165, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/316/31642649007/html/index.html>, acesso em 17 de maio de 2017.

GARCIA, N. M. **Educação nas famílias de pescadores artesanais**: transmissão geracional e processos de resiliência. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 87 f. (Dissertação Mestrado do Programa de Pós-graduação em educação ambiental). 2007. Disponível em <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2741/narjara%20garcia.pdf?sequence=1>> acesso em 14 de maio de 2017.

LOBÃO, R. J. S.; LOTO, L. Análise de dois casos de modelos de gestão Com-partilhada em pescarias artesanais: Reservas Extrativistas Marinhas (Brasil) vs. Áreas de manejo e Exploração de recursos bentônicos (chile). **Confluências**, 14 (1): 1 - 18. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/download/34393/19794>, acesso 10 de maio de 2017.

LOTO, L. **Atualização do estado dos sistemas pesqueiros em Arraial do Cabo e Itaipu**. (RJ Brasil). Relatório

do Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://docplayer.com.br/62970221-Atualizacao-do-estado-dos-sistemas-pesqueiros-em-arraial-do-cabo-e-itaipu-rj-brasil.html>, acesso em 10 de maio de 2017.

MACHADO, M. F.; RIBEIRO, M. A. T. Os discursos de homens jovens sobre o acesso aos serviços de saúde. **Interface: comunicação saúde educação**, 16 (41): 343-55. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832012005000029&script=sci_abstract&lng=pt, acesso em 17 de maio de 2017.

MANNHEIM, K. O problema das gerações. In: FORACCHI M.M. (org), **Karl Man-nheim**: Sociologia, São Paulo, Ática, pp. 67-95. 1928.

MARTINS, M. L. S.; ALVIM, R. G. Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi –Ciências Humanas**, Belém, 11 (2): 379-390. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v11n2/1981-8122-bgoeldi-11-2-0379.pdf>, acesso 21 de agosto de 2020.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A.; COSTA, M. A. M. Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Ver-de (CE): possibilidades e limites de complementaridade. **Caderno Virtual de Turismo**, 13 (3): 372-390. 2013. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/879>, acesso 12 de maio de 2017.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Pesca Artesanal**. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/pesca/artesanal>>. Acesso em: 20 maio 2016.

SILVA, C. A. **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica, Rio de Janeiro, Consequência. 2014. 174 p.

VELHO, G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, M.I.; EUGENIO, F. **Culturas jovens**: novos mapas do afeto, Rio de Janeiro. Zahar. p.192-200. 2006.

VIEIRA, N. C.; MORAES, S. C.; NUNES, Z. M. P. A study of fishing and education all evel of Young fishers on the Bonifácio village, Bragança, Pará, Northern Coast of Brazil. **Boletim do Instituto de Pesca**. 39(2): 195 – 204. 2013. Disponível em: <https://www.pesca.sp.gov.br/boletim/index.php/bip/article/view/991>, acesso 17 de maio de 2017.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76p. Disponível em: <http://atividaderural.com.br/artigos/568ba7c7c3acf.pdf>, acesso em 10 de maio de 2017.

CONCEPÇÕES DE NATUREZA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA PESCA ARTESANAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONCEPTIONS OF NATURE AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS: THE CASE OF ARTISANAL FISHING IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO

CONCEPCIONES DE NATURALEZA Y CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES: EL CASO DE LA PESCA ARTESANAL EN EL ESTADO DE RIO DE JANEIRO

VIEIRA, Lorena Lira

VARANDA, Jéssica Stella Rodrigues

MARTINS, Lara Mattos

RESUMO

Este artigo analisa três conflitos socioambientais envolvendo pescadoras e pescadores artesanais no estado do Rio de Janeiro. Objetiva-se expor as concepções sobre a natureza envolvidas em diferentes projetos de desenvolvimento em disputa nos territórios de Duque de Caxias, da Baía de Campos e do bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro. A partir da noção de territorialidade, o trabalho aborda o impacto de empreendimentos econômicos na pesca artesanal. Analisam-se as concepções natureza que expressam, em seus discursos, os atores envolvidos nos conflitos socioambientais nesses territórios, através de revisão bibliográfica, acompanhamento de audiências públicas e de análise documental dos processos judiciais dos casos. Conclui-se que diferentes concepções sobre natureza não refletem exclusiva ou universalmente a percepção de mundo de um grupo social ou entidade. Ao contrário, são acionadas por diversos atores como coletivos de pescadores, entes públicos e empresas acusadas de dano que, em sua maioria, as constroem e mobilizam de forma estratégica. Dessa forma, não representam tipos ideais, mas permeiam, em maior ou menor medida, todos os envolvidos nesses casos e constroem o campo de disputa simbólica sobre a representação de natureza nesses conflitos socioambientais.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais. Pescadores Artesanais. Pesca Artesanal. Natureza. Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

El artículo analiza a tres conflictos socioambientales que envuelven pescadoras y pescadores artesanales en el Estado de Rio de Janeiro. El objetivo es exponer las concepciones sobre la naturaleza en diferentes proyectos de desarrollo en disputa en los territorios de Duque de Caxias, Baía de Campos y del barrio de Santa Cruz, municipio de Rio de Janeiro. Desde la noción de territorialidad, el trabajo aborda el impacto de emprendimientos económicos en la pesca artesanal. Se analiza las concepciones de naturaleza que expresan, en sus discursos, los actores involucrados en los conflictos socioambientales en esos territorios, a través de revisión bibliográfica, observación de audiencias públicas y análisis documental de los procesos judiciales de los casos. Se concluye que distintas concepciones sobre la naturaleza no reflejan exclusiva o universalmente a la percepción de mundo de un grupo o entidad. Por el contrario, son accionadas por diversos actores como colectivos de pescadores, entes públicos u empresas acusadas de daño ambiental que, en su mayoría, las construyen y movilizan de forma estratégica. De esa forma, no representan tipos ideales, pero permean, en mayor o menor medida, a todos los envueltos en esos casos y forman el campo de disputa simbólica sobre la representación de naturaleza en esos conflictos socioambientales.

Keywords: Conflictos socioambientales. Pescadores artesanales. Pesca artesanal. Naturaleza. Comunidades Tradicionales.

RESUMEN

This article analyzes three socio-environmental conflicts involving artisanal fishermen and fisherwomen in the Rio de Janeiro State. It aims to show the conceptions about nature involved in different development projects in dispute in the territories of Duque de Caxias, Campos basin and Santa Cruz neighborhood in Rio de Janeiro municipality. From the notion of territoriality, the work addresses the impact of economic enterprises on artisanal fishing. We analyze the nature conceptions that express, in their discourses, the actors involved in the socio-environmental conflicts in these territories, through bibliographic review, monitoring of public hearings and documentary analysis of the judicial processes of the cases. It is concluded that different conceptions about nature do not uniquely or universally reflect the world perception of a social group or entity. On the opposite, they are triggered by various actors such as collective fishermen, public entities and companies accused of damage and mostly build and mobilize the conceptions strategically. Thus, they do not represent ideal types, but permeate, to a greater or lesser extent, all involved in these cases and build the field of symbolic dispute over the representation of nature in these socio-environmental conflicts.

Palabras clave: Socio-environmental conflicts. Artisanal Fishermen. Artisanal Fishing. Nature. Traditional Communities.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de analisar a temática dos conflitos socioambientais no estado do Rio de Janeiro, utilizaremos três estudos de caso em territórios de comunidades tradicionais nas quais a pesca artesanal, enquanto um modo de reprodução cultural e material, tem sido ameaçada por agentes exógenos a esses territórios. Os estudos de caso foram realizados no município de Duque de Caxias, na Baía de Campos¹ e no bairro de Santa Cruz, município do Rio de Janeiro. Desta forma, objetivamos compreender as diversas concepções de natureza mobilizadas por diferentes projetos de desenvolvimento na utilização dos recursos desses territórios.

A pesca artesanal é uma atividade tradicional e de extrema importância no Brasil, pois é fonte de alimento e renda sobretudo para populações tradicionais e ribeirinhas (PINHEIRO LOPES, 2013). A prática da pesca artesanal permite o exercício de outras atividades econômicas concomitantemente, como o turismo e agricultura. O modelo de produção da pesca artesanal é “baseado na unidade familiar, caracterizada pela tripulação composta por conhecidos ou parentes, de forma não assalariada, proporcionando forte sistema de coletividade às unidades de produção de pesca artesanal” (PINHEIRO LOPES, 2013, p 24).

Dessa forma, as comunidades de pescadores artesanais, ao longo do tempo, apropriaram-se “dos recursos pesqueiros por meio de um conjunto de práticas culturais de intervenção na natureza, as quais ocorrem por meio dos limites da territorialidade” (PINHEIRO LOPES, 2013, p. 24), ou seja, os pescadores artesanais marcam as áreas do mar onde se encontra mais pescados, que são chamadas por eles de “áreas de pesca”. Os pescadores possuem uma territorialidade marítima, ou seja, formas localizadas e culturalmente organizadas de divisão de apropriação do mar das quais os pescadores usufruem (MALDONADO, 1993, p. 27).

A questão da territorialidade diz respeito ao comportamento humano de orientar-se implícita ou explicitamente com o intuito de apropriar-se do espaço e dividi-lo em territórios. Nesse processo, os territórios se tornam recursos cuja manutenção depende do interesse, ação e esforços do agente da territorialização. Desta forma, territorialidade é algo que se desenvolve no tempo, de geração em geração, por meio dos processos de socialização e de transmissão da tradição que ocorrem graças à capacidade humana de conferir

1. Próximo de 100 mil quilômetros quadrados, a Baía Sedimentar de Campos abrange uma área marinha entre o centro-norte fluminense e o sul do Estado do Espírito Santo e faz limite com a Baía de Santos e a Baía do Espírito Santo. Foi nomeada em referência a cidade fluminense Campos do Goytacazes e compõe os municípios de São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Araruama, Saquarema, Maricá, Niterói e no sul do Espírito Santo, os municípios de Marataízes, Itapemirim, Piúma, Anchieta, Guarapari e Vila Velha.

significado simbólico ao espaço (MALDONADO, 1993, p. 35).

O trabalho realizado pelos pescadores é uma relação entre seres humanos e natureza, na qual por meio de sua ação o homem medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Desta forma, o homem se apropria da matéria natural de forma útil para sua vida, colocando em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade, modificando assim sua própria natureza (MARX, 2015).

As práticas culturais de uma comunidade pesqueira podem ser entendidas, segundo Ingold (2010), como uma habilidade por meio da qual o conhecimento é aprendido por meio da prática. Não se trata do acúmulo de informações, representações que são passadas de geração a geração, mas sim da autonomia das gerações presentes para desenvolverem suas próprias habilidades. A seguir reproduzimos um relato do pescador Sérgio, da Baía de Sepetiba, que exemplifica as práticas culturais que determinadas comunidades de pescadores artesanais desenvolveram ao longo das gerações, evidenciando que essa atividade não se limita à dimensão econômica (VARANDA, 2017, p. 83):

Cada região desenvolve uma modalidade de pesca. Aquela cultura é favorável para ele lá [...]. Por isso que muitas vezes dizem 'vou dar um barco para vocês irem para mais longe para poder trabalhar'. A cultura do pessoal não é ter um barco para ir mais longe, porque não adianta ter o barco e não ter a tripulação. Não vai resolver o problema dos pescadores daqui. Para cada uma região é aquilo que é passado de pai para filho. Não adianta querer implantar um trabalho aqui [...]. Para cada modalidade de pesca muda a embarcação e a técnica para pescar. Não tem um pescador completo. [Ele] é aquilo que ele foi aprendendo ao longo dos tempos.

Antigamente o cara colocava o ouvido no fundo das canoas, escutava a corvina [tipo de peixe] falando e posicionava a rede para cercar. Hoje esse tipo de cultura praticamente se perdeu porque, pela dificuldade, a gente não vê mais pescadores novos aprendendo esse tipo de trabalho, até porque a corvina deu uma sumida daqui de dentro. [...]. Muitas vezes a gente fala isso numa reunião, o pessoal acha graça. É o modo de falar. O peixe fala porque a corvina emite um som, a pescada amarela emite outro, a piraúna emite um som [...].

Cada um se desenvolve para aquilo que a natureza lhe oferece, você vai se adaptar para aquilo que a natureza lhe oferece. Não adianta querer implantar o que foi bom no Rio Grande do Sul, porque não quer dizer que vai ser bom aqui para o Rio de Janeiro [...]. A realidade de lá não é a daqui.

Dessa forma, quando os grandes empreendimentos ocupam territórios de populações tradicionais que praticam a pesca artesanal, os usos que tais empreendimentos fazem dos recursos naturais acabam afetando drasticamente os modos de vida tradicionais. Eles podem até ocasionar limitações territoriais em locais tradicionalmente utilizados pelos pescadores e a destruição dos recursos naturais que são fonte de subsistência dessas populações.

Da mesma forma que não existe uma aceção universal de natureza, ou seja, o que é entendido como natureza por um grupo pode ter uma aceção completamente divergente para outro, o uso dado à natureza pode ser muito diverso dependendo de cada grupo (LÉVI-STRAUSS, 2009).

Inspiradas em Gramsci (2007), compreendemos que existe uma concepção hegemônica de natureza, ou seja, as ideias sociais e culturais pensadas por um grupo social para contemplar sua visão de mundo e garantir um lugar de destaque no mundo social. Essa concepção hegemônica de natureza é um convencimento, não é algo imposto, é uma forma de legitimar os interesses da classe dirigente, que é aceita pela sociedade. De maneira geral, ela está ligada às percepções mercantis e à lógica de exploração da natureza entendida como provedora ou na forma de "recursos naturais". Como consequência e diante da crise ambiental, tende-se a ocultar as diversidades presentes nos conflitos levando a:

Remissão a um meio ambiente único, a que corresponderia uma consciência ambiental também única, relativa a um mundo material fetichizado e reduzido a simples quantidades de matéria e energia da qual não se evidenciam, desde logo, as múltiplas formas sociais de apropriação e as diversas práticas culturais de significação (ACSELRAD, 2004, p. 14).

Essa concepção é contraposta e encontra resistência nas práticas e saberes de povos e comunidades tradicionais em relação ou simbiose com bens naturais. Obviamente, há uma brutal desigualdade de poder nas

relações entre empresas e comunidades pesqueiras tradicionais. Como veremos nos casos estudados, tal assimetria é reforçada pela convivência de órgãos estaduais e federais em relação aos impactos ambientais provocados pelos empreendimentos que essas empresas lideram. Os conflitos socioambientais gerados por essa configuração e a situação da pesca artesanal no Rio de Janeiro serão analisados na seção a seguir a partir de três casos.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PESCA ARTESANAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ESTUDOS DE CASO

Entendemos os conflitos socioambientais como um conjunto de embates entre grupos sociais em relação aos seus diversos modos de inter-relacionamento ecológico (LITTLE, 2006). Essa análise está intrinsecamente relacionada com uma abordagem da ecologia política, que mantém “um diálogo intenso entre as disciplinas da biologia, da antropologia, da geografia, da história e da ciência política, criando um espaço transdisciplinar próprio, dentro das ciências naturais e sociais” (LITTLE, 2006, p. 86). Esse diálogo entre disciplinas de forma alguma elimina as diferenças entre elas. Ao contrário, pode valorizá-las, visto que “cada matriz disciplinar emprega seus conceitos e técnicas dentro do campo da ecologia política na procura de iluminar diferentes aspectos das relações ecológicas frente a novas realidades” (LITTLE, 2006, p. 86)

Assim, esses conflitos podem ser compreendidos como interesses e estratégias diferentes de apropriação e aproveitamento da natureza, que expressam as tensões nos processos de reprodução dos modelos de desenvolvimento (ACSELRAD, 2004, p. 18). Desta forma, os conflitos socioambientais devem ser analisados simultaneamente como espaços de apropriação material e simbólica dos recursos territoriais, nos quais os diversos atores sociais interagem em uma luta classificatória por uma representação legítima de natureza e pela distribuição dos recursos territorializados, podendo adotar estratégias discursivas de direitos de propriedade contra direitos de uso (ACSELRAD, 2004, p. 22-23).

A partir de referenciais teóricos multidisciplinares, especialmente da antropologia e da ecologia política, apresentaremos nas próximas subseções três conflitos socioambientais em curso no território fluminense, apontando como cada ator envolvido mobiliza concepções de natureza.

DUQUE DE CAXIAS: CONFLITO ENTRE PESCADORES ARTESANAIS E A EMPRESA GÁS VERDE

A empresa Gás Verde nasceu da incorporação da Novo Gramacho Energia S.A., companhia que em 2007 se tornou concessionária da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (COMLURB) com o objetivo de realizar a gestão e o aproveitamento do biogás produzido no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho², no município de Duque de Caxias, Baixada Fluminense. Ela seria responsável pelas etapas de captação, tratamento e queima do biogás, além de outras responsabilidades de contenção dos impactos ambientais do aterro sanitário pelo prazo de 15 anos. Com valor total de quase 70 milhões de reais, o contrato delegava à COMLURB e ao INEA a responsabilidade pela fiscalização da atividade e previa multas à concessionária por violações ambientais e trabalhistas.

A novidade trazida pela alta tecnologia da Gás Verde seria a transformação do processo de coleta do biogás produzido no subsolo do aterro transformando-o em “energia limpa”. O produto desse processo alimentaria o polo petroquímico da Refinaria Duque de Caxias - REDUC, por meio de um gasoduto de mais de um quilômetro de extensão que percorre o subsolo do rio Sarapuí, um dos mais importantes cursos d’água da Baixada Fluminense. A partir dessa operação, seria separado o líquido altamente tóxico denominado chorume.

Um ano após a inauguração da empresa, a Colônia de Pesca de Duque de Caxias passou a fazer denúncias sobre o vazamento de chorume na justiça em órgãos públicos de meio ambiente e na internet por meio de vídeos gravados pelos próprios pescadores, demonstrando o impacto do contato do líquido tóxico com o manguezal nas proximidades do rio Sarapuí, que tem prejudicado profundamente a continuidade das atividades pesqueiras na região.

2. Contrato COMLURB N. 155/2007.

Em meio aos processos de responsabilização, em 2007 foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a Gás Verde e a Prefeitura de Duque de Caxias no valor de nove milhões de reais, sendo metade destinada a medidas de adequação da empresa e o restante à compensação ambiental e à prestação de serviços de interesse ambiental (INEA, 2017). O TAC foi construído sem participação ou consulta à comunidade pesqueira e apenas cita caranguejeiros como “beneficiários” de um plano de ação de educação ambiental para diminuir supostos impactos da catação de caranguejos sobre o manguezal.

Em 2019, o Ministério Público Federal (MPF), reivindicando a necessidade de consulta prévia do empreendimento aos pescadores artesanais da região adentrou o caso a partir de uma ação civil pública³ em face da Gás Verde S.A., do INEA, do Estado do Rio de Janeiro, da JMalucelli Construtora de Obras S.A, e da Biogás Energia Ambiental S.A. Com base na Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o procurador do caso solicitou à justiça federal a nulidade do TAC INEA n. 07/2017, em razão da não observância da consulta prévia aos pescadores artesanais impactados pelo derramamento de chorume nos corpos hídricos.

No dia 10 de outubro de 2019, compareceram à 2ª Vara Federal de Duque de Caxias cerca de cem pescadores artesanais de diversas localidades do Estado, além de advogados, organizações de assessoria e militantes de movimentos sociais para acompanhar a audiência de julgamento daquela ação do MPF. A portas fechadas, a juíza determinou que a audiência fosse adiada, em virtude de conflito de interesses com outra ação⁴. O processo judicial que culminou nesse evento será o fundamento da análise desse trabalho no território de Duque de Caxias, com base nos documentos aqui citados e na observação na data da audiência. Atualmente, as instalações da Gás Verde em Duque de Caxias encontram-se desativadas. Até o presente momento, a empresa não emitiu nota ou comunicado público justificando o encerramento das atividades, mas recentemente inaugurou dois novos empreendimentos na Baixada Fluminense⁵.

BACIA DE CAMPOS: CONFLITO ENTRE PESCA ARTESANAL E A INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS

A Bacia de Campos, nomeada em referência a cidade fluminense Campos dos Goytacazes, é uma bacia sedimentar, com extensão territorial de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados. Abrange uma área marinha entre o centro-norte fluminense e o sul do Estado do Espírito Santo e faz limite com a Bacia de Santos e com a Bacia do Espírito Santo.

Na Lei Nº 9.478/97, que “dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências” no Art. IX encontra-se a definição de bacia sedimentar: “depressão da crosta terrestre onde se acumulam rochas sedimentares que podem ser portadoras de petróleo ou gás, associados ou não”. A Lei Nº 9.478/97, em seu Art. IX, ressalta a importância econômica das bacias sedimentares como potenciais reservas de petróleo e considerável recurso para soberania energética brasileira.

O petróleo da Bacia de Campos foi descoberto em 1973. Atualmente, a área é uma das maiores produtoras de petróleo no Brasil. Dada a enorme reserva de petróleo, o Estado brasileiro atribui a essa região valor monetário e importância simbólica no âmbito da geopolítica nacional e chegou a saudá-la como “a solução do problema de fornecimento de petróleo do país” (DIAS e QUAGLINO, 1993, p. 127).

A Bacia de Campos não era um lugar esmo antes do petróleo. Mesmo em alto-mar, onde foram construídas as enormes plataformas, havia intensa atividade econômica e social relacionada à pesca marinha. A partir da década de 1970, as comunidades pesqueiras da Bacia de Campos foram submetidas a dividir seu

3. Ação Civil Pública n. 5000284-57.2019.4.02.5110/RJ, MPF-SJM, em tramitação na 2ª Vara Federal de Duque de Caxias.

4. Ação Civil Pública n. 0069284-03.2018.8.19.0021, em tramitação na 3ª Vara Cível de Duque de Caxias, movida pela Associação de Homens e Mulheres do Mar – AHOMAR.

5. Em 4/07/2019, a empresa inaugurou novas usinas de operação de biogás dos Aterros de Nova Iguaçu e Seropédica.

território com plataformas e bases operacionais da indústria de exploração e produção de petróleo e gás. Nesse processo, tais comunidades disputam não só o território, mas também as representações simbólicas sobre esse território.

Enquanto para os empresários, a natureza é um recurso econômico distanciado das relações culturais, para as pescadoras e os pescadores artesanais, a natureza é não apenas o espaço a partir do qual eles extraem sua renda, mas também o espaço que lhes permite exercer seu modo de vida. Para a indústria, segundo Bronz (2005, p. 24), "a ocupação da Bacia de Campos é resultado de um projeto nacional de colonização das áreas marítimas do país através da implementação de uma atividade econômica de base, ligada à indústria petrolífera de monopólio estatal". Para a autora, o projeto desenvolvimentista iniciado na década de 1970, reforçava a importância da realização de grandes projetos de desenvolvimento voltados à ocupação geopolítica e econômica nacional. A ocupação do mar, considerado como território vazio, "objetivava o aproveitamento de suas vantagens estratégicas, geopolíticas e econômicas" (BRONZ, 2005, p. 24).

Em terra, as principais modificações sociais provocadas pela indústria petrolífera são o aumento demográfico, a ocupação e uso do solo por infraestruturas das empresas e o aumento da pressão sobre a infraestrutura urbana. No mar, por outro lado, a indústria petrolífera limita a atividade pesqueira ao redor das plataformas e gera conflitos socioambientais. Como pontua o TAC anteriormente mencionado, realizado em 2015 "podem ainda ocorrer interações negativas com embarcações de apoio na rota entre as plataformas, com possibilidade de prejudicar redes e petrechos de pesca" (TAC 2015, p.104). A atividade petrolífera realiza ainda captura de pescado para realização de pesquisas e gera constante exposição aos riscos de vazamento de óleo, gás e outros danos ambientais. A instalação da indústria não considera as peculiaridades do território, como os grupos sociais afetados, suas relações culturais e ambientais, infraestrutura prévia e a capacidade de articulação política dos grupos sociais locais.

A Bacia de Campos comporta duas grandes designações econômicas e sociais: a pesca artesanal, recurso financeiro e modo de vida de milhares de pescadores e pescadoras considerados povos tradicionais da região, e a exploração de petróleo e gás, projeto econômico do Estado, que insere o Brasil como importante produtor de petróleo e gás no mercado internacional. Admitindo que os impactos positivos e negativos oriundos da exploração de petróleo e gás (P&G) atinge, de maneiras e graus diferentes, toda a população da região, argumentamos que os pescadores e pescadoras artesanais são os mais impactados, pois a atividade industrial petrolífera atua concomitantemente no mesmo espaço que eles e em condições de poder amplamente desproporcionais.

As comunidades pesqueiras na Bacia de Campos são marcadas pela sua diversidade. Cada terminal pesqueiro poderá ser observado a partir de suas particularidades. Cada grupo possui distintas práticas de pescado, apetrechos de pesca, embarcações, variações de espécies, organização e divisão do trabalho.

A formação social do território da Bacia de Campos é sobreposta por diversas realidades: as enormes plataformas marítimas, com intenso fluxo de pessoas, mercadorias, serviços e produção econômica, são verdadeiras cidades construídas em alto mar e cidades, e em terra as cidades estão constantemente em modificação, para atender as necessidades da indústria petrolífera. Os pescadores e as pescadoras artesanais navegam entre essas duas realidades.

Esse híbrido econômico de desenvolvimento industrial e pesca artesanal presente nos municípios da Bacia de Campos torna a relação entre essas duas dimensões, do ponto de vista socioambiental, mesmo tempo conflituosa e dialógica. Apreendendo a pesca artesanal como principal grupo social afetado e principal grupo com contrapartidas mitigadoras, compensatórias e alvo de responsabilidade social das empresas produtoras, essas duas realidades coexistem no mesmo espaço social, político e geográfico.

SANTA CRUZ: CONFLITO ENTRE PESCADORES ARTESANAIS E OS EMPREENDIMENTOS INSTALADOS NA REGIÃO

Os conflitos no bairro de Santa Cruz se complexificaram com a inauguração, em 2010, da siderúrgica Ternium/TKCSA⁶. Pesquisadores apontam uma série de irregularidades e uma flexibilização no licenciamento ambiental da siderúrgica (FIOCRUZ, 2011; PACS, 2009; VIÉGAS et al., 2014 e ACSELRAD, 2014). De acordo com Acsehrad (2014, p.8), há indícios de que está se construindo uma cadeia de produção do licenciamento, que visa responder à crítica ambientalista, internalizada no Estado brasileiro desde 1980, e justificar a noção de desenvolvimentismo que foi criticada por não ser uma solução para a desigualdade social. Atualmente por meio das inovações discursivas, como a da “responsabilidade empresarial”, os promotores do desenvolvimento, são ditos como responsáveis por um legado social, que é obrigação do Estado, antecipando-se aos conflitos e desmobilizando a capacidade crítica da sociedade. Isso é feito por meio da flexibilização das normas, de meios variados de obtenção do consentimento da sociedade e do processo propriamente institucional do licenciamento governamental em favor dos empreendedores (ACSELRAD, 2014, p. 8 e 9).

A siderúrgica foi inaugurada em 2010 e começou seu processo produtivo, sem possuir a licença de operação “responsável por autorizar o funcionamento definitivo do empreendimento” (VIÉGAS et. al., 2014, p. 143). No entanto, o INEA, de acordo com a legislação estadual, autorizou uma fase de pré-operação por prazo determinado, com o intuito de avaliar o desempenho da indústria e posteriormente conceder a licença de operação (VIÉGAS et. al., 2014). A siderúrgica teve 90 dias para a fase de pré-operação, em seguida ela solicitou a prorrogação desse prazo para 210 dias, no entanto no fim do prazo de pré-operação a empresa continuou operando (VIÉGAS et. al., 2014). Essa situação desencadeou na assinatura em 2012 de um TAC, que estendeu o prazo de pré-operação do complexo siderúrgico e propôs um conjunto de 134 medidas que visavam à adequação operacional da empresa (VIÉGAS et. al., 2014).

De acordo como Viégas et. al. (2014), com o TAC o prazo provisório de pré-operação concedido à Ternium/TKCSA, foi dilatado para um ano, prorrogável por igual período, ou seja, para quando termina o tempo de vigência do termo. Além disso, foram feitos aditivos ao TAC no qual alguns pontos do mesmo foram flexibilizados e os prazos para a empresa se adequar a legislação foram estendidos (VIÉGAS et. al., 2014). Em 2016, a siderúrgica tem a licença de operação concedida sem que todas as condicionantes do TAC fossem cumpridas. No ano seguinte, a ThyssenKrupp vendeu a siderúrgica para a Ternium SA.

Aqui abordaremos um dos conflitos entre pescadores artesanais e os empreendimentos situados no bairro. Desde a intensificação da atividade siderúrgica no local, a situação dos pescadores se agravou. Eles passaram a enfrentar uma gama de dificuldades para conseguir seu sustento: as áreas de exclusão de pesca⁷, a contaminação da Baía de Sepetiba, as dragagens e a diminuição do pescado.

Em 2015, a Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz – Aendin, solicitou ao INEA em caráter emergencial, devido uma crise hídrica, a instalação de uma soleira submersa⁸ para solucionar o problema de captação de água da siderúrgica e de outras empresas (Gerdau, Furnas, Fábrica Carioca de Catalisadores S.A e entre outras), com o intuito de garantir a qualidade e o abastecimento de água para os processos produtivos industriais na região (PACS, 2017). A soleira foi construída a partir de uma Autorização Ambiental de Funcionamento fornecida pelo INEA, cabendo à Aendin monitorar os possíveis impactos sobre a atividade pesqueira, mas a soleira causou uma série de impactos sobre os pescadores (PACS, 2017, p. 54), devido à não observância da territorialidade, um elemento de fundamental importância para a pesca artesanal.

7. “Áreas ou zonas de exclusão de pesca correspondem ao fechamento temporário ou permanente de áreas marinhas, de forma a viabilizar a recuperação e/ou o manejo de estoques pesqueiros de espécies sobreexplotadas, visando atingir a sustentabilidade pesqueira” (BRASIL, 2020).

8. “A soleira submersa é uma estrutura hidráulica que está sendo construída no Canal do Rio São Francisco para contenção da entrada de água do mar na água do rio. A estrutura é formada por estacas de metal que atuam no represamento da água salgada que não é útil à atividade industrial. A chamada “intrusão salina” tem ocorrido desde o ano passado, quando houve queda na vazão do Rio Paraíba do Sul, e tem atingido as indústrias do polo de Santa Cruz que se localizam às margens do Guandu” (ECODEBATE, 2015).

Um recurso estratégico tanto para as indústrias instaladas no bairro, como para a comunidade pesqueira, é o canal de São Francisco, uma via de acesso à Baía de Sepetiba. As primeiras utilizam sua água para o processo de industrialização e os segundos o têm como fonte de subsistência (PACS, 2017, p. 53). Ambos necessitam usá-lo, só que as indústrias buscam dominá-lo, evidenciando a importância dele para seu uso e ao mesmo tempo desqualificando o uso que a comunidade pesqueira faz do canal. Observa-se nesse caso uma mistura do interesse público com o privado, na medida que as empresas buscam, por meio do judiciário com anuência do Estado (nesse caso do INEA), “abolir o direito imprescritível dos pobres ao bem comum oferecido pela natureza” (BENSAÏD, 2017, p. 21). As comunidades pesqueiras baseiam-se no direito consuetudinário para acessar os bens comuns oferecidos pela natureza. O “bem comum”, nesse caso, é entendido como aquilo que a natureza “nos deu de graça”, ou então o resultado da produção cooperativa humana (BENSAÏD, 2017, p. 61).

Desde os anos 1980, movimentos contra o neoliberalismo têm utilizado o termo “comum” para designar e preservar o aproveitamento coletivo e comunitário de bens de interesses social, cultural e coletivos. Os “comuns” podem ser urbanos, digitais ou naturais e essa expressão passa a traduzir lutas, práticas, direitos e formas de viver os usos coletivos desses bens (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 101 e 103). No caso analisado, o uso comum dado pela comunidade pesqueira a natureza é uma ação geradora de benefícios para o coletivo com o fim não apenas de ganho material, como a venda do pescado, mas que também visa um valor de uso, a reprodução de seu grupo social. Essa ação humana benéfica para o coletivo se opõe à lógica de lucro da empresa que se apropria dos recursos naturais de forma privada com efeitos invasivos e destruidores.

Desde o processo de instalação da soleira já eram conhecidos os impactos na navegação de alguns tipos de barco no canal. Por isso, instalaram-se dois embarcadouros para fazerem o traslado das embarcações que necessitassem atravessar a soleira. A instalação da soleira garantiu à Aendin o domínio sobre a livre circulação de embarcações no local, o que lhe confere o poder de monitorar pescadores na região (PACS, 2017). Em audiência pública realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, em abril de 2016, sobre a renovação do TAC da TKCSA, Jaci Marques (pescador artesanal), argumentou que o processo produtivo da siderúrgica impossibilita seu direito de ir e vir, por causa da soleira submersa e expõe que o pescado está escasso por causa da poluição, o que inviabiliza a vida dos pescadores (VARANDA, 2017, p. 109).

A consultoria contratada pela Aendin tentou desqualificar a importância da pesca artesanal pelo fato de os pescadores precisarem complementar suas rendas com outras atividades para além da pesca (PACS, 2017). Contudo, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, representando o interesse da comunidade pesqueira, ingressou com uma ACP⁹ sob alegação de ausência de diálogo e comunicação prévios com a comunidade pesqueira, não realização de Estudo de Impacto Ambiental - EIA, impossibilidade do tráfego de embarcações de pequeno e médio portes no canal, e exposição de risco à vida de praticantes de pesca artesanal, razões pelas quais a siderúrgica não conseguiria cumprir com as condições mínimas impostas pelo INEA (PACS, 2017, p. 58). Além disso, pesquisadores do Instituto Marés produziram um laudo técnico, utilizado pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos - NUDEDH, atentando para o fato de que a soleira impede o fenômeno da piracema, isto é, a migração dos peixes para a cabeceira do rio para reproduzir-se (RIO DE JANEIRO, 2017).

Assim foi requerido, pela Defensoria Pública do RJ, a remoção da soleira e o pagamento de uma pensão alimentícia provisória aos pescadores – enquanto a soleira não fosse removida – e o pagamento de indenização por danos morais sofridos além dos materiais a serem comprovados em liquidação individual (PACS, 2017, p. 59). A argumentação da Defensoria Pública nesse caso foi embasada na violação da Convenção n. 169 da OIT, tal como ocorreu no caso de Duque de Caxias, previamente apresentado. Em agosto de 2017, chega ao fim o processo. Após ampla mobilização dos pescadores em busca de seus direitos, foi

9. Ação Civil Pública (0427519-52.2015.8.19.0001).

assinado um acordo com a Aendin com o compromisso de indenizar 102 pescadores com R\$ 10 mil em parcela única (RIO DE JANEIRO, 2017).

Em suma, as empresas da região tendem a demonstrar concepções de natureza como recurso econômico, uma fonte de matéria prima que deve ser explorada intensivamente. Já a comunidade pesqueira, em suas práticas de manejo dos recursos naturais, parece demonstrar um entendimento da natureza como um meio de reprodução de seu modo de vida e subsistência, imbricado com práticas culturais muito antigas de produção em pequena escala, provocando assim menos desequilíbrios aos recursos naturais, quando se compara a comunidade pesqueira com os grandes empreendimentos.

CONCLUSÕES

O debate anterior permite compreender que, além das desigualdades materiais derivados das formas de apropriação da natureza, representações simbólicas também constituem esse quadro, pois os pescadores reinventam seus mundos, reforçando ou transformando os mundos de seus antepassados e isso reflete não só na natureza visível, mas também sobre a parte simbólica que constitui seu trabalho quando, por exemplo, eles marcam as áreas de pesca (DORSA, 2015). Para Acselrad (2004, p. 23), essas representações sobre o meio ambiente constituem espaços nos quais também o poder de legitimação é distribuído de forma desigual, de modo que “cada agente tem uma dotação de capital material diferenciada, enquanto nos espaços das representações vigoram categorias de percepção e julgamento que tendem a legitimar as condições da distribuição desigual do poder sobre os recursos referidos”.

Nos casos brevemente contextualizados, identificamos alguns denominadores das relações entre empreendimentos industriais e comunidades pesqueiras: como os diferentes modos de inter-relacionamento ecológico, a deslegitimação dos usos comuns e das práticas culturais dessas populações. Geralmente, seu estopim é a denúncia de uma relação danosa ou exploratória entre um grande empreendimento – seja em um caso de reparação de um dano anterior, como no caso da Empresa Gás Verde ou predatório, seja no caso da Petrobrás e da Ternium/TKCSA. Por isso, com base em Acselrad (2004), entendemos o surgimento de um conflito socioambiental como o momento histórico de suspensão da legitimidade das práticas sociais estabelecidas com a natureza: “Surgiria de eventuais rupturas do ‘acordo simbiótico’ entre as diferentes práticas sociais dispostas no espaço. [...] Capazes de fazer com que o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras práticas se manterem” (ACSELRAD, 2004, p. 25).

O que fundamentalmente está em jogo nos conflitos aqui tratados é a possibilidade de continuidade do modo de vida da pesca artesanal frente à presença de novos e poderosos atores em seus territórios. Esse sujeito é legitimado pela hegemonia de discursos e projetos de desenvolvimento que, no campo simbólico, tornam suas práticas pouco contestáveis e que se assentam numa interpretação reducionista da natureza.

Desse modo, percebemos que as representações sobre a natureza nos conflitos analisados se inserem em duas tendências: a primeira constitui uma representação da natureza enquanto passiva à dominação ou à proteção humana e enquanto fonte de recursos naturais limitados e necessários ao desenvolvimento capitalista. Ela está fortemente vinculada aos interesses do Capital e, portanto, constitui uma concepção hegemônica do que é o meio ambiente. Ela é majoritariamente mobilizada pelas empresas envolvidas, mas também por órgãos públicos como o INEA, a COMLURB e o IBAMA. Uma outra perspectiva (2) se posiciona em contestação a essa primeira e está associada às populações pesqueiras marginalizadas ou impactadas nos conflitos, ainda que não seja necessariamente ou exclusivamente elaborada ou acionada por esses sujeitos. Essa segunda concepção compreende a natureza como ente indissociável das relações tradicionais e simbióticas entre comunidades e territórios.

Tem destaque no apoio à segunda tendência a atuação do Ministério Público em defesa das comunidades impactadas por esses conflitos. O MP ganha um status de ator no processo das mobilizações dos pescadores evidenciadas pelas ações civis públicas, nas quais o MP encarrega-se de acionar o Poder Judiciário em nome do Estado com vistas à aplicação da pena nos crimes codificados pela legislação. Essa atuação do MP

se deve a sua reformulação depois da Constituição de 1988, constituindo uma nova arena judicial de solução de conflitos e levando a uma judicialização de conflitos políticos e a uma politização do sistema judicial (ARANTES, 1999, p. 84).

Interessa destacar que nessa atuação o MP entra na disputa de significações sobre a natureza e a justiça na apropriação dos bens naturais. A ação judicial do MPF no caso de Duque de Caxias é emblemática, uma vez que todos os réus – incluindo concessionária e órgãos públicos de meio ambiente – rejeitam o argumento de que a comunidade pesqueira poderia ser entendida enquanto “tradicional”. Argumentam que, por isso, não seria implicada consulta prévia do empreendimento como prevista pela Convenção 169/OIT. O Procurador da República responsável por essa ação vê no argumento uma concepção “primitiva e hierarquizante” dos Povos e Comunidades Tradicionais e enfatiza que o traço definidor dessas comunidades são os modos de apropriação da natureza: “O termo ‘tradicional’ não significa ‘parado no tempo’ ou isolado, mas uma designação geral para indicar formas diferenciadas de relação com a terra, baseadas no uso comum e na harmonia com os recursos ambientais [...]” (BRASIL, 2019).

Essas tendências refletem o surgimento do paradigma da modernidade como a conhecemos hoje, que tem dois principais vetores de designação da história política, econômica, social e da natureza. A racionalidade científica e o desenvolvimento industrial, que transformaram as relações do homem com a natureza, a terra, a propriedade e as formas de uso da natureza. Adorno e Horkheimer (1947, p. 5) afirmaram: “O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens”. Assim, os homens tornam-se os senhores e possuidores da natureza instaurando o exercício ilimitado de domínio do homem sobre a natureza (THOMAS, 2010, p. 41).

Essa forma de se relacionar com a natureza, que se iniciou com a racionalidade moderna que titula a diferenciação entre homem e natureza impôs ao homem a crença de sua total capacidade de dominar e manipular a natureza. De acordo com essa concepção, a natureza é tida como matéria-prima útil para fomentar o desenvolvimento econômico. Desde então, esse modelo de apropriação dos recursos naturais tem avançado sobre territórios cujos habitantes possuem outras interpretações e usos da natureza. Entre os pescadores e pescadoras artesanais, a natureza representa mais que fonte de renda. As relações homem-natureza determinam o modo de vida dessas populações. Elucidamos, a partir dos conflitos socioambientais analisados, a desvalorização dos ofícios e modo de vida de pescadores e pescadoras artesanais frente a um discurso de necessidade de desenvolvimento econômico dependente da exploração predatória dos bens naturais.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In.: ACSELRAD, Henri. (coord.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004, p.13-36.
- ADORNO, Theodor W, HORKHEIMER, Max. O Conceito de esclarecimento. In: A dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- ARANTES, Rogério Bastos. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Rev. bras. Ciências Sociais**. São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, Fev. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- BENSAÏD, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres”. In: MARX, Karl. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017, p.11-74.
- BRASIL. Decreto n. 6040, de 7 de fev.de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 21 de fev. de 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas de Exclusão de Pesca**. Disponível em:

- <https://www.mma.gov.br/component/k2/item/388-%C3%A1reas-de-exclus%C3%A3o-de-pesca.html#:~:text=%C3%81reas%20ou%20zonas%20de%20exclus%C3%A3o,visando%20atingir%20a%20sustentabilidade%20pesqueira..> Acesso em: 28 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Município de São João de Meriti-RJ) **Ação Civil Pública Com Pedido Liminar n. 5000284.57.2019.4.025110/RJ**. São João de Meriti, 17 de janeiro de 2019.
- BRASIL. Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Município de São João de Meriti-RJ) **Ação Civil Pública com pedido liminar n. 5000284.57.2019.4.025110/RJ**. São João de Meriti, 17 de janeiro de 2019.
- BRONZ, Deborah. **Pesca e Petróleo na Bacia de Campos – RJ: Políticas de Licenciamento Ambiental no Mar: Atores e Visões**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2005. 168f. Dissertação (Mestrado - Antropologia).
- DARDOT, Pierre e Laval, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás**. [Coordenação Ângela de Castro Gomes]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1993.
- DORSA, Alice Regis. **O mundo é o mar: pescadores tradicionais e seus mapas mentais armação do pântano do Sul, Florianópolis - SC**. Santa Catarina: UFCS, 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado - Geografia).
- ECODEBATE. **Pescadores fazem 'barqueata' contra soleira submersa na Zona Oeste do Rio**. 2015. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2015/06/26/pescadores-fazem-barqueata-contrasoleira-submersa-na-zona-oeste-do-rio/>>. Acesso em: 21 out. 2016
- FIOCRUZ. **Avaliação Dos Impactos Socioambientais E De Saúde Em Santa Cruz Decorrentes Da Instalação E Operação Da Empresa Tkcsa**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011. 122 p. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Relatorio_TKCSA.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.
- GRAMSCI, A. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In.: COUTINHO, C; HENRIQUES, L; NOGUEIRA, C. (orgs.) **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- INEA - Instituto Estadual do Ambiente. **TAC n. 07/2017**, celebrado entre o INEA, a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), tendo como interveniente a Procuradoria Geral do Estado (PGE), com a Empresa Gás Verde S.A; em novembro de 2017. Processo INEA nº E-07/002.6489/2015.
- INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Revista Educação**. Porto Alegre, v.33, n1, p.6-25, jan./abr. 2010.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Natureza e cultura. **Revista Antropos**, vol. 3, n. 2, 2009.
- LITTLE, Paul Elliot. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 12, n. 25, p.85-103, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-71832006000100005>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & Mares: Espaço e Indivisão na Pesca Marítima**. São Paulo: AnnaBlume, 1993.
- MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valor. In: **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Capítulo 5. Rio de Janeiro: Boitempo, 2015, p. 326-352.
- PACS; FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Relatório de violações de direitos humanos na siderurgia nacional: caso TKCSA**. Rio de Janeiro: Pacs, 2017. 96 p. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2017/06/210617-PACS-TKCSA-web-1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- PINHEIRO LOPES, Alissandra. **Territorialidades em conflitos na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil: Estudo de caso dos conflitos entre os pescadores artesanais e o porto da Companhia Siderúrgica do Atlântico**

(ThyssenKrupp CSA). São Paulo: USP. 2013. 109f. Dissertação (Mestrado - Ciência Ambiental).

RIO DE JANEIRO. Defensoria Pública RJ. **Acordo garante indenização a 102 pescadores de Santa Cruz**. 2017. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/4970-Acordo-garante-indenizacao-a-102-pescadores-de-Santa-Cruz>>. Acesso em: 25 set. 2017.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.

VARANDA, Jessica. **Na Baía de Sepetiba**: riqueza, degradação e o mal-estar do progresso. Niterói: UFF, 2017. 145f. Dissertação (Mestrado - Antropologia).

VIÉGAS, R. N; GIFFONI, R; GARZON, L. F. **Negociação e acordo ambiental**: O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

IMPLICAÇÕES DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA CACHOEIRA CALDEIRÃO SOBRE A ATIVIDADE PESQUEIRA, EM PORTO GRANDE, NO AMAPÁ

IMPLICATIONS OF THE CONSTRUCTION OF CACHOEIRA CALDEIRÃO HYDROELECTRIC ON THE FISHING ACTIVITY IN PORTO GRANDE, ON AMAPÁ

IMPLICACIONES DE LA CONSTRUCCION DE LA CENTRAL HIDROELECTRICA CACHOEIRA CALDEIRÃO SOBRE LA ACTIVIDAD DE PESCA EN PORTO GRANDE, EN AMAPÁ

ROSA, Adria

SILVA, Christian Nunes da

MARINHO, Vicka de Nazaré Magalhães

LIMA, Laís Melo

RESUMO

Este estudo buscou analisar os impactos decorrentes da Usina Hidrelétrica (UHE) Cachoeira Caldeirão sobre a pesca artesanal, desenvolvida no curso médio do rio Araguari, por pescadores do município de Porto Grande, no estado do Amapá. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e coleta de dados in loco, através da aplicação de questionários estruturados e semiestruturados. A partir dos dados obtidos, constatou-se que a atividade pesqueira no médio rio Araguari possui importância econômica e social para os pescadores artesanais de Porto Grande, constituindo a principal fonte de renda para mais da metade dos entrevistados, os quais praticam tal atividade há décadas, reunindo conhecimentos acumulados na labuta diária, ao longo de gerações. Todavia, no contexto atual, em função da implantação da UHE Cachoeira Caldeirão, a reprodução social desses pescadores tem sido alterada, especialmente, pela diminuição da captura do pescado, decorrente, tanto das mortandades de peixes ocorridas, desde a construção da barragem, como pelo comprometimento e pela dispersão dos recursos pesqueiros dos territórios de pesca existentes, refletindo, ainda mais, na precarização das condições de subsistência desses sujeitos sociais.

Palavras-chave: Pescadores artesanais. Município de Porto Grande. Rio Araguari. Hidrelétrica.

ABSTRACT

This study sought to analyze the impacts arising from Cachoeira Caldeirão Hydroelectric Plant on the artisanal fishing that is developed in the middle course of Araguari River, by fishermen from the municipality of Porto Grande, in the Brazilian state of Amapá. For this purpose, bibliographic research and in loco data collection were carried out, by the application of both structured and semi-structured questionnaires. From the obtained data, it was found that fishing activity in the middle Araguari River has economic and social importance for the artisanal fishermen of Porto Grande, constituting the main source of income for more than half of the interviewees, who have been practicing this activity for decades, gathering the accumulated knowledge in daily toil, over generations. However, in the current context, due to the implantation of the Cachoeira Caldeirão Hydroelectric Plant, the social reproduction of these people has been altered, especially by the decrease in the catch of fish, resulting from both the deaths of the fishes, since the construction of the dam, and the dispersion of fishing resources in the existing fishing territories, reflecting, even more, the precarious conditions of subsistence of these social subjects.

Keywords: Artisanal fishermen. Municipality of Porto Grande. Araguari River. Hydroelectric Plant.

RESUMEN

Este estudio buscó analizar los impactos derivados de la Central Hidroeléctrica Cachoeira Caldeirão en la pesca artesanal, desarrollada en el curso medio del río Araguari, por pescadores del municipio de Porto Grande, en el estado de Amapá.

Para este propósito, la investigación bibliográfica y la recolección de datos in loco se realizaron, mediante la aplicación de cuestionarios estructurados y semiestructurados. A partir de los datos obtenidos, se descubrió que la actividad pesquera en el medio del río Araguari tiene importancia económica y social para los pescadores artesanales de Porto Grande, constituyendo la principal fuente de ingresos para más de la mitad de los entrevistados, quienes han estado practicando esta actividad durante décadas, recolectando y acumulando conocimientos en el trabajo diario, durante generaciones. Sin embargo, en el contexto actual, debido a la implantación de la Central Hidroeléctrica de Cachoeira Caldeirão, la reproducción social de estos pescadores se ha visto alterada, especialmente por la disminución de la captura de peces, resultante tanto de las muertes ocurridas, desde la construcción de la presa, como por la dispersión de los recursos pesqueros en los territorios pesqueros existentes, lo que refleja aún más las precarias condiciones de subsistencia de estos sujetos sociales.

Palabras clave: Pescadores artesanales. Municipalidad de Porto Grande. Rio Araguari. Hidroeléctrica.

INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira muito tem chamado a atenção do olhar Geográfico, ora, como objeto central de análise, ora, em segundo plano, nas discussões de comunidades ribeirinhas e litorâneas (CARDOSO, 2001). Nesse contexto, deteremos nosso enfoque na pesca artesanal, a qual pode ser entendida, como uma atividade extrativa, artesanal e territorial, podendo ser utilizada para fins, tanto de subsistência quanto de comercialização e sendo constituída de conhecimentos e de práticas tradicionais, cujos saberes, de maneira geral, implicam respeito às dinâmicas da natureza aquática e manejo adequado de apetrechos de baixo impacto ambiental (DE PAULA, 2018).

Ainda segundo este autor, a pesca artesanal, no contexto atual do território brasileiro, tem se colocado, constantemente, em conflito, com outras atividades econômicas e ambientais, uma vez que estas apresentam uma lógica divergente de uso de recursos naturais, buscando se apropriar de recursos e de territórios, visando projetos e empreendimento atuais e futuros.

Tal lógica não foge à realidade encontrada na comunidade pesqueira do município de Porto Grande, no estado do Amapá, lócus de análise desta pesquisa, uma vez que outros autores, como Oliveira et al., (2013); Silva, Lima e Marinho (2018), Marinho (2018) e Lima (2020), anteriores a este manuscrito, vêm relatando problemáticas diversas, enfrentadas por comunidades pesqueiras, no cenário amapaense, como as relacionadas à implantação de empreendimentos hidrelétricos.

Neste artigo, procurou-se analisar de que forma a pesca artesanal, desenvolvida pela comunidade pesqueira de Porto Grande, vem sendo impactada pela UHE Cachoeira Caldeirão, implantada no curso médio do rio Araguari. Para tanto, buscou-se caracterizar a pesca e os pescadores artesanais, sujeitos dotados de conhecimentos de grande importância, para entender as especificidades territoriais da comunidade estudada.

Para a obtenção dos dados, foram realizados levantamentos bibliográficos, bem como pesquisas de campo, no ano de 2018, nas quais foi possível aplicar 27 questionários estruturados e semiestructurados, junto aos pescadores artesanais do município de Porto Grande, tendo, como enfoque, a caracterização do perfil da comunidade estudada, destacando os atributos de idade, de gênero, de escolaridade, de renda, de apetrechos e de embarcações, além dos impactos sobre a pesca, envolvendo a UHE Cachoeira Caldeirão.

Ademais, essa pesquisa se faz importante e necessária, não, somente, para a complementação bibliográfica e acadêmico-científica, mas para que esses sujeitos possam ter visibilidade e voz, considerando as muitas questões, que impactam diretamente a pesca artesanal, posto que tal atividade é primordial para as suas subsistências.

CONSIDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES NA PESCA ARTESANAL

Partindo da noção de Raffestin (1993), para quem o território é entendido como o espaço, no qual se materializam as ações humanas, em que os atores sociais constroem sentimentos de apropriação sobre o ambiente territorial que ocupam, que nada mais é do que a prática do exercício de poder, dentro de uma noção espacial determinada, De Paula (2018) aplica a noção de poder nas relações sociais, no âmbito dos conhecimentos dos pescadores artesanais, enfatizando:

O poder se expressa no saber, que é compartilhado entre os comunitários por meio de conhecimentos tradicionais, que suscita práticas de uso. A informação inerente a esse saber é funcional e regulatória, logo ocorre o manejo, por meio de acordos que são elaborados na pesca e no cotidiano. Essas territorialidades são fluidas, conectadas por trajetos, canais, varadouros. Mudam de acordo com a dinâmica da natureza e movimento dos cardumes (DE PAULA, 2018, p. 373).

Ao expressar de que forma o poder se estabelece no cotidiano das relações sociais, o autor referido concebe a manifestação do território na pesca artesanal, o qual se evidencia, no âmbito das comunidades, que inclui as áreas de pesca e os recursos utilizados nessa atividade, ressaltando a abrangência do território, que engloba pesqueiros, matas, manguezais, ranchos de pesca, locais de beneficiamento, áreas terrestres, de trabalho, de moradias e de vivência, ou seja, “o território comunitário é substantivado pelas territorialidades tradicionais, terra e água, área da comunidade e pesqueiros” (DE PAULA, 2018, p. 374), mostrando a inter-relação dos pescadores, com seus ambientes de trabalho e de moradia.

O autor ainda ressalta que o território da pesca artesanal se sustenta, por relações de poder, em que o prestígio do pescador, em relação a conhecimentos, a técnicas e a localizações de pesqueiros, é fundamental, pois a posse e o reconhecimento desse poder, no âmbito da comunidade, torna possível o estabelecimento de comunicação e de coesão social entre os habitantes locais, uma vez que é necessária a união do grupo, para viabilizar os interesses dos moradores, em virtude da dependência dos recursos locais, para as suas reproduções social, cultural e econômica.

Outro autor importante nesta discussão, que também parte da abordagem de Raffestin (1993) sobre o território, é Silva (2006), que concebe os territórios da pesca artesanal mais voltados ao meio aquático, de onde emergem as relações de poder.

(...) os territórios de pesca, comumente chamados de Pesqueiros, onde os indivíduos integrantes das colônias de pesca se utilizam de um determinado espaço para a retirada dos recursos. Assim, a colônia de pesca apresenta-se como a organização social que determina a normatização dessa extração, conseqüentemente, desse território, em prol de promover um uso racional dos recursos, partindo do preceito de sustentabilidade que permeia atualmente a discussão ambiental (SILVA, 2006, p. 49).

Assim, tendo observado como ocorrem a delimitação e a materialização do território pesqueiro, o autor destaca, o autor destaca que no âmbito social dos pesqueiros e dos seus territórios, as relações fluem, a partir do princípio de que apenas os integrantes de uma mesma colônia podem se utilizar de um determinado rio ou de uma zona de pesca, para a retirada de recursos. Dessa forma, a colônia passa a exercer um papel de organização social, articulando, legitimando e normatizando a captura desse recurso, partindo do preceito da sustentabilidade.

Dessa forma, Silva (2006) também demonstra como essa relação de pesca se manterá, uma vez que o saber e a tradição do modo de vida são transmitidos de geração em geração, dentro do qual os pescadores vão se especializando nas práticas e nos conhecimentos pesqueiros, através da observação empírica dos comportamentos da natureza, que podem ser entendidos pela disposição dos cardumes e pela escolha dos apetrechos de melhor utilização, para a captura de uma determinada espécie de peixe.

Neste sentido, o território da pesca apresenta uma dinâmica própria e única, no qual o pescador assume duas condições: transformado e transformador, respectivamente esse aprende sobre a natureza e com esse conhecimento a modifica pelo trabalho. Logo, o território, nessa perspectiva é onde ocorre a prática da pescaria e as relações de poder, ou seja, o território é, por excelência, “um espaço onde se projetou um trabalho” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Por sua vez, Cardoso (2001), que também parte dos pressupostos de Raffestin (1993), concebe o território em uma linha adjacente à de Silva (2006), colocando que o espaço é anterior ao território, passando a ser território, apenas, mediante a ação de um ator sintagmático, que se apropria, que delimita e que domina uma porção do espaço, ou seja, o territorializa. Tais características de territorialização advêm do trabalho, seja por energia, seja por informação, implicando relações de poder.

Logo, a concepção de território, para Cardoso (2001, p. 81), é: “nos rios e lagos e ponto de cerva do pescado pode ser considerado uma forma de territorialidade pesqueira”, uma vez que este autor observa que o pescador se apropria, delimita e domina (individualmente ou em grupo) uma porção do ambiente aquático, ou seja, o pescador, através da

projeção do trabalho (da ação de pescar), torna este espaço um território da pesca (CARDOSO, 2001).

Diante da discussão dos conceitos de territórios de pesca, privilegiaremos os territórios circunscritos ao meio aquático, mais precisamente, aqueles concebidos pelos pescadores artesanais do município de Porto Grande, os quais, considerando as ideias dos autores citados, mantêm uma relação de proximidade com o rio, nele construindo seus territórios e suas territorialidades.

OS PESCADORES E A PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE

Para o melhor entendimento do perfil da comunidade pesqueira de Porto Grande (Figura 1), procedeu-se, inicialmente, à caracterização dos 27 pescadores, considerando a idade, o gênero e a escolaridade, e o desenvolvimento da pesca artesanal, destacando os apetrechos, as embarcações e os peixes mais capturados nas pescarias, no médio Araguari.

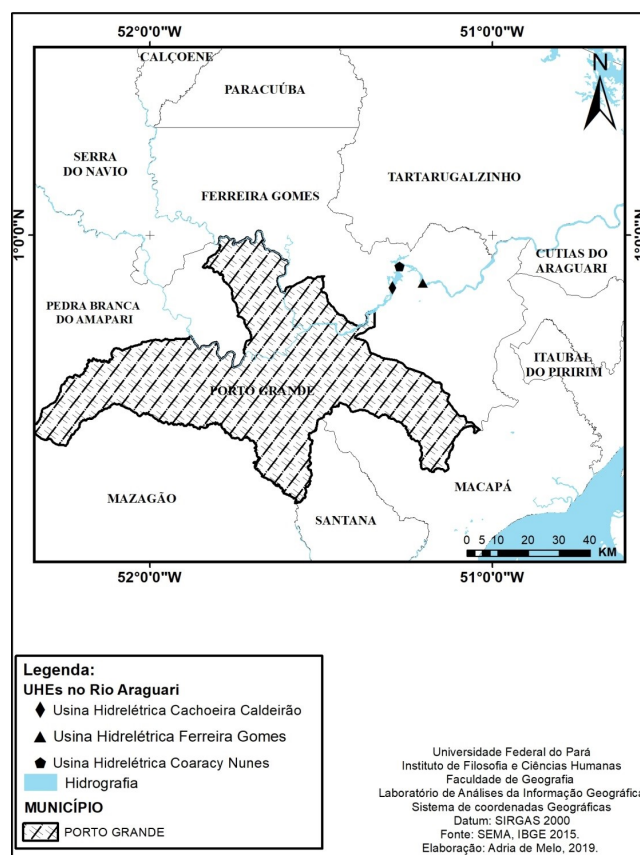


Figura 1 – Mapa de Localização do Município de Porto Grande e as UHE no rio Araguari

Elaborado por Rosa (2019), a partir de dados da SEMA e IBGE (2015).

A partir dos dados obtidos, verificou-se a predominância de pescadores do sexo masculino (17) e feminino (10) no desenvolvimento da atividade pesqueira, em Porto Grande, resultado que se assemelha a outros, encontrados por autores, tais como Zacardi, Ponte e Silva (2014), em Itaituba (PA); Santos et al., (2010), em Raposa (MA); Marinho (2018), em Ferreira Gomes (AP); e Lima (2020), em Porto Grande (AP). No Gráfico 1, é possível visualizar os percentuais de homens e de mulheres na pesca artesanal, em Porto Grande.

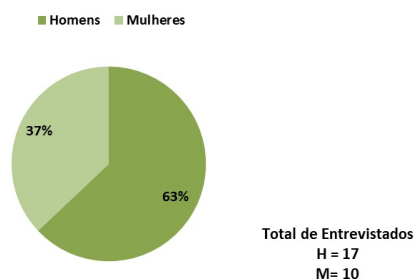


Gráfico 1: Expressividade de gênero na comunidade pesqueira de Porto Grande

Fonte: elaborado por Rosa (2019), a partir de dados de pesquisa de campo de 2018.

Para Santos et al. (2010, p. 5), é possível que essa predominância de gênero seja comum, pois a “atividade da pesca, em virtude do esforço físico e dos perigos que oferece, acaba sendo limitante para as mulheres”. Por outro lado, para Oliveira et al. (2013), que analisou a mesma atividade, em Ferreira Gomes – município vizinho ao desta pesquisa, a baixa presença feminina é uma questão cultural:

O baixo percentual de mulheres pescadoras observado em Coaracy Nunes pode ter sido influenciado por questões culturais, como a condição de submissão feminina ao homem chefe de família, pois algumas mulheres que exercem a pesca, inclusive com carteira profissional de pescadora, não foram contabilizadas nesta pesquisa, em função de seu cônjuge ser pescador, o que inibiu a participação das mesmas nas entrevistas e mencionadas pelo chefe de família como responsáveis pela atividade de limpeza e comercialização do pescado (OLIVEIRA et al., 2013, p. 91).

Trabalhos como o de Silva (2006, p. 108-109), embora demonstrem a predominância masculina na prática pesqueira, também reconhecem a importância do papel de suporte exercido pela mulher: “na pesca em pequena escala, sejam nos afazeres domésticos que incluem, além do cuidado com as crianças a confecção dos apetrechos utilizados na pesca”. Em consonância, Melo e Matos (2006), além de Vasconcellos et al. (2007), citado por Oliveira et al. (2013), expõem que, apesar destas controvérsias, a presença da mulher vem crescendo, no âmbito da pesca, em termos de organização dos profissionais da pesca, de legitimação de entidades sindicais e de administração de finanças.

No que se refere à faixa etária dos pescadores entrevistados, identificou-se a predominância de pescadores com idade entre 50 e 59 anos (52%), seguido por aqueles que apresentam idade entre 40 e 49 anos (26%). No Gráfico 2, é possível visualizar todas as faixas etárias dos pescadores entrevistados.

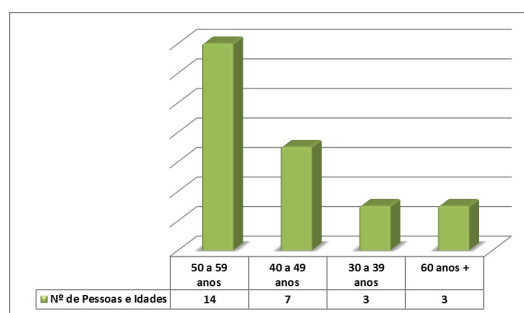


Gráfico 2: Faixa etária dos pescadores entrevistados

Fonte: elaborado por Rosa (2019), a partir de dados de pesquisa de campo de 2018

A partir do Gráfico 2, é possível identificar que a comunidade pesqueira de Porto Grande apresenta pescadores com idade superior a 30 anos. Em termos de análise e de comparação, a faixa etária predominante entre os pescadores de Porto Grande é semelhante à registrada em outras pesquisas, que abordam comunidades pesqueiras, como a de Santos et al. (2011), que apresenta dados sobre grupos de pescadores, com forte representação de trabalhadores, em idades avançadas.

Quanto ao nível de escolaridade dos trabalhadores de Porto Grande, constatou-se que 52% dos entrevistados não possuem Ensino Fundamental completo ou ainda não chegaram a iniciar os estudos. Por outro lado, 48% possui o Ensino Fundamental e Médio completos (Gráfico 3).

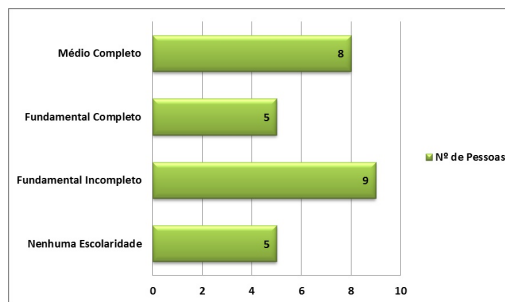


Gráfico 3: Escolaridade dos pescadores

Fonte: elaborado por Rosa (2019), a partir de dados de pesquisa de campo de 2018

A partir destas informações, observa-se uma pequena diferença entre aqueles com primeiro e segundo grau completos e aqueles que não possuem estudo, característica que difere dos dados das pesquisas realizadas por Santos et al. (2010) e por Oliveira et al. (2013), nas quais se revela uma distância expressiva entre os níveis de escolaridade completa e incompleta, sendo predominante, via de regra, a escolaridade incompleta.

Em consonância, Marinho (2018) mostra que os pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes apresentam as seguintes taxas de escolaridade: 63% possui Ensino Fundamental e Médio incompletos, enquanto apenas 36% possui algum nível de escolaridade completa, o que significa que a disparidade escolar nesse município é mais acentuada, quando comparada à do município de Porto Grande.

Para estes autores, a baixa escolaridade pode ser atribuída a alguns fatores: os trabalhadores não tiveram oportunidades de estudar, nem mesmo, quando crianças, pois seus pais não quiseram dar-lhes educação formal; ou, ainda, a pesca foi uma opção de ocupação, tanto para aqueles que tinham alguma escolaridade quanto para os que não a possuíam.

Para Zacardi, Ponte e Silva (2014, p. 142), o baixo nível de instrução formal:

(...) compromete às ações de capacitação e de conscientização organizativa da classe, condição indispensável para promoção do setor, culminando na fraca atuação política dos pescadores, assim como observado por Isaac (2006), onde afirma que este fato, aliado à utilização das Colônias de Pescadores como instrumentos de poder político ou benefício econômico, por parte de seus dirigentes, criaram descrédito na entidade (ZACARDI; PONTE; SILVA, 2014, p. 142).

No que concerne aos apetrechos mais utilizados, pelos pescadores de Porto Grande, no médio Araguari, observam-se, como predominante, a malhadeira, a linha e o espinhel (Gráfico 4).

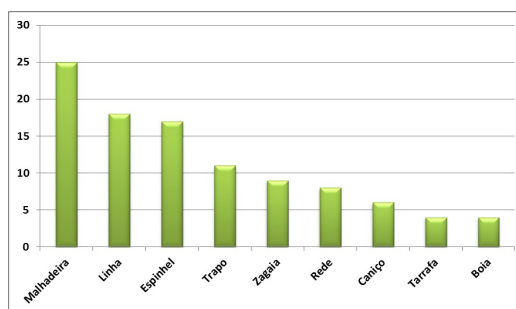


Gráfico 4: Apetrechos utilizados pelos pescadores de Porto Grande

Fonte: elaborado por Rosa (2019), a partir de dados de pesquisa de campo, de 2018

Os apetrechos estão intrinsicamente relacionados às embarcações mais utilizadas nas pescarias (Gráfico 5), uma vez que a embarcação representa o meio de transporte, para encontrar o pescado, e que os apetrechos constituem a ferramenta auxiliar na captura desse pescado.

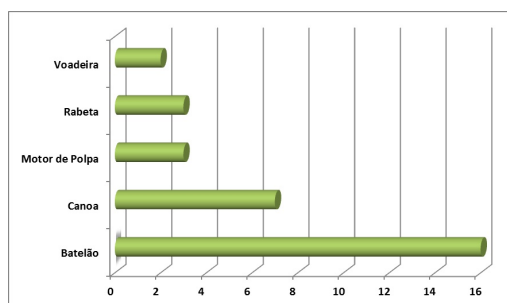


Gráfico 5: Embarcações utilizadas pelos pescadores

Fonte: elaborado por Rosa (2019), a partir de dados de pesquisa de campo, de 2018

Este gráfico mostra as embarcações mais usadas no cotidiano das pescarias, em Porto Grande, sendo predominante o uso do batelão, que pode ser de porte médio ou grande, seguido da canoa, geralmente, de porte pequeno. Barcos com motor de popa e rabetas, geralmente, embarcações de pequeno e médio porte, são menos usados nas pescarias, bem como a voadeira, também, de pequeno e de médio porte.

É importante salientar, que a embarcação tem significativa importância para os pescadores na execução da atividade pesqueira, tanto para a captura dos recursos quanto para o seu próprio deslocamento. Para Kioharu, Nivaldo e Nóbrega (2008, p. 50), "o processo de construção desses importantes meios de transporte vem se perpetuando, através das gerações, constituindo parte importante da cultura dessas sociedades", portanto, esse conhecimento tradicional deve ser registrado, valorizado e conservado.

Os apetrechos e as embarcações são de fundamental importância para os pescadores de Porto Grande, viabilizando a captura das seguintes espécies (Gráfico 6):

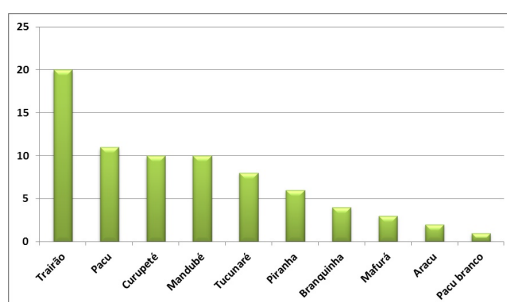


Gráfico 6: Peixes mais capturados pelos pescadores de Porto Grande

Fonte: elaborado por Rosa (2019), a partir de dados de pesquisa de campo, de 2018

A partir do gráfico, tem-se que as espécies predominantes no médio Araguari são: trairão (*Hoplias macrophthalmus* - Pellegrin, 1907), a mais comum, presente em 95% dos relatos de capturas dos pescadores; o Pacu (*Metynnis lippincottianus* - Cope, 1870), tendo menor expressividade, em relação ao trairão, apresentando cerca de 55% de capturas; o Curupeté (*Tometes trilobatus* - Valenciennes, 1850) e o Mandubé (*Ageneiosus ucayalensis* - Castelnau, 1855), que se igualam, com 50%; e o Tucunaré (*Cichla sp.*), apresentado em 40% dos relatos de incidência piscosa. O restante das espécies são menos expressivas, quando comparadas às primeiras: Piranha (*Serrasalmus gibbus* - Castelnau, 1855), 30%; Branquinha (*Curimata inornata* - Vari, 1989), 20%; Mafura, 15%; Aracu (*Leporinus sp.*), 10%; e Pacu Branco, 5%.

Dentre estas espécies, os peixes de médio e de grande porte são preferenciais, entre os consumidores da região, destacando-se o "tucunaré e o trairão, seguidos do curupeté, do pacú e da uéua" (OLIVEIRA et al., 2013, p. 93). Ainda, segundo os autores, as espécies alternativas, com boa aceitação entre os clientes, como a branquinha, o aracu e o acará, espécies de pequeno porte, são as de maior abundância e de biomassa no rio Araguari.

Todavia, os pescadores e os comerciantes de pescado de Porto Grande relatam que não há, ao certo, uma espécie de peixe de maior preferência, uma vez que a piscosidade de algumas espécies aumenta e/ou diminui, de acordo com a

época do ano, do mesmo modo que a população desse município, em geral, busca por alternativas de custo e de benefício na hora de comprar, constituindo-se, portanto, de fundamental importância, para a dieta alimentícia dos moradores locais, bem como de fonte de renda aos pescadores do Município de Porto Grande.

IMPACTOS DA UHE CACHOEIRA CALDEIRÃO PARA A COMUNIDADE PESQUEIRA DO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE

Nesta sessão, dar-se-á ênfase aos impactos da implantação da hidrelétrica Cachoeira Caldeirão na atividade pesqueira, os quais têm sido relatados, pelos pescadores de Porto Grande, uma vez que as características naturais do curso do rio foram modificadas, implicando riscos à subsistência desses trabalhadores, que necessitam de condições naturais favoráveis, para a disponibilidade do pescado. Com intuito de corroborar os relatos dos pescadores entrevistados apresentaremos notícias de fato da imprensa local do Município.

Dessa forma, de acordo com G1 (2015; 2018) o rompimento numa estrutura de contenção de água da hidrelétrica Cachoeira caldeirão e falta de aviso prévio perante as outras UHEs instaladas no Rio Araguari provocou o aumento repentino de 5,5 metros no nível do rio e causou uma cheia histórica atingindo 445 casas em 7 de maio de 2015, no ano de 2018 a justiça aceita laudo que aponta culpa da UHE nesta ocorrência(Figura 2 A).

O Ministério Público Federal (MPF) (2017) e G1 (2017), apontam que desde 2016 a UHE tem ocasionado mortandade de Peixes no rio Araguari e que essas ocorrências impactaram negativamente a vida de pescadores e de comunidades ribeirinhas do município de Porto Grande e Ferreira Gomes, de 2016 a 2017 foram mais de 3 toneladas de peixes encontrados mortos(Figura 2 B).



Figura 2: Cheia em 2015 / Mortandade de peixes em 2017

Fonte: G1 (2015; 2017)

O MPF entrou com uma ação e pede que a empresa seja obrigada a pagar cinco salários mínimos a cada pescador registrado no Programa Seguro Defeso, bem como, seja obrigada a apresentar, em até 90 dias, estudo de viabilidade de implantação de Sistema de Transposição de Peixes e também, a criação de meio acessível para dar transparência à comunidade sobre dados de operação e de gestão de risco da usina hidrelétrica (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017).

Novamente o G1 (2019), outros relatos associados a UHE Cachoeira Caldeirão surgem no ano de 2019, moradores da comunidade ribeirinha de Sapo Seco, no município de Porto Grande, registraram em dois vídeos o resgate feito por eles de vários peixes, alguns mortos, em numa parte seca às margens do rio Araguari. Seria a segunda mortandade na mesma comunidade em menos de 5 meses.

Segundo os entrevistados, desde o início das obras da hidrelétrica, sucederam-se diversas transformações no médio Araguari, tais como aumento da incidência de mosquitos na área, visto que muitas árvores apodreceram por conta dos terrenos alagados; elevação do nível da água, provocando a escassez dos peixes de correnteza, situação que se agrava com as mortandades, resultantes da construção da barragem; perda de territórios de pesca e aumento do tempo gasto no desenvolvimento da atividade, o que não reflete no aumento de pescado capturado.

Ademais, é possível observar as dificuldades mais recorrentes, mencionadas pelos pescadores de Porto Grande (Gráfico 7).

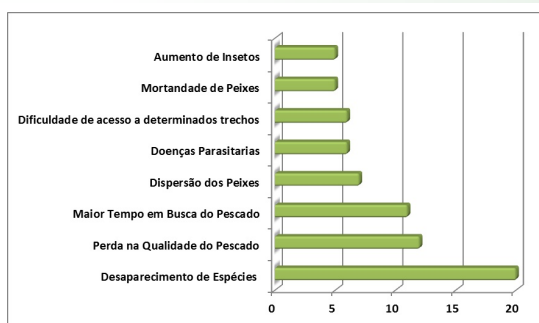


Gráfico 7: Alterações no médio Araguari, oriundas da instalação da UHE Cachoeira Caldeirão

Fonte: elaborado por Rosa (2019), a partir de dados de pesquisa de campo, de 2018.

Tais problemáticas não são exclusivas dos pescadores de Porto Grande, ocorrendo também em municípios adjacentes. Segundo Silva, Lima e Marinho (2017), os pescadores do município de Ferreira Gomes também se sentem impactados pela UHE Cachoeira Caldeirão e apontam impactos semelhantes:

(...) a respeito dos danos materiais da implantação das hidrelétricas no município de Ferreira Gomes, especialmente a Cachoeira Caldeirão, faz referência principalmente às mortandades de peixes verificadas no rio Araguari entre 2014 a 2016, período no qual se registrou seis ocorrências desse desastre antropogênico (...) (SILVA; LIMA; MARINHO, 2017, p. 152).

Segundo estes autores, os pescadores de Ferreira Gomes também têm suas áreas de pesca restringidas em determinados trechos do rio Araguari, bem como verificam a escassez do pescado. Vale ressaltar, que os conhecimentos destes trabalhadores sobre piscosidade, sobre localização de territórios de pesca, sobre dinâmicas de pesca, sobre a melhor utilização de apetrechos para a obtenção de determinada espécie, sobre períodos de sazonalidade e desova que foram alterados, ou seja, os conhecimentos sobre as pescarias no rio Araguari iconstruídos durante anos de vivência e de prática na atividade, foram diretamente afetados ela chegada de empreendimentos hidrelétricos, tais como a UHE Cachoeira Caldeirão.

A vida dos pescadores de Porto Grande representam anos de vivências e de práticas na atividade pesqueira (gráfico 8) assim como os pescadores de Ferreira Gomes citados por Marinho (2018).

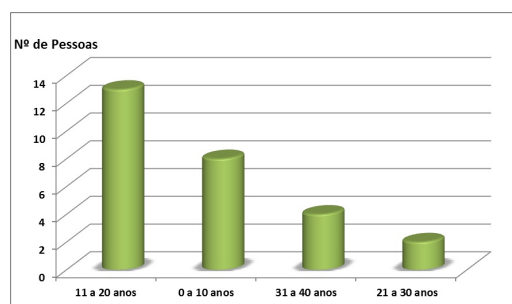


Gráfico 8: Tempo de atuação na atividade pesqueira, por parte dos pescadores de Porto Grande

Fonte: elaborado por Rosa (2019), a partir de dados de pesquisa de campo, de 2018.

Tais dados significam que esses pescadores são dotados de saberes tradicionais sobre a atividade, bem como de conhecimentos territoriais a respeito do rio Araguari, visto que os muitos anos na atividade possibilitam familiaridade e acumulação de experiências a partir da vivência diária com a lide pesqueira.

Por entender que a implantação da hidrelétrica Cachoeira Caldeirão tem sido prejudicial ao desenvolvimento da pesca no médio Araguari, identificaram-se os pescadores que dependem unicamente da pesca, e aqueles que a desenvolvem em associação com outras atividades produtivas (Gráfico 9).

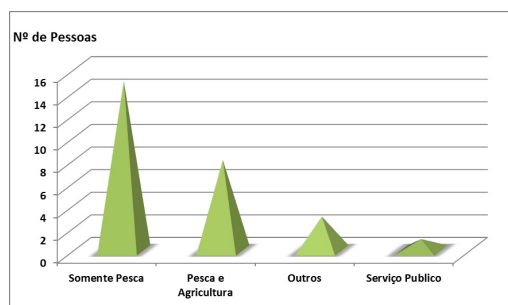


Gráfico 9: Desenvolvimento da pesca e de atividades complementares, pelos pescadores de Porto Grande

Fonte: elaborado por Rosa (2019), a partir de dados de pesquisa de campo, de 2018.

Nota-se que mais da metade dos pescadores entrevistados (55%) vive somente da pesca e não possui fonte alternativa de renda e, por conseguinte, de obtenção de sustento familiar, enquanto 29% dos pescadores concilia a atividade pesqueira com a agricultura e 13% não mencionaram outras atividades complementares, logo constata-se a dependência dos pescadores de Porto Grande, em relação à pesca artesanal, realidade que se aproxima dos pescadores de municípios adjacentes.

Conforme Marinho (2018), os pescadores de Ferreira Gomes também conciliam a atividade pesqueira com a agricultura e, não raramente, com outros serviços disponíveis na sede do município, uma vez que visam complementar a renda familiar, sobretudo, no contexto atual, com a diminuição da captura de pescado no rio Araguari. Em uma perspectiva mais geral, trabalhos como os de Zacardi, Ponte e Silva (2014) e de Silva (2006), expressam a representatividade da agricultura como atividade alternativa para os trabalhadores de comunidades de pesca. Portanto, os dados da comunidade de Porto Grande não são um caso isolado.

Dessa forma, ao constatar os impactos da UHE Cachoeira Caldeirão, bem como as medidas alternativas de sobrevivência, após a implantação do empreendimento, são expostos os números da renda mensal aproximada dos pescadores entrevistados, no contexto atual (Gráfico 10).

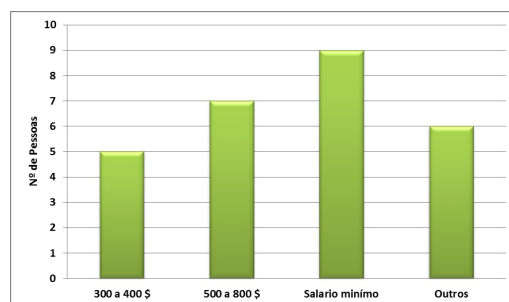


Gráfico 10: Renda mensal dos pescadores, após os impactos da UHE Cachoeira Caldeirão

Fonte: elaborado por Rosa (2019), a partir de dados de pesquisa de campo, de 2018.

A partir do exposto, observa-se que os pescadores de Porto Grande vêm enfrentando sérias dificuldades para manter condições mínimas de sobrevivência, pois menos da metade dos entrevistados consegue obter uma renda mensal de um salário mínimo, mesmo conciliando a pesca com atividades alternativas. Deve ser enfatizado, que os pescadores entrevistados também relataram que são os provedores majoritários dos seus grupos familiares, o que na maioria das vezes são numerosos, evidenciando as limitações, que esses sujeitos sociais vêm encontrando para a sua reprodução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi colocado, pode-se dizer que a implantação da UHE Cachoeira Caldeirão comprometeu, em sua construção, e continua a afetar, atualmente, a reprodução social dos pescadores artesanais de Porto Grande, uma vez que dificulta e/ou inibe o desenvolvimento da pesca nos lugares costumeiros, especialmente, pelas alterações nas dinâmicas naturais do rio, resultando em perdas materiais e culturais.

Conforme constatado, no decorrer da pesquisa, os pescadores artesanais têm, na pesca, uma importante fonte de renda e, embora alguns pescadores desenvolvam a atividade, em consonância com outros serviços, como complemento da renda familiar, estes não cogitam abandonar a atividade pesqueira, pois é através dessa prática que tais sujeitos vêm se reproduzindo há décadas, o que se observa, tanto pela faixa etária dos pescadores quanto pelo tempo em que desenvolvem a pesca no rio Araguari.

Em relação aos apetrechos mais utilizados pelos pescadores artesanais de Porto Grande, destaca-se a preferência pela malhadeira, pela linha e pelo espinhel, além do batelão como meio de transporte nas pescarias locais, as quais, como enfatizado, foram alteradas, a partir da instalação da UHE Cachoeira Caldeirão, refletindo na diminuição da captura de pescado e, por conseguinte, na geração de renda por parte dos trabalhadores, os quais têm demonstrado dificuldades para sobreviver ganhando cerca de um salário mínimo.

Tendo em vista que, por forças exteriores, estes trabalhadores podem ser obrigados a deixar essa atividade, isto implicaria não somente no rompimento da cadeia comercial do pescado na região, mas, igualmente, na desfragmentação de conhecimentos tradicionais específicos e de um modo de vida, pautado na relação com a natureza.

Portanto, faz-se necessário que estes pescadores sejam vistos e ouvidos, pelas entidades governamentais do Amapá, para que haja planejamento ambiental e políticas sociais, que visem a atender suas necessidades e, não, apenas, à lógica do capital, bem como devem ser executadas medidas, para que essa atividade possa se perpetuar e para que estes trabalhadores possam continuar atuando na pesca artesanal.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografia(s) da pesca artesanal brasileira**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- G1 NOTÍCIAS, **Justiça aceita laudo que aponta culpa de hidrelétrica em cheia histórica que atingiu mais de 400 famílias no AP**. 17/04/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/justica-aceita-laudo-que-aponta-culpa-de-hidreletrica-em-cheia-historica-que-atingiu-mais-de-400-familias-no-ap.ghtml>. Acesso em: 8 mar. 2020.
- G1 NOTÍCIAS, **Nível do rio Araguari em Ferreira Gomes chegou a 5,5m, diz Defesa**. 08/05/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/nivel-do-rio-araguari-em-ferreira-gomes-chegou-55m-diz-defesa.html>. Acesso em: 8 mar. 2020.
- G1 NOTÍCIAS, **Pescadores afetados por hidrelétricas no Rio Araguari seguem em busca de reparações**. 07/12/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/pescadores-afetados-por-hidreletrica-no-rio-araguari-seguem-em-busca-de-reparacoes.ghtml>. Acesso em: 8 mar. 2020.
- G1 NOTÍCIAS, **Ribeirinhos denunciam ao MPF 2ª mortandade de peixes em área de reprodução em rio do AP; VÍDEOS**. 21/08/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/08/21/ribeirinhos-denunciam-ao-mpf-2a-mortandade-de-peixes-em-area-de-reproducao-em-rio-do-ap-videos.ghtml>. Acesso em: 8 mar. 2020.
- LIMA, Laís Melo. **Território em Transformação: conflitos na pesca artesanal – Araguari, Porto Grande, Amapá, Amazônia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- MARINHO, Vicka de Nazaré Magalhães. **Impactos de hidroelétricas na atividade pesqueira: estudo de caso, a partir dos pescadores artesanais do município de Ferreira Gomes, Amapá – Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém,

2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Mortandade de peixes no rio Araguari**: empresa hidrelétrica se compromete a apresentar proposta de acordo ao MPF. 11/12/2017. Disponível em:<http://www.mpf.mp.br/ap/sala-de-imprensa/noticias-ap/mortandade-de-peixes-empresa-hidreletrica-se-compromete-a-apresentar-proposta-de-acordo>. Acesso em: 8 mar. 2020

OLIVEIRA, Júlio César Sá et al. Caracterização da pesca no Reservatório e áreas adjacentes da UHE Coaracy Nunes, Ferreira Gomes, Amapá-Brasil. **Biota Amazônia**, v. 3, n. 3, p. 83-96, 2013.

RAFFESTIN, Claude; SANTANA, Octavio Martín González. **Por una geografía del poder**. Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2013.

SANTOS, Paula Verônica Campos Jorge et al. Perfil socioeconômico de pescadores do município de Raposa, estado do Maranhão. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, v. 6, n. 1, 2011.

SILVA, Christian Nunes et al. Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro, em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil). **Revista NERA**, v. 20, n. 40, 2017.

SILVA, Christian Nunes. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves – PA**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SILVA, Christian Nunes; DE LIMA, Ricardo Ângelo Pereira; DA SILVA, João Marcio Palheta. Uso do território e impactos das construções de hidroelétricas na bacia do rio Araguari (Amapá-Brasil). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, n. 2, p. 123-140, 2017.

SILVA, Christian Nunes; PEREIRA DE LIMA, Ricardo Ângelo; MARINHO, Vicka de Nazaré Magalhães. Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidroelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes-Amazônia-Brasil). **Revista NERA**, v. 21, n. 42, 2018.

ZACARDI, D. M.; PONTE, S. C. S.; SILVA, A. J. S. Caracterização da pesca e perfil dos pescadores artesanais de uma comunidade às margens do rio Tapajós, estado do Pará. **Amaz. Cienc. Desenv.**, v. 10, n. 19, p. 129-148, 2014.

DE MESTRES JANGADEIROS À COMISSÁRIOS DE PEIXE. PODER E COERÇÃO SOCIAL NAS SOCIEDADES DE PESCADORES (1840-1930)*

FROM MASTER RAFTS TO FISH STEWARDS. POWER AND SOCIAL COERCION IN FISHERMEN'S SOCIETIES (1840-1930)

DE MAESTRES DE JANGADA A LOS COMISARIOS DE PEZ. PODER Y COERCIÓN SOCIAL EN LAS SOCIEDADES DE PESCADORES (1840-1930)

SILVA, Luiz Geraldo

RESUMO

Examino neste artigo sociedades formadas por jangadeiros da região que vai de Alagoas ao Ceará entre meados do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Sugiro que tais sociedades de pescadores, longe de constituírem figurações "igualitárias" ou "cooperativas", apresentam historicamente formas específicas de relações de poder, as quais têm como ponto de partida conhecimentos tanto sobre a natureza não-humana de um território marítimo específico, como sobre embarcações e instrumentos de captura próprios a este território. Mediante redes políticas e comerciais, outros níveis hierárquicos e de estratificação são agregados a estes princípios elementares em decorrência de relações entre aquelas sociedades e figurações mais abrangentes, dentre as quais se destacam o Estado-nação e a marinha de guerra.

Palavras-chave: Pescadores. Figuração. Coerção social. Marinha de guerra.

ABSTRACT

I examine in this article societies formed by raft fishermen in the region ranging from Alagoas to Ceará between the mid-nineteenth century and the first three decades of the twentieth century. I suggest that such fishermen's societies, far from being "egalitarian" or "cooperatives", historically have specific forms of power relations, which have as their starting point knowledge both about the non-human nature of a specific maritime territory, as well as on vessels and capture instruments specific to this territory. Through political and commercial networks, other hierarchical and stratification levels are added to these elementary principles as a result of relations between those societies and more comprehensive figurations, among which the nation-state and the navy.

Keywords: Fishers. Figuration. Social coercion. Navy.

RESUMEN

Analizo en este artículo sociedades formadas por pescadores de jangadas en la región que sigue desde Alagoas hacia Ceará entre mediados del siglo XIX y las primeras tres décadas del siglo XX. Sugiero que las sociedades de pescadores, lejos de ser "igualitarias" o "cooperativas", históricamente tienen formas específicas de relaciones de poder, que tienen como punto de partida el conocimiento sobre la naturaleza no humana de un territorio marítimo específico, así como acerca de las embarcaciones e instrumentos de captura específicos de este territorio. A través de redes políticas y comerciales, se agregan otros niveles jerárquicos y de estratificación a estos principios elementales como resultado de las relaciones entre esas sociedades y figuraciones más amplias, entre las cuales se destacan el estado-nación y la marina.

Palabras clave: Pescadores. Figuración. Coerción social. Marina.

* Agradeço a Eduardo S. Cardoso, André C. Colonese, a João Pedro Gonçalves e a(o) parecerista anônimo(a) da Revista Mares por suas valiosas sugestões e contribuições à primeira versão deste artigo.

INTRODUÇÃO

Quando representamos mentalmente as sociedades de pescadores do passado somos, em geral, levados a evocar imagens que nos remetem à partilhas justas, ajuda mútua, tarefas coletivas, relações equilibradas com a “natureza”, compartilhamento de uma “cultura” própria aos “homens do mar” e vínculos densos, amistosos e familiares que urdem a “comunidade” através não apenas do trabalho “cooperativo”, mas também de festas religiosas e laços parentais fictícios, a exemplo do compadrio. Mediante essa percepção idílica, romântica, representamos apressadamente a vida social de pescadores do passado como um “modo de vida” destituído de relações de poder e, conseqüentemente, de tensões e conflitos (SILVA, 1993, p. 41; ADAMS, 2000, p. 145-182). Ao mesmo tempo, temos dificuldade em perceber que tais sociedades, como quaisquer **figurações sociais** (ELIAS, 2005, p. 80-81; ELIAS, 2006, p. 25-27), estão conectadas a muitas outras, mediante múltiplos níveis de integração e conexão. As ações e representações mentais de seus membros estão entrelaçadas a redes de interdependências que os vinculam, mediante variadas formas de **relações de poder**, a figurações sociais abrangentes e circundantes: as vilas e cidades, as redes e clientelas político-partidárias, os mercados próximos e remotos, a marinha de guerra, o Estado-nação. Assim, as sociedades de pescadores constituem, portanto, figurações sociais endentadas a muitas outras, e não “comunidades isoladas” e relativamente “independentes”, como se pensou analiticamente durante muito tempo (SOUZA, 1970, p. 332-335), e como ainda se pensa, a partir de percepções estereotipadas, no senso comum.

Sustento aqui, ademais, que não é a relação com o mar em si mesmo, como **espaço, território** ou, biologicamente falando, como **ambiente**, que determina a criação de uma “cultura marítima” ou, mais ainda, que inspira “modos de ser”, de pensar e de se relacionar socialmente, tal como sugere um conjunto significativo de trabalhos sociológicos e antropológicos sobre a pesca (DIEGUES, 2005; MALDONADO, 1986, MALDONADO, 1993). Essa literatura propõe, ademais, que um suposto caráter “igualitário” e “cooperativo” das sociedades de pescadores, correspondente a “estágios” sucessivos de “formas de produção na pesca” (DIEGUES, 2005, p. 51-84), constitui um resultado de suas relações com o “mar” ou com o “ambiente marítimo”. Muitas vezes, tais análises sobre “igualitarismo” e “cooperativismo” são realizadas, como propõe Adams, sem comprovação empírica adequada (ADAMS, 2000, p. 165). Outras análises, por seu turno, partem de perspectivas mais sofisticadas, sublinhando a existência de uma “ordem hierárquica no contexto igualitário e paradoxalmente competitivo e cooperativo da pesca”, destacando as diferenças de “atitudes” dos indivíduos entre o “mar” e a “terra”: enquanto o “igualitarismo” prevaleceria no mar, o “individualismo” e a “competição” tenderiam a dominar as relações sociais vividas em terra. Assim, as “retóricas de igualdade e de fraternidade” se desenvolveriam “perante a imensidão do mar e diante do perigo constante do afastamento da terra” (MALDONADO, 1993, p. 45-47). Uma vez que, nos últimos anos, a literatura tem enfatizado temas ligados ao “cooperativismo”, “comunitarismo” e ao “igualitarismo”, deixa-se de lado, ao relento, análises em torno das relações de poder e de processos de diferenciação social. Este artigo tenta, pois, suprir esta lacuna no caso das sociedades de pescadores.

À luz dessas questões, creio que um tema a ser investigado se refere às diferenças formadas pelas figurações sociais em terra, no âmbito do **espaço social** das sociedades de pescadores, e no **espaço físico do mar** — no qual, no entanto, os pescadores utilizam um **espaço social móvel** e flutuante, ou seja, a embarcação, cuja fabricação e estrutura reproduzem hierarquias e relações de poder. No entanto, não se pode esquecer que ambas as figurações formadas por pescadores — isto é, a vivida em terra e aquela experimentada no mar — têm em seu centro um **equilíbrio pendular de poder**, cuja natureza e processamento são puramente sociais. Sob esta perspectiva, o mar constitui, para cada sociedade de pescadores singular, apenas um território específico integrado a uma vasta natureza não-humana **sobre e no interior do qual** se trabalha. A natureza não-humana, por sua vez, impõe **coerções naturais** particulares, ao mesmo tempo que co-determina as formas, instrumentos e meios de locomoção na pesca neste território específico. Creio, pois, que as **coerções sociais** devem estar sempre no centro da análise das figurações formadas pelos seres humanos — se é que queremos explicar seus processos de desenvolvimento social. As etnografias e trabalhos antropológicos

mais antigos, aliás, pareciam mais atentos às **coerções sociais** vividas nas sociedades de pescadores, o que os levaram a compreender adequadamente seu nexos não como aspectos metafísicos inspirados pelo “mar”, mas como uma decorrência de relações sociais e de poder observadas entre seus membros (WILLEMS, 2003 [1957], p. 130-137; CASCUDO, 1957a, p. 26-28; FORMAN, 1970, p. 34-45). Em suma, tripulações de jangadas, botes ou traineiras constituem principalmente figurações sociais: formadas especificamente para o enfrentamento da faina pesqueira, no mar, estas equipagens conformam figurações hierarquizadas, e possuem um equilíbrio pendular de poder que é frequentemente posto à prova diante de coerções naturais impostas pela natureza não-humana. Uma tripulação comporta-se distintamente, por um lado, em condições normais de trabalho e, por outro lado, diante do risco e do perigo: um naufrágio, por exemplo, pode redefinir radicalmente as posições no interior de uma figuração deste tipo, ao mesmo tempo passageira e recorrente (ELIAS, 2006, p. 27). Finalmente, parece importante informar que “natureza não-humana” ou “pré-humana” constitui um conceito formulado por Nobeit Elias para se referir ao fato de que os seres humanos, como “pós-animais” formuladores de sistemas sibólicos, não podem nem ser reduzidos ao nível dos “animais pré-humanos”, nem ser removidos “completamente do universo evolutivo” (ELIAS, 1994, p. 82, 108-109, 114). Assim, tais conceitos são aqui manejados como modos de explicitar que somos parte da evolução biológica e, **ao tempo tempo**, criamos, mediante a transmissão simbólica, um nível de integração particular sintetizado pelo conceito de “desenvolvimento social” (ELIAS, 1994, p. 25-33).

Este artigo objetiva, assim, examinar a gênese e o desenvolvimento ulterior das relações de poder no âmbito das sociedades de pescadores, o que equivale identificar e reconhecer o que confere chances e diferenciais de poder à indivíduos específicos neste tipo de sociedade. Sustento que as sociedades de pescadores do passado, isto é, dos séculos XIX até meados do século XX, eram **sociedades heterogêneas, hierarquizadas e estratificadas**, e não “comunidades” homogêneas e indiferenciadas socialmente. O fundamento de seus princípios hierárquicos e de estratificação, de suas distintas **posições sociais**, refere-se primariamente ao conhecimento detido por alguns indivíduos tanto em torno da natureza pré-humana existente num determinado território marítimo como acerca do manejo de embarcações, de instrumentos de navegação e de aparelhos de captura próprios àquele território. Contudo, a estes princípios primários foram agregados processualmente **princípios complexos** de hierarquização e estratificação social: a posse e controle sobre embarcações, instrumentos, aparelhos, iscas e farnéis, os vínculos com redes comerciais e políticas e os cargos criados pela marinha de guerra entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a saber, os de capataz dos **distritos de pesca** e de capataz, tesoureiro e presidente das **colônias de pescadores**.

O recorte temporal proposto (1840-1930) recobre, pois, o período no qual o Estado-nação interveio de forma mais direta e objetiva sobre estas sociedades, ensejando a produção de uma documentação mais rica e detalhada acerca de suas relações sociais e de poder. Assim, as balizas escolhidas referem-se aos anos em que foram criadas as capitâneas dos portos e os distritos de pesca (1846) e, sobretudo, as colônias de pescadores (1919). Minhas evidências empíricas — documentos manuscritos coletados em arquivos localizados no Recife, em Olinda e em Lisboa, bem como relatórios ministeriais e notícias publicadas em jornais diários e na revista *A Voz do Mar* — d à sociedades de pescadores existentes numa região específica: a que vai de Alagoas ao Ceará, na qual se destacava a pesca marítima em jangadas. De modo a conferir maior consistência e densidade a estas evidências, me apoiei igualmente numa etnografia da sociedade marítima da Praia do Farol, localizada no município de Olinda, Pernambuco. Realizei pesquisas de campo em duas circunstâncias entre indivíduos que fizeram parte desta sociedade: a primeira entre 1989 e 1990, enquanto atuava como pesquisador do Centro de Documentação e Pesquisa da Comissão Pastoral dos Pescadores (CDP-CPP) (SILVA, 1991) e, depois, em 1992, quando dispus de uma bolsa da Fundação MacArthur e atuava como pesquisador do Centro de Estudos do Mar da Universidade de São Paulo (CEMAR-USP) (SILVA, 1993). Em ambas as circunstâncias, entrevistei indivíduos idosos identificados como jangadeiros e seus familiares, bem como coletei entrevistas realizadas por outros pesquisadores então disponíveis no CDP-CPP.

O espaço físico à beira-mar ocupado por aquela sociedade marítima foi tragado pela erosão marinha até meados do século XX. Por esta razão, ao longo das décadas de 1930 e 1940, a sociedade em questão

migrou para um morro fronteiriço à praia, integrando o bairro do Amaro Branco — para o qual o próprio farol de Olinda foi também transferido em setembro de 1941 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, nº 210, 7 de setembro de 1941). Por volta de 1918, quando ainda se localizava à beira-mar, a sociedade de pescadores da Praia do Farol congregava cerca de 56 jangadeiros (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA MARINHA, 1918, p. 50). Por volta de 1935, ao longo de seu processo migratório, sua colônia, a Z-4, reunia de 460 filiados e 1.152 “pessoas que vivem da pesca” (A VOZ DO MAR, nº 130, 1936, p. 189). Dentre estas últimas incluíam-se não apenas indivíduos adultos e diretamente empregados na faina marítima, mas também seus filhos, esposas e agregados. Unidos por laços parentais consanguíneos ou fictícios, tais indivíduos estavam conectados a um equilíbrio pendular de poder e às suas formas específicas de estratificação, produzindo uma **ordem de status particular**.

PODER E ESTRATIFICAÇÃO NAS SOCIEDADES DE “PEQUENA ESCALA”

Desde o século XIX, a teoria social fornece instrumentos variados para pensar as relações de poder em sociedades de “pequena escala”, bem como para analisar figurações formadas por grupos e indivíduos do nível mais baixo nas sociedades “complexas”. O modelo de análise formulado por Ferdinand Tönnies na década de 1880, no qual são sintetizados os conceitos de “comunidade” (*gemeinschaft*) e “sociedade” (*gesellschaft*), constitui um destes instrumentos. Parte-se muitas vezes do suposto de que, para Tönnies, a “comunidade” constitui a antítese da “sociedade”, e vice-versa: a primeira sendo concebida como um espaço social caracterizado pelo “coletivismo” e “cooperativismo” e a segunda como estruturas marcadas pela “competição” e “individualismo”. No entanto, não é exatamente isso que o modelo aqui em questão parece sugerir. Em primeiro lugar, considere-se que este pressupõe uma transformação processual e de longo prazo entre um e outro tipo de formação social, não sugerindo, portanto, que “comunidade” e a “sociedade” constituam formas sociais distintas, opostas ou independentes uma da outra. Antes, tais formas societárias conformariam polos de um mesmo **continuum**. Conforme Tönnies, enquanto na “comunidade” prevalece a “vontade natural”, na “sociedade” predomina a “vontade arbitrária”, isto é, a coletividade contratual ou pactuada. Mais importante, a “comunidade” longe está de se constituir como um corpo social harmônico e destituído de tensões e conflitos: antes, conforme Tönnies, ela é atravessada por tensões decorrentes das “relações autoritárias”, as quais, aliás, predominam em seu seio sobre as “relações de companheirismo” e as “relações mistas”, isto é, as parentais e de amizade. Assim, as “relações autoritárias”, que decorrem das desigualdades de poder, de querer, de força e de autoridade que se desenvolvem entre membros da “comunidade”, coexistem, subordinam e se impõem às “relações de companheirismo” e as “relações mistas”, convertendo-se no princípio de ordenamento da “comunidade”. Vai daí, pois, a fórmula conforme a qual “se na comunidade (*gemeinschaft*) os homens permanecem unidos apesar de todas as separações, na sociedade (*gesellschaft*) permaneceriam separados não obstante todas as uniões” (TÖNNIES, 2001, p. 17-90; BRANCALEONE, 2008, p. 98-104).

Um outro modelo de análise que nos ajuda a pensar diferenças sociais em sociedades de “pequena escala” foi formulado por Georges Balandier. Tendo em mente sobretudo sociedades da África ocidental, este antropólogo formulou que todas as formações sociais são heterogêneas: todas são dotadas de poder político, hierarquias e desigualdades entre grupos e indivíduos. Sua proposição mais geral é a de que “não há sociedade sem poder político, não há poder sem hierarquias e sem relações desiguais instauradas entre os indivíduos e grupos sociais”. Partindo deste pressuposto, Balandier sugere que os aspectos que instauram a desigualdade nas sociedades africanas ocidentais referem-se, inicialmente, às relações com os antepassados, ao controle sobre os homens que se podem opor aos inimigos “de fora”, bem como à manipulação dos símbolos e do ritual. Essa desigualdade nasce de uma “ordem” que se apoia em princípios de **estratificação elementares**, como as diferenças baseadas no sexo e na idade. À tais princípios crescem-se, depois, o parentesco e a descendência, os quais, conjuntamente, tendem a regular o acesso a funções sociais que conferem poder e autoridade a indivíduos, grupos, clãs e linhagens. Na passagem das “sociedades segmentárias” para as

sociedades de “Estado tradicional”, agregam--se a estes princípios elementares **formas complexas de estratificação**: cargos políticos ou militares, posições sociais de grupos sócio profissionais e funções político-religiosas —, as quais, contudo, jamais abolem as formas elementares, mas, antes, as subordinam e as atualizam (BALANDIER, 1969, p. 74-80).

Em um livro escrito sobre uma “sociedade de vizinhança” formada por operários na Inglaterra da década de 1960, Norbert Elias e John Scotson formularam um problema central para este ensaio: quais são “os aspectos comunitários específicos de uma comunidade?”. A resposta a essa pergunta refere-se sobretudo ao reconhecimento e identificação dos tipos de interdependências, estruturas e funções encontrados entre grupos de vizinhança. Estes, à medida que constroem lares com certo grau de permanência e de estabilidade, instituem associações estatutárias e criam vínculos parentais consanguíneos ou fictícios — como o compadrio —, formam laços de interdependência que entrelaçam suas ações e representações mentais numa figuração social. Formam, enfim, uma **sociedade de vizinhança**, isto é, uma figuração dotada de um equilíbrio instável de poder. Tal equilíbrio se assenta sobretudo em diferenciais que hierarquizam os grupos de vizinhos, sendo o mais elementar dentre eles a distinção entre os mais antigos e os mais recentes. Os primeiros, graças à sua maior coesão social e anterioridade por comparação aos “forasteiros”, conseguem impedir os últimos de acessar as fontes de poder comunitárias — mormente cargos na associação de moradores —, mediante os mecanismos do estigma, da fofoca depreciativa, da evitação e da criação de tabus em torno do contato com seus membros. Disto resulta uma autoimagem das famílias antigas como seres humanos “melhores” e “superiores”, e uma sócio dinâmica de estigmatização dos “forasteiros” e de suas famílias como “delinquentes”, “anômicos” e “inferiores”. Estas representações mentais afetam duramente as relações sociais no bairro — no qual, aliás, todos os indivíduos são operários e, logo, pertencentes à mesma “classe social”. Desse modo, os moradores mais antigos, mais coesos socialmente, firmam uma posição social de “estabelecidos” em contraposição ao grupo de forasteiros **outsiders**, que são estigmatizados e isolados dos contatos de vizinhança (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 165-166). Em outro ensaio Elias sugere que “poder” não é um conceito de **substância**, mas de **relação**. Equilíbrios pendulares de poder existem não apenas nas arenas das relações entre Estados, nem pressupõe uma grande concentração de chances de poder em um indivíduo específico. Mesmo havendo uma retenção de poder desproporcional, rígida e estável numa dada relação, grupos e indivíduos que nela detêm menos chances de poder, sempre **detêm algum poder** em decorrência da interdependência funcional que formam com outros indivíduos. Assim, o poder é sempre relacional e constitui um elemento integral, estrutural, de **todas as relações humanas** (ELIAS, 2005, p. 80-81).

Ao mesmo tempo, o conceito de **figuração social** também concorre para entender as relações de poder seja numa figuração abrangente, seja numa pequena “comunidade”. A vida conjunta, em grandes ou pequenos grupos, é singular e sempre co-determinada pela transmissão do conhecimento entre gerações sucessivas (ELIAS, 2006, p. 25-26). Assim, pois, “figuração” é conceito que se refere ao padrão mutável criado pelos indivíduos que a formam, o qual é constituído não apenas por suas ações efetivas, mas também por suas representações mentais. Conforme esta definição, uma figuração constitui um entrançado flexível de tensões no qual a **interdependência** entre os indivíduos representa uma condição prévia para sua dinâmica. Ademais, uma figuração pode ser de aliados ou de adversários, bem como pode ser passageira ou permanente (ELIAS, 2005, p. 141-142). Um aspecto central se refere ao fato de que, em seu centro, existe sempre um equilíbrio de poder. Tal equilíbrio nunca é fixo e estável: antes, ele é sempre móvel, flutuante, pendular, um equilíbrio elástico, que se move para frente e para trás, “inclinando-se primeiro para um lado e depois para outro. Este tipo de equilíbrio flutuante é uma característica estrutural do fluxo de cada figuração” (ELIAS, 2005, p. 143).

SOCIEDADES DE PESCADORES E COERÇÕES NATURAIS

Como também sugere Norbert Elias, existem três formas recorrentes de coerções ao longo da história humana: as **coerções naturais**, decorrentes de riscos e perigos ensejados por processos e fenômenos da natureza não-humana; as **coerções sociais**, decorrentes das relações sociais e de poder e das formas de

sujeição existentes entre os seres humanos; e, finalmente, as **auto coerções**, isto é, as coerções que os indivíduos exercem sobre si mesmos, em seu *self*, e que tensionam suas estruturas sociais de personalidade (ELIAS, 2006, p. 21-25; ELIAS, 1998, p. 29; ELIAS, 2001, p. 225-226, 264-265). Não cabe examinar aqui as auto coerções: afinal, quanto mais intensas e constantes são as **coerções naturais**, tanto menor é a disposição de seus membros para conferir relevo às coerções dos indivíduos sobre si mesmos (ELIAS, 2006, p. 21-25). Importa, pois, discutir em pormenor o modo específico pelo qual se processam as **coerções sociais** no âmbito das sociedades de pescadores. Contudo, o conceito de **coerção natural** tem papel importante aqui: corrigir as abordagens que sublinham que o “mar”, em si mesmo, como um “ambiente”, inspira modos de ser, de pensar e de se relacionar socialmente (DIEGUES, 1995, p. 30-32; MALDONADO, 1993, p. 47).

Proponho aqui, à luz de evidências extraídas mormente de entrevistas com antigos mestres de jangada, que as coerções naturais ensejam tão somente recursos de sobrevivência e potenciais de retenção de poder: conhecimentos e formas de manejo de processos da natureza não-humana e acerca de embarcações e da náutica adaptados a um território marítimo específico como meios de sobreviver **dele** e a **ele**. Desse modo, as coerções naturais apenas condicionam as interdependências, estruturas e funções na pesca artesanal, não constituindo, pois, a base de um suposto “particularismo” metafísico, supostamente “relacionado com o ambiente físico do mar” (DIEGUES, 1995, p. 19, 30). Para sua sobrevivência, na faina marítima, os jangadeiros do passado dependiam diretamente de conhecimentos em torno dos ciclos, oscilações e movimentos das marés, da maneira de lidar com rebojos, tempestades, calmarias repentinas; dependiam também de conhecimentos acerca do fundo e do relevo irregular da plataforma continental, de seus canais e de suas bordas, em torno de possíveis ataques de animais de grande porte. Eles também tinham que saber minimizar os duros efeitos do sol escaldante em alto mar e da alta salinidade das águas. Em novembro de 1989, Paulo José dos Santos, nascido em 1914 na Praia do Farol, afirmou ao longo de uma entrevista que “todo pescador vai ficando curto da vista e a finalidade dele antes dele deixar de ser pescador é ficar cego. Não é cego de não ver nada, mas não enxergar mais, não podia mais ver marca” (SILVA, 1991, p. 56). Nas pescarias noturnas, o risco poderia, contudo, ser maior. Alfredo Baptista, um antigo mestre de jangada nascido em 1922 naquela mesma sociedade, me disse em março de 1990 que a “pescaria de dormida” se estendia por até dois dias em alto mar: se ocorresse um imprevisto “vai passar necessidade, porque o rancho é somente para um dia, um dia e uma noite, no máximo dois dias, porque vai faltar água, vai faltar comida... A não ser, ou uma razão qualquer, um temporal, uma virada lá fora, e a jangada vem à lona, aí tem que esperar pela vontade de Deus aonde chegar” (SILVA, 1991, p. 56).

O caráter sazonal das espécies, os ataques de animais pré-humanos de maior porte, e eventos envolvendo colisões e disputas pelo espaço marítimo entre barcos de maior e menor dimensões, dentre muitos outros riscos, perigos e irregularidades, condicionavam estruturalmente as atividades no mar. Segundo o pescador José Martiniano de Melo, o “Calango”, nascido em 1905, “as barcaças, os navios e os iates faziam miséria com os jangadeiros. Rasgavam velas das jangadas, viravam, quebravam tudo e não sofriam uma dor de cabeça” (SILVA, 1991, p. 56). Assim, portanto, no passado, as coerções naturais ensejavam muito mais que um perigo e um risco “próprios à faina marítima”: nas figurações sociais marcadas pelo artesanato e pelos sistemas simbólicos tradicionais, as pescarias e a náutica, fossem diurnas ou noturnas, realizadas através de embarcações e equipamentos de navegação absolutamente precários, representavam uma incerteza constante relativamente à reprodução física dos indivíduos (CASCUDO, 1957a, p. 31-33; CASCUDO, 1957b, p. 19-21; MALDONADO, 1993, p. 55-60). Muitas análises sociológicas e antropológicas sugerem que o mar alto constitui um território próprio, específico, radicalmente distinto daquele de terra, marcado pelo risco, pela mobilidade e pelo perigo (GEISTDOERFER, 2007, p. 23-38; MALDONADO, 1986, p. 30-32; MALDONADO, 1993, p. 55-60). O problema de algumas destas análises é sugerir que este “ambiente” enseja modos de ser, de ver o mundo, de se relacionar socialmente, tendendo, aliás, a neutralizar tensões e conflitos. Antes, e como em quaisquer outras figurações sociais, deve-se buscar nas **coerções sociais** próprias às sociedades de pescadores, em seu equilíbrio móvel de poder, o nexo de sua dinâmica social.

SOCIEDADES DE PESCADORES E COERÇÕES SOCIAIS

Defendo aqui que a análise das **coerções sociais** vividas nas sociedades de pescadores do passado constitui aspecto absolutamente central para a compreensão de sua dinâmica e de suas transformações ulteriores. Mormente nas sociedades em questão existentes na região que vai de Alagoas ao Ceará, as **coerções sociais operavam em três níveis entrelaçados**. O primeiro nível se refere às interdependências, estruturas e funções ensejadas pela própria pesca em jangadas — a qual tendia a prevalecer amplamente sobre as demais formas de captura entre os séculos XVIII e inícios do XX. O segundo nível se refere aos vínculos de membros das sociedades de pescadores com redes comerciais e político-partidárias e com proprietários de currais de peixe e de sítios de coqueiros. O terceiro nível decorre da interferência estatal, mormente da marinha de guerra, sobre as sociedades de pescadores: as coerções decorrentes da instituição dos distritos de pesca, criados a partir de 1846, e das colônias de pescadores, fundadas em toda a costa brasileira, e mesmo nos distritos ribeirinhos, a partir de 1919.

Antes, porém, de examinar estes três níveis de coerções, cabe ressaltar que nos séculos XVIII e XIX, um aspecto absolutamente marcante das sociedades de pescadores refere-se à escravidão de africanos e afrodescendentes. Uma lista de “todos os Pescadores que habitam nos referidos Portos” da Bahia, de 27 de maio de 1775, contabilizou, por exemplo, a existência de 2.069 pescadores residentes naquela capitania, dos quais 802 eram escravos e 1.267 eram “forros”. Ou seja, de acordo com essa fonte, 39% dos pescadores baianos viviam sob o cativo no último quarto do século XVIII. O quadro também se repetia na pesca da baleia. Havia 80 indivíduos empregados na capitania baiana na captura altamente especializada deste animal de grande porte. Dentre os pescadores empregados nas armações “não se vê um branco”, sendo, ademais, “a maior parte cativos”, os quais, contudo, “de junho até outubro pescam na armação das baleias e de novembro até fevereiro nas grande redes das armações, onde se alugam para este fim”.¹ Esta situação se mantém, ademais, ao longo do século XIX: em 1854, por exemplo, 24,6% dos 1.735 pescadores matriculados na capitania dos portos da Bahia e 47% dos 1.991 pescadores matriculados na capitania dos portos do Rio de Janeiro eram escravos (SILVA, 1988, apêndices). Estes indivíduos poderiam pertencer a senhores que viviam e desempenhavam funções sociais nas próprias sociedades de pescadores, ou a terceiros, que os alugavam para a faina marítima (SILVA, 2001, p. 81-118). Contudo, a escravidão não se presta a análises sobre estratificação social, uma vez que o **status** do escravo é móvel: ele muda processualmente ao longo de seu cativeiro, bem como do cativeiro de seus descendentes (KOPYTOFF, 1982, p. 221-224). É provável que tenham sido escravos muitos dos “forros” baianos referidos em 1775, ou seus ascendentes. É, pois, evidente, que estas sociedades de pescadores do passado eram altamente diferenciadas socialmente, mas, quando se leva em conta a posição social do escravo, tem-se que se considerar que tal diferença não foi gerada internamente a elas ou em decorrência da pesca, mas na figuração social abrangente — o sistema mundial que conectava a América à África. A diferença social entre indivíduos livres e escravos estava, portanto, em toda parte: não era específica às sociedades de pescadores, nem decorria de sua ordem social **sui generis**.

Assim, pois, são as interdependências, estruturas e funções ensejadas pela pesca em jangadas que produziram, a longo prazo, um tipo particular de estratificação social e uma hierarquia decorrente de funções exercidas na faina pesqueira. Nas sociedades de pescadores existentes entre Alagoas e o Ceará entre os séculos XIX e inícios do XX predominava a pesca marítima em jangada. Tomando Pernambuco como exemplo, nota-se que em 1854 foram registrados em sua capitania dos portos 852 embarcações destinadas à pesca, das

1. MAPA GERAL de toda a qualidade de embarcações que há na Capitania da Bahia e navegação para a Costa da Mina, Angola, e outros portos da África, e todas as mais que navegam de porto a porto para o Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará e outros portos da Costa do Brasil, como também dos barcos, lanchas e outras pequenas embarcações, que navegam pelos rios, ribeiras d’esta capitania, na condição dos víveres e pescado para a sua manutenção, com o número dos marinheiros e pescadores forros e cativos que há em toda a Capitania, freguesias em que residem, com aquela clareza e distinção possível. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), col. Eduardo de Castro Almeida (1613-1807), cx. 47, doc. 8789. Salvador, 27 de maio de 1775.

quais 102 (12%) eram botes e 752 (88%) eram jangadas (Relatório do Ministério da Marinha, 1854, quadro I). Segundo Schubart, havia em Pernambuco cerca de 800 jangadas em 1931 e quase 1.000 em 1935, ao passo que, também em 1931, havia apenas 11 botes e 2 “pequenas lanchas a motor” (SCHUBART, 1944, p. 3). Desse modo, as interdependências, estruturas e funções da pesca em jangadas constituía a base das hierarquias pesqueiras e marítimas. Ao longo da primeira metade do século XX, esta hierarquia era formada, do alto ao baixo, por “comissário de peixe”, “mestre de jangada”, “proeiro” e “bico de proa”. Nas décadas de 1940 e 1950, havia variações nesta vasta região relativamente a esta nomenclatura: no Rio Grande do Norte acrescia-se à tripulação o “contra-bico” e, no Ceará, o “rebique” (CASCUDO, 1957b, p. 111-112). O “comissário de peixe”, como detalho melhor adiante, era o proprietário de redes, linhas, anzóis, embarcações e de farnéis fornecidos aos pescadores em sua saída para o mar. Em geral, estes eram antigos mestres de jangada que haviam se distinguido dos demais membros de sua própria sociedade (FORMAN, 1970, p. 37-38; SILVA, 1991, p. 56-62). O princípio elementar de estratificação nas sociedades de pescadores, a base de seu processo de diferenciação social, refere-se, pois, aos conhecimentos, por um lado, sobre a natureza não-humana de um território marítimo determinado e, por outro lado, sobre o manejo das embarcações e dos instrumentos de captura. É sobre tal princípio elementar que se vão se acrescentando outros, bem como se vão formando outras posições sociais, como a do pombeiro, isto é, o intermediário entre comissários e redes comerciais de pescado. Assim, “comissários de peixe”, “mestres de jangada”, “proeiros” e “bicos de proa” conformavam interdependências, estruturas e funções específicas, bem como desenvolviam um tipo particular de equilíbrio móvel de poder.

Vários membros da sociedade de pescadores da Praia do Farol, em Olinda, me relataram em diferentes entrevistas aspectos das relações entre mestres, proeiros e comissários de peixe. Mestre Alfredo Baptista, já referido nesse artigo, me disse em agosto de 1990 que nas décadas de 1920 e 1930 vivia na Praia do Farol “um dos dois irmãos do Salatiel e Israel, era o Antônio Félix da Silva, mas chamavam ele de Antônio Cara de Talho, porque ele tinha cicatriz no rosto. Aí, ele arrumou um certo dinheirinho e ficou ali com aquele negócio. Fez aquela palhoça grande, daquele tamanho, e ali serviu o peixe, chegava ali e despejava. Era pescador o Antônio Cara de Talho, mas depois ele deixou, ficou somente no ramo da coisa”. Mestre Alfredo me confidenciou em outro momento, durante uma sessão de exibição de fotos antigas que promovi no Recanto do Pescador do Conselho Pastoral dos Pescadores, em inícios de 1991, que um irmão de Antônio Félix da Silva, Israel Félix da Silva, foi seu padrinho de batismo. Ele recordou desse fato aos prantos, enquanto eram exibidos slides de antigas fotos da colônia Z-4 publicadas ao longo da década de 1920 na revista **Rumo ao Mar**, nas quais divisou não apenas seu padrinho, mas também seu pai.

Um outro entrevistado, nascido em 1914 na mesma sociedade de pescadores, o também já referido Paulo José dos Santos, me descreveu em novembro de 1989 a forma pela qual os comissários controlavam o acesso às embarcações e instrumentos de captura: “o sistema era esse: o pescador, como tinha outros lá que faziam, pegavam a jangada. A jangada era feita da seguinte forma: eles compravam os paus, uma jangada, compravam uma jangada, era sempre seis paus. Desses seis paus, ele pagava o madeireiro, coisa e tal, mas aquele camarada que tinha comissão”, isto é, o comissário de peixe, “fornecia a ele, ao pescador, emprestado pra eles pagar depois com peixes”. Ainda segundo Paulo José dos Santos, “o Antônio Cara de Talho tinha venda de pau de jangada, então ele fornecia jangada pra aquela turma. O Antônio de Barão fazia isso, como seu João de Alfredo também fazia isso”. Alguns especialistas locais, como José Timóteo dos Santos, nascido em 1886, elaboravam aparelhos de captura artesanalmente: puçás, samburás, redes de todos os tipos, chumbadas, covos, agulhas e palhetas para confecção das redes. Segundo uma entrevistada, Francisca Santos da Silva, nascida em 1917, seu pai, o mesmo José Timóteo dos Santos, “fazia samburá, fazia tarrafa, fazia puçá. Ele fazia o pano da tarrafa, a tarrafa é uma rede. Começa estreitinha e vai alargando, alargando, até a pessoa pode fazer. Papai fazia essas coisas todinha, ele era muito inteligente. Ele comprava chumbo, derretia e tinha aquelas formazinhas que ele fazia aquelas chumbadas. Ele fazia de encomenda”. Perguntei a informante quem encomendava aqueles artefatos. As redes, por exemplo, diz ela, “já eram de encomenda dos comissários, dos donos das comissões. Quantas redes tinham esses homens? Eles tinham muita rede!”.

O ponto de vista dos informantes é amplamente confirmado por fontes escritas da época — as quais, paradoxalmente, constituem relatórios de militares da marinha de guerra e grandes comerciantes de pescado ligados à federação estadual de colônias, ou seja, os grupos e indivíduos que utilizaram os comissários de peixe para criar e dirigir as primeiras colônias de pescadores. Em agosto de 1926, o então presidente da federação de colônias de Pernambuco, o grande comerciante Antônio Cardoso da Fonte, denunciou que “domina hoje, no mercado de peixe desenfreada exploração de atravessadores, pombeiros e seu rancho”. Conforme sua denúncia, “firmou lei nas praias onde apontam as jangadas, a exclusão do pescador proprietário do seu pescado na venda deste mesmo pescado, sendo as vendas efetuadas pelos comissários aos pombeiros, reservando por eles **comissários** a percentagem de 10% do bruto apurado. Pelo menos assim estou informado!” (A VOZ DO MAR, nº 56, 1927, p. 18, grifo no original). Na década de 1930, outro presidente da federação de colônias de Pernambuco, o tenente da marinha de guerra Alberto Vasconcelos, observou que o comissário fornecia ao pescador jangadas, redes, covos, cabaças e samburás sem nenhum pagamento à vista. Em contrapartida, este se comprometia a lhe vender todo o peixe capturado. Ademais, cabia ao comissário estipular o preço a ser pago, além de açambarcar até metade do pescado capturado, caso a jangada fosse dele. O “intermediário, quer seja o simples ‘pombeiro’ (comprador ambulante), o ‘comissário’ ou o ‘fornecedor de cabaça’”, completa Vasconcelos, “são os únicos beneficiados do trabalho rude e arriscado do pescador caboclo, insensível ao sol e à chuva” (VASCONCELOS 1945 [1934], p. 214-216).

O segundo nível de coerções sociais era aquele que vinculava as sociedades de pescadores às redes comerciais e político-partidárias existentes nos municípios circunvizinhos e aos aforadores de sítios de coqueiros e terrenos à beira-mar. O elo que conectavam as sociedades em questão e estas redes políticas, comerciais e de controle da terra tinha início na relação entre comissários e os chamados “pombeiros”, mercadores ambulantes que, na primeira metade do século XX, controlavam o comércio do pescado nas vilas e cidades litorâneas. “Quando o peixe chega às mãos do consumidor”, escreve Cardoso da Fonte em agosto de 1926, “está agravado com 10% para o comissário, 20% e até 50% para o pombeiro”. (A VOZ DO MAR, nº 56, 1927, p. 18). Considerada por uma autoridade militar como uma “classe insolente e desordeira em sua quase totalidade, conhecida pelo nome de ‘pombeiros’”, estes eram descritos em 1928 como “aproveitadores da situação inferior dos míseros pecadores” (A VOZ DO MAR, nº 70, 1928, p. 32). Há dados empíricos abundantes que sugerem que os “pombeiros” também eram indivíduos egressos das sociedades de pescadores. Não por acaso, aliás, eles foram obrigados a se matricularem nas colônias após 1928 (A VOZ DO MAR, nº 70, 1928, p. 33).

O tipo de coerção social exercida principalmente pelos proprietários de sítios de coqueiros e aforadores, deixa muito claro, por exemplo, que o espaço físico ocupado pelas sociedades de pescadores não era “livre”, embora juridicamente constituísse “terrenos de marinha”, isto é, áreas pertencentes ao Estado nacional. Embora existissem variações regionais nessa ocupação territorial, considerando, por exemplo, a proximidade ou o afastamento das vilas e cidades mais populosas, todos os indivíduos que faziam parte das chamadas sociedades de pescadores tinham que pagar foro, “dízimo” ou aluguel, do sítio onde se situava sua habitação ou sua “caiçara”, isto é, seu abrigo de materiais de pesca. Muitas vezes, esse aforamento era estipulado mediante a quantidade de pés de coqueiro existente no terreno ocupado (SILVA, 1993, p. 34-36; A VOZ DO MAR, nº 3, 1921, p. 14). Em casos limites, pescadores perdiam suas casas por dívidas junto aos comissários, que facilitavam sua aquisição por locadores de casas para veranistas (SILVA, 1991, p. 59-60). Por outro lado, as coerções naturais afetavam duramente os pescadores não apenas no mar, como vimos, mas também em terra, em decorrência da precariedade de suas habitações. Por volta de 1920, o pescador Idelfonso, residente na Praia do Farol, em Olinda, decidiu mudar o telhado de sua casa, “coberta em péssimas condições”. Contudo, uma “senhora” que se dizia “foreira” do terreno não lhe permitiu cobri-la com telhas, razão pela qual ele implorava em seu ofício a Prefeitura de Olinda que a pudesse cobrir “nem que fosse com palha”.² Por sua

2. OFÍCIO do Pescador Idelfonso, residente na Praia do Farol, ao Prefeito de Olinda. Arquivo Público Municipal, Olinda, Série Ofícios, cx. 4, vol. 8, 1919-1920.

vez, a apropriação do território marítimo por foreiros constituía uma ameaça constante à pesca em jangadas. Por volta de 1927, havia “mais de mil currais de peixe na costa do Estado de Alagoas”, por exemplo, e seus proprietários não consentiam “que os pobres pescadores se atrevam a pescar” em suas proximidades (A VOZ DO MAR, nº 64, 1927, p. 21). As relações entre comissários e pombeiros, e destes com os grandes comerciantes de pescado residentes nas cidades e as relações entre pescadores e proprietários de sítios de coqueiro e de armadilhas fixas, como os currais de peixe, fechavam o circuito das coerções sociais deste segundo nível.

Finalmente, havia as coerções de terceiro nível: aquelas que, desde meados do século XIX, se materializaram na intervenção paulatina da marinha de guerra nas sociedades de pescadores. A finalidade dessa intervenção era constituir entre estes uma “reserva naval” para a armada, tal como se processava desde a criação da “inscrição marítima” na Espanha e na França, ainda no século XVII (LIJÓ, 2005, p. 35-45). De modo a dar consecução à inscrição marítima no império do Brasil e a obrigar todos os pescadores a se matricularem para exercer seu ofício, o regulamento das capitanias dos portos, de 19 de maio de 1846, instituiu tanto os “distritos de pesca”, como as funções de capataz e subcapataz: “Cada distrito terá um Capataz que inspecione os demais Pescadores, bem como os Subcapatazes que forem precisos para o coadjuvarem: uns e outros serão da escolha e nomeação do Capitão do Porto da respectiva Província” (Coleção das Leis do Império do Brasil, 1846, t. IX, parte II, p. 5-28). Os indivíduos investidos neste cargo meramente honorífico não recebiam qualquer tipo de remuneração, e eram escolhidos no âmbito das próprias sociedades de pescadores. Parece claro que os escolhidos para capatazes e subcapatazes eram pessoas cujas posições sociais correspondiam às de comissários de peixe ou aviadores — o que reiterava as relações de poder internas àquelas sociedades. Ao mesmo tempo, à medida que desempenhavam funções honoríficas, os capatazes e subcapatazes eram agraciados com artefatos simbólicos: como reza o artigo 90 daquele regulamento, estes usavam “uma fardeta azul, tendo na gola um emblema análogo de dois anzóis cruzando-se, com a diferença que os Capatazes terão de mais uma ancora neste emblema” (Coleção das Leis do Império do Brasil, 1846, t. IX, parte II, p. 5-28).

Graças a criação destes cargos pela marinha de guerra a partir de meados do século XIX, é possível encontrar na documentação disponível evidências em torno de quem eram estes indivíduos. Em setembro de 1847, por exemplo, houve uma disputa entre pessoas de uma mesma sociedade de pescadores do Recife, a “da praia de São José”, para ocupar o cargo de capataz, a qual opôs Felix Soares de Carvalho e Vicente Ferreira da Luz. Tratavam-se, na verdade, de comissários vinculados a distintos grupos político-partidários que apenas intencionavam utilizar do cargo de capataz com fins eleitorais (Diário de Pernambuco, Recife, nº 210, 18 de setembro de 1847). Ao mesmo tempo, os capatazes dos distritos de pesca eram reconhecidamente proprietários de várias jangadas, a exemplo de Francisco Xavier de Leiros, que ocupava este cargo em janeiro de 1849 em Ponta do Mato, capitania da Paraíba (Diário de Pernambuco, Recife, nº 81, 12 de abril de 1849), bem como eram acusados com frequência de incorrer em comportamentos inadequados e incompatíveis com seu posto. Em agosto de 1855, por exemplo, “os capatazes da Ilha de Itamaracá e das duas Marias Farinhas”, em Pernambuco, Manuel Vieira e Marçal, foram acusados de contrabandear mercadorias de um navio naufragado naquela costa (Diário de Pernambuco, nº 195, 24 de agosto de 1855).

Quando a marinha de guerra criou a partir de 1919 as primeiras colônias de pescadores da costa brasileira e obrigou os pescadores a se matricularem nestas entidades compulsórias, utilizou o mesmo expediente para obter grandes contingentes de matriculados. Assim, indivíduos que desempenhavam a posição de comissários de peixe foram os primeiros presidentes destas instituições tanto em Pernambuco como em Alagoas (FORMAN, 1970, p. 37-38). “Eu, Antônio Félix, fui o primeiro interventor da colônia, proposto pelo Almirante Frederico Villar, comandante do navio. Este foi o colonizador dos pescadores. Então eu tomei gosto disso, que o governo mandou colonizar os pescadores do Brasil” (SILVA, 1991, p. 68). Através de certos aspectos bastante visíveis no discurso de Antônio Félix da Silva — o “comissário de peixe” Antônio Cara de Talho, sobre o qual já me referi anteriormente —, nota-se como o respeito ao “Almirante Frederico Villar” e como o “gosto” de “colonizar” os pescadores conforme “o governo mandou”, nos revela que ele não

falava como um pescador qualquer, mas como um prócer daquela sociedade. Tratava-se, pois, de um antigo mestre de jangada, um membro de uma antiga família da Praia do Farol, um indivíduo que, como seu irmão, Israel Félix da Silva, não apenas exercia práticas coercitivas sobre outros mestres, proeiros e bicos de proa, mas que também apadrinhava dezenas de filhos de pescadores, estabelecendo com eles laços inquebrantáveis, mormente de tipo espiritual. Desse modo, a fundação e o desenvolvimento inicial das colônias de pescadores, como se percebe em alguns casos bem identificados empiricamente, se alicerçou nas antigas formas de coerção social detidas pelos comissários de peixe. Pelo menos até a década de 1930, fontes escritas asseveram o papel destacado deste importante comissário de peixe e antigo mestre jangadeiro na condução colônia Z-4, situada na Praia do Farol, como membro de sua diretoria (A VOZ DO MAR, nº 110, 1932, p. 228).

CONCLUSÕES

Nas sociedades de pescadores de inícios do século XX, havia, enfim, um sistema de coerções sociais controlado por antigos mestres jangadeiros que se espalhava por todo o tecido social. Ao controle sobre jangadas, redes, anzóis e ranchos, sobre as dívidas nas mercearias, sobre as hipotecas das palhoças, e aos circuitos fechados das redes comerciais e políticas e das relações familiares ou espirituais e fictícias, como o compadrio, foram acrescentados, a partir do século XIX, os cargos decorrentes da criação dos distritos de pesca e principalmente das colônias de pescadores. Os cargos exercidos nestas instituições revelaram-se um amálgama desse sistema de coerções sociais, aspecto que parece bem exemplificado num evento ocorrido em 25 de outubro de 1927. Neste dia, teve lugar na colônia Z-4, “em sua sede, à rua do Sol”, uma “reunião bastante concorrida, estando completamente cheio o salão onde ela se realizou”. Ao longo da reunião foi comunicado “o que fizeram os membros da diretoria da Colônia Z-4, logo que se teve notícia do sinistro marítimo, em que fora vítima o pescador João Roma” — cujo verdadeiro nome era João Joaquim de Sant’Anna. Naquela circunstância, foi anunciado “o entendimento que tivera a mesma diretoria com a viúva daquele malogrado homem do mar”, Guilhermina do Nascimento Soares de Sant’Anna, a qual “ficara sem recursos com dívidas, entre as quais a de sua própria embarcação”. Coube, assim, aos membros da diretoria, “os srs. Antônio Félix da Silva, pescador, e João Alfredo de Souza, proprietário de embarcações”, usarem “a palavra declarando perdoar as dívidas do pescador João Roma” (JORNAL DO RECIFE, nº 217, 20 de setembro de 1927; A VOZ DO MAR, nº 65, outubro de 1927, p. 20).

A embarcação — uma jangada “de sete paus”, com “cerca de 6 metros por 1 e ½ de largura”, dotada de “dois bancos para assento, um banco de vela, retranca, um mastro com vela nova, colina, dois depósitos para água, uma colher para molhar vela, um cesto grande para depósito de peixes, linhas e anzóis” (JORNAL DO RECIFE, nº 217, 20 de setembro de 1927) —, havia sido comprada em prestações a “João de Alfredo”, um dos três comissários de peixe da Praia do Farol. Como sempre, o pagamento era feito com o pescado capturado, e Guilhermina, a viúva endividada, não teria como pagar a dívida — a qual representava, em última análise, a continuidade do sistema de coerções sociais sob o qual vivia sua sociedade. Coube a Antônio Cara de Talho, que ocupava a posição social de comissário de peixe e, ao mesmo tempo, de membro da diretoria da colônia Z-4, perdoar uma dívida contraída no âmbito desse sistema de coerção social do qual ele e João de Alfredo, como antigos mestres de jangada, conhecedores da natureza não-humana daquele território marítimo, das embarcações e dos instrumentos de captura, eram os principais beneficiários. O perdão da dívida encarnava, assim, a ideia maussiana de “dádiva”. “A dádiva equivale”, diz Eric Sabourin, “a um crescimento da consciência de ser, a um incremento de autoridade e de fama para o doador”. Desse modo, “o prestígio nasce da dádiva e relaciona-se àquele que toma a iniciativa: ao doador, para constituir seu próprio nome, sua fama, o valor de ‘renome’” (SABOURIN, 2008, p. 133). Às formas de poder tradicionais, indivíduos específicos podiam, graças ao auxílio da marinha de guerra, dos grandes comerciantes, dos chefes políticos, agregar a investidura decorrente de cargos e funções sociais de prestígio. Seu ato supostamente magnânimo sintetizava, pois, formas de coerção que iam da terra ao mar, em jangadas tripuladas sob profundas coerções naturais e principalmente sociais, por indivíduos que viviam na linha da miséria em sociedades representadas como idílicas —

“comunitárias”, “igualitárias”, “cooperativas”. Precisamos, enfim, conhecer as sociedades de pescadores do passado tal como elas foram — e não como gostaríamos que elas fossem. Talvez este seja um passo importante para ajudarmos seus membros a ter a consciência necessária para transformá-las no presente.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar, **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 43, nº 1, pp. 145-182, 2000.
- BALANDIER, Georges. **Antropologia política**. São Paulo: Difel-Edusp, 1969.
- BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revistando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 39, nº 1, pp. 98-104, 2008.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangada**. Uma pesquisa etnográfica. Rio de Janeiro: MEC, 1957b.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangadeiros**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1957a.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO**. Recife, 1825-1940.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **Povos e mares**. Leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: Nupab-USP, 1995.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios**. (1. Estado, processo, opinião pública). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- ELIAS, Norbert. **Teoria simbólica**. Oeiras: Celta, 1994.
- FORMAN, Shepard. **The raft fishermen**. Tradition and change in the Brazilian peasant economy. Bloomington: Indiana University Press, 1970.
- GEISTDOERFER, Alette. L’anthropologie maritime: un domaine en évolution: hors cadre traditionnel de l’anthropologie sociale. Zainak, **Cuadernos de Antropología-Etnografía**, Donostia, vol. 29, pp. 23-38, 2007.
- JORNAL DO RECIFE**. Recife, 1920-1930.
- KOPYTOFF, Igor. Slavery. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, vol. 11, pp. 207-230, 1982.
- LIJÓ, J. M. Vázquez. **La matrícula de mar y sus repercusiones en la Galicia del siglo XVIII**. (Tese de Doutorado em História). Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2005, pp. 35-45.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares**. Espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.
- MAPA GERAL de toda a qualidade de embarcações que há na Capitania da Bahia e navegação para a Costa da Mina, Angola, e outros portos da África, e todas as mais que navegam de porto a porto para o Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará e outros portos da Costa do Brasil, como também dos barcos, lanchas e outras pequenas embarcações, que navegam pelos rios, ribeiras d’esta capitania, na condição dos víveres e pescado para a sua manutenção, com o número dos marinheiros e pescadores forros e cativos que há em toda a Capitania, freguesias em que residem, com aquela clareza e distinção possível. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), col.

Eduardo de Castro Almeida (1613-1807), cx. 47, doc. 8789. Salvador, 27 de maio de 1775.

OFÍCIO do Pescador Idelfonso, residente na Praia do Farol, ao Prefeito de Olinda. Arquivo Público Municipal, Olinda, Série Ofícios, cx. 4, vol. 8, 1919-1920.

REVISTA A VOZ DO MAR. Rio de Janeiro, 1921-1930.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 23, nº 66, pp. 131-138, 2008.

SCHUBART, Otto. **A pesca nos Estados de Pernambuco e Alagoas.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1944.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito.** Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar. Campinas: Papirus, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo. **Caiçaras e jangadeiros.** Cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo: Nupaub/CEMAR-USP, 1993.

SILVA, Luiz Geraldo. **Os pescadores na história do Brasil.** Petrópolis/Recife: CPP/Vozes, 1988.

SILVA, Luiz Geraldo. **Pescadores, militares e burgueses.** Legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil (1840-1930). (Dissertação de Mestrado em História). Recife: UFPR, 1991.

SOUZA, Elza Soares. Pescadores do litoral sul. In: IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE/I, 1970, pp. 332-335.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and civil society.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 17-90.

VASCONCELOS, Alberto. A pesca em Pernambuco: história, problemas. **Anais do Iº Congresso Nacional de Pesca.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945 [1934].

WILLEMS, Emilio. **A ilha de Búzios.** Uma comunidade caiçara do Sul do Brasil. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2003 [1952].

ASPECTOS LEGAIS DO SEGURO DEFESO SOBRE A ATIVIDADE DA PESCA

LEGAL ASPECTS OF DEFENSE INSURANCE ON FISHING ACTIVITY

ASPECTOS LEGALES DEL SEGURO DE DEFENSA EN LA ACTIVIDAD PESQUERA

LOBATO, Rafael Santos

FERNANDES, Jackellynne Fernanda Farias

Resenha de: BRASIL. **Lei 10.779, de 25 de Novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

A pesca artesanal, é considerada como uma atividade milenar e de cunho principalmente familiar/tradicional tornando-se menos atrativa pelos obstáculos encontradas, seja na redução dos estoques pesqueiros, bem como a falta de investimentos na atividade. Por ser caracterizada como um segmento da atividade pesqueira, essa categoria da pesca apresenta dificuldades relacionado à ferramentas de gestão e implementação de medidas de regulamentação.

Não obstante, é possível verificar uma ramificação nesse setor, podendo este ser de caráter marítima, fluvial ou lacustre, modalidades que compõem uma multiplicidade de divisões internas a partir das características próprias de cada pescaria. À vista disso, o desenvolvimento destes segmentos manteve-se por muito tempo sem definição legal e os pescadores profissionais artesanais não possuíam benefícios trabalhistas ou previdenciários especiais direcionados à sua atividade.

Vale ressaltar que existem vários conflitos e violações de direitos humanos relacionados a pescadores artesanais que tem como principal causa o avança do capital, corporações internacionais, projetos de modernização, poluição e degradação ambiental que representam uma relação destrutiva com a natureza e conseqüentemente impedem a reprodução dos pescados e, portanto, a diminuição dos estoques.

Diante deste cenário o governo interviu criando uma medida de regulamentação que é a política nacional de defeso, que possibilita a conservação da pesca artesanal protegendo toda uma sociobiodiversidade restringindo a pesca numa determinada zona geográfica, época do ano ou ainda a combinação de ambos.

Este instrumento de gestão da atividade da pesca está vinculada a uma política social, tal como, uma gratificação de um seguro aos pescadores artesanais que comprovem a atividade, a um seguro que garantam a restituição de necessidades básicas e alimentar desses dependentes.

Apesar da legislação contar com as características estruturante, integradora e conciliadora às relações desiguais de informações e a interpretação da legislação através de uma adaptação, os instrumentos e competências existentes são essenciais para o conhecimento e efetivação de suas garantias e direitos, buscando melhores condições de trabalho. Desta forma, o presente trabalho buscou exteriorizar a análise da legislação que institui o seguro defeso como seguridade social sobre a atividade da pesca artesanal.

A política do Seguro Defeso foi criada pelo então Presidente Fernando Collor de Mello na década 1990, por meio da Lei nº 8.287, de dezembro de 1991, sendo alterada em 2003 pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando foi integrada a Política do Seguro Desemprego. No entanto, é importante destacar que, a

política do defeso visa a preservação de um meio ambiente sustentável protegendo toda a sua biodiversidade e garante aos pescadores artesanais o recebimento de um salário mínimo para prover sua subsistência, segurança alimentar e dignidade no período de suspensão da pesca, tendo assim um caráter socioeconômico e de política pública garantindo também a continuidade das atividades tradicionais/artesanais.

Consequentemente, o seguro defeso já apresentava em si um discurso que adquiria integrar o entendimento social e ambiental no que se refere o uso racional dos recursos naturais levando também em consideração a importância dos pescadores artesanais no âmbito cultural, social, econômico e de soberania alimentar.

A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal; é uma legislação com apenas sete artigos, quatro incisos representados por algarismos romanos revogados e três alíneas representadas por letras minúsculas do nosso alfabeto revogadas.

Logo em seu primeiro artigo a lei nos remete a complementação de outras duas legislações que são a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências; e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

As legislações citadas acima destacam que **são segurados obrigatórios** da Previdência Social as **pessoas físicas** residentes no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, **individualmente ou em regime de economia familiar**, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de **pescador artesanal** ou a este assemelhado faça da **pesca profissão habitual ou principal meio de vida**. Cumpre relatar também que o **cônjuge ou companheiro**, bem como **filho maior de 16 (dezesseis) anos** de idade ou a este equiparado, do segurado que comprovadamente trabalhem com o grupo familiar respectivo são segurados especiais.

O artigo primeiro da Lei nº 10.779/2003 reforça que o pescador desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie. Destaca-se assim que a interpretação da palavra defeso deve ser interrupção/proibição, e que o artigo primeiro da legislação trouxe requisitos para receber o benefício, o valor a ser recebido, o período e a finalidade principal que é a preservação das espécies.

Em seus oito parágrafos a legislação vem explicando ainda mais os termos utilizados no Art. 1, nos parágrafos primeiro e segundo destacam; a profissão habitual ou principal meio de vida é a atividade exercida durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, ou nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do defeso em curso, o que for menor; e o período de defeso é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

Do parágrafo terceiro ao quinto informa que a atividade é ininterrupta quando exercida durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, ou nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do defeso em curso, o que for menor; só terá direito o pescador artesanal que não disponha de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira; e não fará jus, no mesmo ano, a mais de um benefício de seguro-desemprego decorrente de defesos relativos a espécies distintas.

Em suma, os parágrafos sexto ao oitavo descrevem; a concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca nem aos familiares do pescador que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos a Lei nº 10.779/2003 e acima destacados; o benefício é pessoal e intransmissível; e o período de recebimento do benefício não poderá exceder o limite máximo variável por período máximo variável de 3 (três) a 5 (cinco) meses, de forma contínua ou alternada.

O período máximo de recebimento do benefício possui ressalva nos casos em que o cálculo da parcela do seguro-desemprego resultar em valores decimais, o valor a ser pago deverá ser arredondado para a unidade

inteira imediatamente superior e poderá ser excepcionalmente prolongado por até 2 (dois) meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, desde que o gasto adicional representado por esse prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, 10% (dez por cento) do montante da reserva mínima de liquidez.

No aspecto de competências da legislação a mesma define o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como responsável por receber e processar os requerimentos e habilitar os beneficiários. Estes, devem apresentar ao INSS os documentos; registro como pescador profissional, categoria artesanal, devidamente atualizado no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), emitido **atualmente pela Secretaria de Pesca e Aquicultura – SAP**, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com antecedência mínima de 1 (um) ano, contado da data de requerimento do benefício; cópia do documento fiscal de venda do pescado a empresa adquirente, consumidora ou consignatária da produção, em que conste, além do registro da operação realizada, o valor da respectiva contribuição previdenciária ou comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, caso tenha comercializado sua produção a pessoa física.

Além dos documentos informados acima a Legislação amplia esse rol com outros documentos estabelecidos em ato do Ministério da Previdência Social que comprovem; o exercício da profissão, que se dedicou à pesca durante o período entre o defeso anterior e o em curso, ou nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do defeso em curso, o que for menor; e que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira. Existe ainda a possibilidade de o Ministério da Previdência Social quando julgar necessário, exigir outros documentos para a habilitação do benefício.

O INSS, no ato de habilitação ao benefício verifica a condição de segurado pescador artesanal e o pagamento da contribuição previdenciária, nos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício ou desde o último período de defeso até o requerimento do benefício, o que for menor, observado, quando for o caso, o disposto na cópia do documento fiscal de venda do pescado a empresa adquirente, consumidora ou consignatária da produção, em que conste, além do registro da operação realizada, o valor da respectiva contribuição previdenciária ou comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária, caso tenha comercializado sua produção a pessoa física.

O Ministério da Previdência Social e **atualmente a Secretaria de Pesca e Aquicultura – SAP** desenvolverão atividades que garantam ao INSS acesso às informações cadastrais disponíveis no Registro Geral da Pesca (RGP) necessárias para a concessão do defeso sem resultar nenhum ônus aos segurados. O INSS deverá divulgar mensalmente lista com todos os beneficiários que estão em gozo do seguro-desemprego no período de defeso, detalhados por localidade, nome, endereço e número e data de inscrição no RGP. Disponibilizará aos órgãos ou às entidades da administração pública federal responsáveis pela manutenção de programas de transferência de renda com condicionalidades, as informações necessárias para identificação dos beneficiários e dos benefícios de seguro-desemprego concedidos, inclusive as relativas à duração, à suspensão ou à cessação do benefício.

Visando coibir e combater crimes em todo o processo e procedimento de concessão do benefício, a legislação prevê a todo aquele que fornecer ou se beneficiar de atestado falso para o fim de obtenção do benefício, sem prejuízo das sanções cíveis e penais, a demissão do cargo que ocupa, se servidor público e a suspensão de atividade, com cancelamento do registro, por dois anos, se pescador profissional.

À vista disso, a legislação destaca as possibilidades em que o benefício pode ser cancelado sendo nas hipóteses de; início de atividade remunerada; início de percepção de outra renda; morte do beneficiário; desrespeito ao período de defeso; e comprovação de falsidade nas informações prestadas para a obtenção do benefício.

Como mencionado no início, a legislação possui um papel estruturante, conciliador e integrador, na Lei nº 10.779/2003 o papel integrador está elencado nas normas que pautam a conservação e administração da atividade pesqueira. Em relação a característica de conciliação, a norma tem instrumentos de conciliar as variáveis de sustentabilidade em seus aspectos sociais, ambientais e econômicos. Por derradeiro a norma

possui sua característica estruturante quando regula, consolida definições e princípios, e pauta a conservação dos recursos pesqueiros, sua interação com os pescadores artesanais e os territórios tradicionais pesqueiros.

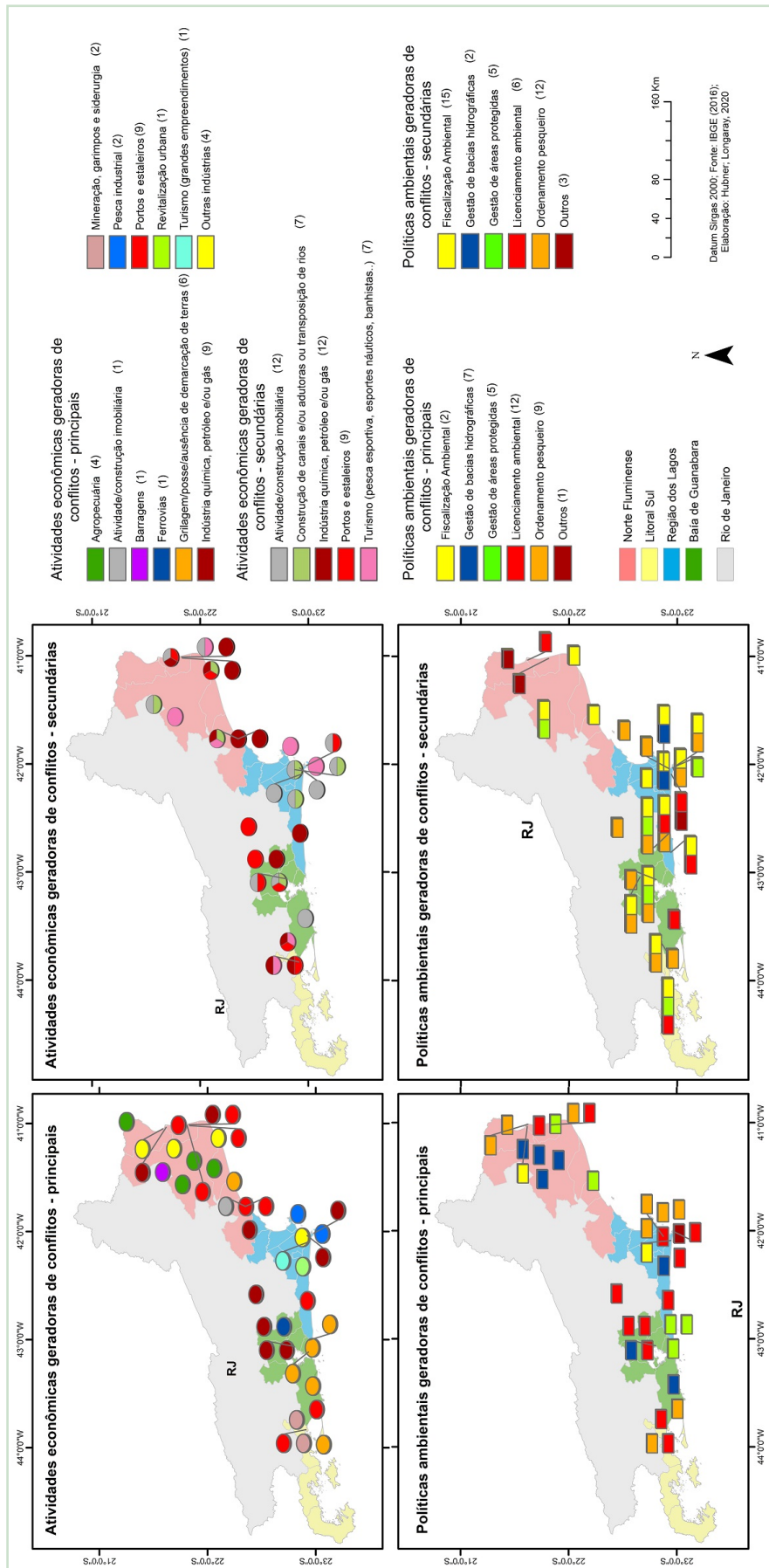
Portanto, o seguro defeso também atua no quesito reprodução das espécies, buscando evitar a sobre-exploração dos estoques pesqueiros a uma situação limite, e conjuga-se à um indicador socioeconômico, na medida em que assegura aos atores, durante o período de proibição da pesca, o recebimento de um salário mínimo enquanto este perdurar. Logo, busca-se garantir a segurança e soberania alimentar dos pescadores que subsistam à base da atividade pesqueira de forma artesanal .

Este contexto reforça que a conservação, bem como a proteção ambiental, o controle, e a consolidação de definições quando adaptadas aos instrumentos existentes, possuem a finalidade de incorporar o desenvolvimento sustentável, se preocupando com a segurança alimentar e as necessidades dos pescadores artesanais, garantido dignidade, fortalecimento de direitos sociais sem pôr em risco os direitos humanos das gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Lei 10.779, de 25 de Novembro de 2003.** Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.779compilado.htm#:~:text=LEI%20No%2010.779%2C%20DE%2025%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20concess%C3%A3o%20do,atividade%20pesqueira%20de%20forma%20artesanal. Acesso em: 20 junho 2020.

CARTOGRAFIA SOCIAL



CONFLITOS AMBIENTAIS ENVOLVENDO PESCADORES(AS) ARTESANAIS NO LITORAL FLUMINENSE: UMA ANÁLISE CONSIDERANDO ATIVIDADES ECONÔMICAS E POLÍTICAS AMBIENTAIS

ENVIRONMENTAL CONFLICTS INVOLVING ARTISANAL FISHERMEN IN THE FLUMINENSE COAST: AN ANALYSIS CONSIDERING ECONOMIC ACTIVITIES AND ENVIRONMENTAL POLICIES

CONFLICTOS AMBIENTALES RELACIONADOS A PESCADORES(AS) ARTESANALES EN EL LITORAL FLUMINENSE: UN ANÁLISIS CONSIDERANDO ACTIVIDADES ECONÓMICAS Y POLÍTICAS AMBIENTALES

Andrine da Silva Longaray

Configurações Juliana Conti Hübner

Gabriel Henrique das Dores

Gracieli Trentin

Tatiana Walter

APRESENTAÇÃO

O mapeamento de conflitos ambientais constitui importante estratégia metodológica para visibilizar manifestações e reivindicações de grupos sociais expropriados por atividades econômicas, bem como daqueles aliados de políticas ambientais. Sua relação com a cartografia social reside no fato de proporcionar visibilidade e protagonismo a comunidades tradicionais, face à exposição de suas dinâmicas sobre os territórios, meios de produção, conflitos e lutas que estas enfrentam (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013).

A pesca artesanal, como uma atividade socioproductiva, vem sofrendo com as tensões no decorrer do tempo, visto que aqueles que a praticam são impactados negativamente, recaindo-lhes o ônus de projetos de desenvolvimento econômico e de políticas ambientais que são concebidas sob o sentido da adequação tecnológica (WALTER, et al. 2019; WALTER et al, 2018). Nessa perspectiva, se tem no mapeamento de conflitos ambientais uma importante ferramenta para expor a realidade de tais comunidades. Assim, esta análise visa contribuir para a visibilidade das lutas dos pescadores(as) artesanais¹ do litoral fluminense, destacando-se no mapa tanto as atividades econômicas como as políticas ambientais que contribuem para a geração de conflitos ambientais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O mapa (Figura 1) apresenta os conflitos ambientais identificados a partir da proposta "Mapeamento de conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais do litoral fluminense"², pesquisa com formato colaborativo. A metodologia detalhada de mapeamento pode ser consultada em Trentin et al. (2020, no prelo). O conjunto de conflitos mapeados, até este momento, refere-se aqueles obtidos a partir do instrumento de coleta proposto pela própria pesquisa, e ainda, aqueles mapeados pelo projeto Mulheres na Pesca³ e pela

1. Nesta pesquisa foram considerados pescadores(as) artesanais diferentes grupos identitários (pescadores, pescadoras, marisqueiras, quilombolas, indígenas, caiçaras, catadores de caranguejo), que possuem na pesca artesanal parte do seu processo socioproductivo.

2. O mapeamento da pesquisa está disponível em: <<https://maress.furg.br/27-projetos-em-andamento/13-inp-mapeamento>>.

3. MULHERES NA PESCA. Mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e. Baixada Litorânea. Disponível em: <<https://www.mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Fiocruz⁴. O mapa traz os conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) de forma a destacar a distribuição espacial das atividades econômicas (principais e secundárias) e políticas ambientais (principais e secundárias) que geram tais conflitos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 1 congrega quatro mapas que apresentam as atividades econômicas e as políticas ambientais em duas situações: como principais geradoras do conflito e também como secundárias, referindo-se àquelas que além da atividade ou política principal se relacionam de forma secundária ao conflito, de forma a potencializar os impactos gerados aos pescadores(as).

ATIVIDADES ECONÔMICAS GERADORAS DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NA PESCA ARTESANAL

Entre as 12 principais atividades econômicas mapeadas, predominaram aquelas relacionadas à Indústria Química e/ou de Petróleo e Gás (9), aos Portos e Estaleiros, incluindo dragagem, molhes e atividade retroportuária (9) e atividades relacionadas com Grilagem, posse ou ausência de demarcação de terras (6). Já as atividades secundárias sustentam os dados anteriores de que os Indústria Química e/ou de Petróleo e Gás, bem como Portos e Estaleiros são determinantes na geração de conflitos ambientais junto aos(as) pescadores(as) artesanais do litoral fluminense. Outro destaque deve-se a expansão urbana associada às atividades principais, em que a atividade imobiliária (12) reflete em alterações na dinâmica urbana dos municípios, resultando em impactos ambientais, como: invasão/dano à área protegida ou unidade de conservação, deslocamento compulsório/expulsão das famílias para a periferia, especulação imobiliária, entre outros.

A respeito da maior presença de conflitos ambientais envolvendo a indústria petrolífera, é importante salientar sua relação com impactos de empreendimentos de grande porte destinados à exploração, apoio ou escoamento de petróleo das Bacias de Campos e de Santos, intensificados pela descoberta do Pré-Sal. Os empreendimentos petrolíferos datam da década de 1950, como a Refinaria de Manguinhos, e por volta de 1960, a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) (TRENTIN et al., 2020, no prelo; WALTER et al., 2019). Mais recentemente, destaca-se o Complexo Petrolífero do Rio de Janeiro (COMPERJ), instalado na região da Baía de Guanabara, envolvendo uma série de empreendimentos, que em consequência, geraram impactos ao meio com reflexos sobre a pesca artesanal, bem como apropriação de grande parte dos territórios dos(as) pescadores(as). Ademais, mesmo que o destaque dos conflitos relacionados à atividade petrolífera apresentasse na região da Baía de Guanabara, salienta-se que no Norte Fluminense, mais precisamente no município de Macaé, predomina uma série de infraestruturas, como rebocadores, plataformas, dentre outras que envolvem sua cadeia produtiva.

Paralelamente, a atividade portuária possui destaque. Tais infraestruturas foram se intensificando no litoral fluminense seja como apoio logístico à atividade de petróleo e gás, seja para o escoamento de outros minérios produzidos principalmente no estado de Minas Gerais, com destaque ao Porto do Sudeste (Itaguaí, no Litoral Sul) e o Porto do Açú (São João da Barra, Norte Fluminense). Ambos são empreendimentos de grande porte, que originaram uma série de impactos e danos ambientais, além de violências aos pescadores(as) artesanais (LOPES et al, 2014).

POLÍTICAS AMBIENTAIS GERADORAS DE CONFLITOS AMBIENTAIS NA PESCA ARTESANAL

Cinco políticas ambientais são citadas como geradoras de conflitos ambientais, além da categoria "outras". Destas, o licenciamento ambiental – sob uma perspectiva de insuficiência, ausência ou de injustiça – foi a mais citada como principal política ambiental (12) geradora de conflitos ambientais. Também é recorrente nas políticas ambientais secundárias (8). Para Zhou e Laschefski (2010) há uma insuficiência no

4. FIOCRUZ. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil. 2010. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

licenciamento que vem desde os diagnósticos – em que são falhas às análises das dinâmicas sociais e territoriais – como a baixa participação pelos grupos sociais mais vulneráveis aos impactos em participar dos processos decisórios. Há um domínio por parte de empresários, técnicos, membros de órgãos públicos acerca da leitura dos impactos e da definição tanto da viabilidade dos empreendimentos, como sobre a incidência de riscos e de impactos.

O ordenamento pesqueiro⁵ teve relevância como principal política ambiental (9) assim como secundária (12). Para Walter et al (2018), os regramentos oriundos do ordenamento pesqueiro estão centrados na biologia das espécies, desconsideram a territorialidade dos(as) pescadores(as), ou seja, os territórios pesqueiros, e não apresentam recorte de classe, igualando a pesca artesanal à pesca industrial.

Azevedo e Pierrri (2014) apontam que, no decorrer dos anos, as políticas ambientais, principalmente as que envolvem a pesca, apresentam diversos entraves. Pode-se perceber que a pesca artesanal é tratada como um sub-setor da pesca, sendo menos favorecida no período de 1964 a 2003. Assim, quando impactado pela concorrência desleal da pesca industrial, sofre impactos de outras atividades econômicas, perde espaço para políticas, em determinados casos conservacionistas, que surgem para amenizar os impactos dessas atividades econômicas de maior porte.

Com base nestes resultados percebe-se a importância do mapeamento colaborativo de conflitos ambientais que envolvem pescadores(as) artesanais, com o objetivo de oferecer visibilidade as suas lutas. Além disso, torna-se possível subsidiar análises com base nos impactos gerados pelas atividades econômicas e políticas ambientais que recaem sobre a pesca artesanal.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; VIÉGAS, R. N. **Cartografias sociais e território** – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, H.(Org). Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. 15 - 40.
- AZEVEDO, N. T. de; PIERRI, N. **A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 32, p. 61-80, dez. 2014.
- LOPES, V. F. M.; SMARRA, A. L.; LOTUFO, C. A. Territorialidade e conflitos socioambientais: as lutas e resistências dos pescadores artesanais do RJ em defesa da cultura tradicional, do território e do meio ambiente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO. 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...**Porto Alegre: Letra1, 2014. p.494 - 506.
- TRENTIN, G ET AL. Mapeamento de conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais. In: WALTER, T.; CALDASSO, L. FISCHER, J.(Org) **Avaliação de Impactos Ambientais sob uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2020. No prelo.
- WALTER, T. ET AL. Por uma racionalidade ambiental: reflexões acerca dos regramentos propostos para pesca da tainha no estuário da Lagoa dos Patos/RS. **Ambiente & Educação**: Revista de Educação Ambiental, v. 23, p. 31-53, 2018.
- WALTER, T. ET AL. Conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais na zona costeira. In: MARTÍNEZ, S. A.; HELLEBRANDT, L. (org). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes/RJ: EDUENF, 2019. p. 75 – 109.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-34.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) cujos recursos do TAC do Campo de FRADE, exigido pelo Ministério Público Federal (MPF), IBAMA e ANP, fomentaram esta pesquisa. E ao PESCARTE que financiou o estágio pós-doutoral em Política Sociais na Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF) da

última autora. O PESCARTE é uma medida mitigadora exigida pelo licenciamento ambiental federal conduzido pelo IBAMA.

Palavras-Chave: Mapeamento. Conflito ambiental. Pescadores(as) artesanais. Atividades econômicas. Política ambiental.

Keywords: Mapping. Environmental conflict. Artisanal fishermen. Economic activities. Environmental Policy.

Palabras Clave: Mapeamiento. Conflicto ambiental. Pescadores(as) artesanales. Actividades económicas. Política ambiental.

SE EU FOSSE COPACABANA, O ESTADO BRASILEIRO SE IMPORTARIA? E A SOCIEDADE SE SENSIBILIZARIA?

SANTOS, Edielso Barbosa dos

SACRAMENTO, Elionice Conceição

GOMES, Elizamar

SACRAMENTO, Vania Conceição

SILVA, Quênia Barreto

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo denunciar os impactos do derramamento do petróleo no litoral nordestino, sobretudo, o texto convida aos leitores à uma reflexão mais profunda neste um ano da tragédia crime. Assim como, explicita os conflitos e a negligência do Estado brasileiro diante da ausência do direcionamento das políticas públicas para as pescadoras e pescadores artesanais do Nordeste e da implementação de um plano de contingenciamento do Petróleo nos Territórios Pesqueiros Tradicionais. Nós, as/os autoras/es apresentamos um diálogo de vivência cotidiana, partilhado com companheiras de outros territórios tradicionais e movimentos de lutas distintos, acerca das contradições e enfrentamentos vividos nos territórios pesqueiros, compreendendo que o território de moradia e o território usado por pescadoras e pescadores é uma extensão de seu território/corpo e defendê-lo é defender a própria vida ancestral. É abordado também as dimensões da luta, que através da atuação dos movimentos sociais articulados nacional, estadual e regionalmente, fazem incidência em distintos espaços. Trazemos uma narrativa que apontam um diálogo de saberes com forte expressão das águas que determina a vida nestes territórios. Utiliza-se aqui a referência da "Dona do Mar" enquanto divindade que se entrelaça entre a dimensão das águas, da terra e do mangue, por isso é carregada de simbologia e liga as raízes ancestrais com o lugar e com o território pesqueiro. Assim como, é abordada enquanto sujeito coletivo que faz referência às pescadoras do Brasil, sua luta e resistência histórica.

Palavras-chave: Petróleo. Crime/Tragédia. Território Ancestral. Nordeste.

INTRODUÇÃO - QUANDO AS ÁGUAS DE SETEMBRO DESAFIAM O SABER TRADICIONAL, PROPÕEM O FORTALECIMENTO DA SOLIDARIEDADE E EXPLICITA AS VIOLÊNCIAS DO ESTADO

O derramamento de Petróleo que afetou mais diretamente os Estados do Nordeste Brasileiro, situado no Atlântico Sul, foi o maior crime ambiental na história do Petróleo no mundo, algo sem precedente. Mas o Brasil tem assumido com naturalidade a postura de superar os índices de crimes ambientais.

Uma corrida foi feita para impedir que o petróleo chegasse aos estuários, entretanto, o Estado Brasileiro não assumiu o papel que lhe cabia neste processo, os Pescadores e Pescadoras coordenaram essa ação com apoio de alguns pesquisadores comprometidos como, por exemplo, os professores Miguel Accioly da Universidade Federal da Bahia-UFBA e Jorge Olavo na Universidade Federal de Feira de Santana-UEFS que construíram um Manual sobre "Como Pescar Petróleo" em parceria com os pescadores e pescadoras da Bahia através de um "comando unificado".

Entretanto, muito dos seus esforços junto aos pescadores/as em defesa dos territórios pesqueiros, foram desqualificados por órgãos oficiais, como relatou o próprio Professor Miguel Accioly durante o "Encontro sobre Pré-Sal e seus impactos nas Comunidades Tradicionais da Bocaina: Trocando Experiências e construindo estratégias de prevenção e controle social" que aconteceu no Rio de Janeiro em 2019 e outras reuniões mais internas como a 1º Reunião estadual

do Movimento de Pescadores e Pescadoras da Bahia e Seminário de Avaliação dos impactos do derramamento de Petróleo que aconteceu entre os dias 06 a 08 de Fevereiro de 2020 no CEAS - Centro de Estudo e Ação Social em Salvador. A análise feita pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras/MPP, da Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras/ANP e da Articulação da Juventude Pesqueira do Estado da Bahia além de não colaborarem, tais órgãos oficiais do Estado, ainda atrapalhavam. E sobre sua atuação desgovernada, pescadores e pescadoras que incidiram fortemente articulados/as tanto no MPP/ANP como na Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativista Costeiras Marinhos - CONFREM, nos Movimentos Indígenas, nos Movimentos Quilombolas e outros fizeram diversas denúncias, das quais segue o relato:

Governos maldito está vendo a situação de fome dos pescadores e nada faz para resolver. Mente, prometendo adiantamento de um seguro que já está atrasado, muitas pessoas estão sem receber até o bolsa família. Aqui em casa minha mãe é aposentada e o pirão não vai faltar, mas me preocupo com os/as outros/as pescadores que na família não tem outra renda. (Pescador de Maragogipe I - 2019).

O depoimento do pescador de Maragogipe revela a revolta com a postura do atual governo após três meses de crime ambiental do derramamento de petróleo nos manguezais, estuários, nos territórios pesqueiros sem qualquer medida efetiva de atenção e proteção, ao passo que também, denuncia sua face mentirosa, de falsas promessas. O governo brasileiro é violador de direitos, além de adotar posturas de negligência, indiferença, assim como, encampando diversos outros ataques aos pescadores e pescadoras artesanais, às populações das águas que vivem ao longo das baías e litorais do nordeste brasileiro e que vivenciaram e continuam vivenciando o impacto deste crime/tragédia ambiental, o que aumenta a possibilidade de adoecimento, além disso, a fome tem sido uma realidade concreta em alguns territórios.

A tragédia crime do derramamento do petróleo, toma uma proporção maior, com a tragédia de um desgoverno, que se aproveita da dor imposta pela crise sanitária, para fazer “boiada passar” destruindo ambientes e vidas. a referida postura tem impacto não só no campo físico como ancestral, neste sentido, “Do mar”, a “Dona do Mar”, assim intitulada por Gabriel, indígena Xacriabá que nomeou uma Pescadora Quilombola comprometida com o seu Território Pesqueiro, seu modo de vida e tradição, o defendendo com sua própria vida. De tanto Gabriel vê Do Mar falar das riquezas do território, da quantidade e diversidade de seus pescados, renomeou a mulher do mar/águas como a Dona do Mar.

A dona que o menino se refere não tem relação com o conceito de propriedade privada, do contrário, visto que o mar não tem proprietária, trata-se de um bem coletivo no qual existe parte-etária, (extrativistas, usuárias guardiãs) onde as pessoas devem se comportar como aquelas que possuem uma pequena parte e utiliza de forma coletiva. Os territórios pesqueiros é um bem coletivo dos pescadores e pescadoras. Dona do Mar e que se confunde com o próprio mar, com a lama dos manguezais, com as águas!

No processo existe uma relação de troca, ao tempo que os homens e mulheres das águas cuidam do mar, o mar cuida deles. A pescadora e o pescador dependem profundamente do mar, depende da natureza e dos seus recursos e compreendendo a referida dependência cuida daquela que lhe garante o pão, o peixe e, além disso, lhe garante a própria vida.

Você viu aquela moça, aquela que é dona do mar, que briga pelo mar, que fala dos peixes e dos mariscos, você não sabia, ela é Do Mar, Dona do Mar? (Gabriel, 2017)

A partir da percepção de Gabriel, que na sensibilidade de criança identificou em Elionice Conceição que mais tarde tomou lugar de sua tia, como defensora do mar. Assim ela passou a ser conhecida no MESPT- Programa de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais como ‘Dona do Mar’, ainda que se reconheça enquanto mulher das águas, da lama, dos manguezais, uma voz coletiva e de passos que vem de longe como afirma o Movimento das Mulheres Negras. O mesmo menino identifica o cheiro de lemanjá no ambiente que a “Dona do Mar” passa. Nesse sentido, pautado na sensibilidade de Gabriel, o indígena Xacriabá que vive em território Tupinambá, o texto fará referência a Dona do Mar enquanto sujeito coletivo e ancestral.

A mulher das águas seja ela Pescadora ou extrativista é aquela que realiza seu trabalho imersa em águas, na lama com um profundo envolvimento com esses ambientes de vida e trabalho. Alguns desses ambientes poluídos e contaminados por ausência de saneamento básico e por um processo acumulativo de impacto, fruto do racismo ambiental e institucional que ao tempo que nega direitos aos povos e Comunidades Tradicionais e lhe extermina,

promovem genocídio de seus filhos/as e dos povos Afro indígena. Como afirma Carlos Moore, 2010 no livro "A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro".

[...] uma ideologia de fundo racista que fragilizou a consciência nacional, permitindo que o racismo estrutural se instaurasse de maneira permanente e criasse as presentes mazelas racializadas de pobreza e marginalização constatadas nas estatísticas vitais do país.

Berth, 2019 apud Lélia Gonzalez (1988), afirma ainda que na América Latina, a expressão do racismo é disfarçada, sorrateira o bastante para persuadir pessoas negras de que não estão diante de um sistema de dominação racista. Sendo assim, a construção ideológica, base da cultura "somos todos iguais" pautado no mito da democracia racial torna possível a colonização de nosso Povo Preto e no conseqüente genocídio financiado pelo Estado e seu poder bélico. Ainda nos lembra Grada Kilomba, 2019 que o projeto de colonização no Brasil é um exemplo de sucesso.

O poder institucionalizado do Estado de matar se manifesta nos Territórios Tradicionais Pesqueiros e Quilombolas, ele em sua lógica de higienização que se apresenta a partir da operacionalização da **necropolítica** diz que pretos e pobres não têm direito de viver. Neste sentido, se utiliza de vários recursos para impor morte aos corpos e tradições. A morte imposta aos corpos é um processo violento, como nos aponta Mbembe (2006, p 85) "a hipótese de que a expressão última da soberania reside em grande parte no poder e na capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer".

A Dona do Mar, mulher das águas que por natureza ancestral é defensora do ambiente de trabalho/vida bem como de seus recursos, também está profundamente afetada. Iemanjá está coberta de petróleo, de cádmio, chumbo e outros metais pesados além de outros dejetos por ausência de um saneamento adequado. A vovó do mangue, também conhecida por Nanã, está com sua casa em ameaça. Manguezais e estuários, ambientes com grande importância para toda vida marinha, de igual modo estão impactados diante da tragédia/crime. O mangue de modo nenhum é lugar da desordem, da bagunça ou da feiura, como dizem formas preconceituosas de conceituar como "Que desordem!"; "Isso está um mangue"; "Estão mangueando o processo"; "Esse trabalho está mangueado, Façam melhor!"

As frases revelam um forte desconhecimento da importância do mangue (ambiente) fruto da negação do seu valor e importância. O racismo de lugar e racismo ambiental também tem levado várias cidades a se edificarem sobre manguezais, gerando desmatamento e aterramento deste ambiente vivo, ao mesmo tempo em que as madeiras dos mangues vêm sendo exploradas há mais de 500 anos para diversos fins, como nos aponta Fernanda Almeida, 2010.

A devastação dos manguezais brasileiros não é algo novo. Na realidade este tipo de impacto está intrinsecamente vinculado à história do Brasil. São mais de 500 anos da colonização Portuguesa, justamente com ela, a exploração histórica dos recursos provenientes dos manguezais como madeira, tanino, peixes, crustáceos e moluscos. Além da exploração desses recursos, com a consolidação dos primeiros centros urbanos, muitos manguezais brasileiros foram suprimidos. A Baía de Todos os Santos em Salvador, por exemplo, continha uma grande faixa de manguezal que foi extinta para construção da Cidade Baixa (ALMEIDA, 2010, p 45).

A construção ideológica do Mangue como lugar bagunçado, utilizado veemente de forma pejorativa é uma estratégia de garantir que projetos imobiliários da linha do turismo de massa, aquícolas permaneçam sendo implementados, tal como que a construção de portos, estaleiros, pontes, bairros, cidades se deem com a aprovação da sociedade brasileira, que muitas vezes influenciada pela mídia endossam um modelo de desenvolvimento que não dialoga com o modo de ser tradicional. Projetos esses que suprime toda forma de vida deste ecossistema costeiro de transição. Da mesma forma, que é utilizada para garantir que os Povos que fazem uso extrativista deste território continuam marginalizados diante da falta de políticas públicas, de um modelo de desenvolvimento excludente. Nos vários diálogos temos escutado Elionice Conceição dizer:

O mar e os manguezais não é só ambiente de trabalho dos pescadores e pescadoras, esses espaços também é morada da espiritualidade, da ancestralidade. Nanã e Yemanjá são entidades guardiãs dos manguezais e das Águas salgadas e são a elas que pedimos licença e benção.

Os Pescadores e Pescadoras têm uma profunda relação com as Águas, às referidas águas salgadas não são águas para consumo, mas potencializa a produção de alimentos que são/serão usados na alimentação cotidiana, garantido segurança alimentar e nutricional não só dos Pescadores e Pescadoras, como de toda sociedade Brasileira que faz a opção por uma alimentação saudável, o que nos leva a cantar, celebrar, homenagear.

Ela é a dona das ondas, ela é a rainha do mar

Odojá, odojá, Iemanjá

Ela é a dona das ondas, ela é a rainha do mar

Cantada por: Leo Batuque

Mãe das águas, a mulher das águas, livre por natureza, recebe a "notícia", vivência impactos do maior crime/tragédia ambiental, social e econômico relacionado à história do petróleo do mundo.

Durante reunião para tratar da saúde de Pescadores e Pescadoras em contexto de derramamento de petróleo, o professor Paulo Gilvane Lopes Pena, médico do trabalho que possui mais de uma década de estudos sobre a saúde das mulheres pescadoras e um dos autores do livro 'sofrimento negligenciado' e professor titular aposentado do departamento de medicina preventiva, retoma um debate de fundamental importância: uma categoria profissional tão grande, tão importante, mas que não é valorizada visto que sua produção não tem sido contabilizada, e seus direitos negados. A saúde e o direito dos pescadores e pescadoras são sistematicamente negligenciados.

Dados do MPP - Brasil aponta que até 2019 havia cerca de 600 mil Registro Pescador Profissional (RGP) - cancelados, suspensos e não entregues. Desde 2013 não se emite no Brasil com regularidade a documentação que constitui a licença que garante o direito de pescar. Essa não emissão regular gera um maior impacto na vida da juventude pesqueira, visto que a maioria dos jovens que completaram 18 anos a partir de 2014, está com direitos trabalhistas e previdenciários inviabilizados. A negação desses direitos tem sido pauta de luta da Articulação da Juventude Pesqueira na Bahia.

Sabemos, portanto, que a não emissão de documentos que regularizam um trabalho formal, que ao mesmo tempo corresponde a uma tradição pesqueira milenar é relevante contextualizarmos o porquê dessa postura do Estado Brasileiro. Nesse sentido, trataremos Sueli Carneiro, 2005 que em sua tese de doutorado afirma:

Portanto, estando o negro deslocado da esfera do trabalho no pós-abolição, ele estará alijado das técnicas disciplinares do trabalho. No entanto a sua existência social irá estar subordinada a essa nova tecnologia de poder. As técnicas disciplinares visam o corpo que vai produzir, assim como no pós-abolição o alvo dessas técnicas serão os trabalhadores imigrantes que substituem os escravos na nova ordem econômica. Assim, como vadio é quem não trabalha, a avaliação de Fernando Henrique Cardoso é exemplar para revelar a intenção desse dispositivo legal: "[...] tudo o que aconteceu depois da Abolição foi o surgimento de uma grande massa de excluídos, no sentido de gente que não tem mais lugar na escala social. Os escravos tinham um péssimo lugar, mas tinham. Os libertos não têm lugar. Os libertos, os ex-escravos e os descendentes de escravos formaram a primeira grande massa de populações marginais. Isto é: ainda não ocorreu a efetiva transição de escravo para cidadão." (CARDOSO, 1998, p. 15).

Ela ainda completa sua percepção a partir do conceito de biopoder aplicado a esta realidade que determina quem trabalha, quem é rico, quem vive e quem morre,

Assim, sob a égide do biopoder no pólo subordinado da racialidade, as desvantagens se manifestam desde a infância, em que se acumulam predisposições genéticas com condições desfavoráveis de vida para inscrever a negritude sob o signo da morte. Como contraponto, na branquitude se configura o vitalismo como signo que se consubstancia na maior expectativa de vida, nos menores índices de mortalidade e morbidade como consequência de seu acesso privilegiado aos bens socialmente construídos. Porém o que advogamos aqui é que o "deixar viver e deixar morrer" define as condições de vida e morte a que a racialidade estará submetida em todos os seus vetores pelo poder de soberania que a informa e que decide sobre o valor de cada vida e de cada morte no âmbito da racialidade. (CARNEIRO, 2005, p.78)

No que tange as/os pescadores/as, impedidos de pescar, exercer sua profissão, tradição e acessar seus direitos trabalhistas e previdenciários, sua dor é silenciada, sua importância negada, suas necessidades negligenciadas. São corpos negros, herdeiros de uma tradição de negação, condenados a morrer. Isso, visto que o capital tenta expropriar seu território e para tanto é necessário negar, tornar invisível para se estabelecer a partir da violação dos direitos e do apagamento de sua história. Mais uma vez Elionice Sacramento, nos espaços de debates que ocupou representando a Articulação das Mulheres Pescadoras nos alerta:

O que nós estamos vendo serem imposto às mulheres pescadoras e aos pescadores são formas distintas de racismos, que são vivenciado pelos Povos Tradicionais em seu Território de vida e identidade.

Conforme fala pública em Audiência na Câmara de Deputados da Bahia da Assembleia Legislativa do Estado que ocorreu em novembro de 2019, Marizelha Carlos Lopes, pescadora quilombola de Ilha de Maré, uma das mais importantes referências da luta da pesca na Bahia, Brasil e América Latina, afirma que “entre os racismos que nos são impostos está o racismo alimentar, como apontou um pescador agricultor da nossa Ilha de Maré. Também quer nos tirar o direito de comer o alimento saudável que produzimos, é da nossa tradição comer o que produzimos e vamos continuar a fazê-lo.”

Esta importante liderança do Movimento de Pescadores e Pescadoras/MPP, a partir de um olhar coletivo, faz uma reflexão/elaboração sobre a existência do racismo alimentar o qual nos parece ser uma elaboração nova no contexto da pesca artesanal, vinda justamente do povo e comunidade tradicional.

Além de Marizelha, outras mulheres Pescadoras estão na luta e as Pescadoras e Pescadores da Bahia tem assumido a vanguarda e denunciado cada vez mais os impactos do grande capital nas águas. Como diz a música de Fagner: “quem é rico mora na praia, mas quem trabalha não tem onde morar”, assim sendo, hoje os ricos além de querer morar na praia e nas beiras de rios querem levar os empreendimentos do capital para esses ambientes sagrados. **Lugar de sustento, de luta e resistência!**

Bárbara Ramos, Idiane Barbosa, Janice Reis, Elmira S. da Purificação Dona Antônia Corrêa, Luiza Santos, Eliete Calheiros entre tantas outras mulheres foram/são importantíssimas lideranças quem vem denunciando as dores e labores enfrentados pelas mulheres Pescadoras e suas famílias entre a Baía de Todos os Santos, de Camamu, do Iguape, Aratu que se localizam nas regiões do Baixo Sul, Recôncavo, Região Metropolitana do Estado da Bahia, com grande potencial pesqueiro, entretanto expropriadas por empreendimentos desenvolvimentistas que vem sendo implementados nas beiras de rios, marés e mangues. As Baias mencionadas são lugares de trabalho e vida de milhares de pescadores/as, extrativistas e quilombolas.

As referidas denúncias revelam a eficiência do Estado brasileiro para atender as pautas das empresas e morosidade em dar tratamento às demandas das Pescadoras e Pescadores, especialmente no que tange a atual situação de fome enfrentada em alguns territórios, seja pelo impedimento de pescar e/ou de comercializar/escoar a produção.

De modo geral, os órgãos ambientais têm licenciado empreendimentos ilegais em Territórios Tradicionais, por sua vez esses empreendimento mesmo operando de forma ilegal sua ampliação tem sido autorizada, a exemplo do Porto de Aratu e da empresa Votorantim que opera a Barragem da Pedra do Cavalo. Conselheiros da Reserva Extrativista do Iguape, ligados ao MPP-Bahia denunciam o funcionamento ilegal da empresa Votorantim sem licença ambiental, atuando desde 2009. Essas implementações não atende os pré-requisitos de consulta prévia e informada, os estudo de impactos ambientais não são realizados em sua totalidade, se tornando corriqueiro o descumprimento dos ritos legais, tendo enquanto forte exemplo o Parque das Margaridas, empreendimento imobiliário da Bahiana Engenharia e/ou Bahiana Reis Empreendimentos que burlando normas ambientais expropria cerca de 40% do território de uso coletivo da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas. A expropriação se dá dos fundos das Mangueiras de Pequeno, passando pelos Cajueiros da Vaca, Areal (chamadas terras de Olímpio/Labute), Fundo do Brejo do Limão, Pantaleão, Sapucaia, chegando as Pedrinhas, próximo a Mata Redonda, áreas de extrativismo vegetal, de culto aos ancestrais, de criação de pequenos animais, também das principais nascentes d'água, das pedras sagradas, como as Pedras de Dulce e Silvinha. Conforme denúncia apresentada pela comunidade aos Ministérios Públicos Estadual e Federal em 2017 que gerou o processo nº 190.9.208805/2017 da 2ª promotoria de justiça, ao Instituto de Meio Ambiente e Recurso Hídricos- INEMA processo nº 2017-010750/TEC/DEN-1214 e estudos preliminares com mapas da área de conflito feito pelo GEOGRAFAR/UFBA que aponta que a área expropriada pelo Parque somada a outros empreendimentos de conflito totaliza uma expropriação de mais de 60% do território.

Neste caso, primeiro o empreendimento se instala sem licença de localização e posteriormente a prefeitura usurpou a competência do Estado em licenciar a fim de favorecer o empreendedor conforme o próprio representante legal do empreendimento Lucas Bahiana reconheceu em reunião pública e reconheceu também os vícios do

licenciamento, convocada pela Sr^a. Mirella Barros Conceição Brito, promotora do Meio Ambiente, realizada em 18 de Abril de 2018 na Câmara de Vereadores de Salinas da Margarida. Ainda nesse mesmo ano a Associação de Pescadoras e Pescadores de Conceição de Salinas denunciou o ocorrido a Defensoria Pública Federal que entrou com ação para garantir o direito da comunidade e vem chamando atenção que a ata da referida audiência e gravações feitas não constam no processo. Chama atenção, ainda, que a prefeitura também autorizou a supressão da Mata Atlântica sem atentar para legislação específica e posteriormente a AATR em parceria com o Jornal Café Preto apurou um conjunto de infrações ambientais no processo e relatou ao Ministério Público da 2^o promotoria da Comarca de Nazaré -Ba, em 2019 através de um parecer jurídico sobre as irregularidades licenciamento ambiental e autorizações administrativas do loteamento Parque das Margaridas.

Mesmo diante de inúmeros ataques, os Territórios tradicionais (r)existem, especialmente porque historicamente as populações estabeleceram uma relação respeitosa com esses territórios, garantindo condições de sustento sem necessariamente gerar impacto degradante a vida, pelo contrário, se relacionado de tal modo que a fauna e flora é preservada.

No caso específico do derramamento do petróleo, enfrentamos um impacto acumulativo. Na Baía de Todos os Santos e na Baía de Aratu todos os anos acontecem pequenas tragédias/crimes conforme denuncia o Movimento de Pescadores e Pescadoras MPP - Ba, ao mesmo tempo que estas e outras baías e os rios que desaguam nelas estão fortemente contaminadas com metais pesados e a população das águas trabalha imersa nessa contaminação. Assim como, não podemos esquecer de outros crimes/tragédias que acontecem e são invisibilizados, como foi o caso da Maré Vermelha decorrente da proliferação das microalgas – *gymnodinium sanguineum* – fruto da contaminação na Baía de Todos os Santos. Em entrevista ao Jornal Nosso Ambiente, ano 2 – nº15 de Abril de 2017, segundos os professores da Univalde de Santa Catarina, UFBA:

[...] os parâmetros apresentados foram decorrentes de situações típicas para proliferação, ou seja, um conjunto de fatores além de nutricionais como: falta de ventos e chuvas, altas temperaturas, evasão da água da Barragem de Pedra do Cavalo, a emissão de esgotos sanitários das cidades do entorno da Baía, a enseada que cria um ambiente de baixa energia e se localiza na região de Saubara, entre outros elementos que fazem com que a Baía de Todos os Santos, que já tem uma contaminação crônica, se encontrassem em condições favoráveis para instalação deste fenômeno.

A postura de negligência do governo na concepção do MPP-Bahia, ANP e Articulação da Juventude do Estado da Bahia materializa as seguintes perguntas e também apresenta suas respostas prontas:

- Para que colocar em ação um plano nacional de contingenciamento de petróleo? Se tentarmos conter esse material vamos gastar muito recurso financeiro e fortalecer ainda mais essa gente que tenta impedir “o desenvolvimento” da nação, visto que Povos e Comunidades Tradicionais são empecilhos ao desenvolvimento.

- Por que implementar políticas públicas para esse povo preto? Se garantirmos políticas públicas, esse povo vai se sentir gente, se fortalecer no território, fortalecer seu modo de vida e sua tradição, isso não é bom para o capital!

As afirmações acima, ainda que de forma velada, estão presentes, ao mesmo tempo que não são ditas abertamente, mas assim procedidas: Não podemos prejudicar o turismo, comprometer o desenvolvimento e inviabilizar o pagamento da dívida externa.

Não é novidade que o Estado Brasileiro, envolvido na rifa do Pré-Sal, vendendo suas riquezas, tem gerado sérios impactos na vida e na identidade das Pescadoras e Pescadores e em seus Territórios, valorizando uma economia baseada na espoliação e expropriação de toda uma população.

A economia do Brasil sustenta-se na produção de commodities minerais, como o petróleo, e agrícolas, com destaque para as culturas de soja, cana-de-açúcar, café, milho e algodão. A subordinação econômica ao mercado de commodities agrícolas baseia-se na expansão dos monocultivos, em um modelo concentrador de terras e baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, provocando a contaminação ambiental e exposição humana (GURGEL et al, 2019, p.23).

A subordinação da economia brasileira a um mercado financeiro capitalista revela as consequências que acarretou e acarreta na venda e privatização de diversas empresas como a Vale do Rio Doce, Embratel Participações S.A, Embasa,

esta última importante empresa na distribuição de água tratada para toda população. Hoje nas mãos de um dono, mais uma propriedade privada do sistema capitalista neoliberal. Estamos vivendo a mercantilização dos recursos naturais, que por séculos estiveram disponíveis no meio ambiente e hoje se torna uma mercadoria, com preço, data de validade e fabricação.

Conviver com a existência de um Estado burguês, seja ele a nível municipal e/ou nacional, implica aos Povos e Comunidades Tradicionais a compreensão coletiva de estarmos sempre atentos ao avanço de projetos do capital e da importância de nossa unidade para (r)existir diante de tantos contextos adversos e complexificações numa sociedade patriarcal, racista e governada por representantes do neoliberalismo econômico internacional.

DESENVOLVIMENTO - MEU MARIDO É O CAVADOR. MEU SUPERMERCADO, MINHA FACULDADE E MINHA INDÚSTRIA É A MARÉ. DELA NÃO SOU DEMITIDA OU REPROVADA.

Essa expressão tirada do livro "Salinas: o mar, a lama e a vida" produzida pelo Grupo GAIVOTA em 2011 revela uma potência na relação de autonomia entre a Dona do Mar – entidade natureza – e as Donas do Mar Mulheres das Águas - Pescadoras dos estuários, dos rios e dos manguezais.

Do mar, a Dona do Mar não depende e não quer depender dos serviços mal remunerados na indústria e/ou no comércio, também não depende de enfrentar as opressões imposta por órgãos públicos a níveis estaduais e federais ou algumas prefeituras que têm seus servidores como inimigos e/ou como subalternos manipuláveis. A Dona do Mar convém frisar, nem tem cultura de acumulação, produz para si e para os outros de forma Agroecológica - praticando o comércio justo, considerando e respeitando a reprodução das espécies, os tempos das marés e a determinação dos ventos, e pedindo licença às senhoras dos manguezais e das águas.

Um dado muito importante para se ter em mente é que Pescadores e Pescadoras são produtores de alimentos saudáveis, agroecológicos e de qualidade, responsável por cerca de 70% de todo pescado produzido no Brasil, segundo dados de 2007/2008, conforme cita a 'Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre território Pesqueiros' produzida pelo MPP-Brasil (2011), que inclusive tem se desafiado construir metodologias para levantamento da produção. Precisamos de dados atualizados, visto que, como diz o professor Miguel da Costa Accioly, sem estatística não é possível fazer gestão. Entretanto, esses dados disponíveis, ainda que defasados nos possibilitam ver a dimensão da pesca artesanal no Brasil.

Nesse sentido, o Estado quem deveria assumir o papel de potencializar, através de políticas públicas, o comércio, o escoamento de produtos agroecológicos, de qualidade para toda sociedade brasileira. Entretanto, é o primeiro a se ausentar de sua responsabilidade socioeconômica, em prol de uma política de desenvolvimento, o que muitas vezes vestida de uma falsa sustentabilidade, mas que na verdade é um acumulativo de ações que visam a expropriação dos Territórios e Povos, principalmente quando este é negro e pobre.

Caberia aqui então uma pergunta importante: mas o que é desenvolvimento? A política de expropriação dos territórios e de suas riquezas pode ser classificada como desenvolvimento?

A indígena Sônia Guajajara tem construído a ideia de revolvimento para contrapor o desenvolvimento, ela afirma que o (des) não promove vidas, nem justiça, ao contrário divide, retrocede. Nesse sentido, é necessário revolver para promover. Afirma também Mestre Jorge Conceição, intelectual negro baiano, que o (des)envolvimento é um projeto excludente, logo é preciso construir estratégias de envolvimento, do contrário estamos falando de projetos de categoria exploratória.

A Dona do Mar, uma mulher livre e autônoma, apaixonada pelo litoral Brasileiro, pelo território pesqueiro e seus recursos, feliz por não ter patrão, não ter cultura de acumulação, o capital tenta enquadrar, em uma nova profissão lhe estatufica.

No XI Congresso Brasileiro de Agroecologia – XI CBA que aconteceu em Sergipe em 2019, numa tenda construída para discutir o derramamento de petróleo e seus impactos, mulheres Pescadoras denunciavam com preocupação a proposta apresentada por uma professora da Universidade Federal de Sergipe-UFS "que pretendia promover possibilidade de outras profissões para que essas mulheres abandonassem a tradicional atividade da pesca". Cabendo uma nova pergunta: qual o perigo de uma proposta desta natureza?

Sabemos que a consequência disto estaria na importante oportunidade do capital se valer da justificativa de um Território não utilizado para se apropriar e expropriar.

Assim entendemos que esse não é um caminho ou alternativa que se deva apontar, especialmente para um povo de comunidades Tradicionais que têm a pesca não meramente como profissão, mas também como modo de ser e viver, como identidade tradicional. Há muitos anos o Estado brasileiro tem indicado que Pescadoras e Pescadores busquem outros modos de vida, visto que nossos algozes almejam ver nossos territórios livres para dar lugar aos projetos do capital. Entretanto, nosso povo resiste afirmando seu modo de vida e a importância das liberdades garantida no território.

Cabe dizer que ainda no XI CBA, a tenda sobre o petróleo foi um importante espaço cavado pelas Pescadoras de Sergipe e da Bahia para denunciar as violências e os impactos do derramamento do petróleo, ao mesmo tempo, para articular parcerias e sensibilizar representantes de instituições de pesquisa na área de saúde como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) de Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, além de travar o debate sobre a dimensão agroecológica da pesca artesanal, comprometendo assim o Congresso e os militantes da agroecologia com a pauta das Pescadoras e Pescadores e os Territórios Pesqueiros.

Nos restando mais uma pergunta para endossar esta discussão: a agroecologia, enquanto projeto político antagônico ao Agro e Hidronegócio, se remete apenas aos povos do campo, que tem a agricultura como atividade principal na reprodução da vida?

A saber, a Agroecologia enquanto prática milenar, dos tempos dos Povos Incas e Maias, das grandes plantações em torno do Rio Nilo e seus sistemas de irrigação e drenagem, do reflorestamento de toda Amazônia pelos Povos Indígenas são experiências que nos fortalecem a ressignificação de uma Agroecologia enquanto prática, projeto e um modo de ser/viver e de se relacionar com a Mãe Natureza, tão massacrada pelo projeto do agro e hidronegócio ainda que novo, mas tão nocivo e destrutivo.

É a partir então, dos diferentes modos de ser/viver tradicional que podemos pensar na diversidade que existe no campo. Falamos de uma diversidade de Povos, de identidade e modo de viver a partir do contexto que cada grupo se encontra, seja eles nos estuários, manguezais, florestas, matas, cidades, baías.

Pensar a agroecologia fundamentada enquanto prática, como modo de viver/ser, posicionamento político e também enquanto projeto político ideológico. Assim como, nas relações sociais estabelecidas a partir de princípios de cooperativismo, solidariedade, respeito às diferenças de gênero, raça, religiosidade, compaixão, autocuidado e cuidado coletivo, de superação das opressões e da submissão de raça e classe.

Portanto, podemos afirmar que a relação que as Pescadoras e Pescadores adotam com a natureza e a Dona do Mar é parte desta Agroecologia. De um lugar de respeito às marés, os ciclos da lua, a reprodução das espécies, o tempo das águas e dos ventos, da importância que se dá às mulheres pelo espaço que ocupa e também pelo papel de defender os Territórios como extensão de seus próprios corpos. As Pescadoras Ganhadeiras que são responsáveis pelo escoamento da produção praticam preços justos e as relações de solidariedade no mar e de troca justa nos Territórios é uma prática comum que se apresenta, especialmente com mais força na Semana Santa que é um marco tanto na identidade das Pescadoras e Pescadores, quanto na questão econômica e social, pautada, sobretudo, nas pescas da partilha.

Na V Jornada de Agroecologia da Bahia que é organizada pela Teia dos Povos, a representante Elionice Conceição da Articulação das Mulheres Pescadora do Estado da Bahia-ANP convidada para falar sobre a Agroecologia e Sementes Crioulas partilhou a seguinte reflexão: a dimensão Agroecológica da Pesca Artesanal é profunda, no mundo da pesca a solidariedade é muito presente, não produzimos para fortalecer o capital, produzimos com qualidade e em diversidade, em regime de economia familiar e em preço justo, respeitando os períodos de reprodução das espécies, além disso, pedimos benção a espiritualidade que é guardiã dos manguezais e das águas. Na produção pesqueira artesanal a dimensão crioula das sementes (peixes, crustáceos, moluscos) é inerente à própria existência dos pescados (peixes, crustáceos, moluscos e outros). A produção se dá sem necessidade de plantio, não é necessário regar e/ou adubar a produção e a natureza que tudo controla é também a própria guardiã dessas sementes.

Produção Agroecológica, sementes crioulas, conhecimentos Tradicionais e Ancestrais também podemos classificar como Ciência resistência. Tudo está envolta na relação entre o Povo das Águas e as próprias Águas. A Dona do Mar constantemente está a lutar, localiza cardume sem auxílio de GPS, conhece um tipo de pescado pelo balançar das

águas ou por uma fissura no costeiro de pesca. Seus conhecimentos tradicionais de lua, tempo, vento, constitui patrimônio do Povo Brasileiro. Sua ciência são riquezas, importantes instrumentos para defesa da vida, são riquezas culturais. Mas, Conhecimentos Tradicionais não são visto como Ciência, muitas vezes menosprezada e/ou apropriado pela academia. Como revela Grada Kilomba nossa produção não é classificada como Ciência:

Quando eles falam, é científico; quando nós falamos, não é científico. Quando eles falam, é universal, quando nós falamos é específico. Quando eles falam, é objetivo; quando nós falamos é subjetivo. Quando eles falam, é neutro; quando nós falamos é pessoal. Quando eles falam, é racional; quando nós falamos, é emocional. Quando eles falam, é imparcial, quando nós falamos, é parcial. Eles tem fatos, nós temos opiniões, eles tem conhecimentos nós experiências; não estamos lidando com uma coexistência pacífica das palavras mas com uma violenta hierarquia, que define quem pode falar, e sobre o que nós podemos falar (KILOMBA, 2019, p. 16).

Nos níveis das hierarquias apontadas por Kilomba, não só está relacionado ao que falamos ou produzimos que são consideradas "coisa sem valor", de igual modo o que vivenciamos de impacto e também denunciamos não é considerado elemento importante.

O Estado diz, melhor, não diz quem somos, quantos somos e/ou quanto produzimos. A invisibilidade não é à toa, é intencional! Tem como objetivo atacar a dignidade humana, negar, retirar direitos e se afirmar na negação do outro. Para tanto, justifica-se a ausência de políticas em função da ausência de dados, mas são muitas ausências, todas elas tem como objetivo apagar nossa presença/existência.

Mesmo com tanto conhecimento de importância social, cultural e econômico, as Donas do Mar são invisibilizadas, atacadas e negadas o direito à existência.

Ainda pensando as hierarquias na produção de conhecimento denunciada por Kilomba, entendemos ser necessário estabelecer a aliança estratégica com a academia, visto que é crucial que os espaços legitimados reconheçam a ciência do saber tradicional e dialogue com ele. A mesma academia que representa os interesses das elites, nega Povos e Comunidades Tradicionais, apropria seus conhecimentos, expropria seus territórios. Como por exemplo, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em Cruz das Almas, está sobrepondo o Território Quilombola da Vila Guaxinim, tirando direitos de acesso aos locais de plantios (SILVA, 2019). Se os dados que a academia produz são reconhecidos como ciência, podem servir como suporte para construção de políticas pública, nesse sentido, devemos ocupar esses espaços e pressionar a produção desses dados .

As Donas do Mar compreende a importância do dialogar, sensibilizar, pautar e faz o grito de sua gente ecoar.

CONCLUSÃO - TERRA, ÁGUA E ANCESTRALIDADE: O TERRITÓRIO TRADICIONAL PESQUEIRO NÃO É SÓ UM TERRITÓRIO DE TERRA OU DE ÁGUAS, É UM TERRITÓRIO QUE COMPREENDE TERRA, ÁGUA, MODO DE VIDA E ANCESTRALIDADE.

À população negra não é imposta só a escravização dos corpos, existe a tentativa de escravização das mentes. É através da colonização das mentes que governos, projetos e estruturas racistas, genocidas se mantêm. Os corpos pretos, da lama e do mar não merecem que o Estado Brasileiro coloque em ação o plano nacional de contingência do petróleo em sua totalidade, é muito dinheiro para gastar com essa gente.

O modo de tratar as situações nos diferentes níveis aponta o peso do racismo contra Pescadoras e Pescadores, a disposição dos governos de atender os interesses do capital em detrimento das necessidades do seu povo e da completa sanidade do ambiente. Um exemplo muito claro disso que devemos escurecer , foi o posicionamento do prefeito de Salinas – Wilson Pedreira às vésperas do Festival de Marisco em 2019, que passou a se chamar Festival de Salinas, em não declarar situação de emergência em saúde conforme orientava intelectuais da área de saúde. Para não inviabilizar o que antes era o Festival Tradicional do Marisco, que se transformou em um evento meramente econômico e atendendo, sobretudo a própria rede econômica que envolve o circuito econômico e turístico em torno da festa. Esse mesmo gestor que possui empreendimentos comerciais no circuito da festa como restaurantes, o Salinas Praia hotel e outros, mantêm a festa e os exorbitantes investimentos, além de impor exclusividade de consumo a determinadas marcas, inclusive impedindo a população local de acessar o espaço da festa levando sua bebida. Como quem não compreende que o mar não é uma piscina e que o impacto não é necessariamente aquele visível a olhos nus. Vale ressaltar que o referido hotel

está no seu terceiro CNPJ - (Cadastro de Pessoa Física), sendo que um deles ficou inativo por ausência de declaração em mandatos anteriores do gestor, que é um grande latifundiário, além de empresário do turismo, da construção civil e de outras redes de comércio junto com familiares.

A irresponsabilidade de um agente público praticada pelo prefeito de Salinas da Margarida que em momento de grande impacto na estrutura pesqueira, fazendo investimentos de milhões em bandas, palco e música, por outro lado, não realizando nenhuma ação efetiva para garantir suporte aos milhares de pescadores e pescadoras do município fortemente impactados, especialmente pela dificuldade de escoar sua produção.

Aqui em Salinas o Petróleo não chegou. Mas seus impactos sim, afetando a vida de centenas de Pescadoras e Pescadores na venda e comercialização, quando em mídias nacionais foi divulgada a informação que todos os pescados estariam contaminados e conseqüentemente impróprios para o consumo.

Não obstante, o posicionamento da gestão municipal, em entrevista concedida ao Blog do Valente em outros pronunciamentos públicos, tenta de várias formas negar o impacto do petróleo na vida dos pescadores no referido município. Mesmo sendo prefeito de um município com grande expressão pesqueira, o maior da Baía de Todos os Santos segundo a professora doutora Kassia Rios, não considerou que o crime poderia fazer desdobrar impactos futuros, visto que o mar não é uma piscina e os impactos dos poluentes se espalham. Gestores de outros municípios também negligenciaram a questão, preferiram assumir o risco de adoecer e/ou até matar seu povo para não impactar o projeto do capital - relacionado a indústria do Petróleo ou a indústria do turismo.

Nos chama atenção que o Sr. Pedreira não agiu de forma isolada, outros gestores no Recôncavo, Baixo Sul, Sul e Extremo Sul da Bahia, assumiram posturas semelhantes. Pescadores e pescadoras da comunidade de Graciosa, localizada em Taperoá, chegaram ocupar a prefeitura de seu município para pressionar o gestor a cumprir seu papel e cuidar de sua gente, entretanto, sem sucesso. Ministérios Públicos e defensorias foram acionadas para que o Estado cumprisse seu papel, mas vivemos em um Estado mínimo e fica mais explícito que são muitas as ameaças.

Os gestores municipais e estaduais que comumente recebem financiamento das empresas, muitas vezes tem colocado as estruturas a serviço de interesses privados e como são importante aliados de um modelo econômico exterminador, não hesitam em comprometer os direitos e até a saúde e a vida do seu povo para garantir interesses particulares como nos mostra o filme Bacurau, que também convida o Nordeste a resistir para não ser tirado do Mapa. Diante do vivido e do sentido em virtude do peso do racismo é importante perguntar:

Se eu fosse Copacabana e não os Territórios Pesqueiros, estuários e manguezais a postura seria diferente? O Plano Nacional de Contingenciamento do Petróleo seria sido colocado em ação? E será que esse plano existe? Se eu fosse Copacabana teria pesquisa sérias com uma amostragem mais ampla a fim de atestar segurança da produção? A mídia atuaria de forma mais respeitosa? Nossos corpos se manteriam imersos em ambientes contaminados? Faltariam até alimentos para nós e nossos/as filhos/as? Nos faltariam políticas públicas? E se eu fosse Copacabana nossos direitos humanos fundamentais seriam violados?

Essas perguntas que elaboramos no encontro realizado pela Fiocruz no Rio de Janeiro para construir estratégias sobre saúde, meio ambiente e mudança climática na região das Américas 2020-2030, se estende à sociedade. Para milhares de pescadores/as, desacreditado do Estado, que se levantaram durante todo o ano de 2019 e início de 2020, para realizar por conta própria diversas ações em todo Nordeste, algumas delas em parceria com diversos pesquisadores, isto para impedir que os impactos do Petróleo não viessem a dizimar todo um povo e seu modo de vida, ainda que alguns desses impactos fossem imprevisíveis.

Do mar, as donas do mar, ao longo de um ano que marca o crime do derramamento do petróleo, realizaram e participaram de dezenas de atividades que vão desde reuniões, seminários, audiências públicas e atos a fim de chamar atenção para as violências que lhe são impostas. Suas vozes foram silenciadas e a mídia além de não ajudar, vem cumprindo com o papel de desinformar ou informar a partir de uma perspectiva que não dialoga com pescadoras/es e suas narrativas, principalmente no que tange a qualidade dos pescados, repassando informações errôneas, sobre o consumo do pescado estar impróprio sem especificar quais tipos, bem como quais regiões foram contaminadas, como denúncia Joana Mozinho, uma das grandes referências na pesca artesanal no Estado de Pernambuco, das primeiras mulheres a ter

sua Carteira de Pesca e ser Presidenta de Colônia. A denúncia foi apresentada em agenda em Brasília, participando da 326ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde.

Além do conjunto de questionamento apresentado linhas acima, fruto das reflexões e elaborações produzidas pelas Pescadoras e Pescadores, sejam jovens, adultos ou mais experientes no que tange a idade. Mulheres e homens das águas articulados no MPP, na Articulação Nacional de Pescadoras, fortalecidos na Escola das Águas e representados por bandeiras e símbolos que abaixo seguem, outras perguntas continuam sem resposta, assim como quem foi o mandante do assassinato de Marielle Franco, mulher preta da favela da maré?

As perguntas são elas:

Quem foi o responsável pelo crime do derramamento de Petróleo nos Territórios Pesqueiros? Quanto de Petróleo foi derramado? Quais tecnologias o Brasil possui para mitigar impacto desta natureza? O Brasil tem condição de explorar o Pré-Sal se não possui tecnologias para mitigar possíveis tragédias/crimes? Quando o Estado Brasileiro vai parar de simular participação e irá fazer efetiva consulta a Povos e Comunidades Tradicionais?

Está em tramitação o Projeto de Lei nº 6969/13 - Lei do Mar" além desta, Pescadores e Pescadoras encabeçaram a partir de 2012 um Projeto de Lei de iniciativa popular de Proteção e Regularização dos Territórios Pesqueiros e que hoje tramita na Câmara dos Deputados como PL 361/2020. Instrumentos jurídicos nacionais e internacionais como as diretrizes para a chamada pesca de pequena escala bem como Decreto 6.040/2007 e Decreto 169/1989 da OIT versam sobre direitos dos Pescadores e Pescadoras, dos Territórios Pesqueiros, além da necessidade de consulta referente aos empreendimentos a serem instalados nesses Territórios. Entretanto, todas essas orientações vêm sendo sistematicamente violadas pelo Estado brasileiro, que rasga sua Constituição, flexibiliza legislações ambientais e torna sem efeito procedimentos coerentes de defesa aos Povos e aos Territórios para viabilizar os projetos desenvolvimentistas do capital.

Durante o Seminário Nacional sobre Saúde, Ambiente e Sustentabilidade promovido pela FIOCRUZ- Brasil em 2019, Conceição, a mulher das águas, faz um importante depoimento:

Já passei por várias coisas difíceis nem uma delas me causaram tanto medo e tanta insegurança como a possibilidade da chegada deste petróleo na Baía de Todos os Santos e na minha comunidade. Quem me conhece e conhece as outras mulheres pescadoras sabe, minha/nossa força e ousadia se deve ao fato do mar e o margue garantir para mim/nós e minha/nossa gente soberania e segurança alimentar. O crime ambiental é violento, mas os racismos ambiental, institucional, alimentar e estrutural que estamos enfrentando dói, se não fossemos mulheres e homens pretas/os, nordestinas/os com estigmas de "feder" a mangue e vísceras de pescados o tratamento certamente seria diferente.

A mulher das águas ao tempo que denuncia uma fome presente nos territórios pesqueiro, diante de três meses de enfrentamento ao petróleo sem qualquer amparo vindo do governo ou da sociedade civil, também evidencia a ausência de solidariedade da sociedade com a causa dos pescadores e pescadoras. A fome que estamos denunciando não está no meu corpo ou nos corpos das demais pessoas que escrevem este material, mas atingiu milhares de pescadores/as no Nordeste. Nesse sentido, ela diz respeito a todos e todas nós.

Frente ao conjunto de questões abordadas ao longo deste artigo, que revelam a postura racista do Estado Brasileiro contra Pescadoras e Pescadores e a indiferença da sociedade que gosta de comer pescados, mas desconhece quem os produz, como a maior categoria profissional, as sistemáticas violações de direitos e as negligências que lhe são impostas pelo capital, pelo latifúndio e por uma política de desenvolvimento econômico que invisibiliza Povos e Comunidades Tradicionais, extermina sua tradição e cultura, faz-se necessário o efetivo enfrentamento ao colonialismo apontado como experiência de sucesso. Que este aniversário do derramamento do Petróleo marcado pela Pandemia do COVID-19, possibilite uma articulação entre Povos e Território Tradicionais, da Cidade e da Academia para enfrentamento à invisibilidade, ampliado com a força dos ventos de agosto como vozes que emergem das águas, façamos enfrentarmos aos racismos e ao capital, garantindo direitos a quem os tem no respeito às especificidade e identidades.

Viva nós, mulheres afro-indígenas, pescadoras, ribeirinhas e outras "marinheiras transatlânticas" ! Viva as águas de nossa tradição e resistência!!!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. **Manguezais aracajuanos: convivendo com a devastação**. Editora Massangana. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólem, 2019.

Carta final da V Jornada de Agroecologia da Bahia, 2018. Porto Seguro-Bahia. Disponível em: <<http://teiadospovos.com.br/teia-dos-povos/carta-final-da-v-jornada-de-agroecologia-da-bahia/>> Acessado em 04 de Set de 2020.

CARNEIRO, Aparecido Sueli. **Construção do Outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 pag. Tese (Doutorado em Educação junto à Área Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, 2005.

Cartilha para o Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro: Território Pesqueiro: Biodiversidade, Cultura e Soberania Alimentar do Povo Brasileiro, 2011. Movimento dos Pescadores e Pescadoras.

Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro: Campanha Nacional Pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, 2011. Movimento dos Pescadores e Pescadoras.

CPI - **Derramamento de óleo no Nordeste** - Municípios do estado da Bahia - 10/03/2020 - (16min) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kuGUo4QeiVw&feature=youtu.be>> Acessado em 05 de Set de 2020.

Entrevista: O prefeito Wilson Pedreira fala sobre importância do Festival de Salinas para o comércio local e transparência nos contratos das atrações que animam o Festival. Blog do Valente: Novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=2161798357456147>> Acessado em 06 em Set de 2020.

KILOMBA, Grada. **Memória da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p

GURGEL, Idê Gomes Dantas; SANTOS, Mariana Olivia Santana dos; GURGEL, Aline do Monte. **Saúde do Campo e Agrotóxicos: vulnerabilidades socioambientais, político-institucionais e teórico metodológicas**. Pernambuco: Editora UFPE, 2019. 413 p.

MARTINS, Vera Lúcia Andrade. PENA, Paulo Gilvane Lopes. **Sofrimento negligenciado: doenças no trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014.

MBEMBE, Achille. **A Necropolítica**. 3ª edição. São Paulo: n-1edições, 2018.

Pescadores/as e Marisqueiras Baianos Fazem Pressão no Governo Pelo Descaso com o Território Pesqueiro. **Revista Afirmativa**, 2019. Disponível em: <<https://revistaafirmativa.com.br/pescadores-e-marisqueiras-baianos-fazem-pessao-no-governo-pelo-descaso-com-o-territorio-pesqueiro/>> Acesso em 04 de Set de 2020.

SILVA, Quênia Barreto da. **COMUNIDADE QUILOMBOLA VILA GUAXINIM: Resistência e Auto-Organização frente às sobreposições de Terra com a UFRB**. 2019. 40 p. (Monografia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2019.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. **DA DIÁSPORA NEGRA AO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS: Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais - MESPT) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. 187 p.

UCHÔA, Victor. **Puçá ou siripoia? O manual que ensina a 'pescar óleo' no Nordeste unindo ciência e lições de pescadores**. Nov, 2019 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50297743>> Acessado em 05 de Set de 2020.

"Tudo aqui é nosso" - Resistências cotidianas no Quilombo Conceição de Salinas. **Jornal Café Preto**. Maio de 2019. Disponível em: <<http://cafe-preto.org/>> Acessado em 06 de Set de 2020.

Na Terra e no mar, nós vamos lutar! **Jornal Café Preto**: Agosto de 2015, edição 1, pag 4. Disponível em: <<http://cafe-preto.org/impressos>> Acessado em 06 de Set de 2020.

IF I WERE COPACABANA, WOULD THE BRAZILIAN STATE CARE?

AND WOULD THE SOCIETY BE AWARE?

ABSTRACT

This work aims to denounce the impact of the oil spill on the Brazilian north-eastern coast. The text invites readers to a deeper reflection after one year of the crime tragedy. It also explains the conflicts and neglect of the Brazilian State in the absence of directing public policies towards fishermen and artisanal fishermen in the Northeast and the implementation of a contingency plan for Petroleum in Traditional Fishing Territories. We, the authors present a dialogue of daily experience, shared with colleagues from other traditional territories and different struggle movements, about the contradictions and confrontations experienced in the fishing territories, understanding that the housing territory and the territory used by fishermen and fisherwomen is an extension of their territory / body and to defend it, is to defend their own ancestral life. It also addresses the dimensions of the struggle, which through the actions of the social movements articulated nationally, state and regionally, make an impact in different spaces. We bring a narrative that points to a dialogue of knowledge with a strong expression of the waters that determines life in these territories. The reference to "Dona do Mar" is used here as a divinity that is intertwined between the dimension of the waters, the land and the mangrove, so it is loaded with symbolism, and links the ancestral roots with the place and the fishing territory. It is also approached as a collective subject that makes reference to the fishermen of Brazil, their struggle and historical resistance.

Keywords: Oil. Crime / Tragedy. Ancestral Territory. Northeast.

SI FUERA COPACABANA, ¿ESTARÍA EL CUIDADO DEL ESTADO BRASILEÑO?

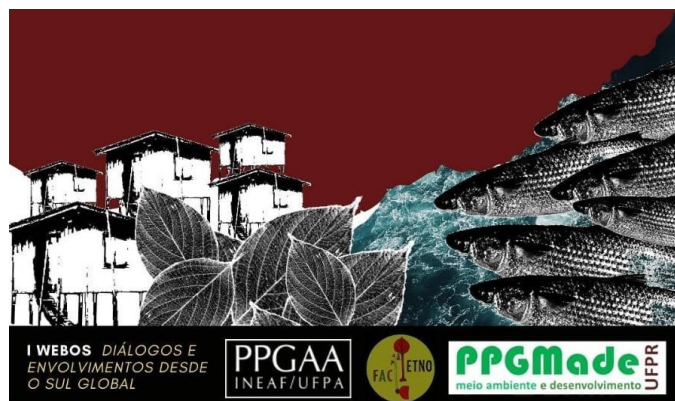
¿Y SERÍA CONSCIENTE LA SOCIEDAD?

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo denunciar los impactos del derrame de petróleo en la costa noreste de Brasil, sobre todo, el texto invita a los lectores a una reflexión más profunda en este año de la tragedia del crimen. Además, explica los conflictos y el descuido del Estado brasileño ante la ausencia de políticas públicas encaminadas hacia los pescadores y pescadoras artesanales del Nordeste y la implementación de un plan de contingencia para el Petróleo en los Territorios Pesqueros Tradicionales. Nosotros, los autores presentamos un diálogo de vivencia diaria, compartido con compañeros de otros territorios tradicionales y diferentes movimientos de lucha, sobre las contradicciones y enfrentamientos vividos en los territorios pesqueros, entendiéndolo que el territorio habitacional y el territorio utilizado por los pescadores y las pescadoras es una extensión de su territorio / cuerpo y defenderlo es defender su propia vida ancestral. También aborda las dimensiones de la lucha que, a través de las acciones de los movimientos sociales articulados a nivel nacional, estatal y regional, inciden en diferentes espacios. Aportamos una narrativa que apunta a un diálogo de saberes con una fuerte expresión de las aguas que condicionan la vida en estos territorios. La referencia a "Dona do Mar" se utiliza aquí como una divinidad que se entrelaza entre la dimensión de las aguas, la tierra y el manglar, por lo que está cargada de simbolismo y vincula las raíces ancestrales con el lugar y el territorio pesquero. Asimismo, se aborda como un sujeto colectivo que hace referencia a los pescadores de Brasil, su lucha y resistencia histórica.

Palabras-clave: Petróleo. Crimen / Tragedia. Territorio ancestral. Noreste.

CARTA COMPROMISSO OCEANOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL



CONTEXTO DO EVENTO

O "I Webinário de Oceanografia Socioambiental: diálogos e envolvimento desde o sul global", promovido pelo Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Faculdade de Etnodiversidade (FACETNO/UFPA) e o Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi realizado entre os dias 03 a 27 de julho de 2020, por meio do canal do YouTube da Oceanografia Socioambiental (<<https://youtu.be/qZJpU351MZo>>), considerando o período de pandemia resultante do novo coronavírus (SARS-Cov-2) vivenciado no Brasil desde meados de fevereiro de 2020.

O evento foi organizado em sete mesas temáticas, antecedidas por uma de abertura com entrevista da Profa. Náina Pierri e finalizado com a de encerramento para leitura desta Carta Compromisso. As mesas foram conduzidas por pesquisadores, pesquisadoras, lideranças de movimentos sociais, representantes dos povos e comunidades tradicionais de diferentes pertencas, estudantes de oceanografia, e com interação do público participante com envio de perguntas e comentários pelas plataformas digitais.

Entre as 587 pessoas inscritas, 432 são do gênero feminino, dentre elas uma mulher trans, além de 5 pessoas não-binárias e 5 que preferiram não declarar seu gênero. Do total de pessoas inscritas, 439 estão vinculadas às Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, 64 são autônomas e 30 de Organizações Não-Governamentais. Durante cada transmissão no canal do YouTube, cerca de 200 pessoas acompanharam ao vivo o evento.

ORIENTAÇÃO DA CARTA COMPROMISSO

A orientação dessa carta foi concebida a partir dos debates, proposições, reflexões e desafios atuais e historicamente constituídos em que se circunscrevem os territórios marinho-costeiros e que foram abordados em cada uma das mesas temáticas, bem como de perspectivas que projetam um caminho para o fortalecimento da Oceanografia Socioambiental, orientada desde o Sul Global.

Declaramos que a Oceanografia Clássica e seu viés (multi)disciplinar, mesmo que com os avanços em sua qualidade técnica, não desenvolveu capacidades de produzir conhecimentos com resultados que atendam de forma programática os Direitos Humanos adotados pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 e pela Convenção Americana de Direitos Humanos de 22 de novembro de 1969, assim como dos acordos e convenções internacionais e dos marcos regulatórios nacionais que deles derivam.

Assumimos também que, muitas vezes, a Oceanografia Clássica, ao tratar com povos e comunidades

tradicionais, acaba por não respeitar o contido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual em seu artigo 6º explicita a necessidade de realizar consulta livre, prévia e informada desses povos.

Portanto, diante da sociedade, por meio desta carta-compromisso, assumimos que as ciências são uma produção social, e a Oceanografia Clássica, tal como ela é hoje, carece de instrumentos curriculares e base epistemológica suficientemente adequados para reconhecer a zona costeira enquanto um espaço plural, multiétnico e diverso de modos de vida. Por consequência, não raramente, tem se caracterizado por um lugar de produção de conhecimentos que subsidia a formulação de políticas públicas que resultam na subalternização e extinção corpos, territórios, culturas, direitos, grupos e coletivos sociais, reafirmação das desigualdades sociais e injustiças cognitivas e socioambientais.

Entendemos, então, que é necessário avançarmos urgentemente na construção de novas formas de fazer Oceanografia, que chamamos de Oceanografia Socioambiental, refundando as bases de pensamento da Oceanografia Clássica. Enquanto trabalhamos para isso, estabelecemos quatro (04) compromissos gerais que se desdobram em vinte (20) compromissos específicos explicitados nessa carta para atender especialmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Americana de Direitos Humanos, a Convenção 169 da OIT e demais acordos e convenções internacionais e marcos regulatórios nacionais derivados. Este deve ser nosso programa de construção de pensamento e de atuação a partir de agora orientados desde o Sul Global.

Para a construção desses compromissos de atuação no campo da Oceanografia Socioambiental, foram considerados os históricos e os saberes acumulados e discutidos nas diferentes mesas temáticas realizadas durante o evento por:

- a. Movimentos socioambientalistas no Brasil;
- b. Movimentos de estudantes de oceanografia dos cursos de graduação brasileiros;
- c. Povos e comunidades tradicionais e grupos populares cujas identidades individuais e coletivas são construídas a partir de seus territórios-mareatórios de pertença;
- d. Movimentos, projetos, coletivos e iniciativas nos cursos de oceanografia e nos territórios marinho-costeiros que consideram na sua atuação as interseccionalidades entre as relações étnico-raciais, de gênero, classe e sexualidade;
- e. Em trabalhos e ações de pesquisa, ensino e extensão em diversos campos do conhecimento científico, como a geografia, sociologia, antropologia, oceanografia socioambiental, etc. e que pressuponham a construção interdisciplinar e o diálogo com diferentes conhecimentos;
- f. Pesquisadoras, pesquisadores e docentes da América Latina no ensino, pesquisa e extensão orientadas por metodologias genuinamente participativas, colaborativas, dialógicas e de pesquisa-ação que considerem o diálogo de saberes com as gentes do mar e que buscam a justiça socioambiental.

A partir destas experiências, resolvemos, por meio da presente carta, assumir os seguintes compromissos em prol de uma Oceanografia Socioambiental, estabelecendo novos marcos de engajamento para profissionais das ciências do mar junto aos grupos e coletivos populares e de povos e comunidades tradicionais marinho-costeiros e seus mundos.

OS COMPROMISSOS

COMPROMISSOS GERAIS

1. Contribuir para a criação de alternativas aos modelos de gestão e de desenvolvimentos hegemônicos implementados nos territórios marinho-costeiros dentro dos marcos do socioambientalismo.
2. Propor e realizar ações de pesquisa, ensino e/ou extensão dentro do marco dos direitos humanos e da natureza e em respeito aos acordos, convenções internacionais e dos marcos regulatórios nacionais que deles derivam e que envolvem diversos povos e comunidades tradicionais nos territórios marinho-costeiros.
3. Reconhecer a zona costeira como um espaço habitado por povos e comunidades tradicionais e grupos

e coletivos populares plurais, multiétnicos e culturalmente diversos com histórico de lutas e demandas que devem ser respeitadas, e sendo eles detentores de conhecimentos válidos e com os quais o diálogo intercultural deve ser valorizado e priorizado.

4. Lutar pela reformulação dos cursos de graduação de oceanografia no Brasil no sentido de avançar na inclusão de grupos e coletivos populares, no fortalecimento das Políticas Afirmativas, na construção de uma pluriversidade que reconheça a diversidade de relações étnico-raciais, de gênero e sexuais presentes na sociedade, e na formação de profissionais preparadas e preparados para atuar em uma perspectiva antirracista e antifascista e que rompa com as estruturas racistas, patriarcais e LGBTQIA+fóbicas, dentro do marco dos direitos humanos e da natureza, numa visão não dicotômica entre natureza, cultura e sociedade.

5. Incentivar e apoiar a ampliação desta discussão às Ciências do Mar, na busca de uma formação acadêmica e atuação profissional em consonância com os compromissos aqui assumidos.

COMPROMISSOS ESPECÍFICOS

Atuação junto aos povos e comunidades tradicionais, grupos e coletivos populares

1. Reconhecer a autonomia dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus territórios tradicionais marinho-costeiros ('Maretórios').

2. Considerar as orientações e diretrizes do direito humano ao consentimento livre, prévio e informado nas pesquisas, auxiliando os grupos no processo de entendimento e proporcionando condições efetivas de participação e não apenas de legitimação, em conformidade com o que dispõe a Convenção 169 da OIT.

3. Priorizar a utilização de metodologias em todas as fases da pesquisa em projetos de pesquisas, ensino e extensão co-construídos com os povos e comunidades tradicionais e grupos e coletivos populares, numa perspectiva dialógica e que reconheça suas demandas, prioridades, saberes, lugares sagrados e cosmologias.

4. Contribuir para a defesa, reconhecimento e regularização de territórios tradicionais marinho-costeiros ('Maretórios').

5. Contribuir para a garantia do direito ao acesso dos povos e comunidades tradicionais e grupos e coletivos populares aos seus recursos territoriais, lugares ancestrais e sagrados, para o fortalecimento de seus coletivos e movimentos sociais e suas lutas sociopolíticas, para a defesa dos modos de vida, das culturas, da reforma agrária e dos direitos humanos nos territórios marinho-costeiros.

6. Subsidiar políticas públicas que promovam o Etnodesenvolvimento e o Bem-Viver nos territórios marinho-costeiros.

7. Atuar de forma colaborativa para fundamentar denúncias de casos de violação dos direitos socioambientais, como os casos de injustiças socioambientais, racismo ambiental, privatização das áreas marinho-costeiras, criminalização das práticas tradicionais e terrorismo ecológico decorrentes dos efeitos negativos da instalação e operação de megaempreendimentos econômicos sobre os modos de vida de povos e comunidades tradicionais, de grupos e coletivos populares e sobre seus territórios.

8. Reconhecer a importância dos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais nos usos sustentáveis da natureza nos territórios marinho-costeiros, compatíveis com a manutenção e ampliação da sociobiodiversidade e da soberania alimentar.

9. Promover e participar dos espaços de reflexão e ação junto aos grupos e coletivos populares racializados e/ou de gênero e as comunidades tradicionais e outros agentes sobre racismo ambiental e sua associação com a lógica perversa de megaempreendimentos, bem como sobre as alternativas técnicas, tecnológicas e de desenvolvimento que nascem das lutas nos territórios marinho-costeiros.

10. Não explorar, manipular, exportar e/ou comercializar recursos biológicos marinhos ou conhecimento tradicional associado em desacordo com a Convenção de Diversidade Biológica de 1992.

ESTRUTURAS CURRICULARES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM OCEANOGRAFIA E OCEANOLOGIA

1. Reconhecer, apoiar e promover espaços de reflexão e ação e fortalecer coletivos associados aos cursos de graduação que respondam às demandas de redução das desigualdades sociais concretas dos sujeitos que foram historicamente marginalizados e invisibilizados nos processos de construção do conhecimento, como grupos ou coletivos racializados, mulheres, LGBTQIA+, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, permitindo que suas vozes sejam plurais e representadas nas mais diversas discussões acerca dos cursos.

2. Participar ativamente nos debates e espaços de discussão e deliberação sobre reformulação e avaliação curricular dos cursos, a fim de propor e garantir a introdução de componentes curriculares que abordem a inter e transdisciplinaridade, a interculturalidade e temas transversais, como direitos humanos, relações étnico- raciais, gênero e sexualidade e educação ambiental.

3. Propor e incentivar discussões críticas sobre as bases teóricas e epistemológicas das disciplinas curriculares e a inserção daquelas que contemplem as intelectualidades, as narrativas e as cosmovisões insurgentes, como o diálogo de saberes, a decolonialidade, o antirracismo, o feminismo, racismo ambiental, contrapondo-se ao apagamento e silenciamento de humanidades do contexto da formação.

4. Reconhecer, apoiar e promover espaços de discussão curriculares e extracurriculares em uma perspectiva crítica sobre a atuação no mercado de trabalho, em consultorias ambientais, empresas juniores, projetos sociais, projetos de pesquisa e extensão e na elaboração de estudos de impactos ambientais.

5. Priorizar o ensino e vivência de metodologias participativas que promovam o diálogo contínuo com os grupos e coletivos populares e com os povos e comunidades tradicionais na definição das pautas e temas de pesquisa relevantes para os territórios marinho-costeiros, a fim de que o espaço costeiro seja discutido de forma plural e dialógica.

6. Valorizar e promover ações em rede entre coletivos e iniciativas no âmbito da Universidade de efetivo diálogo de saberes, numa perspectiva complementar e horizontal entre conhecimentos e que reconheçam os territórios etnoeducacionais dos povos do mar.

7. Apoiar e discutir a aplicação das Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental nos cursos e propor estratégias para sua formalização.

8. Romper com a perspectiva de uma Educação Ambiental moralizante e descontextualizada, buscando propostas que a situem como um processo formativo contra-hegemônico em uma perspectiva crítica, emancipatória, popular e libertária, compreendendo o vínculo existente entre os processos sociais e ecológicos e que levem em consideração os conhecimentos tradicionais, as subjetividades, as identidades socioculturais individuais e coletivas.

9. Discutir e propor formas de inclusão de grupos e coletivos populares e povos e comunidades tradicionais, bem como de seus saberes e modos de vida, no quadro técnico, discente e docente dos cursos de graduação e pós-graduação vinculados à oceanografia do país.

10. Fortalecer o espaço acadêmico como um espaço de formação política, crítica e ideológica, lutando por uma Universidade Pública forte e Popular e contra os projetos neoliberais de sucateamento e privatização da educação pública.

Brasil, 27 de julho de 2020.

Esta carta-compromisso foi lida no dia 27 de julho de 2020 na mesa de encerramento do "I Webinário de Oceanografia Socioambiental: diálogos e envolvimento desde o sul global" e assinada, podendo ser consultada no link: <https://www.change.org/p/oceanografiasocioambiental-gmail-com-carta-compromisso-oceanografia-socioambiental>

NOTA DE REPÚDIO A POLÍTICA DE MORTE DE BOLSONARO E RICARDO SALLES CONTRA AS PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS DO BRASIL

“Contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres. Não se deixar cooptar. Não se deixar esmagar. Lutar sempre” Florestan Fernandes



O **Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP**, vem a público manifestar o mais profundo repúdio ao retrocesso criminoso promovido pela articulação entre o governo Bolsonaro e seu ministro de Meio Ambiente, com o agronegócio e o setor imobiliário para desmontar a política estatal de proteção ambiental e atender os interesses do capital.

A reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, do dia 28 de setembro de 2020, que aconteceu com o controle do governo e do setor privado promoveu em duas horas e meia o desmonte do sistema de proteção ambiental do país. Nessa reunião foram revogadas as resoluções 264/1999, que vetava a utilização de fornos rotativos de produção de cimento para queima de resíduos domiciliares brutos, resíduos de serviços de saúde e agrotóxicos; Resolução 284, de 30 de agosto de 2001, que dispõe sobre licenciamento de empreendimentos de irrigação; Resolução 302, de 20 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno; e a Resolução 303, de 20 de março de 2002, que dispões sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

A revogação dessas resoluções significa que o setor imobiliário com a liberação de áreas de preservação de restinga, poderão construir hotéis na faixa de praia. A carnicultura também ficará livre para poluir os rios e manguezais. Os licenciamentos de empreendimentos de irrigação assumem o objetivo atender os interesses das indústrias e não do povo. Todas essas medidas aprofundam o quadro de violações de direitos humanos e ambientais nos territórios tradicionais pesqueiros, onde enfrentamos cotidianamente as violências do latifúndio, do agronegócio, das empresas de energia, da carnicultura, da especulação imobiliária, do mineração, da privatização dos espelhos d'água e outros grandes projetos.

O governo Bolsonaro e seu ministro Ricardo Salles são inimigos declarados dos povos indígenas, quilombolas e pescadores/as artesanais. O desmonte do sistema de proteção ambiental do país e das políticas

de estado vão atingir diretamente essas populações. Estamos vivendo um período de aumento do desmatamento, queimadas, garimpo ilegais, grilagem de terra, óleo tóxico no mar, financeirização e partilha do mar para atender os interesses econômicos das elites, além da redução de 25% no orçamento para as políticas de proteção ambiental. O caráter desse governo é antipopular, pois desmontou o CONAMA e outros espaços de participação da sociedade civil, fazendo dessa forma passar todas as suas medidas majoritariamente, sem qualquer participação da sociedade ou de espaços de debate público.

A luta de classes tem se intensificado em nossos territórios com medidas e tecnologias para financeirizar o bioma marinho e costeiro. O capital pretende seguir avançando com seu projeto de morte que tem como objetivo extinguir a vida e os povos que defender o direito de viver em harmonia com seus território. Nossa organização e luta tem como um de seus objetivos garantir a proteção dos ecossistemas costeiros e marinhos, pois nossos modos de vida estão ligados diretamente com a proteção desses espaços de vida e trabalho.

Das praias, rios, lagoas, mares e manguezais seguimos com nossas bandeiras nas mãos na defesa de nossos territórios tradicionais pesqueiros e denunciando as medidas de um governo genocida que representa a morte dos modos de vida das comunidades pesqueiras. Aprendemos na luta que a organização é o caminho de nossa libertação integral, temos total compressão política que o governo Bolsonaro é inimigo do povo e de sua soberania nacional.

De remo e redes nas mãos seguimos de pé denunciando, articulando e organizando desde os nossos territórios a defesa da vida contra a política bolsonarista. Carregamos em nós as marcas da rebeldia indígena, quilombola, negra e popular contra a tirania da burguesia.

Afirmamos nossos compromissos de luta e convocamos toda à sociedade em defesa dos territórios tradicionais pesqueiros, enquanto bem como do povo brasileiro. O MPP segue entre águas e terra construindo trincheiras de luta por uma nova cultura e na defesa da biodiversidade e do povo trabalhador.

NO RIO E NO MAR PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS NA LUTA REMANDO POR UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS

BRASIL, 29 DE SETEMBRO DE 2020.

<http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com>

NOTA DE REPÚDIO À SUSPENSÃO DAS RESOLUÇÕES 302, 303, 264 E 284 DO CONAMA



O **Conselho Pastoral dos Pescadores** vem por meio desta nota pública à sociedade brasileira, em especial às comunidades tradicionais pesqueiras, manifestar repúdio e preocupação com a medidas tomadas no dia 28 de setembro de 2020, em que por meio da Resolução nº 500, o Ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, revogou várias normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, para atender aos interesses do agronegócio, da carcinicultura e das imobiliárias em detrimento da proteção ambiental do país.

Entre as medidas revogadas foram extintas as Resoluções que tratam da preservação de áreas de restinga e manguezais, de áreas de preservação permanente no entorno de reservatórios d'água e do licenciamento ambiental para projetos de irrigação. Essas medidas fragilizam a atuação estatal para a proteção ambiental e dos territórios de povos indígenas e pesqueiros. O processo de desmonte e enfraquecimento dos conselhos de controle de políticas públicas tem servido para que o governo aprove com facilidades suas políticas genocidas. O ataque orquestrado ao CONAMA que teve sua composição desmontada com vistas a reduzir a participação e incidência da sociedade civil e assim o governo conta com lastro para avançar com sua pauta de retrocessos.

Foram extintas as Resoluções 302 e 303 ambas do ano de 2002 e a Resolução 284 de 2001, além da Resolução 264 de 1999, que foi substituída por outra norma. Destacamos que a revogação das Resoluções 302 e 303, elimina os instrumentos de proteção dos mangues e restingas e áreas no entorno reservatórios d'água. Embora a proteção dessas áreas esteja prevista em outras leis como defende o Governo, a previsão dessa proteção especial nas resoluções do CONAMA tem por intuito dar maior efetividade a essa proteção legal. As Resoluções 302 e 303 tratam de espaços territoriais espacialmente protegidos, não podendo ser revogadas por atos administrativos, conforme estabelece o artigo 225, parágrafo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988. A Resolução 284/2001 – trata dos processos de licenciamento ambiental para projetos de irrigação. A Resolução 284 de outubro de 2001 que também foi integralmente revogada por Salles, estipulava uma padronização do licenciamento para empreendimentos de irrigação, determinando como a água deveria ser utilizada nas atividades agrícolas e agropecuárias, estabelecendo quais equipamentos e métodos de irrigação seriam mais eficientes. A extinção dessa medida atende demandas de parte do setor do agronegócio para

reduzir as exigências legais do licenciamento ambiental desse tipo de projeto.

A desproteção de manguezais e restingas irá acentuar os conflitos com comunidades tradicionais pesqueiras no litoral do Brasil que já vem enfrentando problemas principalmente com a carcinicultura que avança sobre manguezais causando um rastro de destruição, ameaças e alguns casos até morte.

Todas as medidas tomadas sem a participação da sociedade civil, de cientistas e técnicos demonstram o caráter do governo e o atual papel que o Ministro do Meio Ambiente cumpre no sentido de desmontar a legislação ambiental e acelerar o desmatamento, poluição e desproteção dos biomas costeiros e marinhos.

Essas ações orquestradas pelos setores da indústria e do agronegócio com apoio do governo vai ter profundos impactos de natureza ambiental, social e econômica para as comunidades tradicionais pesqueiras que já enfrentam um quadro acelerado de conflitos socioambientais.

Por fim, seguimos sendo voz profética no serviço pastoral as comunidades tradicionais pesqueiras, na justa defesa de seus territórios de bem viver. Estamos ao lado de pescadores e pescadoras artesanais que mais uma vez estão vendo e sentido que seus territórios estão sendo espoliados para satisfazer o mercado.

A defesa dos territórios tradicionais pesqueiros é uma luta de todo povo brasileiro, pelo papel que as mulheres e os homens das águas tem feito para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade ambiental dessa casa comum em que a vida pulsa e segue sendo alimento para o povo brasileiro.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES - CPP

BRASÍLIA, 30 DE SETEMBRO DE 2020

<http://www.cppnacional.org.br/>

CARTA ABERTA AOS PESCADORES E PESCADORAS CANDIDATAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE NOVEMBRO DE 2020

O Conselho Pastoral dos Pescadores felicita as pescadoras e pescadores que decidiram candidatar-se a vereador/a ou a prefeito/a nas próximas eleições. Entendemos que assumir um cargo público é, acima de tudo, um serviço. É servir à coletividade. Nesse sentido o engajamento político é uma grande virtude e, por isso, a participação dos cristãos na política é incentivado pela igreja. Assim, o CPP incentiva todos as pescadoras e pescadores que assumem essa responsabilidade como compromisso com a justiça social e doação a um projeto coletivo e popular. Além de encorajar o engajamento no bem comum, queremos com esta carta aberta, alertar para alguns perigos e compartilhar valores, os quais consideramos essenciais para o desenvolvimento de uma prática política coerente.

“Diga com quem andas e eu lhe direi quem és...” - atenção com as alianças: no sistema democrático, o exercício da política é feito em grupo, onde são formadas maiorias para apoiar propostas e projetos. Em volta, das propostas e projetos são formados grupos e alianças. Antes de compor determinados grupos e alianças, estejam atentas/os sobre quais propostas e projetos estes grupos e alianças defendem. Atenção para não apoiar grupos e alianças engajadas em propostas ou projetos que destoam dos interesses dos trabalhadores.

“Uma andorinha só não faz verão...” - a ação coletiva como princípio: é comum visualizar políticos que fazem a chamada “carreira solo”, isso é, fazem do cargo eletivo uma carreira pessoal e não representam uma base concreta na sociedade. Geralmente esses políticos são eleitos através da força do dinheiro e do marketing. A ação política consistente depende da vinculação comunitária. Para atuar de maneira coerente, é preciso que a ação política seja consequência de uma atuação coletiva, onde os projetos e alianças desenvolvidas sejam refletidas coletivamente e representem uma base concreta que demande, participe e fiscalize as ações.

“Nenhum vento ajuda o navegante que não sabe para onde quer ir...” - é preciso ter objetivos claros e possíveis de executar: Os projetos e propostas não podem ser meros discursos de campanha. O mandato tem um tempo definido de duração e é condicionado por contextos bem específicos. Para que o mandato possa cumprir seu papel é preciso ter clareza dos limites e possibilidades efetivas. É preciso definir qual o papel específico que este serviço poderá repercutir de maneira concreta na vida do povo.

“Não seja um gigante com os pés de barro...” - comprometa-se com a formação continuada: Ninguém sabe tanto que não precise aprender mais a cada dia. Vivemos uma conjuntura complexa, onde a democracia está ameaçada e os direitos dos trabalhadores estão sendo suprimidos. Ao mesmo tempo, o capitalismo passa por uma grande crise e as relações econômicas e políticas estão em constante transformação. Não é possível uma ação local desconectada do contexto nacional e global. Assim, a/o militante engajada/o na tarefa política deve buscar ardentemente avaliar a conjuntura nos diversos âmbitos e buscar instrumentos teóricos e práticos capazes de possibilitar a compreensão da realidade com a profundidade necessária para dar consistência a sua ação.

“Atenção para as tentações do dinheiro e do poder...” - o mandato não é um fim, é um meio: Existem pessoas que sonham em ter um mandato, mas não tem muita clareza do que fará com ele. Certamente, existem muitos candidatos que visualizam no mandato uma ascensão social, um bom emprego, um bom salário, poder, vaidade... De fato, essas possibilidades são muito tentadoras. É preciso ter cuidado para não ser corrompido pelo poder. Para que o mandato seja serviço, não basta a mera disposição pessoal, mas é preciso

construir coletivamente instrumentos e mecanismos capazes de preservar a coerência e fidelidade ao projeto coletivo. Mais que “representar”, o mandato precisa ser capaz de visibilizar os clamores sociais e fazer ecoar as vozes dos que quase nunca são escutados.

Por fim, parabenizamos a coragem dos que assumiram o desafio de servir neste caminho cheio de desafios e lhes encorajamos a ser sinal de vida e esperança para nosso povo!

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES - CPP

BRASIL, OUTUBRO DE 2020

<http://www.cppnacional.org.br/>

